

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LITERATURA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Entre mágoas e sonhos do povo:
Lima Barreto e o folclore urbano**

DANIEL MACHADO VIVACQUA CARNEIRO

SÃO CARLOS/SP

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LITERATURA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Entre mágoas e sonhos do povo:
Lima Barreto e o folclore urbano**

Daniel Machado Vivacqua Carneiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Literatura, na linha de pesquisa Literatura, História, Cultura e Sociedade, da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos de Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Wilton José Marques

SÃO CARLOS/SP

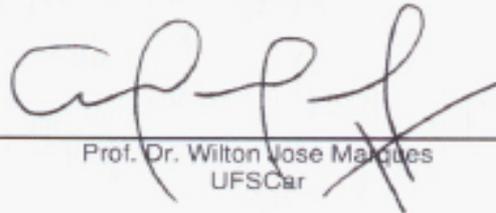
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura

Folha de Aprovação

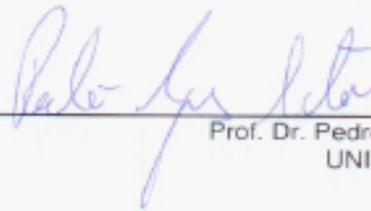
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Daniel Machado Vivacqua Carneiro, realizada em 22/03/2019:



Prof. Dr. Wilton José Marques
UFSCar



Prof. Dr. Franco Baptista Sandanello
AFA



Prof. Dr. Pedro Marques Neto
UNIFESP

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil. Código de Financiamento: 001.

Bolsa Capes DS. (Processo: 1691822).

A todos que acreditam no poder da escrita para transformar pessoas e a realidade dos fatos. À memória daqueles que nos precederam, aos que estão conosco e aos que virão.

AGRADECIMENTOS

Ao meu professor e orientador Wilton José Marques, pela generosidade, pela sensibilidade e pela seriedade que caracterizaram o seu trabalho de orientação desde o princípio. Pelo apoio e pela confiança depositada ao longo da pesquisa e da escrita dessa dissertação.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado nos momentos importantes da vida. Especialmente, ao meu pai e à minha mãe, que me viram crescer, pelo valor que sempre deram à educação e pelos seus esforços. Pelo seu exemplo, amor e carinho de todos os dias. Aos meus irmãos, que eu tanto amo e admiro, pelo que me ensinam e pelo que me alegram.

A todo o corpo docente do PPGLit, especialmente aos professores de quem eu tive o privilégio de ser aluno.

Aos amigos e alunos do programa, pelo prazer da companhia e pela convivência que, mesmo tendo sido pouca, foi sempre tão rica e auxiliadora.

Aos funcionários, que sempre foram gentis e estiveram dispostos a ajudar.

À UFSCar, pela oportunidade de aprimoramento dos meus estudos.

À CAPES que possibilitou a bolsa de estudo durante os dois anos.

*Ontem à noite eu tive um sonho
 Ontem à noite eu tive um sonho
 Que não me sai do pensamento
 Sonhei com a senzala, para mim foi sofrimento
 O sonho me lembrou todo aquele tempo passado
 Que o negro como um bicho, era no tronco
 amarrado
 Acordei tão assustado,
 Acordei tão assustado, e comecei a pensar
 Que depois de tanto tempo, o negro conseguiu se
 libertar
 O que eu peço aqui agora,
 O que eu peço aqui agora, para quem estiver me
 ouvindo
 Enquanto o negro apanhava, o branco estava
 sorrindo
 A escravidão acabou, pois vamos nos lembrar
 Da força de Zumbi que lutou até morrer
 Sua luta nos deixou
 Sua luta nos deixou hoje uma grande lição
 Que é lutar por nossos direitos e proteger nossos
 irmãos
 E hoje na nossa história, não se fala nisso mais
 não
 Falam da Princesa Isabel, que libertou a
 escravidão
 Mas isso não é verdade
 Mas isso não é verdade e eu posso afirmar
 Que depois de tanto tempo, conseguiu se libertar
 Quando eu pego o berimbau
 Quando eu pego o berimbau, sinto o corpo
 arrepiar
 Lembrando de todo passado, ele viveu a apanhar
 E com a capoeira de angola, conseguiu se
 libertar*

Mestre Jogo de Dentro (Jorge Santos)

*“Ontem a noite eu tive um sonho”
 (Ladainha de capoeira)*

RESUMO

Palco das grandes transformações que serviram como vetor da modernização do Brasil na passagem do século XIX para o século XX, o Rio de Janeiro abrigava uma diversidade tão grande de pessoas de todas as regiões do país, assim como estrangeiros, que levaram Lima Barreto a vê-la não só como Capital Federal, mas também como “capital espiritual” do país. *As mágoas e sonhos do povo* representam um mergulho do cronista do subúrbio de Todos os Santos no universo dos costumes e das crenças populares encontrados na cidade que ele tanto amava. O presente estudo tenta mostrar que, assim como toda a obra em crônica do autor, essa série de textos sobre o folclore urbano brasileiro representa uma crítica à modernização do país feita, particularmente, a partir de flagrantes que revelam a incorporação de valores modernos à cultura popular. Nela se pode observar a maneira compreensiva com que Lima Barreto retrata o povo e a sua “transformação espiritual” refletindo sobre o futuro do país e defendendo o ideal de sociedade solidária.

PALAVRAS-CHAVE: Lima Barreto. Crônica. Cultura popular. Modernidade. *Belle Époque*

ABSTRACT

A stage of the great transformations that served as a vector of the modernization of Brazil in the passage from the nineteenth century to the twentieth century, Rio de Janeiro comprehended such a great diversity of people from all regions of the country, as well as foreigners, who took Lima Barreto to see it not only as Federal Capital, but also as the country's "spiritual capital". The sorrows and dreams of the people represent a plunge of the chronicler of the suburb of Todos os Santos in the universe of customs and popular beliefs found in the city he loved so much. The present study tries to demonstrate that, like all the work in chronicle of the author, this series of texts about the Brazilian urban folklore represents a criticism to the modernization of the country done, particularly, from flagrant ones that reveal the incorporation of modern values in the popular culture. In it one can observe the comprehensive manner in which Lima Barreto portrays the people and its "spiritual transformation" reflecting on the future of the country and defending the ideal of a society of solidarity.

KEYWORDS: Lima Barreto. Chronicle. Popular culture. Modernity. Belle Époque

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 LIMA BARRETO, SUA TRAJETÓRIA NA IMPRENSA E O FOLCLORE URBANO...16	
2.1 LITERATURA MILITANTE E JORNALISMO.....	21
2.2 RIO DE JANEIRO, A “CAPITAL ESPIRITUAL”	31
3.1 O SEMANÁRIO <i>HOJE</i> NO QUADRO DO JORNALISMO REPUBLICANO.....	44
3.2 CRÔNICA OU DOCUMENTO DE FOLCLORE?.....	62
4.1 O POVO ENTRE O PASSADO E AS PROMESSAS DE FUTURO.....	74
4.2 O POVO AOS OLHOS DE LIMA BARRETO.....	106
4.3 A CRÔNICA COMO <i>LUGAR DE MEMÓRIA</i>	110
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122
ANEXO A <i>AS MÁGOAS E SONHOS DO POVO</i>	124

1 INTRODUÇÃO

No dia do seu lançamento, em 20 de março de 1919, o semanário carioca *Hoje* publicou o primeiro de uma série de nove textos escritos por Lima Barreto sob o título de *As mágoas e sonhos do povo*.¹ Na seção “‘Folk-Lore’ Urbano”, o autor registrou e comentou alguns dos costumes, crenças e manifestações da cultura popular encontrados entre os habitantes do Rio de Janeiro no início de século XX. Espaço de uso exclusivo de Lima Barreto, um dos poucos colaboradores que assinava os textos no periódico, a coluna se constitui como um material rico em reflexões sobre a tradição do povo carioca e a sua relação com as profundas transformações que ocorriam nesse período que representou a primeira etapa da modernização do Brasil. Embora a série tenha sido publicada só em 1919, ressalte-se que algumas das narrativas que o autor dá a conhecer já tinham sido registradas em seu *Diário Íntimo* quase dez anos antes, época em que escrevia o *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

Ao contrário do que se poderia imaginar, o interesse do escritor não recaí sobre os festejos mais conhecidos da então Capital Federal, como a festa da Penha ou o carnaval, embora Lima Barreto tenha escrito sobre eles na imprensa em outros momentos, inclusive com certa recorrência sobre o carnaval. Tampouco ele sai em busca de grandes narrativas, lendas ou tradições extravagantes que a memória do povo talvez ainda fizesse guardar transmitindo-as de geração a geração. Assim, Lima Barreto se volta para a expressão mais discreta da tradição nos hábitos do cotidiano. Superstições, narrativas curtas e despreziosas, casos contados de boca em boca, cantigas de roda em brincadeiras de criança e outras práticas que caracterizavam uma forma de sociabilidade típica dos moradores da cidade. Nos pequenos gestos, Lima Barreto procurava “algo do nosso gênio, dos nossos defeitos e qualidades morais, a alma e a Inteligência do povo” (BARRETO, 1956, p. 243-44).

Pelo seu conteúdo, a série se destaca bastante dos outros textos veiculados no semanário *Hoje* no mesmo período, ou seja, de 20 de março a 17 de julho de 1919. Com o objetivo de participar do debate público e ser um formador de opinião, *Hoje* se apresentava como veículo de um jornalismo mais reflexivo do que noticioso ou panfletário levantando a

¹ Em 1956, quando se publicou o volume *Coisas do Reino do Jambon*, onde os textos da coluna saíram pela primeira vez em livro, os organizadores incluíram dois textos publicados originalmente em outros periódicos. São eles “Restos do ‘Tabu’ Ancestral”, veiculado pela revista *Atualidade*, em 10/08/1919, e “Coisas do Jogo do ‘Bicho’”, no segundo número da revista *Livros Novos* em abril de 1919 (BARRETO, 1956, p. 239-97).

bandeira de um “nacionalismo sadio”. Na edição de estreia, o periódico chamava a atenção para a urgência de se tratar os “problemas nacionais e o problema social do pós-guerra”. Visava, assim, ao desenvolvimento econômico produtivo e ao fortalecimento da posição do Brasil no cenário mundial por meio da resolução dos conflitos internos entre o capital e a mão de obra, que se tornavam cada vez mais latentes com a organização do movimento operário desde as greves gerais de 1917 e 1918.

Na primeira edição, a capa trazia a ilustração de uma cena de caos urbano com a legenda que, em outras palavras, afirmava: sem justiça social, não haverá paz. O diretor Ferdinando Borla delineava a política editorial do semanário procurando pautar o debate público sobre o futuro da nação. Numa referência à encíclica homônima, de 1891, em que o Papa Leão XIII tratou das más condições de vida da classe operária e das atribuições do Estado e da Igreja para com os desfavorecidos, seu texto intitulava-se “Rerum novarum”, que pode ser lido como “das coisas novas”, em alusão aos problemas sociais causados pela industrialização da Europa. Ali, Borla deixava evidente a sua afinidade com valores tradicionais de fundo religioso, ao mesmo tempo em que demonstrava otimismo ao ver o avanço capitalista como uma oportunidade de desenvolvimento social. Ele afirma que “a tarefa dos concretizadores dos postulados inadiáveis das comunhões organizadas” deveria ser a de “respeitar as tradições veneráveis, enxertando nelas as influências contemporâneas e harmonizando-as com o espírito ambiente”.²

Fora de contexto, a afirmação serviria para justificar a publicação de textos com visões de mundo consideravelmente diversas e até mesmo opostas. Por isso, é interessante notar o destaque que a série de Lima Barreto tinha. Era praticamente o único espaço a tratar de cultura em um semanário dedicado a assuntos econômicos, políticos, legislativos e internacionais. Nesse sentido, fica mais claro que o respeito às “tradições veneráveis” contempla também, e com certo prestígio, a cultura popular, nomeada ali de folclore urbano. Embora houvesse divergências políticas e mesmo ideológicas significativas entre Lima Barreto e Ferdinando Borla, ambos se propunham a “pensar de maneira autêntica e responsável” a “sociedade do amanhã”, idealizando-a como uma “comunhão organizada”.³ Esse propósito é fundamentalmente o que orienta a escrita de Lima Barreto tanto no jornalismo como na literatura, e a ele o autor deu o nome de *literatura militante*.

² *Hoje – Periodico de Acção Social*, Rio de Janeiro, 20/03/1919.

³ *Hoje – Periodico de Acção Social*, Rio de Janeiro, 20/03/1919.

Embora pouco valorizada em vida, o tempo se encarregou de reconhecer e prestigiar a produção de Lima Barreto, que passou a ser discutida em conjunto a partir da década de 1950 com o trabalho seminal de Francisco de Assis Barbosa, que organizou as *Obras Completas* do autor em 17 volumes, e escreveu uma primeira história d'*A vida de Lima Barreto*. Desde então, dentre outras particularidades suas, o viés crítico em relação à sociedade de seu tempo, e a perspectiva histórica que essa crítica encerrava têm sido estudados em diversos campos do conhecimento como literatura, história, comunicação, arquitetura, urbanismo e psicologia, entre outros.

Recentemente homenageado na Feira Literária Internacional de Paraty e com boa parte da sua obra reeditada por grandes casas editoriais, Lima Barreto é por vezes considerado um precursor da chamada literatura marginal, cujo nome de maior expoente talvez seja o de Carolina Maria de Jesus, o qual vale sempre a pena ser lembrado. Para além de todas as diferenças que se possam colocar entre a obra de um e de outra, para além do próprio tempo que as separa, subsiste no solo que permitiu o seu florescimento, o da realidade social brasileira, senão os mesmos problemas do início da era republicana, os desdobramentos da indiferença e da negligência para com eles ao longo do tempo. E é por tê-los retratado e exposto à apreciação dos leitores, quer em forma de romance ou de conto, quer em forma de artigo ou crônica, que a obra de Lima Barreto permanece relevante e atual, como manifesto de solidariedade e testemunho dedicado à memória daqueles a quem se recusa dar ouvidos.

Como parte desse movimento intermitente de retomada da obra de Lima Barreto pela crítica literária, destaque-se a importância dos trabalhos de Beatriz Resende, que se debruçou sobre a produção destinada a estampar páginas de jornal e de revistas das primeiras décadas do século XX, especialmente sobre os textos compreendidos como crônicas. Tanto na antologia organizada por Resende e Rachel Valença, *Lima Barreto. Toda Crônica*, como na vasta produção crítica sobre Lima Barreto, no entanto, não se encontrou nenhum trabalho dedicado especialmente à série publicada no semanário *Hoje*, em 1919. Diante dessa ausência de fortuna crítica, enxergou-se a oportunidade de realizar uma primeira análise mais detida sobre o conjunto de textos reunidos sob o título de *As mágoas e sonhos do povo* a fim de melhor compreender e discutir a representação do povo por Lima Barreto, que sempre esteve disposto a defendê-lo das arbitrariedades políticas e das injustiças da história. Contribui-se,

assim, para aprofundar o debate a respeito do autor e da sua obra, da realização literária em geral, bem como dos sentidos da história do Brasil.

A cultura popular do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX serve como ponto de partida para o autor refletir sobre questões que transcendem a própria ideia de folclore e se relacionam também com o que seriam as condições materiais de vida, o destino da nação brasileira e da humanidade. Diluídos entre memórias e reflexões do autor, os relatos sobre o povo propriamente ditos assumem um lugar secundário, mas não menos importante, na articulação do pensamento de Lima Barreto a respeito da existência em si tanto em seus aspectos materiais quanto “espirituais”. E, desde o início, ele faz questão de deixar claro para o leitor o caráter impressionista dos textos, onde se vê emergir memórias do passado na superfície do presente. Esse aspecto parece ser justamente um artifício do autor para poder articular com mais liberdade as suas impressões a respeito da sociedade carioca, o seu sentimento de compaixão e responsabilidade pela gente humilde e o seu raciocínio a respeito dos problemas que ela enfrentava, numa perspectiva histórica.

Presente em quase toda a sua produção jornalística, na série, ele se torna cada vez mais claro à medida que os artigos são publicados e o leitor se depara com as frequentes generalizações em que o autor incorre, por exemplo, sobre o mistério que circunda a vida, a humanidade, e a recorrência de alguns temas em manifestações culturais as mais diversas ao redor do mundo. As citações de memória e alusões a fatos circunstanciais, que se tornam desconhecidos com o passar do tempo, também reafirmam em certa medida a imprecisão do que o autor escreve, caracterizando de modo geral esse impressionismo da série.

Parte integrante do povo, parte integrante da elite cultural brasileira, Lima Barreto testemunhou um dos momentos mais importantes da história brasileira a partir de uma perspectiva crítica muito singular, por lúcida, qualificada e sensível que é. E como ocorre normalmente com quem se bate contra o destino, a coragem para denunciar e expor tão triste vislumbre sobre o próprio país, dificilmente teria sido exaltada em vida. Frustrados em sua maioria, os sonhos do autor ecoam os sonhos do povo, e de toda uma nação em ânsia de uma digna liberdade. Escritos a partir de relatos e da observação de pessoas que de fato existiram, os textos transbordam solidariedade entre o indivíduo, o autor, e seu povo, sujeito e o objeto da sua representação. E é justamente essa solidariedade que permite a integração da vida dos habitantes da cidade e do país com a vida particular do autor em *As mágoas e sonhos do povo*.

Sendo assim, no Capítulo 2, apresenta-se a noção de *literatura militante* a partir da concepção do próprio Lima Barreto, assim como de estudiosos da sua obra como Beatriz Resende, Francisco de Assis Barbosa e Nicolau Sevckenko. Em seguida, esboça-se a trajetória de Lima Barreto no jornalismo, enfatizando as *campanhas jornalísticas* em que o autor se engajou em pouco mais de dez anos de carreira.

Partindo da ideia de que a cidade do Rio de Janeiro era não só a capital política, mas também a “capital espiritual” do Brasil, o intuito do segundo item é contextualizar o leitor a respeito das condições histórico sociais da então Capital Federal e problematizar, a partir da perspectiva de Sideny Chalhoub, a formação da classe trabalhadora carioca no contexto da passagem de uma economia baseada na mão de obra escrava para o trabalho assalariado. Em suma, buscou-se relacionar as transformações culturais ocorridas entre o fim do século XIX e o início do século XX, período que marcou a “entrada” do Brasil na modernidade, com as transformações de cunho econômico. Ainda neste subcapítulo, buscou-se apresentar a perspectiva de Lima Barreto a respeito dos acontecimentos mais determinantes da época, como a Abolição e a Proclamação da República, assim como de diversos acontecimentos cotidianos relacionados a esse contexto mais amplo de transformação dos valores e da cultura da sociedade em geral, tanto da elite, como do povo.

Já no Capítulo 3, esboça-se um perfil editorial do semanário *Hoje* para comentar as principais afinidades e divergências político ideológicas entre o seu diretor, Ferdinando Borla, e Lima Barreto. Para isso, traça-se um breve panorama das inovações técnicas, administrativas e editoriais incorporadas pelo jornalismo na Primeira República, onde se ressalta a conseqüente ampliação do número e a diversificação dos periódicos. Feita essa introdução, é traçado um paralelo entre *Hoje* e o semanário *A.B.C.*, também fundado e dirigido inicialmente por Ferdinando Borla, a fim de compreender algumas características da sua atuação à frente de periódicos consideravelmente semelhantes.

Em “Crônica ou documento de folclore?” busca-se argumentar que os textos de *As mágoas e sonhos do povo* constituem-se como crônicas, e não como “documentos de folclore brasileiro”, tal como classifica Beatriz Resende. A partir das considerações que a própria pesquisadora faz a respeito do gênero tanto na antologia de crônicas como em *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*, demonstra-se como elas contemplam também os textos da série, expondo ponto a ponto os seus principais aspectos segundo Resende.

O Capítulo 4 destina-se à análise mais restrita aos nove textos da série onde se enfatiza alguns indícios da mudança de valores em curso na época, ou da “transformação espiritual dos homens”, como se refere Lima Barreto, buscando-se também identificar de maneira mais específica as mágoas e sonhos do povo. Nesse sentido, observa-se a importância da memória no encadeamento dos textos e o seu papel de articulação entre uma sensibilidade associada ao passado e uma forma de pensar orientada pela expectativa do futuro. Explora-se a representação de que as transformações históricas em curso naquela época resultaram numa relativa perda de solidariedade entre o povo e afirma-se como as crônicas de Lima Barreto foram bem sucedidas ao conseguir flagrar os indícios dessa mudança nos costumes e crenças populares tradicionais.

Finalmente, no anexo A, encontram-se os textos que compõem a série, transcritos a partir do volume *Coisas do Reino do Jambon*, organizado por Francisco de Assis Barbosa, assim como imagens das páginas do semanário *Hoje* onde eles foram publicados originalmente.

2 LIMA BARRETO, SUA TRAJETÓRIA NA IMPRENSA E O FOLCLORE URBANO

Ao comentar a escolha de Nicolau Sevcenko pelas obras de Lima Barreto e Euclides da Cunha para a análise feita em *Literatura como Missão*, Francisco de Assis Barbosa afirma no prefácio que, apesar das divergências profundamente significativas entre a visão de mundo de cada um dos escritores, ambos possuíam, como nenhum outro autor da sua geração, a consciência de que tinham de fazer alguma coisa a serviço do povo brasileiro, para retirá-lo da situação de miséria e ignorância em que vivia, tendo sido abandonado pelos governos, tanto sob o Império, como sob a República (BARBOSA *apud* SEVCENKO, 2003, p. 16). Em sua produção literária como um todo, mas especificamente com a publicação do romance inaugural, as *Recordações do Escrivão Isaiás Caminha*, em 1911, Lima Barreto tinha outras pretensões além do tão desejado “escândalo imediato”, e os versos que colocou no alto do primeiro capítulo ajudam a iluminá-las um pouco. “Mon cœur profond ressemble à ces voûtes d’église/ Où le moindre bruit s’enfle en une immense voix”.⁴ Na carta a Gonzaga Duque, referindo-se à recepção do livro pelos amigos e artistas, ele confessa o “temor” de que apenas desagradasse sem escandalizar, e complementa: “Espero muito que esse primeiro movimento, muito natural, seja seguido de um outro de reflexão em que vocês considerem bem que não foi só o escândalo, o egotismo e a *charge* que pus ali”. Querendo fazer compreender aos outros que havia importância em questões que eles haviam tratado com tanta ligeireza, Lima Barreto assegura não ter se afastado da literatura conforme a idealizava e tal como a tinham preceituado seus mestres Taine e Brunetière, mas reconhece a possibilidade de não ter “conseguido bem o escopo” para, em seguida, concluir: “e tu hás de me perdoar o desastre pela ousadia da tentativa” (BARRETO *apud* BARBOSA, 2003, p. 185).

No corpo do romance, referindo-se às próprias *Recordações*, o autor diz que, com elas, queria modificar a opinião dos seus concidadãos e obrigá-los a pensar de outro modo para que eles não se enchessem de hostilidade e má vontade quando encontrassem na vida um rapaz pobre, mulato e cheio de desejos, como o Isaiás Caminha, mostrando que eram legítimos os seus desejos e que, se não fossem merecedores de apoio, deveriam, no mínimo, ser dignos de indiferença (BARRETO *apud* BARBOSA, 2003, p. 192). O propósito de transformar esse tipo de situação mostrando que a sociedade, cheia de mazelas e

⁴ Em tradução livre, pode-se ler “Meu coração profundo se assemelha a esses vãos de igreja / Onde o menor ruído se preenche de uma voz imensa”.

preconceitos, era quem estava errada e não o indivíduo, que tinha sonhos e ambições, esteve no cerne da concepção de Lima Barreto a respeito da literatura desde os seus primeiros escritos e é, por isso, que ele afirma a Gonzaga Duque não ter se afastado das lições de seus mestres. Sua obra foi erigida a partir da sensibilidade para todo tipo de sofrimento particular infligido pela sociedade na tentativa de o indivíduo se realizar, assim como sobre a inteligência para desvendar o que os simples fatos não dizem, dando-lhes maior importância em virtude do poder da forma literária, quando fossem importantes para o destino das pessoas (BARBOSA, 2003, p. 185).

É interessante observar as críticas que Lima Barreto dirige à imprensa e aos jornalistas, especialmente nas *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, dentre os romances, mas também em diversos artigos e crônicas, justamente pelo fato de ele ter sido também um jornalista. Esse conhecimento de causa confere um peso maior às suas palavras, na medida em que Lima Barreto não se utilizava dos meios que julgava inadequados para ganhar visibilidade, prestígio e até mesmo cargos ou favorecimentos. Isso se verifica na sua trajetória pelos diversos periódicos com os quais colaborou ao longo da vida, dos quais, certamente, a maioria pode ser considerada política ou culturalmente engajada, e também porque a sua atuação na imprensa foi, em geral, orientada pelos mesmos valores e noções que constituíam o seu ideal de literatura. Nesse sentido, como ressalta Francisco de Assis Barbosa, as ideias que Lima Barreto exprime no seu primeiro artigo sobre o papel da literatura permaneceram praticamente inalteradas até o final da sua vida.

Ao apresentar sua revista *Floreal* ao público, em 1907, lança mão das mesmas noções com que respondeu às críticas sobre o *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, quase dez anos depois, mostrando que “os anos apenas fizeram amadurecer os pontos de vista da mocidade” (BARBOSA, 2003, p. 258). Em *Amplius!*, publicado n’*A Época*, em agosto de 1916, ele escreve:

Parece-me que o nosso dever de escritores sinceros e honestos é deixar de lado todas as velhas regras, toda a disciplina exterior dos gêneros, e aproveitar de cada um deles o que puder e procurar, conforme a inspiração própria, para tentar reformar certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos, difundir as nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, para soldar, ligar a humanidade em uma maior, em que caibam todas, pela revelação das almas individuais e do que elas têm em comum e dependente entre si.

A literatura do nosso tempo vem sendo isso nas suas maiores manifestações, e possa ela realizar, pela virtude da forma, não mais a tal beleza perfeita da falecida Grécia, não mais a exaltação do amor que nunca esteve a perecer;

mas a comunhão dos homens de todas as raças e classes, fazendo que todos se compreendam, na infinita dor de serem homens, e se entendam sob o açoite da vida, para maior glória e perfeição da humanidade (BARRETO, 2008, p. 10).

A literatura para Lima Barreto, portanto, não consistia em “escrever bonito” para os moldes da época. Não era uma forma de prazer ou distração burguesa nem deveria representar o “sorriso da sociedade”, tal como a definiria Afrânio Peixoto posteriormente. Era justamente contra a concepção de literatura contemplativa e inofensivamente plástica, da arte pela arte sem propósito social, contra o escritor sem missão que Lima Barreto se insurgia e trabalhava (BARBOSA, 2003, p. 259).⁵ Ao seu ideal de arte chamaria *literatura militante*, cuja orientação era a busca por uma sociedade mais justa e solidária, onde as pessoas pudessem “se amar no interesse comum de todos”. Ele conclui da seguinte maneira o artigo de 1916:

Não desejamos mais uma literatura contemplativa, o que raramente ela foi; não é mais uma literatura plástica que queremos, a encontrar beleza em deuses para sempre mortos, manequins atualmente, pois a alma que os animava já se evoluiu com a morte dos que os adoravam.

Não é isso que os nossos dias pedem; mas uma literatura militante para maior glória da nossa espécie na terra e mesmo no Céu (BARRETO, 2008, p. 10).

Barbosa afirma que, de fato, a gramática tem uma importância muito pequena na obra de Lima Barreto em geral. “Não são as palavras, a ordem em que são dispostas, que valem, mas as ideias que exprimem, os sentimentos que elas fazem vibrar” (BARBOSA, 2003, p. 263), observa o biógrafo parafraseando o próprio escritor. Ele cita ainda uma “lição” que o filólogo Silva Ramos tirou dos livros de Lima Barreto:

O que o escritor de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* não sabe é alinhar palavras vazias de sentido e que só encantem pela sonoridade da expressão. Prezando como preza a matéria-prima da sua arte, as palavras, jamais consentiria que um vocábulo soasse oco, para deleite do ouvido e que não retivesse uma noção. Nas duzentas páginas do seu livro, haveria matéria para volumes, se quisesse diluir as suas concepções em períodos inanes que não tardariam a ser esquecidos, em vez de condensar em frases maciças que nunca mais se olvidarão.

A verdade é que, nos tempos que correm, já não se compreende que alguém pegue em uma pena, se não tiver alguma coisa que dizer; por isso as suas

⁵ Entre os vários adversários de Lima Barreto na literatura, Coelho Neto representava o típico escritor acadêmico e à parte dos problemas da sociedade. Sobre ele, Lima escreve o seguinte na crônica *Histrião ou literato* na *Revista Contemporânea* em 15/12/1919: “O Senhor Coelho Neto é o sujeito mais nefasto que tem aparecido no nosso meio intelectual. Sem visão da nossa vida, sem simpatia por ela, sem vigor de estudos, sem um critério filosófico ou social seguro, o Senhor Neto transformou toda a arte de escrever em pura *chinoiserie* de estilo e fraseado.”

obras hão de ser sempre bem cotadas. É que não nos contentamos mais com palavras, queremos ideias; e as suas novelas obrigam a pensar (RAMOS apud BARBOSA, 2003, p. 263).

No artigo intitulado “Literatura Militante”, publicado no semanário *A.B.C.* em 1918, Lima Barreto esclarece alguns aspectos do papel que atribuiu à literatura no que se refere à relação específica com o futuro do país. Afirmando que o Brasil não tinha passado nenhum, apenas futuro, Lima Barreto complementa: “E é dele que a nossa literatura deve tratar, de maneira literária [...] Devemos mostrar nas nossas obras que um negro, um índio, um português ou um italiano se podem entender e se podem amar, no interesse comum de todos” (BARRETO apud FERNANDES, 2010, p. v-vi). Nesse sentido, é somente compreendendo que a literatura deveria se interessar pela “alma da nossa gente”, pela sociedade e a natureza do Brasil, em razão de serem particularidades dessa terra, e que, portanto, possuíam condições, qualidades e problemas próprios a serem resolvidos, que Lima Barreto pode ser considerado um nacionalista. A sua escrita se destina por um sonho, o projeto de um Brasil futuro, de um povo mais consciente dos problemas sociais, mais solidário aos desfavorecidos pela ordem das coisas, o que não significa que ele desejasse menos do que isso para o resto do mundo.

Como afirma Barbosa, se o compreende melhor pelas palavras de Vicente Mascarenhas que, em *Cemitério dos vivos*, observa: “... o meu pensamento era para a humanidade toda, para a miséria, para o sofrimento, para os que sofrem, para os que todos amaldiçoam” (BARBOSA, 2003, p. 349). Considerando tanto um caso como outro, o país, ou a humanidade, o importante para Lima Barreto era que a literatura conseguisse criar solidariedade entre os indivíduos para que, em última instância, a sociedade, em geral, desse mais atenção ao sofrimento das pessoas historicamente desfavorecidas ou injustiçadas, tornando-se assim mais sensível e mais justa. Para isso, portanto, seria necessário encarar os problemas da dura realidade social brasileira e refletir sobre eles para melhor representá-los.

Após a publicação de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, Lima Barreto foi comparado por alguns críticos a Machado de Assis, a quem o autor mantinha severas críticas. Comentando apenas um traço, e de modo geral, da literatura de Machado de Assis, Lima Barreto tenta esclarecer um aspecto que os diferenciava em suas propostas estéticas. Se aos olhos de Machado, como dizia Lima, era mais o homem que interessava, e menos o meio, para Lima Barreto, o meio seria justamente o principal aspecto a ser problematizado,

representado criticamente na literatura. No comentário ao discurso de Pedro Lessa a propósito da obra de Machado de Assis, Lima Barreto argumenta que “os nossos sentimentos pessoais, com o serem nossos, são também reações sociais e a sociedade se apoia na terra”. Ele explica que, se é possível que exista uma mesma geometria para o Brasil e para a Lapônia, não se poderia dizer o mesmo a respeito de um indivíduo. “Uma Virgília do Rio de Janeiro não pode agir da mesma maneira, levada pelos mesmos motivos sociais, que a Virgília de lá, se as há”. Por sua natureza diversa dos simples fatos desarticulados da vida, Lima Barreto diz que a “Arte” é uma criação humana e dependente “estritamente do meio, da raça e do momento”. Ele a vê com o poder de comover e como um meio de persuasão, destinada a revelar umas almas às outras para ligá-las, “mostrando-lhes mutuamente as razões das suas dores e alegrias”, convencendo e contribuindo para “a regra da nossa conduta e esclarecimento do nosso destino” (BARRETO *apud* BARBOSA, 2003, p. 261-62).

A necessidade de pensar, à qual alude Silva Ramos, desde sempre tão característica da prosa de Lima Barreto marca uma “admirável linha de coerência”, afirma Barbosa, referindo-se à constância dela não só nos textos da *Revista Floreal* e d’*A Época*, como também na conferência que o escritor preparou para apresentar em Mirassol, no interior de São Paulo, já no final da vida, em 1921. Intitulado *O destino da literatura*, o manifesto é considerado o seu testamento literário e a confirmação da sua profissão de fé de escritor, “fiel a si mesmo, por cujo ideal sofreu, lutou e morreu”, escreve Barbosa. Nele, além de considerar a literatura como um “fenômeno social”, Lima Barreto representa a sua prática como uma espécie de religião, superando, “por assim dizer, o seu agnosticismo”: “Se acreditava em alguma coisa era na literatura, como a única força capaz de levar a compreensão a todos os homens” (BARBOSA, 2003, p. 342-43). “Sendo assim”, escreve Lima Barreto, no texto que não chegou a ser apresentado na conferência por uma fuga imprevista do autor:

a importância da obra literária que se quer bela deve residir na exteriorização de um certo e determinado pensamento de interesse humano, que fale do problema angustioso do nosso destino em face do Infinito e do Mistério que nos cerca, e aluda às questões da nossa vida (BARRETO *apud* BARBOSA, 2003, p. 343).

2.1 LITERATURA MILITANTE E JORNALISMO

É possível dividir a trajetória de Lima Barreto no jornalismo em três partes, sendo a primeira, de 1911 a 1915, quando ele começa a colaborar com alguma regularidade para a imprensa periódica. Nessa época, o autor já tinha lançado *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, em livro, e *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, em folhetim no *Jornal do Commercio*. A segunda, de 1915 a 1919, período em que o escritor é contratado pela já renomada revista *Careta*, e amplia a colaboração para jornais e revistas de menor porte. E a terceira, de 1919 até 1922, em que, aposentado do serviço público por invalidez, devido aos transtornos decorrentes do alcoolismo, Lima Barreto dispõe de mais tempo e liberdade para escrever. Nesse período que culmina com a sua morte, Lima Barreto escreveria cerca de metade dos mais de 500 textos que produziu para jornais e revistas do Rio de Janeiro.

Até 1911, o autor fizera algumas incursões na imprensa periódica, mas todas elas tinham sido, de certa forma, de curto fôlego, por questões diversas a depender da situação. Desde que começara a publicar seus textos n' *O Suburbano*, jornal de bairro da Ilha do Governador, e n' *A Lanterna*, o jornal dos universitários, suas experiências mais importantes foram a colaboração no *Correio da Manhã*, em 1905, e a publicação da sua revista *Floreal*, em 1907, que durou apenas quatro edições. A partir da publicação em folhetim do seu romance mais prestigiado, Lima Barreto ampliaria sua participação na imprensa de modo considerável, escrevendo sobre cultura para *A Estação Teatral*, discutindo questões ideológicas na imprensa anarquista, e comentando a Primeira Guerra Mundial no *Correio da Noite*, assim como as discussões que estavam em alta na época sobre nacionalismo e patriotismo (RESENDE, 2004, vol. I, p, 11-12).

Com a publicação de *Numa e a ninfa* em folhetim, em 1915 pelo jornal *A Noite*, “inicia-se de fato uma nova fase da vida do escritor, a do articulista”, escreve Barbosa. Ele se torna “‘o secretário da sociedade da época em que viveu’, pela sua constante vigilância”, complementa utilizando a expressão cunhada pelo crítico Osmar Pimentel (BARBOSA, 2003, p. 253). Na passagem do *Isaías Caminha* para *Numa e a ninfa*, o alvo de Lima Barreto se desloca dos mandarins das letras e do jornalismo para os poderosos em geral. Preocupado com o aumento da desigualdade social, suas críticas passam a visar sobretudo os políticos.

Além do trabalho fixo na *Careta*, ao longo de 1915, Lima Barreto inicia a colaboração no semanário político e cultural *A.B.C.*, em 1916, então dirigido pelo mesmo Ferdinando

Borla que mais tarde dirigiria *Hoje*. Ele escreve para diversas publicações da imprensa libertária, como *O Debate*, *Brás Cubas* e *Lanterna*, onde discute a Revolução Russa, a carestia da vida, o maximalismo e o movimento operário. A partir de 1919, com a aposentadoria definida, sua atividade na imprensa se intensifica como nunca. “Atento a tudo”, criticava os costumes brasileiros, sobretudo, da burguesia carioca, os políticos e os literatos, “sem deixar de opinar sobre os acontecimentos mais importantes do seu tempo”, como a Conferência de Versalhes, a eleição de Epitácio Pessoa, as greves operárias e o feminismo. “De tudo ele tomou conhecimento, e comentou com um jeito seu, muito pessoal, de ver as coisas. Era brutal, às vezes. Mas sempre sincero” (BARBOSA, 2003, p. 296).⁶

A exemplo do que ocorre entre o *Isaías Caminha* e o *Gonzaga de Sá*, no que se refere à maneira de cada um dos protagonistas lidar com as dificuldades impostas pela sociedade, a postura de Lima Barreto nos textos que escrevia para a imprensa alternava entre a ironia, ou certa conformidade irônica, e o discurso panfletário, mesclando-se muitas vezes as duas formas, sem que uma suplantasse a outra necessariamente. Em relação aos dois primeiros romances escritos por Lima Barreto, Francisco de Assis Barbosa afirma que o comportamento “calmo e refletido” do Gonzaga de Sá ao lado do temperamento “nervoso, arrebatado, chegando às raias do desespero” de Isaías Caminha, representam, juntos, as duas das faces mais expressivas de Lima Barreto. Por um lado, o vínculo profissional com o Estado lhe dava segurança financeira, um fator de enorme importância para o escritor, mas exigia certa moderação ao exprimir suas ideias e sentimentos. Por outro, o ressentimento com as dificuldades financeiras, o preconceito racial e a mentalidade elitista da época às vezes transbordavam em revolta e desespero. (BARBOSA, 2003, p. 183). Essa alternância é bastante significativa e diz respeito a uma discussão que tem por objetivo estabelecer as coerências e contradições na obra do autor, como é o caso do debate sobre a forma literária, a defesa da violência e a combinação entre materialismo e misticismo.

Ideologicamente alinhado às correntes de pensamento social como o anarquismo e o maximalismo, Lima Barreto realizou sua obra num período em que a produção intelectual e literária como um todo esteve fortemente marcada pela mudança e até mesmo pela contradição ou ambiguidade dos seus posicionamentos políticos e filosóficos, como nota

⁶ “Apesar de nunca ter viajado ao exterior, e tendo se afastado do Rio apenas em três breves ocasiões, Lima Barreto era especialmente antenado com o que ocorria no resto do mundo, assinando revistas estrangeiras e encomendando livros do exterior, já que dominava inglês e francês, línguas que estudou regularmente como parte da boa educação que recebera” (BARBOSA, 2003, p. 296).

Nicolau Sevcenko. O historiador afirma que, diante do exemplo europeu e americano, toda a produção intelectual preocupada com a atualização do Brasil tinha dois parâmetros básicos: construir a nação e remodelar o Estado, ou seja, modernizar a estrutura social e política do país. De tal modo que ambos foram cingidos pelas duas correntes antípodas que assinalaram os modos de pensar da *Belle Époque*: o cientificismo e o liberalismo. “Sem possuir propriamente uma nação e com um Estado reduzido ao servilismo político, o Brasil carecia, portanto, de uma ação reformadora nesses dois sentidos” e a maioria dos intelectuais do período, contudo, permaneceu equidistante das posições extremas, compondo-as ao sabor das circunstâncias e de suas inclinações pessoais (SEVCENKO, 2003, p. 103).

Essa ambiguidade era a característica mais típica do período. Nesse sentido, ainda que Lima Barreto tenha sempre se alimentado intelectualmente de ideias, valores e sentimentos anarquistas, Barbosa o considera mais um “simpatizante” do que um revolucionário militante. Ele se refere ao texto “Palavras de um *snob* anarquista” publicado no órgão de reivindicações proletárias *Voz do Trabalhador*, em 1913, e assinado com o pseudônimo Isaías Caminha, como forma de mascarar parcialmente a identidade do autor que, naquele momento, era funcionário da Secretaria de Guerra (BARBOSA, 2003, p. 252-53). Nessa época pesava ainda sobre Lima Barreto o constrangimento de ser tomado como antiético um funcionário público criticar duramente o papel do Estado, embora outros colegas de repartição fossem fervorosos militantes políticos, como Pausílipo da Fonseca (BARBOSA, 2003, p. 297).

Recusando-se a participar ativamente de qualquer movimento político, Lima Barreto viveu o conflito gerado pelo seu compromisso para com o Estado, de cujo serviço tirou o ganha-pão até a sua aposentadoria. Mas mesmo depois de aposentado, “o seu maximalismo não ultrapassaria os limites das crônicas incendiárias ou das conversas de café das livrarias” (BARBOSA, 2003, p. 297). Chegaria inclusive a “aconselhar a todos os revolucionários que, ao contrário da violência, brandissem contra os poderosos as armas da ironia”, em “Negócio de maximalismo”, publicado na revista *Careta*, em setembro de 1919 (BARRETO, 2004, vol. II, p. 21). Assim, é possível dizer que, de maneira geral, a atitude de Lima Barreto tanto na literatura quanto na sua vida pessoal era a de um pacifista polêmico que buscava travar guerra, sobretudo no campo intelectual.

Contudo, houve casos em que o escritor defendeu abertamente o uso da violência e o mais notável deles talvez esteja no texto “Sobre a carestia”, publicado n’*O Debate*, em 1917, a propósito do aumento do custo de vida e de um ataque desferido anteriormente contra o

então ministro da Agricultura, José Bezerra, a quem Lima acusava de ter promovido a alta do preço do açúcar a serviço dos usineiros e comerciantes internacionais. É o que se lê no trecho:

O que fica aí dito pode-se aplicar ao feijão, com Matarazzo à frente; à carne verde, com o açougueiro Antônio Prado e o seu caixeiro viajante Graça Aranha, ambos à testa da especulação indecente das carnes frigorificadas, fornecidas, a baixo preço, aos estrangeiros, enquanto nós, aqui, pagamos o dobro pelo quilo da mesma mercadoria; e assim por diante [...]

A nossa República, com o exemplo de São Paulo, se transformou no domínio de um feroz sindicato de argentários cúpidos, com os quais só se pode lutar com armas na mão. Deles saem todas as autoridades; deles são os grandes jornais; deles saem as graças e os privilégios; e sobre a Nação eles teceram uma rede de malhas estreitas, por onde não passa senão aquilo que lhes convém. Só há um remédio: é rasgar a rede à faca, sem atender a considerações morais, religiosas, filosóficas, doutrinárias, de qualquer natureza que seja (BARRETO, 2004, vol. I, p. 287).

Se poucas vezes defendeu o uso da violência de forma tão incisiva, preferindo normalmente a troça e a crítica, muitas vezes, nas campanhas a que se entregou, o panfletário suplantava o ironista: “Se eu pudesse [...], se me fosse dado ter o dom completo de escritor, eu já havia de ser assim um Rousseau, ao meu jeito, pregando à massa um ideal de vigor, de violência, de força, de coragem calculada, que lhes corrigisse a bondade e a doçura deprimente” (BARRETO *apud* BARBOSA, 2003, p. 196). Foi assim na defesa dos pobres quando os preços de gêneros alimentícios subiram demais, no ataque ao futebol, esporte que à época era praticado apenas pela elite e que espelhava o racismo da classe abastada, assim como na volta do cosmopolitismo após o fim Primeira Guerra e da maré de reformas urbanas que, tendo sido iniciadas, no começo do século, com a abertura da Avenida Central no governo Pereira Passos, tiveram continuidade pelas mãos dos prefeitos do Distrito Federal, Paulo de Frontin e Carlos Sampaio. Aos olhos de Lima Barreto, “aquele sonho de grandeza” parecia absurdo num país arruinado como o Brasil. E de maneira semelhante, o escritor reagiu em oposição ao movimento feminista que aqui surgiu como “pura macaqueação do sufrágismo de Mrs. Pankhurst”, ainda que, “paradoxalmente”, tenha tomado a defesa da mulher nessa campanha (BARBOSA, 2003, p. 297-302).

Das contradições que agitaram a alma do escritor rebelado, afirma Barbosa, uma das mais curiosas é o conflito entre materialismo e misticismo, a ponto de dizer que Lima “nunca fora um materialista, no sentido lato da expressão”. Ainda que o Lima maximalista tenha lamentado não ter visto entrarem na guilhotina “os lindos, os alvos, os roliços pescoços” de reis, rainhas, duques e marquesas, o “verdadeiro Lima Barreto está contido naquela

advertência do velho Gonzaga de Sá, ao deter a fúria do seu jovem amigo, Augusto Machado: “– Não; a maior força do mundo é a doçura. Deixemo-nos de barulhos...””. Assim, continua Barbosa, citando o próprio Lima, o ideal desse revolucionário que vivia a pregar a dissolução da sociedade burguesa consistia principalmente na esperança de que algum dia a concepção mecanicista do mundo seria substituída por uma concepção estética, de tal modo que a ideia de nação se transformaria em uma “pátria estética”, onde os cidadãos poderiam conhecer a cidade, a comuna, e amá-la, porque enraizariam nela as suas recordações e os seus sonhos. Permitindo-se à “expressão do vago e do imponderável”, o “anarquista mítico” concluiria: “Contudo, essa estética, aplicada à concepção da Pátria, não pode ser induzida dos documentos do passado; ela só poderá ser deduzida de um longo sonho do futuro” (BARBOSA, 2003, p. 326).

Barbosa sugere também que esse sentimento poderia ser um “sintoma evidente de que a classe dominante se preparava para formar um centro de resistência contra as reivindicações da classe proletária, que começavam a surgir através das greves e dos comícios”. Era, em suma, “o germe do fascismo e do nazismo que se desenvolveria com o tempo, adquirindo no Brasil a sua expressão política no integralismo”. “Integrado no povo, e com ele sofrendo, o romancista bem que teve a antevisão” da ameaça que pairaria sobre todo o mundo ocidental (BARBOSA, 2003, p. 238).

Levando em conta a vasta produção jornalística de Lima Barreto, vale a pena aqui revisitar ainda que num breve relance os principais aspectos dessa obra, assim como os veículos onde ela foi publicada. Desde os tempos da Escola Politécnica a língua afiada de Lima Barreto já havia dado mostras do que era capaz de fazer com as suas desavenças particulares, por meio da charge e do ridículo, traço que marcou o estilo da sua crônica até o fim da vida. Já matriculado, o autor começa a colaborar num dos principais jornais universitários do Rio, *A Lanterna*, considerado pelos estudantes como o “órgão oficioso da mocidade de nossas escolas superiores”, onde escreve textos irreverentes e críticos à vida acadêmica, por exemplo, atacando a empáfia de alguns professores (RESENDE, 2004, vol. I, p. 9). Foi também nessa época que ele começou a escrever o seu *Diário Íntimo*, onde além dos sentimentos e das reflexões, esboçava as primeiras obras que tentaria levar a cabo.

Diga-se de passagem, que os três planos típicos da obra de Lima Barreto como um todo – o plano histórico, o plano biográfico e o plano ficcional (RESENDE, 2016, p. 14) – aparecem no mesmo momento, desde o início da sua atividade como escritor. É curioso notar

também que, desde o início da sua carreira no jornalismo, Lima Barreto realiza uma fusão, bastante recorrente em suas crônicas, contos e romances entre realidade e ficção, ou entre dois usos diferentes da linguagem escrita, sendo uma forma mais explorada normalmente pelo jornalismo, sobretudo no gênero reportagem, e a outra, pela literatura. A respeito da série de reportagens sobre as escavações no Morro do Castelo, que o autor escreveu para o *Correio da Manhã*, em 1905, Resende escreve:

Os textos começam dando conta da situação daquela parte da cidade, mas logo o escritor mescla às reportagens folhetim que vinha desenvolvendo, ficcionalizando o fato histórico da tomada da cidade por piratas franceses, em 1709. Mesclado ao relato da intervenção da Prefeitura no centro da cidade, aparece a narrativa dos amores de *D. Garça, ou O que se passou em começos do século XVIII, nos subterrâneos dos padres da Companhia de Jesus na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, a mui heroica, por ocasião da primeira invasão dos franceses a mando de Clerc* (RESENDE, 2004, vol. II, p. 10).

Essa fusão de formas discursivas é característica do estilo de Lima Barreto e pode ser observada com frequência, senão em todos, em quase todos os gêneros textuais pelos quais ele se aventurou. Desse momento até a publicação do *Isaias Caminha*, em 1909, Lima escreveu pouco na imprensa e, a partir de então passou a não ser bem-vindo nos grandes jornais cariocas, devido às duras críticas dirigidas a personalidades das letras e do jornalismo da época, especialmente a Edmundo Bittencourt e ao seu jornal, o mesmo *Correio da Manhã* em que o autor ingressara como jornalista profissional (BARBOSA, 2003, p. 194).⁷ *Persona non grata* em parte da grande imprensa, Lima Barreto traçou seu caminho através das publicações pequenas e de oposição ao poder constituído (RESENDE, 2004, vol. I, p. 11)⁸, como anota Resende, chegando só mais tarde às de “maior importância e visibilidade”, como a *Careta* e a *Revista Souza Cruz* – desde que estas estivessem dispostas a garantir sua independência (RESENDE, 2004, vol. I, p. 11).

⁷ Sobre as *Recordações do Escrivão Isaias Caminha* e a sua recepção pela grande imprensa da época, Barbosa afirma que: “O *Correio da Manhã* era atingido duramente pela pena do romancista, que o descrevia qual um museu de mediocridades, tendo à frente um diretor violento, mestre de descomposturas, destruindo reputações em nome da moral, mas que não passava, na realidade, de um êmulo de um Tartufo, corrupto e devasso [...] O espírito de *coterie* fez o resto. Os demais jornais também receberam de pé atrás o livro inconveniente e atrevido, onde tantas figuras ilustres e respeitáveis – algumas delas, diga-se de passagem, falsamente ilustres e falsamente respeitáveis – eram retratadas ao vivo, quase sem nenhum disfarce” (BARBOSA, 2003, p. 194).

⁸ Comentando os periódicos de menor expressão em que Lima trabalhou, Beatriz Resende escreve que eles eram independentes, ainda que frágeis, e tinham vida breve, em geral. Muitas vezes essas publicações eram “silenciadas pela falta de dinheiro de seus diretores ou empasteladas pelo autoritário governo republicano” (RESENDE, 2004, vol. I, p. 11).

Com a publicação de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, em 1911, Lima Barreto atinge o auge da sua carreira como escritor e, na imprensa periódica, escreve sobre questões culturais, em *A Estação Teatral*, atacando, sobretudo o cosmopolitismo exacerbado da produção nacional. Suas críticas dirigem-se ao processo de “europeização” do Rio de Janeiro e à cultura elitista e conservadora que o cronista via representada, por exemplo, na figura e na obra de Coelho Neto. Já na *Gazeta da Tarde*, ele empreende a campanha contra a onda de demolições promovidas no contexto das reformas urbanas cariocas que idealizavam “um Rio-Paris barato ou um Buenos Aires de tostão” (BARRETO, 2004, Vol. I, p. 100), igualmente baseadas numa supervalorização do modelo cultural europeu e na falta de consideração pelas particularidades da geografia e da cultura locais. Segundo Nicolau Sevcenko, esse momento histórico, situado entre meados das décadas de 1900 e 1910, também chamado de “Regeneração”, foi marcado por um cosmopolitismo acentuado, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro, que era a principal via de entrada de produtos, pessoas e ideias estrangeiras no país. O próprio Lima Barreto retrata a adoção de novos hábitos e gostos por parte da burguesia carioca em diversos momentos da sua carreira como cronista, sempre a partir de um viés crítico e às vezes bem humorado.

Se diante de um cenário mundial relativamente estável e sem conflitos de grande proporção, o cosmopolitismo e a valorização do elemento estrangeiro, em detrimento do nacional, exerciam maior atração sobre o pensamento da elite intelectual e política do país, em linhas gerais, esse equilíbrio começou a estremecer a partir da Primeira Guerra Mundial, fazendo ressurgir cada vez mais um sentimento nacionalista e patriótico ao passo que a guerra se prolongava. Tendo expressado a sua simpatia pelo anarquismo, em 1913, na crônica que escreve para *a Voz do Trabalhador*, um ano e meio depois, Lima Barreto começa a elaborar sua reflexão sobre os conceitos de pátria e nacionalismo principalmente na colaboração para o *Correio da Noite*. Os textos a respeito do conflito mundial revelam o seu anseio por um conceito mais amplo de nação, idealizado como um conjunto de cidadãos unidos por um sentimento amplo de solidariedade, o que, segundo Resende, era de tal modo inovador, que permaneceria, por muito tempo, incompreendido.

Em “Ufanismo”, de 1914, Lima Barreto mostrava como o conceito de raça se juntava perigosamente ao de nação, comparando a ideia de pátria com uma religião que já havia morrido. Já na crônica “A minha Alemanha”, que não chegou a ser incluída nas suas *Obras Completas*, o autor reitera o entendimento de que deveria existir algo, para além da história e

da cultura dos povos, que pudesse e devesse unir toda a gente. À semelhança do que se lê em diversos textos seus sobre literatura e sociedade, Lima Barreto afirma não ser nacionalista logo após escrever: “Alemães, negros, caboclos, italianos, portugueses, gregos e vagabundos, nós todos somos homens e nos devemos entender na vasta e ampla terra do Brasil” (BARRETO *apud* RESENDE, 2004, vol. I, p. 13).

Entre 1917 e 1919, com mais evidência para a questão social a partir da vitória da Revolução Russa e o agravamento da desigualdade nas cidades mais importantes do país, especialmente na Capital Federal, a organização dos movimentos operários ganha corpo, assim como as discussões sobre os sistemas político econômicos possíveis. É quando Lima Barreto escreve: “É chegada, no mundo, a hora de reformarmos a sociedade, a humanidade, não politicamente que nada adianta; mas socialmente que é tudo” e que a vida “infelizmente, deve ser uma luta; e quem não sabe lutar, não é homem”.⁹ Nesse período, o autor colabora em periódicos libertários, produzindo textos bastante conhecidos, como “São Paulo e os estrangeiros I e II”; “No ajuste de contas...”; “Da minha cela”; “Sobre o maximalismo” e até a carta que endereça ao então presidente do país, Rodrigues Alves, à semelhança do que o major Quaresma faz com Floriano Peixoto, no romance (RESENDE, 2004, vol. I, p. 14-15).

Beatriz Resende observa que, nesse período intenso de contribuição à imprensa, Lima Barreto firma decisivamente o gênero da crônica como indissociavelmente ligado à cidade do Rio de Janeiro e, mais importante, “Lima Barreto inclui, pela primeira vez, o subúrbio na vida da cidade, no seu imaginário e em sua literatura” (RESENDE, 2004, Vol. I, p. 20). Ao final, ela conclui que a trajetória de Lima Barreto pela imprensa termina por onde começou: na defesa dos desvalidos, da gente marginalizada e desfavorecida por um sistema político e econômico que servia aos caprichos da sua elite dirigente e dos grandes poderes econômicos (RESENDE, 2004, vol. I, p. 22).

O ano de 1919 é decisivo para a trajetória de Lima Barreto na imprensa, bem como para sua vida literária pela definição da aposentadoria que lhe permitiu escrever mais e com maior liberdade de expressão. Foi também o ano em que se publicou, pela primeira vez de forma profissional, um romance do autor, *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, por iniciativa de Monteiro Lobato (RESENDE, 2004, vol. I, p. 16)¹⁰, fato que indica uma importante

⁹ Ver “A política republicana”, *A.B.C.* 19/10/1918 in BARRETO, 2004, vol. I, p. 393; e BARRETO, 1956, vol. XIII, p. 165.

¹⁰ Sobre a importância da relação de Lima com Lobato, Resende escreve: “O contato, todo por cartas, que Monteiro Lobato estabelece com Lima a partir de 1918, quando o convida a colaborar com a *Revista do Brasil*,

mudança quanto à aceitação de sua obra, tanto pela crítica como pelo mercado editorial. Em dezembro de 1918, ao ser considerado inválido para o serviço público, em razão das múltiplas internações que sofrera até ali, desfaz-se o vínculo do escritor com o Estado e esvaem-se os constrangimentos por que passava quando pretendia falar de maneira franca e direta sobre tudo o que julgasse contrário aos interesses do país (RESENDE, 2004, vol. I, p. 15).

Em crônica publicada a 25 de janeiro de 1919, no semanário *A.B.C.*, o escritor se diz completamente livre e alegre por não precisar mais guardar as conveniências da sua situação burocrática, tampouco comprimir sua indignação ou dizer pela metade aquilo que podia dizer totalmente:

“Aposentado como estou, com relações muito tênues com o Estado, sinto-me completamente livre e feliz, podendo falar sem reboços sobre tudo o que julgar contrário ao interesse do país [...]

Esperava desde muito estes dias de completa liberdade, de independência quase total, para dizer da minha pobreza a franca verdade aos poderosos e ricos que, assim, se fizeram por toda a sorte de maneiras, honestas e desonestas. Hei de dizer-lhes aos poucos...

Durante os quinze para dezesseis anos em que guardei as conveniências da minha situação burocrática, comprimi a muito custo a minha indignação e houve mesmo momentos em que ela, desta ou daquela forma, arrebentou.

Muitas atitudes minhas, aos olhos desses fariseus por aí, vinham do angustioso recalque dos ímpetos de minha alma e da obrigação em que estava, de dizer pela metade aquilo que eu podia dizer totalmente” (BARRETO, 2004, vol. I, p. 450-55).

Essa mudança de postura é, com efeito, a principal consequência para a produção do autor e se verifica, sobretudo, na formulação de uma crítica mais aberta, dirigida a figuras públicas e seus atos, revelando uma preocupação maior com os assuntos do dia a dia da política (RESENDE, 2004, vol. II, p. 7). É curioso notar aqui o ressentimento do autor em relação àqueles que o condenavam pela suposta loucura. Com um só gesto, Lima inverte a acusação de ser louco ao mesmo tempo em que formula uma crítica incisiva contra o jogo oportunista da imprensa e as suas relações com outros setores da sociedade, nesse caso a Igreja.

Tal como Isaías Caminha ou o povo a que se refere nos textos de *As mágoas e sonhos do povo*, ele expressa as suas próprias mágoas e os seus sonhos, atribuindo as causas do seu

será muito importante. Lobato manda datilografar os manuscritos que recebe, submete a revisão ao autor e troca observações em torno da obra de ambos. Dele Lima Barreto receberá, pela primeira vez, pagamento pela publicação de seus romances. Amigos e confrades de imprensa, a partir daí, passam muitas vezes a procurá-lo com pedidos de empregos ou solicitando resenhas de seus livros” (RESENDE, 2004, vol. I, p. 16).

fracasso ao meio social do país, à desigualdade, ao preconceito, em geral, e à negligência do sistema político para com as necessidades dos mais pobres, de modo que a imprensa também passa a ser cada vez mais comentada de modo crítico (RESENDE, 2004, vol. I, p. 20). Nesse momento, “Lima Barreto já era considerado um cronista que merecia atenção entre a gente da imprensa e intelectuais críticos da Primeira República”, devido à sua “presença constante em diversos periódicos e pela originalidade de seus textos, onde é capaz de unir a crítica mais acirrada ao humor” (RESENDE, 2004, vol. I, p. 16).

Finalmente, de março a julho de 1919, o autor vê o semanário *Hoje* publicar os nove textos que produziu sob o título de *As mágoas e sonhos do povo*, e, em setembro, ele entra, pela segunda vez, para o quadro regular de colaboradores da *Careta*. Daí até o fim da sua vida, a atenção de Lima Barreto estaria dividida entre a luta contra o alcoolismo e a luta contra os desmandos do poder econômico, que se fortalecia cada vez mais com o crescimento da atividade produtiva em São Paulo tornando-se mais influente na política nacional. Tampouco ficariam livres do seu exame a imprensa e sua atuação pouco comprometida com os interesses do país, as inovações em termos de costumes e o cosmopolitismo cultural, que após a guerra, voltariam a exortar quase tudo o que viesse importado da Europa e dos Estados Unidos.

2.2 RIO DE JANEIRO, A “CAPITAL ESPIRITUAL”

O período histórico em que Lima Barreto viveu representou de certa maneira o auge da centralidade que o Rio de Janeiro exerceu em relação ao Brasil em diversas áreas. Do final do século XIX até o início do século XX, a então Capital Federal passou por profundas transformações sociais que marcaram, do ponto de vista econômico e cultural, a entrada do país na modernidade. O Rio era então a cidade mais urbanizada do país e passou a atrair uma grande quantidade de pessoas vindas das mais variadas regiões, além de muitos estrangeiros. Já desde os últimos anos do Império, mas ainda depois da Abolição e da Proclamação da República, por exemplo, sua população triplicou com a chegada de profissionais liberais, burocratas, arrivistas, ex-escravos recém-libertos e todo o tipo de gente em busca de trabalho e melhores condições de vida. É justamente essa diversidade da gente que habitava a cidade e a riqueza da sua herança cultural que Lima Barreto utiliza como argumento para conferir maior legitimidade aos seus artigos como textos de folclore brasileiro e reivindicar para a cidade do Rio de Janeiro o *status* de “capital espiritual”.

Por um lado, ela podia ser considerada a mais representativa culturalmente por conta da diversidade de pessoas provenientes de todas as regiões do país, possuindo assim uma pequena mostra do que existia Brasil afora em termos de costumes tradicionais de origem popular. Por outro, era a cidade mais populosa e a mais dinâmica no comércio, na produção econômica e cultural, o que fazia do Rio de Janeiro um vetor em termos de modernização das relações sociais. Assim, considerando a importância das profundas transformações que, segundo Nicolau Sevcenko, introduziram o Brasil na modernidade (SEVCENKO, 2003, p. 22) e que foram realizadas, de modo geral, em primeiro lugar e com maior intensidade no Rio de Janeiro, bem como as suas consequências na vida material e cultural do povo carioca, pode-se dizer, com Lima Barreto, que de modo geral era lá onde se viam resumidas as mágoas, os sonhos, e as dores dos brasileiros. Em outras palavras, era onde se podia ver com maior clareza o contraste entre as marcas sociais deixadas pelo sistema escravocrata, o projeto de desenvolvimento sócio econômico encampado pela classe dirigente, e a situação de miséria e abandono que o povo enfrentava naquele tempo presente.

Esse contraste se percebe na obra de Lima Barreto como um todo, mas o que interessava ao ator na escrita da série *As mágoas e sonhos do povo* eram, sobretudo, os costumes e as narrativas do povo, pois, era justamente através da “arte anônima e popular”

que se veria revelada a alma do povo, a sua situação social e suas ânsias. Sua intenção é antes conhecer, refletir e fazer ver a tradição popular no cotidiano das pessoas. Por isso, ele se volta para as narrativas anônimas triviais e para os costumes populares discretos. Assim, sem se restringir à cultura popular, Lima Barreto discute também a produção intelectual e literária interessada por esse tema, ou como foi chamado pelo semanário *Hoje*, pelo folclore brasileiro, bem como a relação do povo com o destino do país. Como seria impossível considerar a cultura popular apartada do quadro sociocultural mais amplo no qual ela se insere, é importante assinalar brevemente alguns aspectos do contexto histórico e social da cidade do Rio de Janeiro para discutir com clareza pontos específicos dos textos da série mais adiante.

Durante os tempos do Império, além de ser a sede política e administrativa do Brasil, o Rio de Janeiro tornou-se o principal polo comercial e econômico, concentrando a maior população urbana, os principais bancos, indústrias, serviços e a infraestrutura portuária. Nessa época, a então Capital Federal era a cidade mais urbanizada e, também por isso, abrigava uma grande variedade de pessoas oriundas de todas as regiões do país, além de muitos estrangeiros. Já desde os últimos anos do regime monarquista de D. Pedro II, mas ainda depois da Abolição e da Proclamação da República, a população do Rio passou a crescer intensamente com a chegada de migrantes, de tal modo que grande parte dessa população continuou a viver em condições precárias, em termos de habitação e saúde, e consideravelmente à margem do mercado de trabalho formal e do “progresso” experimentado pelas elites, contrariando as expectativas de ampliação dos direitos e da cidadania que muitos idealizadores e arautos do novo regime alimentavam. É principalmente a essa parcela da população, que engrossava os números da informalidade e não desfrutava os direitos e o exercício da cidadania, à qual Lima Barreto se refere ao longo da série em geral, mas, em dado momento, especificamente, como “o povo, aquele verdadeiro, aquele que não sabe ler e escrever” (BARRETO, 1956, p. 250).

Sidney Chalhoub nota que a cidade do Rio de Janeiro testemunha transformações importantes em sua estrutura populacional nas últimas décadas do século XIX e na primeira década do século XX. Ao passo que em 1872 moravam na capital cerca de 270 mil pessoas, em 1890, esse número praticamente tinha dobrado para cerca de 520 mil, e chegou a triplicar para 810 mil, em 1906. Além do crescimento do número de pessoas, houve também o aumento da densidade populacional que, em 1872, era de 247 habitantes por km², passou a

409 habitantes por km², em 1890, e atingiu a marca de 722 habitantes por km², em 1906. Como nota o historiador, a Capital Federal era a única cidade do Brasil com mais de 500 mil habitantes, em 1906. Abaixo dela vinham São Paulo e Salvador, com pouco mais de 200 mil habitantes cada uma. Esse crescimento populacional acelerado e repentino esteve diretamente ligado à chegada de escravos libertos que viviam na zona rural e não puderam se manter lá por dificuldades impostas pelo Estado, e à imigração, ambas estimuladas inicialmente pelas melhorias nas condições de saneamento da cidade.

O Rio concentrava, assim, o maior contingente de negros e mulatos do Sudeste, o que representava 34% da população carioca em 1890. Em função da “ideologia oficial e racista do período, que queria por força ‘embranquecer’ a população do país” (CHALHOUB, 2012, p. 43), o censo de 1906 não coletou informações dos habitantes discriminadas por cor. Quanto aos imigrantes de nacionalidade estrangeira, visto que as informações disponíveis tampouco distinguem o número de imigrantes que adotaram a nacionalidade brasileira e os que mantiveram a nacionalidade de seu país de origem, observa-se que representavam 24% da população carioca em 1890, passando a 26% em 1906, sendo a grande maioria oriunda de Portugal (CHALHOUB, 2012, p. 42-44). Nesse sentido, é interessante notar que em “Histórias e Contos de Animais”, Lima Barreto faz referência a “Manel Capineiro”, o pobre português da sua vizinhança que chorara a morte de seu gado, como se fosse a de um familiar, já o considerando em certo sentido parte do povo brasileiro (BARRETO, 1956, p. 270).

Como afirma Chalhoub, as mudanças demográficas da cidade precisam ser percebidas dentro do quadro social mais abrangente da constituição do capitalismo no Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, considerando, sobretudo, as profundas mudanças socioeconômicas associadas à transição de relações sociais do tipo senhorial-escravista para as relações sociais do tipo burguês-capitalista. Essas transformações, que historicamente equivaleram ao processo de formação da classe trabalhadora na cidade, se iniciaram em meados do século XIX como consequência da supressão oficial definitiva do tráfico de escravos, juntamente com a formulação de leis que, na prática, vedaram ao homem livre o acesso à propriedade da terra. É importante notar que as relações sociais do tipo burguês-capitalista, segundo Chalhoub, já eram claramente dominantes na sociedade carioca após “o episódio cataclísmico e decisivo da ‘obra de renovação material, de renovamento

moral' empreendida na administração do prefeito Pereira Passos", entre os anos de 1902 e 1906 (CHALHOUB, 2012, p. 45).

Ressalte-se ainda que a figura essencial na formação do mercado capitalista de trabalho assalariado, o homem livre, foi forjado, no Brasil, substancialmente, pelos processos de emancipação dos escravos e do movimento imigratório, de modo que o trabalhador assalariado era majoritariamente o imigrante pobre ou o ex-escravizado (CHALHOUB, 2012, p. 46). Observando a "pirâmide ocupacional" dos habitantes do Rio de Janeiro nesse período, José Murilo de Carvalho aponta a principal marca que distinguia o Rio de grandes cidades do mundo naquela época, como Buenos Aires, Nova Iorque e Paris, entre outras: o enorme contingente de trabalhadores domésticos, de jornaleiros, de pessoas sem profissão conhecida ou de profissões mal definidas. Segundo Carvalho, "este *lumpen* representava em torno de 50% da população economicamente ativa, com pouca variação entre 1890 e 1906" (CARVALHO, 1987, p. 76).

A partir de uma perspectiva semelhante, comparando os dados sobre a ocupação da população economicamente ativa, Chalhoub ressalta que mesmo após o 13 de maio de 1888, o negro, em geral, permaneceu subordinado na sociedade carioca. Ele observa que enquanto cerca de 50% dos estrangeiros trabalhavam nos setores de emprego mais dinâmicos da economia, como o comércio, a indústria manufatureira e as atividades artísticas, aproximadamente metade dos não-brancos economicamente ativos empregavam-se nos serviços domésticos, sendo apenas 17% na indústria e 16% sem profissão declarada (CHALHOUB, 2012, p. 81). Os portugueses, que eram maioria dentre os estrangeiros, dominavam reconhecidamente grande parte dos pequenos empreendimentos, sobretudo estabelecimentos comerciais, como bares e vendas, e alguns tipos de serviço, como o de transporte de carruagem, por exemplo. Já os negros e pardos, que carregavam o estigma discriminatório da escravidão, acabaram ficando ainda mais à margem do mercado de trabalho formal, recorrendo temporária ou definitivamente ao comércio ambulante, "mais filho da necessidade e da tradição" do que da opção dos indivíduos para driblar as adversidades que cresciam com o projeto "civilizatório" empreendido pelas elites (CHALHOUB, 2012, p. 112).

Nicolau Sevcenko afirma que "na condição de elevado índice de desemprego estrutural e permanente sob que vivia a sociedade carioca, grande parte da população estava reduzida à situação de vadios compulsórios" (SEVCENKO, 2003, p. 83-85). Diante disso,

quando a penúria e o desespero não os lançavam ao delírio alcoólico, à loucura ou ao suicídio, o que restava eram as “práticas alternativas”, como o subemprego, a mendicância, a criminalidade e os expedientes eventuais e incertos (SEVCENKO, 2003, p. 83). A larga escassez de trabalho fazia com que as pessoas realizassem as mais inusitadas atividades para obter alguma renda. O cronista João do Rio chamou de “profissões da miséria” as atividades daqueles que buscavam nas ruas o seu sustento. E entre tantos outros que se ocupavam aqui e ali, dos mais diversos modos, havia “papeleiros”; “trapeiros”, em busca de trapos; “cavaqueiros”; que revolviam os montes de lixo à procura de quaisquer objetos vendáveis; “chumbeiros”, em busca de restos de chumbo; “caçadores de gatos”, que se vendiam aos restaurantes como coelhos; “coletores de botas e sapatos”; “apanha-rótulos e selistas”, que procuravam rótulos de artigos importados e selos de charutos finos para vendê-los aos falsificadores; os “ratoeiros”; “as ledoras de mão” e os “tatuadores”. Também entravam nesse grupo, os vendedores ambulantes de orações e de literatura de cordel, além dos compositores de modinha (DO RIO *apud* SEVCENKO, 2003, p. 84).

Mas mesmo para os trabalhadores mais convencionais, como os operários de pequenas fábricas, o emprego não era seguro e constante. Quando havia, no entanto, chegava a ser tão sacrificante a ponto de levar o cronista do *Jornal do Commercio* a escrever: “Não há cidade no mundo em que o trabalho dos operários seja mais prolongado e árduo que no Rio de Janeiro” (*in* SEVCENKO, 2003, p. 74).¹¹ Em suas crônicas, Lima Barreto tratou diversas vezes da situação opressiva a que estava sujeito grande parte da população carioca em seu tempo. Em “O ‘muambeiro’”, crônica publicada na *Careta* em agosto de 1915, narra-se a história de um ex-operário que, tendo perdido o emprego e consumido quase todas as suas economias, mas ainda em posse de um pequeno sítio com suas laranjeiras, tangerineiras e bananeiras decide vender frutas pela cidade. Depois de conseguir dois mil-réis, ao chegar ao bairro de Todos os Santos, o comerciante é parado por um guarda municipal que, sem lhe dar qualquer explicação, exige uma “licença” para comercializar seu produto. Ao que o vendedor ambulante demonstra desconhecimento, o guarda responde de modo inapelável com a intimação: “Já sei. Você é ‘moambeiro’. Vamos para a Agência” (BARRETO, 2004, p. 225).

Em “A consulta”, outra crônica, publicada em abril de 1915 na *Careta*, Lima Barreto escreve sobre a audiência pública de uma senhora, moradora de rua, com o “prefeito de polícia”. Na narrativa de aspecto ficcional, os cuidados do autor em ridicularizar a autoridade

¹¹ Sem rumo”, *Jornal do Commercio*, 15/12/1897.

policial faz predominar o tom de galhofa. A senhora, talvez uma antiga prostituta, “Mme. Déchue”, após ser removida seguidas vezes de onde se abrigava, pede uma audiência para consultar a polícia sobre qual lugar da cidade ela poderia morar sem ser incomodada.¹² A situação seria consideravelmente inusitada se tivesse acontecido. A senhora, que está exposta aos procedimentos da política de “higienização” da cidade, vive em condições sociais e econômicas vulneráveis. Ela expõe ao prefeito a incoerência da ordem social que ele, como chefe, contribui para manter e, afinal, deseja saber onde a polícia não se importaria que ela morasse, evitando assim a fadiga de mais uma mudança e o constrangimento para ambas as partes. A bem da verdade, não existe diálogo: o policial diz que a sua função é unicamente retirar as pessoas da rua, mas não sabe informar onde seria permitido ficar (BARRETO, 2004, vol. I p. 192-93). Ou seja, fica claro que não existe articulação entre órgãos do Estado e que este não procura organizar a vida em sociedade, apenas se compromete em manter seletivamente a aparência de uma cidade “limpa”.

O que está retratado nas crônicas de Lima Barreto vai ao encontro da impressão de Sevcenko sobre os trabalhadores informais. O historiador afirma que essas “profissões ignoradas”, por mais que fossem intimidadas, coagidas e reprimidas pelas autoridades policiais ou censuradas pelas camadas privilegiadas da sociedade, contavam com uma certa admissão tácita por serem úteis e até mesmo necessárias para alguns setores do comércio e da indústria locais, o que não ocorria com aqueles que viviam de esmolar (SEVCENKO, 2003, p. 84-85). Em 1911, na *Gazeta da Tarde*, Lima Barreto faz a defesa de um mendigo cego que havia sido preso pela polícia por possuir uma quantia inesperada de dinheiro. Nessa época, enquanto a imprensa fazia campanha pela “caça aos mendigos”, com vistas a eliminar das áreas centrais da cidade os pedintes, indigentes, ébrios, prostitutas e outros grupos marginais (SEVCENKO, 2003, p. 48), Lima Barreto se opõe ao coro dos indignados que censuravam e perseguiram o “pobre homem”, elencando uma série de motivos razoáveis que justificariam a sua poupança. Diante da instabilidade que envolvia também a sua profissão de pedinte, como muitas outras, mas principalmente das condições sociais e econômicas da cidade, que não ofereciam previsibilidade até mesmo aos empregados, ele argumenta em favor da razão e do direito, incontestável, segundo os costumes, de se esmolar e poupar parte do que se ganha.

Como poucos escritores e jornalistas à época, Lima Barreto soube retratar de maneira crítica e minuciosa a situação e as condições de vida de muitas dessas pessoas e os exemplos

¹² Em tradução livre do francês, poderia ser entendido como “Senhora Decaída”.

são fartos nas páginas de jornais e revistas para os quais colaborou. Desde o início da sua atuação como jornalista, se verifica uma atenção para as dificuldades do povo carioca que sofria as consequências negativas do processo de modernização do espaço urbano da cidade e do mercado de trabalho, assim como a relação entre as suas dificuldades e a atividade política e a ideologia das elites dirigentes.

À medida que se dava o processo de formação do mercado de trabalho capitalista no Rio de Janeiro, a cultura dos populares também ia se modificando devido à importância que o trabalho tem no estabelecimento dos costumes, na divisão do tempo do dia a dia, nas possibilidades de lazer e sociabilidade. Segundo Chalhoub, o trabalho passou a ser a “lei suprema”. O universo ideológico das classes dominantes brasileiras entre o fim do Segundo Reinado e durante a República Velha estava dividido em dois mundos que se definem por oposição um ao outro: o do trabalho e o da ociosidade (CHALHOUB, 2012, p. 78). Assim, no nível mais alto da hierarquia social se encontravam os proprietários e os patrões, seguidos pelos bons trabalhadores, que representavam os indivíduos de mais alta moralidade, por amar o trabalho e respeitar a propriedade privada. No nível inferior, estavam os ociosos, associados a certo grau de depravação moral e uma tendência à desordem. E por último, havia o mundo do crime que era feito de sujeitos de maus instintos, miseráveis e sem apego à ordem social.

A República, proclamada “sobre o homem livre pobre”, fazia assim acompanhar o seu projeto de exploração econômica de um projeto mais amplo de “mudança espiritual” que tinha por finalidade inserir o Brasil na “civilização” (CHALHOUB, 2012, p. 253-54). Esse projeto resultou na transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca e, segundo Sevcenko, não havia quem pudesse se opor a ela. O historiador afirma que o “transcurso dessa metamorfose” foi regido por quatro princípios fundamentais:

[...] **a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento da cultura popular** que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de **expulsão dos grupos populares da área central da cidade**, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e **um cosmopolitismo agressivo**, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 2003, p. 43 – grifo nosso).

A tolerância dessa nova sociedade para com as formas de cultura e religiosidade populares era mínima, pois a “luta contra a ‘caturrice’, a ‘doença’, o ‘atraso’ e a ‘preguiça’ era uma luta contra as trevas e a ‘ignorância’; tratava-se da definitiva implantação do progresso e da civilização”. Ou seja, a cultura popular era vista como atrasada pelas lentes

civilizatórias, além de ser imprópria para o ideal produtivista da sociedade que se erguia sobre os escombros do passado. Por isso, as autoridades, bem como os entusiastas da modernização do Rio, não demoraram a censurar ou impor severas restrições às manifestações populares, como a proibição das festas de malhação do Judas e do bumba-meu-boi, da festa da Glória e o combate policial a todas as formas de religiosidade popular, como líderes messiânicos, curandeiros e feiticeiros (SEVCENKO, 2003, p. 47).

No carnaval, por exemplo, repreendia-se tanto as fantasias como o comportamento dos foliões, pois o que se desejava era o carnaval da versão europeia, com arlequins, pierrôs e colombinas de emoções comedidas, e não os cordões, os batuques, as pastorinhas e as fantasias populares preferidas, como a de índio e de cobra viva. A imprensa chegou até a pressionar para que cerimônias populares tradicionais fossem confinadas em áreas isoladas do Centro, “para evitar o contato entre as duas sociedades que ninguém admitia mais ver juntas, embora fossem uma e a mesma”. E por mais contraditório que fosse, embora a sociabilidade das elites elegantes se fizesse em torno dos cassinos e do Jockey Club, como aponta Sevcenko, a forma de jogo mais difundida entre o povo, o jogo do bicho, passou a ser proibida e perseguida (SEVCENKO, 2003, p. 47-48).

O historiador nota ainda que, ao contrário do que ocorreu no período da Independência, quando as elites buscaram identificar-se aos grupos nativos, como índios e mamelucos, manifestando um “desejo de ser brasileiro”, na expressão do indianismo, as duas primeiras décadas republicanas foram marcadas pelo “desejo de ser estrangeiro”. Assim, o que o advento da República proclamara sonoramente fora, na verdade, a vitória do cosmopolitismo no Rio de Janeiro (SEVCENKO, 2003, p. 51). O trecho da crônica “A semana dia a dia”, publicada no *Jornal do Comércio* em março de 1908 é precisamente exemplar a respeito dessa mentalidade elitista e cosmopolita.

Já se foi o tempo em que acolhíamos com certa simpatia esses parentes que vinham descalços e malvestidos, falar-nos de seus infortúnios e suas brenhas. Então a cidade era deselegante, mal calçada e escura, e porque não possuíamos monumentos, o balouçar das palmeiras aflagava a nossa vaidade. Recebíamos então sem grande constrangimento, no casarão, à sombra de nossas árvores, o gentio e seus pares, e lhes manifestávamos a nossa cordialidade fraternal [...] Agora porém a cidade mudou e nós mudamos com ela e por ela. Já não é a singela morada de pedras sob coqueiros; é o salão com tapetes ricos e grandes globos de luz elétrica. E por isso, quando o selvagem aparece, é como um parente que nos envergonha. Em vez de reparar nas mágoas do seu coração, olhamos com terror para a lama bravia dos seus pés. O nosso *smartismo* estragou a nossa fraternidade (*in* SEVCENKO, 2003, p. 49).

Em outro trecho, o autor narra o desconforto que a presença de mestiços causava aos participantes brasileiros do Congresso Pan-Americano:

Lembro-me sempre, por mais que queira esquecer, a amargura, o desespero com que pusemos os olhos rebrilhantes de orgulho naquele carro fatal, atulhado de caboclos, que a mão da providência meteu em préstito por ocasião das festas do Congresso Pan-Americano. A cabeleira da mata virgem daquela gente funesta ensombrou toda a nossa alegria. E não era para menos. Abríamos a nossa casa para convidados da mais rara distinção e de todas as nações da América. Recebíamos até norte-americanos! [...] Íamos mostrar-lhes a grandeza do nosso Progresso, na nossa grande Avenida recém-aberta, na Avenida à beira-mar, não acabada, no Palácio Monroe, uma teteia de açúcar branco. No melhor da festa, como se tivessem caído do céu ou subido do inferno eis os selvagens medonhos, de incultas cabeleiras metidas até os ombros, metidos com gente bem penteada, estragando a fidalguia das homenagens, desmoralizando-nos perante o estrangeiro, destruindo com o seu exotismo o nosso chiquismo.

Infelizmente, não era mais tempo de providenciar, de tirar aquela nódoa tupinambá da nossa correção parisiense de esconder aqueles caboclos importunos, de, ao menos, cortar-lhes o cabelo (embora parecesse melhor a muita gente cortar-lhes a cabeça), de atenuar com escova e perfumaria aquele escândalo de bugres metediços [...] Não houve remédio senão aturar as feras, mas só Deus sabe que força de vontade tivemos de empregar ao sorrir ao Sr. Root, responder em bom inglês ao seu inglês, vendo o nervoso que nos sacudia a mão quando empunhávamos a taça dos brindes solenes e engolir, de modo que não revelasse aos nossos hóspedes que tínhamos índios atravessados na nossa garganta. Foram dias de dor aqueles dias de glória. A figura do índio nos perseguia com a tenacidade do remorso. A sua cara imóvel interpunha-se à dos embaixadores e à nossa. As suas plumas verdes e amarelas quebraram a uniformidade negra das casacas. Broncas sílabas tupis pingaram, endoando o primor das línguas educadas (*in* SEVCENKO, 2003, p. 50-51).

As palavras acima transcritas evidenciam escandalosamente a força do preconceito e da absoluta ausência de compaixão e senso de justiça social predominantes no discurso da elite daquele tempo. Não se levava em conta a falta de oportunidades nem as condições materiais a que toda a gente que vinha chegando ao Rio de Janeiro desde há pelo menos três décadas tinha de enfrentar para, minimamente, sobreviver.

Havia, na época, um ditado popular que dizia: “A vida é um pau-de-sebo que escorrega. Tendo na ponta presa uma bolada”. Mas, ainda que as chances de alcançar o prêmio fossem baixíssimas, muito poucos se abstinham da escalada escorregadia (SEVCENKO, 2003, p. 55). Um agravante à dura situação já vivida pelas classes populares nos tempos do regime imperial foi a disseminação mais intensa do ideal individualista

conforme o país se modernizava. Sevcenko aponta para uma tendência à “dissolução das formas tradicionais de solidariedade social”. Nesse contexto de transição ideológica, “as relações sociais passam a ser mediadas em condições de quase exclusividade pelos padrões econômicos e mercantis, compatíveis com a nova ordem da sociedade”. O historiador conclui que “por todo lado” ecoavam testemunhos amargos sobre a extinção dos sentimentos de solidariedade social (SEVCENKO, 2003, p. 55).

Sobre as classes populares, Chalhoub afirma que a necessidade de ser competitivo significava ser bem sucedido na luta pela sobrevivência e que essa atitude se traduziu em ações contraditórias na prática cotidiana. Diante das muitas adversidades a que estavam sujeitos, se, por um lado, era preciso competir para garantir o meio de sobrevivência no mundo do trabalho, em geral conflituoso, por outro, o pobre urbano mantinha, como estratégia de sobrevivência, a construção de redes de solidariedade e ajuda mútua entre familiares, amigos e vizinhos, visto que o mercado de trabalho era incipiente para atender o número de pessoas desocupadas (CHALHOUB, 2012, p. 150). Esse convívio necessário e mesmo anterior à disseminação do individualismo como valor burguês se baseava na ajuda mútua e acabava por unir as pessoas, favorecendo a manutenção dos costumes tradicionais e revelando uma grande valorização dos diversos rituais de solidariedade.

Nesse sentido, ainda que a tradição popular estivesse passando por um processo histórico amplo e geral de enfraquecimento, tendo em vista a sua dificuldade em fornecer explicações razoáveis para a transformação espiritual, material e cultural, que o Brasil vinha sofrendo, ela ainda servia de esteio para a grande parte da população carioca e brasileira, já que a República introduzira a modernidade de modo parcial no país, favorecendo, sobretudo, as classes que já desfrutavam de privilégios na ordem político econômica do Império. Esse aspecto típico do caso brasileiro contribuiu em certa medida para o apego à tradição como forma de resistência às barbáries cometidas sob o disfarce de medidas “civilizatórias”. Observe-se também que, à medida que as relações econômicas, de trabalho, e as formas de relacionamento em grupo ou interpessoal nas diversas camadas foram se modificando, de certa maneira, as mágoas, os sonhos e as dores do povo também mudavam, acompanhando o processo histórico de transformação de valores. A solidariedade e os costumes populares certamente contribuíram para tornar essas mudanças culturais históricas menos bruscas e talvez tenha sido esse um dos pontos que mais interessava a Lima Barreto na feitura da série.

Se o final do século XIX foi bastante turbulento em termos de disputas políticas e manifestações sociais, ambas alimentadas pela esperança e o anseio da ampliação de direitos ao povo brasileiro, a chegada da *Belle Époque* representou a definição dos vitoriosos e dos derrotados na disputa pela condução do país na Primeira República. Nesse sentido, ficou evidente que o novo regime seria “mais do mesmo” ou até pior para o povo do que havia sido no Império. A opinião de Lima Barreto a esse respeito é expressa de forma cristalina na crônica “O Momento”, publicada no *Correio da Noite*, em março de 1915, de tal modo que vale a pena transcrevê-la integralmente:

Sempre fui contra a república. Tinha sete anos e vinha do colégio primário, do grande colégio de que me lembro sempre com ternura e cheio de saudades da minha boa professora, Dona Teresa Pimentel do Amaral, quando me disseram que se havia proclamado a república.

Não tinha naqueles tempos outras cogitações que não fossem a de glória, a da grande, imensa glória, feita por mim sem favor, nem misericórdia, e vi que a tal república, que tinha sido feita, espalhava pelas ruas soldados embalados, de carabinas em funeral.

Nunca mais a estimei, nunca mais a quis.

Sem ser monarquista, não amo a república.

João Ribeiro disse-me, certa vez, que a república era a cultura parda; pois sou como o Senhor João Ribeiro; nunca houve anos no Brasil em que os pardos, os malditos do seu Haeckel, fossem mais postos à margem.

O nosso régimen atual é da mais brutal plutocracia, é da mais intensa adulação aos elementos estranhos, aos capitalistas internacionais, aos agentes de negócios, aos charlatães tintos com uma sabedoria de pacotilha.

Não há entre os ricos, entre os poderosos, nenhuma generosidade; não há piedade, não há vontade, por parte deles, desejo de atenuar a sua felicidade, que é sempre uma injustiça, com a proteção aos outros, com o arrimo aos necessitados, com o fervor religioso de fazer bem.

Têm medo de ser generosos, têm medo de dar uma esmola, têm medo de ser bons.

Se a dissolução de costumes que todos anunciam como existente, há, antes dela houve a dissolução do sentimento, do inacessível sentimento de solidariedade entre os homens.

Eu, há mais de vinte anos, vi a implantação do régimen. Vi-a com desgosto e creio que tive razão

(BARRETO, 2004, vol. I, p.174).

Educado em colégios de classe alta graças à relação de seu pai com um importante personagem da história do país, o monarquista Afonso Celso, Lima Barreto experimentou desde cedo o sabor dos contrastes entre a vida das elites brasileiras e das classes pobres. Frequentando escolas da classe abastada, sofreu discriminação pela sua origem social e pela cor da sua pele, o que certamente fez abrir os olhos do autor para uma série de injustiças praticadas na sociedade brasileira da Primeira República. Francisco de Assis Barbosa afirma

que desde que deixara os bancos escolares do Cunditt e do Paula Freitas, Lima “formara da própria inteligência um alto conceito, sentindo-se muito acima da mediocridade do meio em que vivia” (BARBOSA, 2003, p. 161). Apesar disso, o autor teve tudo recusado: o canudo doutoral, a ascensão na burocracia, o prêmio da Academia (BARBOSA, 2003, p. 321). A perspectiva dos sonhos de Lima Barreto é uma entre tantas outras que foram alimentadas pelas campanhas republicana e abolicionista no tempo do Império e rapidamente frustradas após a instauração do novo regime.

É interessante notar a consciência que o autor demonstra ter em relação às suas capacidades, assim como a respeito das dificuldades que enfrentaria para se realizar pessoalmente e ser reconhecido. Um dia depois do natal do ano de 1904, cerca de dez anos antes da primeira internação por delírios alcoólicos, ele registra com sobriedade e asserção o seguinte trecho nas páginas do seu *Diário Íntimo*: “[...] eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado como contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia de desgosto e ele far-me-á grande” (BARRETO, 1956, p. 52). Já no precepe final da vida, aposentado e afeiçoado à vida no subúrbio, Lima permanecia fiel à sua vocação de escritor enquanto tentava se libertar do vício no álcool, transformando sua casa humilde no último reduto de uma resistência desesperada e vã. Na Vila Quilombo, “ele se recolhia para lutar até o fim com a única arma que sabia manejar: a inteligência”. (BARBOSA, 2003, p. 325).

O olhar do autor em relação ao outro evento de maior impacto na sociedade brasileira da época, a Abolição, apresenta de modo semelhante a perspectiva histórica da transformação dos sonhos do povo em mágoas. Nascido a 13 de maio de 1881, portanto, a exatos sete anos da Abolição, Lima Barreto vivenciou os momentos determinantes na transição da sociedade brasileira do trabalhador escravo para a do trabalhador livre assalariado, e talvez não haja texto tão representativo do sentimento de malogro experimentado nessa sua vivência quanto “Maio”, redigido a partir das memórias que tinha do momento em que o trabalho escravo fora, ao menos oficialmente, abolido no Brasil.

A crônica foi publicada na *Gazeta da Tarde*, em 1911, quando Lima tinha trinta anos de idade. Confessando a falta que lhe faziam, naquela ocasião, o conhecimento direto da injustiça do cativo, o sentimento dos aspectos hediondos e vexatórios da escravidão, e a imaginação de todo o seu horror, ele conta jamais ter visto, em sua vida, tanta alegria como no momento em que se soube da assinatura da lei que extinguiu a escravidão: “Era geral, era

total”. O escritor segue recordando que os dias de folganças e festejos posteriores lhe deram uma visão da vida “inteiramente festa e harmonia”, a ponto de pensar que dali em diante nem mesmo a fantasia teria limitações: “Julgava que podíamos fazer tudo o que quiséssemos [...] Parece que essa convicção era geral na meninada, porquanto um colega meu, depois de um castigo, me disse: ‘Vou dizer a papai que não quero voltar mais ao colégio. Não somos todos livres?’” (BARRETO, 2004, vol. I., p. 75).

Contudo, vinte e três anos mais tarde, aquela concepção entusiasmada já teria ruído enquanto um entendimento mais sóbrio e pragmático da dura realidade social que dominava a cidade e o país como um todo se impusera na sua compreensão do mundo. O tom nostálgico da crônica ressalta o contraste entre uma impressão de infância – marcada pelo alento que, de certa forma, fazia coro ao grito anônimo e coletivo de “livre! livre!” – e a constatação mais realista e objetiva, feita em tom de lamento e pesar vinte e três anos mais tarde: “Mas como ainda estamos longe de ser livres! Como ainda nos enleamos nas teias dos preconceitos, das regras e das leis” (BARRETO, 2004, vol. I, p. 77-79).

3.1 O SEMANÁRIO *HOJE* NO QUADRO DO JORNALISMO REPUBLICANO

O semanário *Hoje* foi lançado no Rio de Janeiro em 20 de março de 1919, a menos de um mês da oitava eleição presidencial direta, e circulou pelo menos até novembro de 1923, segundo se constata pela consulta aos acervos das Hemerotecas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Biblioteca Nacional. Autointitulado um “Periódico de Ação Social”, *Hoje* se propunha a analisar e debater os empecilhos ao desenvolvimento econômico e social do Brasil para além de apoiar ou combater campanhas eleitorais, acusação que dirigia de forma genérica a outros periódicos que teriam surgido também às vésperas da disputa entre Ruy Barbosa e Epitácio Pessoa para presidente da República unicamente com esse fim. Nesse sentido, seu enfoque editorial recai especialmente sobre os fatos relacionados à situação desfavorável que o país vivia econômica e socialmente com o recrudescimento da desigualdade e a piora nas condições de vida para a população como um todo, dando atenção especial ao conflito de interesses que opunha, de um lado, os detentores dos meios de produção e, do outro, a força de trabalho.

Desde 1914, com praticamente toda a Europa voltada para a Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, com grande parte da sua infraestrutura e rede produtiva devastada, houve a necessidade de o Brasil ampliar a produção da indústria nacional para atender parte da demanda interna que antes era suprida pelas importações. Houve, assim, um surto de industrialização que foi acompanhado pela organização dos movimentos operários e pelo fortalecimento do sindicalismo, de modo que os conflitos entre as classes sociais se intensificaram no decorrer da década. As primeiras greves gerais brasileiras, em 1917, em São Paulo, e, em 1918, no Rio de Janeiro, certamente se favoreceram da proliferação de inúmeros periódicos produzidos por e para trabalhadores de diversos ofícios. Alguns deles contaram inclusive com a colaboração de Lima Barreto.

Nesse cenário, *Hoje* se apresentava, sobretudo, como um periódico formador de opinião, cujo principal objetivo era conciliar o desenvolvimento do setor produtivo com a necessidade de regulamentação do mundo do trabalho. O semanário tratava de informar, mas sobretudo refletir sobre política, economia e legislação, observando os casos ocorridos em outros países, principalmente no mundo industrializado, atuando como uma espécie de mediador do debate social. De tal modo, tinha sempre em vista o futuro da economia

brasileira e o reposicionamento do país no quadro mais amplo da dinâmica mundial, que se reorganizava após mudanças provocadas pela guerra.

Em sua capa, o semanário indicava ser “Propriedade d’uma Associação”, o que não esclarecia muito a respeito do seu perfil editorial, visto que a cidade do Rio de Janeiro abrigava então uma enormidade de associações de diversos tipos e finalidades (CARVALHO, 1987, p. 143-46). No entanto, confrontando essa informação com os textos assinados por seu diretor, Ferdinando Borla, bem como o conteúdo das outras matérias, majoritariamente anônimas, fica evidente o alinhamento do periódico a valores caros à classe proprietária produtiva, portanto, burguesa. Essa afinidade se traduzia na defesa de medidas que visassem a ganhos de produtividade e crescimento econômico, especialmente da atividade industrial, assim como ao fortalecimento da posição comercial e diplomática do Brasil. Tal postura era condizente com o que Borla denominou um “nacionalismo sadio” no editorial da edição de estreia do semanário.

Isso não significava, contudo, a defesa aberta da precarização do trabalho e da exploração irrestrita ou inconstante da mão de obra, como se poderia imaginar. Ao contrário, por diversas vezes o semanário debateu e se posicionou a favor da ampliação de direitos trabalhistas, opondo-se a outros setores da sociedade, ao passo que também abordava com frequência algumas dificuldades que as classes mais pobres enfrentavam no seu dia a dia, como o encarecimento dos gêneros alimentícios. A legenda que acompanha a ilustração na capa da primeira edição é exemplar, nesse sentido, e permite ter uma ideia mais clara do posicionamento de *Hoje* no espectro político ideológico existente à época. Cerca de quatro meses após o fim da Primeira Guerra Mundial, afirmava-se que a paz só poderia ser alcançada e estabelecida definitivamente quando houvesse justiça social. Caso contrário, o mundo viveria numa alternância constante entre o militarismo e a anarquia.

Porta-voz de uma associação patronal, ao que tudo indica, o periódico não deixa de reconhecer e legitimar as demandas dos trabalhadores, dispondo-se a discuti-las de modo esclarecido, ainda que em defesa da classe proprietária. Essa nuance será comentada com mais detalhes um pouco mais adiante no momento da análise dos textos de Borla. Antes disso, é interessante fazer algumas considerações gerais a respeito do jornalismo exercido na Primeira República e esboçar os traços da transformação histórica que a imprensa viveu no período. Levando em conta a escassez de informações a respeito do semanário *Hoje*, visto que não é mencionado em nenhuma das duas principais referências bibliográficas utilizadas

aqui sobre a história da imprensa, esse percurso pode contribuir para tornar mais claros alguns aspectos do seu perfil editorial.¹³

Crescimento e diversificação do jornalismo

Em relação aos tempos do Brasil Império, momento em que a imprensa nacional se instalou e se desenvolveu no país a partir da chegada da corte portuguesa, em 1808, duas das principais transformações históricas que marcaram o jornalismo na Primeira República foram o aumento do número de periódicos e a diversificação editorial (ELEUTÉRIO, 2008, p. 83). Na fase inicial da imprensa brasileira, a atividade jornalística era exercida, sobretudo, a partir de grupos políticos, sendo destinada a um público leitor bastante restrito devido às condições técnicas de produção e impressão de jornais e ao número elevado de analfabetos. E se havia inclusive uma variedade de tendências políticas, como afirma Ilka Stern Cohen, ela não podia ser reconhecida na aparência semelhante dos periódicos, cujo formato mais comum era o de quatro folhas e duas colunas (COHEN, 2008, p. 104). Foi principalmente no final do regime monarquista que as discussões políticas transbordaram as páginas dos jornais para o resto da sociedade na ocasião das campanhas abolicionista e republicana, que tiveram amplitude nacional.

Já na virada do século, a proliferação de jornais e revistas se deu como uma consequência do desenvolvimento técnico da produção, do crescimento urbano e do mercado consumidor, assim como da busca pelo desenvolvimento econômico. Esses passos marcaram o início da chamada “comunicação de massa” no Brasil, mas também facilitaram iniciativas de menor alcance, como foi o caso da imprensa operária e de outros tantos segmentos sociais que se definiram e fortaleceram no convívio urbano encontrando condições melhores para intervir nas discussões da nova sociedade que se formava (ELEUTÉRIO, 2008, p. 83).

Lembre-se aqui da própria revista *Floreal* de Lima Barreto e seus colegas. Dispondo de escassos recursos e sem patrocínios, a revista de pequeno formato, sem imagens que enchiam os olhos dos leitores, servia como um contraponto ao beletismo e à estética gráfica apurada, apostando em um conteúdo crítico e inovador (ELEUTÉRIO, 2008, p. 92-93). E o Rio de Janeiro era então o lugar mais propício à produção jornalística e ao seu consumo.

¹³ MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008; SODRE, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Muad, 1999.

Entre as décadas de 1870 e 1920, além da sede política e administrativa do país e de ser a “capital cultural”, a cidade oferecia um campo único de atuação para a classe intelectual em um país pobre e quase totalmente analfabeto (SEVCENKO, 2003, p. 118). Ainda que uma parcela considerável da população carioca não soubesse ler e escrever, era o lugar mais favorável ao desenvolvimento da imprensa. Enquanto o Brasil tinha uma taxa de analfabetismo de aproximadamente 85%, em 1890, na Capital Federal, esse número girava em torno 50%, segundo José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1987, p. 84).

A incorporação de inovações técnicas no processo produtivo dos periódicos permitiu baratear o custo da impressão, assim como o aumento das tiragens e ganhos na qualidade gráfica do impresso, o que ampliou o uso de ilustrações e fotografias. Ressalte-se que, num quadro social marcado por altos índices de analfabetismo, as imagens tinham grande importância porque podiam comunicar mais do que o próprio texto. Analisando a evolução do jornalismo nos tempos do Império, Ana Luiza Martins afirma que, se até meados da década de 1870 o principal palco dos debates era a imprensa escrita, a partir de então a imprensa ilustrada passou a desempenhar um papel decisivo e por vezes até mais contundente. Segundo a historiadora, um dos testemunhos mais completos da campanha abolicionista está estampado nas páginas da *Revista Ilustrada* (1876-1898) (MARTINS, 2008, p. 77).

A partir da primeira década do século XX, o uso de imagens foi ampliado gradativamente à medida que os meios de produção e impressão de imagens se tornavam mais acessíveis. Nesse sentido, as fotografias, charges, caricaturas e ilustrações desempenharam um papel determinante na propagação da ideia de progresso subsistente na própria expressão que nomeava o período histórico, a *Belle Époque*. Tornou-se perceptível a um público muito mais amplo, por exemplo, a noção de que assim como a cidade se modernizava com as reformas urbanas, também se ditava um novo ritmo de renovação nos costumes, por exemplo, através da moda e do uso do tempo no dia a dia (MARTINS, 2008, p. 90-92). O jornalismo absorveu quase toda a atividade intelectual do período, crescendo emparelhado com o processo de mercantilização na cidade. A esse respeito, Nicolau Sevcenko afirma que:

[...] nada embaraçava a expansão vitoriosa do jornalismo [...] Sua força e sua ação, quer sobre as classes conservadoras, quer sobre a massa de caixeiros, aventureiros e funcionários de toda espécie, é uma evidência indiscutível. Suas campanhas contra os velhos hábitos e pela implantação dos

novos costumes, a criação do clima geral de euforia e otimismo da Regeneração e do *smartismo* são talvez a primeira manifestação de um fenômeno de manipulação de consciências em massa no Brasil (SEVCENKO, 2003, p.125-26)

É importante ressaltar que, na conjuntura de ampliação da população urbana e do mercado consumidor, testemunhava-se o processo de transformação do modelo de jornalismo. De modo geral, o jornal deixava de ser empreendimento de um indivíduo ou grupo com objetivo de posicionamento político ideológico e uma ferramenta praticamente indispensável ao exercício da política, como admitia Joaquim Nabuco em meados da década de 1880 ao barão de Penedo: “Sem jornal próprio, não se é nada aqui e vive-se do favor alheio” (NABUCO *apud* MARTINS, 2008, p. 77). Aos poucos, os jornais iam se profissionalizando e assumindo uma nova forma, a de um negócio cujo principal objetivo seria dar lucro ao seu proprietário pela venda de informação e publicidade (ELEUTÉRIO, 2008, p. 83). E ao passo que modificavam suas estruturas internas e suas normas de funcionamento técnico e administrativo, contribuía para modernizar a sociedade como um todo, potencializando o consumo de toda a ordem, o da própria imprensa, como o de outros setores da economia (ELEUTÉRIO, 2008, p. 83-84).

Em meio a todas essas transformações, os jornais percebiam cada vez mais a importância do seu papel de formador de opinião e, por isso, os privilégios da posição que ocupavam no relacionamento com as esferas de poder político institucional, econômico e com a sociedade civil. Em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, Lima Barreto sugere o funcionamento desse mecanismo ao descrever os métodos de atuação de Ricardo Loberant, diretor do jornal *O Globo*:

Loberant sabia o segredo do seu sucesso e velava pela folha com cuidados especiais. Diariamente lhe vinham informações sobre a venda avulsa, sobre o movimento de anúncios. Se decaíam um pouco, logo procurava um escândalo, uma denúncia, um barulho, em falta um artigo violento fosse contra quem fosse. Havia na redação farejadores de escândalos; um, para os públicos; outro, para os particulares. Este era o mais interessante. Tinha uma imaginação doentia; forjava coisas terríveis, inventava, criava crimes. Eram cárceres privados, enterramentos clandestinos, incestos, tutores dolosos, etc. (BARRETO, 1983, p. 127)

O Globo do romance representava o combativo e bem sucedido *Correio da Manhã*, que, na Capital Federal, somava-se a outros jornais da grande imprensa, como o situacionista *O País*, o conservador e situacionista *Jornal do Commercio*, o profissional *Jornal do Brasil*, o

Diário de Notícias, e o vespertino *A Noite*. Enquanto os grandes jornais se consolidavam nos cenários urbanos que se modernizavam, também surgiam impressos de vários matizes políticos, de periodicidade variada e pluralidade temática (ELEUTÉRIO, 2008, p. 86).

Houve a proliferação das revistas e a consequente diferenciação mais clara entre elas e os jornais. Se a este caberia a divulgação da notícia, o retrato instantâneo do momento “desde as disputas políticas até o descarrilamento do trem de subúrbio”, à revista, ficava reservada maior especificidade de temas e o tratamento mais aprofundado tendo em vista os diferentes segmentos sociais identificados por aspectos religiosos, esportivos, econômicos, femininos, etários, literários, ideológicos, etc. Atendia-se assim a interesses diversos, de modo que os periódicos poderiam ser tomados tanto como mercadorias quanto como veículos de valores, ideias e debates (COHEN, 2008, p. 105). “Muitos órgãos constituíram-se sob a forma de diários, semanários e mensários com o propósito explícito de dar voz a categorias sociais, como foi o caso da imprensa operária” (COHEN, 2008, p. 105).

Por outro lado, testemunhava-se também a multiplicação das chamadas revistas de variedades, cujas páginas ostentavam e celebravam as imagens do progresso material e do avanço civilizatório que permeou as primeiras décadas do século XX, período inicial da *Belle Époque* brasileira. Entre elas, havia *Kosmos*, o melhor exemplar de luxo e requinte gráfico, a longeva *Careta*, que circulou de 1908 a 1960, a política e humorista *O Malho*, além de *O Tico-Tico*, voltada ao público infantil. Além destas revistas, entre inúmeras outras, havia ainda a *Fon-Fon*, a *Revista da Semana* e *A vida moderna*, que, de maneira geral, procuravam atrair um determinado segmento da população (COHEN, p. 90-92).

De meados da primeira década do século XX até meados da segunda década, a crença no progresso tornava-se destaque nas páginas e revistas sob a forma de crônicas, reportagens, entrevistas e ilustrações, e foram poucos os que a ele se opuseram. A linguagem coloquial e a temática da crônica atendiam à agilidade exigida pela nova imprensa, bem como à representação do progresso através do relato sobre os acontecimentos efêmeros e atuais, ilustrando com graça, elegância e riqueza gráfica o cotidiano da jovem República. Exaltava-se assim a construção da nova urbanidade em que o triunfo da burguesia se evidenciava através do aparato tecnológico (COHEN, 2008, p. 97). Menos constantes e atrativos eram os relatos, opiniões e registros sobre as condições de vida do povo, suas dificuldades e conquistas cotidianas.

As revistas “literárias”

O clima eufórico e cosmopolita do começo da *Belle Époque* perdurou até o final dos anos 1910, quando os efeitos da Primeira Guerra Mundial se fizeram sentir em função das complicações de natureza econômica que, segundo Cohen, impuseram a “cristalização da ‘questão social’” e a ampliação dos debates sobre a nacionalidade. Na euforia do início do século sobressaiu, por exemplo, a atuação do grupo que levou a cabo a publicação do semanário literário *O Tagarela*, em 1902. Em seu editorial, a revista prometia “desenhos e caricaturas dos melhores lápis desta terra” e “colaboração literária de primeira água; as melhores penas e cabeças pensantes”, além de “humorismo leve e inofensivo”. Já a partir dos efeitos da Primeira Guerra, a conjuntura mundial e nacional se tornou menos favorável, forçando a imprensa a se ocupar de assuntos mais sérios (COHEN, 2008, p. 108).

É nesse contexto que se percebe, em certo sentido, um retorno do jornalismo às suas raízes políticas, o aumento do interesse por discutir os temas ligados ao destino da nação. Surge, assim, uma série de periódicos interessados em expor ideias, debater os problemas nacionais, formar consenso ou simplesmente exercer de outras maneiras o poder de um setor social sobre a condução política do país. Ilka Stern Cohen chama de “revistas literárias” os periódicos menos comerciais que exerciam o jornalismo como um instrumento de ação transformadora, atentos à formação da opinião pública. Mais discretas do que as revistas de variedades do ponto de vista estético, as “revistas literárias” reuniam, em geral, grupos diversos de intelectuais e abrigavam artigos de natureza e temas variados, constituindo-se como espaço aberto à exposição de ideias e ao debate político (COHEN, 2008, p. 108).

Entre meados da década de 1910 e de 1920, a *Revista do Brasil* foi “certamente a mais importante” e o exemplo de publicação que visava ditar os rumos do país. Fundada em São Paulo, em 1916, ela tinha o objetivo explícito de “construir um núcleo de propaganda nacionalista”, conforme seu editorial de apresentação demonstra. Cohen a indica como “modelo clássico” das “revistas literárias” do período, lembrando que, apesar de o nome sugerir uma restrição temática, ela abordava assuntos variados como literatura, ciência, artes, política, sociologia, línguas, direito e economia, entre outros. Além disso, ela ressalta que mesmo com toda essa variedade temática, a linha editorial “evidenciava a construção de um discurso sobre a identidade nacional” (COHEN, 2008, p. 108-09).

Em torno do seu diretor, Júlio de Mesquita, também editor do jornal *O Estado de São Paulo*, a intelectualidade elaborou diagnósticos e apresentou soluções para corrigir os rumos da nação, aliando a prática da reflexão à proposição de fórmulas de reordenamento social. Sintetizava e expressava, assim, o projeto ilustrado da elite decidida a conduzir a nação, missão suprema que acreditava ser sua e que passava obrigatoriamente por “esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar forças, formar opinião, tendo por arma a palavra escrita” (LUCA *apud* COHEN, 2008, p. 109).

Guardadas as especificidades e as devidas proporções de cada periódico, ao que tudo leva a crer essa breve consideração a respeito da *Revista do Brasil* e das “revistas literárias” em geral serve também para se compreender o perfil editorial do semanário *Hoje*. Uma rápida leitura deixaria claro o seu intuito de propor “fórmulas de reordenamento social” a partir dos debates que promovia para influenciar os rumos do desenvolvimento nacional. Tentava-se resolver os principais conflitos entre patrões e empregados, discutindo suas demandas. Curiosamente, a denominação complementar “Periódico de Ação Social” de *Hoje* é certa nesse ponto e indica a necessidade de se agir para além de promover debates.

O termo “literárias” remete, ainda segundo Cohen, aos profundos laços entre jornalismo e literatura que, por volta do final do século XIX, favoreceram o lançamento de um sem-número de revistas que se denominavam “literárias” mas que de fato ultrapassavam o escopo da poesia, do romance e do teatro. Lembre-se aqui da *Gazeta Literária*, à qual Lima Barreto se refere no primeiro texto de *As mágoas e sonhos do povo* para justificar a sua iniciativa de escrever a série sobre folclore urbano. Como recorda o autor, nela colaboraram nomes de prestígio nas letras brasileiras como João Ribeiro, Silvio Romero, Raul Pompéia, entre tantos outros. Para ficar nos dois nomes mais importantes da prosa romântica e realista da literatura brasileira, lembre-se também das contribuições de José de Alencar e Machado de Assis, que expuseram com fartura em páginas de jornais e de revistas ideias e opiniões a respeito de política, economia e tantas outras questões que interessavam ao destino do país para além dos folhetins, críticas, contos e crônicas literárias que também produziam.

Hoje e o A.B.C.

É também como revista literária que o pesquisador Henrique Sergio Silva Corrêa compreende o perfil editorial de outro semanário, o *A.B.C.*, fundado quatro anos antes de

Hoje, portanto, em 1915, pelo mesmo Ferdinando Borla. Entre os dois periódicos, há semelhanças e diferenças que, pontuadas, ajudam a entender algumas particularidades de *Hoje*, o qual, nas palavras de Carlos Maul, que fora secretário do *A.B.C.*, consistiu inclusive numa “réplica” (MAUL, 1968, p. 140). Na falta de informações reunidas e organizadas sobre a história e as composições editorial e societária de *Hoje*, é oportuno fazer essa breve comparação a partir das observações de Corrêa em “O A.B.C. de Lima Barreto (1916-1922)” e da observação das 18 primeiras edições de *Hoje*.

Adiante-se que, apesar de todo o prestígio de que gozava Ferdinando Borla no meio jornalístico da época, o semanário *Hoje* (1919-1923) teve uma duração menor que o *A.B.C.*, cujas páginas puderam ser lidas até 1934. E, embora a direção de ambos os periódicos estivesse nas mãos de Borla, é preciso ressaltar uma diferença fundamental, o fato de *Hoje* ser “Propriedade d’uma Associação”, como se podia ler na sua capa, informação que pouco esclarece a respeito do proprietário da revista e permite especular se a autonomia de Borla como diretor não teria sido bem mais limitada neste último.

Quanto ao formato, *Hoje* e *A.B.C.* se assemelhavam pelo uso de ilustração na capa, sob o título, que ocupava praticamente toda a página. A fotografia ou gravura, geralmente acompanhada de uma legenda, referia-se a algum acontecimento da semana, trazendo recorrentemente “os figurões da política republicana e líderes internacionais ligados às grandes potências”. O número de páginas também não diferia muito entre os hebdomadários, permanecendo próximo de 20, tendo variado de 16 a 30 páginas durante o período analisado (1916-1922) no *A.B.C.*, e de 20 a 24 páginas no *Hoje* (20/3/1919 a 17/7/1919) (CORRÊA, 2012, p. 111, 113 e 114).

Em relação à disposição do conteúdo, as principais diferenças ficam por conta de terem sido “várias as seções publicadas no *A.B.C.*”, entre as quais as mais duradouras foram “Fatos e Comentários” e “Contribuições para a história”, ao passo que, em *Hoje*, não houve a preocupação de segmentar os textos dessa maneira. As duas seções mais recorrentes para o período considerado foram a da página “‘Folk-Lore’ Urbano”, onde Lima Barreto publicou os nove textos de *As mágoas e sonhos do povo*, e “Coisas Marciais”, onde escrevia sempre o major Liberato Bittencourt. Além disso, *Hoje* não destinava uma página para vocalizar a opinião institucional do periódico, ao contrário do que fazia o *A.B.C.*, em seus primeiros anos, por meio da “Página editorial do A.B.C.” (CORRÊA, 2012, p. 114 e 90).

Possivelmente, essas características indicam que se empregava menos recursos na produção de *Hoje*.

Os temas de interesse de cada periódico também divergiam um pouco. Enquanto o *A.B.C.* se propunha a abordar “Política”, “Atualidades”, “Questões Sociais” e “Letras e Artes”, *Hoje* se voltava principalmente às questões políticas e socioeconômicas, destinando pouco espaço para artes e atualidades. É curioso notar que, tratando de atualidades, o *A.B.C.* tinha um caráter mais polêmico e por vezes um tratamento mais leve de alguns temas, o que se observa pelo amplo uso de ilustrações no interior do periódico, geralmente “retratos e caricaturas de personalidades, os quais acompanhavam algum texto relacionado” (CORRÊA, 2012, p. 112-13). No início, enquanto Ferdinando Borla era diretor, entre outros motivos, talvez o momento histórico tenha contribuído para essa maior descontração.

Isso não descaracterizava, contudo, o caráter mais analítico do que informativo da publicação, como nota Corrêa, aspecto que marcou também a linha editorial de *Hoje* (CORRÊA, 2012, p. 112). De modo geral, para ambos, o texto escrito predominava sobre o texto visual e se os gêneros textuais utilizados com maior frequência, no *A.B.C.*, foram o artigo, a reportagem, a crônica, o conto e a crítica literária, de arte e teatral, em *Hoje*, só não se encontrava com frequência o texto de literatura e crítica de artes em geral.

Por fim, salta aos olhos o fato de que a maioria dos textos nos dois periódicos não levava a assinatura de autoria, exceção feita a poucos nomes como o do diretor Ferdinando Bola, e de nomes já consagrados no meio intelectual carioca, como o de Lima Barreto e Agripino Grieco. Supondo-se, no entanto, que Ferdinando Borla tenha conduzido a redação de *Hoje* tal como atuava à frente do *A.B.C.*, é muito provável que grande parte dos textos anônimos fosse redigido por ele, dada a semelhança de estilo entre eles.

Ferdinando Borla como diretor

Dito isso, é interessante apresentar algumas considerações a respeito da atuação de Ferdinando Borla à frente do semanário que teria servido de “modelo” a *Hoje*. Em *A história do “A.B.C.”*, Carlos Maul ressalta a proximidade de Borla com a política na sua terra natal. Italiano, ele era sobrinho do ex-ministro Vitor Manuel Orlando, de projeção na política da sua terra natal. Com bom relacionamento também na política brasileira, Maul afirma que a revista havia sido fundada com subvenção do Itamarati “para dar ao país um órgão de publicidade

que se distinguiria dos demais existentes no nosso mundo jornalístico” (MAUL, 1968, p. 138).

Era um espírito brilhante de aventureiro, com boas leituras e maior audácia, que aproveitou convenientemente num meio que facilmente aceitava a intervenção de forasteiros nos negócios domésticos [...] Logo nos primeiros números o “A.B.C.” firmou a sua reputação como panfleto político e literário, com penetração nos Estados através de deputados e senadores que nele encontravam guarida para as suas intrigas de campanário. Borla, obediente à voz do sangue, sonhava repetir aqui os métodos florentinos da Renascença, e imaginou-se um Maquiavel reencarnado no trópico. Aproximou-se de Nilo Peçanha e tornou-se algumas vezes um esplêndido pombo-correio do grande fluminense nas horas em que precisou de um instrumento junto aos grupos que se entredevoravam pela conquista do poder (MAUL, 1968, p. 138).

Depois que Borla vendeu o *A.B.C.* a Paulo Hasslocher e Luiz Morais, a revista tomaria feição nova, segundo Maul, dispondo em suas páginas de uma colaboração eclética onde figurariam Oliveira Lima, Oliveira Viana, Lima Barreto, Mario Mattos, Benjamin Costalat, Pio Jardim, Astrogildo Pereira, sob o pseudônimo de Basílio Torrezão, Jackson de Figueiredo e Henrique Pongetti. As informações divergem quanto à data em que o semanário teria mudado de mãos. Maul afirma que a saída de Borla se deu aproximadamente um ano e meio após o lançamento, mas o nome de Ferdinando Borla aparece estampado na capa, como diretor, até a edição de 12 de janeiro de 1918.

De toda forma, pode-se dizer que Borla gozava de grande prestígio no meio jornalístico. Na ocasião do lançamento do *A.B.C.*, o *Correio da Manhã* referia-se a ele como “nosso distinto colega”, enquanto a *Gazeta de Notícias* comentava a “geral ansiedade” que o lançamento da publicação havia gerado no “mundo jornalístico”, chamando-lhe “magnífico” o “serviço de redação”. Já *A Notícia* elogiava a “nova e brilhante revista de que Ferdinando Borla é o diretor e principal redator” e *A Noite* o exaltava como “competente jornalista”, cujo “espírito culto e observador tem brilhado em várias colaborações na imprensa diária” (CORRÊA, 2012, p. 94-95).

Até que os revolucionários de 1930 empastelassem a redação e ela viesse a acabar tempos depois, a revista viveria “dezesseis anos de uma existência original e fulgurante” (MAUL, 1968, p. 139-40). Quanto a Ferdinando Borla, afirma Maul, depois de ter tentado uma “réplica” fundando o *Hoje*, teria aproveitado a volta de seu tio ao poder na Itália para uma retirada em bons tempos, morrendo alguns anos depois em Roma. Segundo ele, o Brasil

“não comportava mais a presença de indivíduos da estirpe de Ferdinando” (MAUL, 1968, p. 140).

O cenário mundial na visão de Borla

Para comentar o viés político ideológico de *Hoje*, restringiu-se a análise temática do periódico às edições que saíram entre 20 de março de 1919 e 17 de julho do mesmo ano, o que equivale às primeiras 18 edições. Normalmente, os textos de Borla vinham na terceira página, considerando a capa, como a primeira, e que a segunda era destinada à publicidade. Seus textos trataram principalmente dos possíveis rumos da geopolítica internacional após o fim da Primeira Guerra, da situação social do Brasil, assim como das potencialidades que o país tinha para se desenvolver economicamente, e também da política nacional. Os assuntos internacionais giravam em torno da polarização ideológica gerada durante a guerra opondo o “bolchevismo” e o “militarismo”, e com menos frequência abordou-se o imperialismo norte americano. Nos assuntos internos, tratou-se dos problemas enfrentados pelo operariado, do bolchevismo no Brasil, assim como da política republicana e de questões comerciais.

Na edição de estreia, Borla distinguia a proposta editorial de *Hoje* dos jornais que “surgiam e se multiplicavam tendo como único programa propugnar ou combater candidaturas” para enfatizar a importância de se refletir sobre problemas históricos e estruturais do Brasil tendo em vista um desenvolvimento a longo prazo. Assim, num mesmo movimento, enquanto procurava desconsiderar o repertório teórico e ideológico que havia nutrido e impulsionado a ascensão socialista na Rússia, o jornalista ressaltava a necessidade de se promover por vias institucionais a ampliação de direitos para a classe trabalhadora.

Na sua visão, o mundo estava sendo percorrido por “sopros audazes de reivindicações igualitárias” que perpassavam sobre a hesitação cautelosa dos governos e a vigília desnorteada dos pensadores, como um “sintoma das rápidas evoluções proletárias e dos contágios catastróficos de doutrinas anarquizadoras”.¹⁴ Borla se posicionava claramente contra a Revolução Russa, contra o comunismo e o anarquismo. Dava a entender que a subversão da ordem social levaria ao caos no longo prazo, por não assentar o seu desenvolvimento no mutualismo econômico, o que faria com que a produção russa se estagnasse no futuro. “O maximalismo”, afirma, “por ser uma doutrina de ditadura”, subvertia

¹⁴ *Hoje*. Rio de Janeiro: 1919, n.1.

“os termos de reciprocidade em que se alicerça o equilíbrio das classes”, e, se triunfava “aparentemente” na Rússia, era porque explorava os recursos nacionais de modo precário e efêmero. O mal-estar operário deveria ser absorvido e eliminado pelo aumento da produção de modo que a estagnação das “iniciativas do capital” paralisaria o “progresso das massas”. “Da interdependência desses fatores resulta a necessidade social da sua harmonização”, finaliza.¹⁵

O caminho para o progresso, na sua visão, passava pelas ideias de “comunhão organizada” e de “mutualismo econômico”. O desenvolvimento social deveria ser progressivo e sempre conduzido por quem o “eleitorado” delegasse o poder. Borla defendia, assim, a legitimidade das instituições para promover mudanças e o regime democrático como meio para realizá-las. A esse respeito vale mencionar dois posicionamentos seus. Comentando a discussão sobre o sufrágio universal em países europeus como decorrência da participação feminina na produção industrial durante a Guerra, Borla ironiza parte do meio político e intelectual brasileiro, posicionando-se favorável à sua implantação:

Enquanto nós dissertamos ainda sobre a influência de Deus na aritmética eleitoral, alhures – na Inglaterra e na França, por exemplo – os imprevistos jurídicos da guerra se manifestam mediante audácias legislativas que, só ao serem divulgadas aqui, pareceriam incongruências de loucos.¹⁶

Quanto ao posicionamento sobre os sistemas políticos existentes no Brasil e na Europa, Borla faz a defesa do presidencialismo, da “autonomia para realizar, de acordo com o veredito da opinião pública, manifestações do espírito coletivo que mais se aproximem do sufrágio consciente da Nação”. Essa autonomia, segundo ele, favoreceria “as possibilidades do contato permanente entre governos e governados”. A seu ver, o parlamentarismo teria fracassado por ter comprimido o poder dos dirigentes nacionais, de modo que “expressões mais genuínas das tendências da multidão” tivesse demandado antes a “agitação extra-parlamentar e o mito revolucionário do que a conquista das urnas”. Na Europa, os sindicatos já teriam abstraído de qualquer compromisso eleitoral com os Parlamentos, negando a razão de ser dos Parlamentos, e esses, por sua vez, teriam decaído da função tradicional que desempenhavam, de intermediários legais entre o povo e o poder. “Passava o

¹⁵ *Hoje*. Rio de Janeiro: 1919, n. 2.

¹⁶ *Hoje*. Rio de Janeiro: 1919, n. 4.

próprio poder a negociar com as massas sindicatas, à revelia dos Congressos, as concessões democráticas em que se disfarçavam, as mais das vezes, as extorsões demagógicas”.¹⁷

Para lidar com os problemas nacionais e do pós-guerra, seria preciso lidar com o “imperativo categórico dos acontecimentos”, de modo que as “mentalidades deveras responsáveis e autenticamente representativas” seriam aquelas que conseguissem ver para além das “fronteiras artificiais das concepções de determinadas classes ou ajuntamentos”, para “assentar, abnegadamente, na colaboração entre os fatores da produção e do trabalho as bases da sociedade do amanhã”.¹⁸ Diante do cenário mundial conflagrado, a única atitude filosófica era a “da expectativa nem apaixonada nem cética, da expectativa que não significa alheamento, nem inércia, mas em rigor racional no exame da situação que o mundo vive”, dizia Borla sugerindo que “o ciclo da guerra” ainda não estava encerrado.¹⁹

“Os resultados da luta já não cabem mais nos horizontes dos seus postulados e os imprevistos sociais pairam trágicos igualmente para vencidos e vencedores, sobre os troféus”. Para ele, o “verdadeiro duelo dos povos” estava sendo travado “silenciosamente, com lucidez matemática, nos cérebros”. E o domínio econômico do mundo caberia aos “produtores e aos trabalhadores unidos, aos campeões da força benéfica e criadora”.²⁰ Na sua visão, o Brasil tinha condições privilegiadas para avantajá-lo, como poucas nações jovens o poderiam fazer, em função da sua riqueza de recursos e das condições naturais e recursos humanos.

O desenvolvimento do Brasil em perspectiva histórica

No texto publicado na segunda edição do semanário *Hoje*, Ferdinando Borla sai em defesa de um discurso proferido pelo então candidato à presidência Ruy Barbosa expressando a afinidade intelectual que se veria outras vezes manifesta na sua opinião. Atacado pelo seu estilo, o discurso trazia a análise, corroborada por Borla, de uma questão já histórica naquela época: pelo menos há trinta anos o problema do operariado esperava em vão quem o incluísse na ordem do dia dos assumptos a discutir. “Muito oportunamente, lembrou Sua Ex. a cruzada abolicionista, que, libertando a mão de obra, constituíra o primeiro e único movimento de

¹⁷ *Hoje*. Rio de Janeiro: 1919, n. 1.

¹⁸ *Hoje*. Rio de Janeiro: 1919, n. 1.

¹⁹ *Hoje*. Rio de Janeiro: 1919, n. 1.

²⁰ *Hoje*. Rio de Janeiro: 1919, n. 1.

almas em favor da integração do proletariado doméstico nos direitos dos homens”.²¹ E Borla prosseguia questionando o que tinha feito a República, ao longo dos seus trinta anos no Brasil, para “restituir às plebes rurais, com a liberdade, as garantias dum trabalho pacífico” após se terem quebrado os grilhões que demarcavam entre nós a desigualdade das castas? Ele mesmo respondia: “As próprias lacunas, a respeito, da lei sobre acidentes, respondem pelo sr. Ruy Barbosa a amarga pergunta”.²²

A República tinha se conformado em herdar do Império uma reforma que sacudiu os alicerces da economia latifundiária sem consubstanciar, em “providências de índole prática, os entusiasmos doutrinários de que aquela reforma fora o paradigma moral”. Não se havia obtido êxito em reconduzir à lavoura as energias operosas que o brado abolicionista subtraíra às fazendas e a decadência do Estado do Rio, antigo celeiro da capital do Império, demonstrava, segundo Borla, “a sequidade legislativa e a inércia administrativa do bacharelismo sofismador, que nega as causas para torcer, ao sabor das conveniências polêmicas, os efeitos”.²³

À situação de miséria dos “nossos sertanejos famintos”, Borla opunha a do colono estrangeiro, que havia sido localizado pelas repartições estaduais nos núcleos mais prósperos do território do país, conseguindo alcançar regalias e privilégios, impondo pactos jurídicos, e trasladando para as nossas plagas a influência progressista dos meios de que provinha. E questionando de maneira retórica se não seria obra do nacionalismo equiparar, pelo menos, a condição social dos brasileiros a dos estrangeiros, Borla respondia que essa obra, no entanto, ainda não havia encontrado quem lhe proporcionasse elementos concretos de efetivação. Por fim, cita a lei dos salários que se implantava em países da Europa para atrair a mão de obra que a reconstruía.

Na visão de Borla, o caminho para solucionar o problema histórico do Brasil era um só. Quando se realizasse no Brasil o corolário econômico do compromisso entre o capital e o trabalho, estaria “resolvido, à luz do espírito dos novos tempos, o problema social do Brasil”. Borla procurava expor os casos estrangeiros para justificar seu ponto de vista:

Na Alemanha, país em que o trabalho obedece à seleção técnica de capacidades, o contágio oriental esbarrou de encontro ao instinto de conservação proletário; na Inglaterra acontecerá o mesmo; o mesmo acontecerá no Brasil, se promovermos, no interesse do capital, a organização

²¹ *Hoje*. Rio de Janeiro: 1919, n. 2.

²² *Hoje*. Rio de Janeiro: 1919, n. 2.

²³ *Hoje*. Rio de Janeiro: 1919, n. 2.

dos assalariados. É do contato direto, no terreno da coexistência das vantagens, que surgem as “ententes” econômicas; o Estado pode e deve impor o arbitramento às classes em conflito, mas não pode e não deve, sob pena de transformar em movimentos políticos as reivindicações do trabalho, alvejar com legislações coativas a energia empreendedora, dificultando a elaboração da riqueza que traz consigo o plus-valor das mercês.²⁴

Para Borla, não seria, portanto, raciocinando à luz de um espírito de classe que se apontaria as falhas na ação acauteladora da riqueza nacional. A questão operária, contemplasse ela a lavoura ou as manufaturas, transpunha os limites do próprio proletariado, e se transformava em questão social exatamente pelas “harmonias econômicas que a vinculavam aos surtos capitalísticos”. “Discutir sobre oito horas de trabalho e aumento das mercês é o mesmo que discutir sobre a maior ou menor potencialidade da produção”. Reconhecendo a importância de se regular o mundo do trabalho, ainda que tendo em vista os benefícios para o setor produtivo, Borla se alinhava ao pensamento de figuras como o industrial Jorge Street e à atuação da Associação Comercial, cujas posturas elogiava pelo que representavam de um “nacionalismo sadio”.²⁵ Segundo Borla, na Europa, a Conferência da Paz também visava assentar no código internacional trabalhista a própria garantia da expansão das indústrias, e, se se tivesse aplicado no Brasil os corolários sociais à doutrina gloriosa da abolição, o país teria resolvido, “ao mesmo tempo, e *ipso facto*, com critérios econômicos a questão proletária nos campos e nas cidades”.²⁶

Lima Barreto, colaborador de *Hoje* e do *A.B.C.*

A colaboração de Lima Barreto no *A.B.C.* se iniciou quando Ferdinando Borla ainda figurava como diretor e foi interrompida por seis meses no início de 1919, período em que Borla lançou *Hoje* e se publicaram os textos de *As mágoas e sonhos do povo*. A relação entre ambos, no entanto, não significava afinidade política ou ideológica. Ao contrário, como afirma Corrêa em referência ao *A.B.C.*, seria “um equívoco pensar que a redação comungava da mesma opinião de Lima Barreto nos diversos temas de que o cronista se aventurou a tratar”, havendo inclusive “certo distanciamento” entre a postura política do periódico e do escritor (CORRÊA, 2012, p. 8). No entanto, as diferenças de posicionamento e o respeito

²⁴ *Hoje*. Rio de Janeiro: 1919, n. 2.

²⁵ *Hoje*. Rio de Janeiro: 1919, n. 2.

²⁶ *Hoje*. Rio de Janeiro: 1919, n. 2.

mútuo parecem ter se mantido na colaboração de Lima ao semanário *Hoje*, tendo em vista principalmente que o tema do folclore urbano contrastava fortemente com os assuntos abordados nos outros textos publicados.

Corrêa aponta que o “*A.B.C.* tendia a ser defensor da manutenção da constituição e da defesa do regime republicano”, difundindo planos de ação visando ao “progresso” do país mediante debate político e pela educação, privilegiando a política em detrimento dos outros assuntos, como a literatura e as outras artes. Mas, se Lima Barreto também debateu a política e a educação em suas páginas, ele não deixou de atacar o regime republicano e a injustiça de algumas leis, além de ter tratado de literatura, cultura e de outros assuntos com a mesma seriedade e com o mesmo ânimo (CORRÊA, 2012, p. 8).

Coisa semelhante ocorre no campo das relações pessoais quando se considera a divergência entre Borla e Barreto a respeito da figura pública de Nilo Peçanha. Como nota Corrêa, Borla e a direção que seguiu à frente do *A.B.C.* após a sua saída mantinham relações com o ex-presidente da República. Isso, no entanto, não impediu Lima Barreto de ter publicado, no *A.B.C.*, um ataque à atitude de Peçanha, então ministro do Exterior, por ter “admitido uma mulher em concurso para a Secretaria do Ministério das Relações Exteriores, ferindo, segundo o cronista, as concepções políticas e os princípios sociais” (CORRÊA, 2012, p. 50). Esses fatos pontuais atestam a relativa liberdade de Lima Barreto na escolha dos assuntos dos textos que o *A.B.C.* veiculava, assim como das maneiras de abordá-los, fosse o seu teor mais sério ou irônico. De modo geral, observa-se a mesma liberdade em *Hoje* ao se examinar os escritos de Lima Barreto lado a lado com os textos de Ferdinando Borla e os outros textos.

A descrição de Corrêa sobre o estilo de Lima Barreto no *A.B.C.* também serve para entender em parte sua colaboração em *Hoje*:

De fato, há um Lima Barreto que colabora no *A.B.C.* diferente do que escreve para outros periódicos. [...] Permanece a vontade de alcançar a nitidez, trazendo consigo a repetição, “a melhor figura de retórica”. Os textos do *A.B.C.* se destacam pela mescla entre o tom grave do assunto sério, comum aos seus textos veiculados na imprensa proletária, à nota confessional, o lirismo, e o humor característico, com a peculiar ironia, chegando, algumas vezes, ao sarcasmo, que se encontra em textos da *Careta*, por exemplo. Outro ponto que convém destacar é que Lima Barreto assinou com o próprio nome todos os seus escritos para o semanário, diferentemente de como procedia em outras publicações, onde se valia de inúmeros pseudônimos (CORRÊA, 2012, p. 81).

Nesse sentido, a principal diferença entre o texto de Lima Barreto no *A.B.C.* e em *Hoje* estaria nos temas abordados, o que, de toda forma, não é pouco importante. Além dos textos que compõem a série *As mágoas e sonhos do povo*, Lima Barreto teve pelo menos mais cinco textos publicados no semanário *Hoje*, em 1919 e 1920, de acordo com Ana Helena Cobra Fernandes. Os textos são: “Quereis encontrar marido – aprendei!...” (26.06.1919); (03.07.1919); “As lições da Grande Guerra”; “O edifício da Cruz Vermelha” (10.07.1919); “O Conselho Municipal e a arte” (08.07.1920); e “Palavras de um simples” (27.07.1922) (FERNANDES, 2010, p. xi).

Em janeiro de 1919, portanto, antes de ter os textos publicados em *Hoje*, o autor interrompe sua colaboração no *A.B.C.*, retornando às suas páginas seis meses depois, fato para o qual não se encontrou nada que fornecesse uma explicação dos motivos (CORRÊA, 2012, p. 52). Note-se também que do número 9 ao 17 de *Hoje* não se veiculou nenhuma matéria de Lima Barreto sobre o folclore urbano, de modo que só no décimo oitavo número a série teve o seu último texto publicado. Não se encontrou nenhuma explicação ou informação sugestiva para essa descontinuidade.

3.2 CRÔNICA OU DOCUMENTO DE FOLCLORE?

Embora tenha afirmado que os textos de *As mágoas e sonhos do povo* são documentos de folclore brasileiro, e não crônicas, a estudiosa da obra jornalística de Lima Barreto, Beatriz Resende, o faz de modo ligeiro e não justificada, na introdução ao primeiro volume de *Lima Barreto. Toda Crônica*. De todo modo, sublinhe-se que essa afirmação será contra argumentada adiante. Na antologia, ao mencionar a exclusão da série, Resende ressalva que ainda que não coubessem “numa edição de crônicas do autor”, eles confirmavam a sua habilidade para “o ofício de jornalista e a sua disposição em se utilizar de múltiplas possibilidades de escrita” (RESENDE, 2004, vol. I, p. 10-11). Dada a dificuldade de se definir os limites formais e temáticos do gênero, e tendo em vista a falta de um consenso amplo em torno do conceito, as considerações serão feitas a partir de algumas características gerais do gênero apontadas pela própria Beatriz Resende na antologia e em *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*.

Antes de analisá-las, no entanto, observe-se dois pontos levantados por Resende na introdução dos volumes da antologia. Em *Profissão: Jornalista*, a autora afirma que:

A possibilidade de leitura da contribuição de Lima Barreto para a imprensa carioca em uma lógica temporal, com a definição exata da data de publicação e indicação do periódico original – esforço a que nos dedicamos nesta edição – nos permite acompanhar melhor as preocupações que o tomavam, as *campanhas* jornalísticas que levava adiante, a persistência de seus pontos de vista e, em alguns casos, as modificações que sofriam. Evidentemente as alterações no estilo e no formato dado ao texto vão se evidenciando. **Nesta ordenação, os textos se transformam, para além de produção literária, em documentos** (RESENDE, 2004, vol. II, p. 11 – grifo nosso).

De antemão, ela atribui um caráter documental também aos textos que identifica como crônica, argumentando que os textos “se transformam” de produção literária em documento, e essa transformação depende de uma lógica temporal de ordenação, ou seja, da maneira como são lidos e não da sua forma ou do seu conteúdo propriamente ditos. Ou seja, ela entende que o caráter documental não é intrínseco aos textos que entende por crônicas. Por outro lado, ao excluir os textos de folclore publicados no semanário *Hoje* da sua antologia, Resende afirma que o faz em função do seu suposto teor documental. Pelo ponto de vista da autora, os textos da série seriam documentos independentemente do modo como fossem lidos.

O que a leitura dos textos de *As mágoas e sonhos do povo* sugere, no entanto, é que não há nada que caracterize esse teor documental intrínseco. Da mesma forma como ocorre nos textos que a autora considera crônicas, o único motivo que justifica tomar os textos de folclore como documentos é a passagem do tempo, que permite a sua leitura em perspectiva histórica.

É possível, então, que os textos tenham sido tomados erroneamente por documentos em função do seu tema geral ser o “folclore brasileiro”. Assim, seria possível, talvez, justificar a afirmação pela falta de vínculo do texto com a atualidade do seu tempo, um aspecto marcante da crônica. No entanto, a atualidade dos textos na sua época de publicação é um dos principais pontos discutidos aqui nesse trabalho, tendo em vista que a abordagem de Lima Barreto da cultura popular do Rio de Janeiro coloca em evidência justamente o processo de “transformação espiritual” do povo em decorrência da modernização da cidade do Rio de Janeiro.

A título de exemplo, ainda que o tema central da série seja o “folclore urbano”, a diferença entre a abordagem de Lima Barreto e a dos folcloristas que ele cita nas suas “Recordações da *Gazeta Literária*” é nítida:

Este Vale Cabral, pouco conhecido e muito menos lembrado atualmente, foi funcionário da Biblioteca Nacional e um dos mais ativos reveladores de coisas da nossa história, só até então conhecidas pelos pacientes eruditos. Ele publicou as cartas do Padre Nóbrega, os *Anais da Imprensa Nacional*, com precisas informações sobre os primeiros livros nela impressos, e nos números da *Gazeta* que possuo há trechos das famosas *Memórias* de Drummond sobre o primeiro reinado, José Bonifácio, etc., que suponho terem sido publicados por ele, pela primeira vez.

O seu artigo sobre as canções populares da Bahia muito me impressionou e há mais de vinte anos que não folheio a coleção mutilada da *Gazeta* que não o leia com este ou outro espírito (BARRETO, 1956, p. 244).

Lima Barreto se refere ao texto “Canções populares da Bahia” que, embora não seja considerado o maior exemplo de estudo sistemático, se constitui muito mais como documento do que qualquer um dos textos de *As mágoas e sonhos do povo*, na medida em que nenhum deles se restringe a um tema específico do folclore, nem apresenta um método claro ou lógico.

Ao contrário, eles se estão repletos de recordações da vida particular do autor, generalizações infundadas, ironia e sarcasmo, diálogo com o leitor, entre outros elementos que caracterizam uma abordagem essencialmente subjetiva da cultura popular. E é justamente

isso que torna os textos tão interessantes. Após o elogio a Vale Cabral, Lima Barreto confessa que é para “matar a saudade” e “lembrar os bons tempos de menino” que ele lê as canções que registra em seguida (BARRETO, 1956, p. 244-45).

Assim, as próprias afirmações de Lima Barreto enfraquecem a argumentação de que os textos são documentos. Admitindo não ser folclorista, inúmeras vezes ele confessa sua falta de conhecimento a respeito do tema, atesta a generalização das suas reflexões, reafirma a imprecisão das recordações que vêm à tona na sua escrita e chega a pedir que os especialistas no assunto comprovem ou não a validade das suas declarações. Enfim, durante toda a série, o leitor se depara com o impressionismo confesso de Lima Barreto, o que afasta dos textos a ideia de objetividade que o termo “documento” carrega. O mais atrativo para o leitor de Lima Barreto na imprensa parece ser justamente o comentário, a análise entrelaçada ao relato do cronista que, naquela data, já gozava de algum prestígio, no meio intelectual carioca.

Nesse sentido, pode-se até dizer que o caráter documental – a descrição dos costumes, das narrativas e das crenças – fica em segundo plano na composição do texto, servindo como pano de fundo para as generalizações do autor, que muitas vezes transcendem o tema do folclore e versam sobre noções como humanidade, religiosidade, formas de sociabilidade e linguagem. Tanto o relato das suas conversas e observações com a gente de toda a parte fica em segundo plano quanto o seu conhecimento prévio sobre o folclore brasileiro em geral. É o próprio autor quem o afirma no primeiro texto da série: “Contudo, devido à ignorância, já confessada, que tenho dessas coisas de folclore, eu não me animo a asseverar que a minha generalização possa ser de qualquer forma certa; e o intuito dessas linhas não é esse” (BARRETO, 1956, p. 246).

Assim, quando Resende diz que os textos de *As mágoas e sonhos do povo* “confirmam a habilidade do autor para o ofício de jornalista e a sua disposição em se utilizar de múltiplas possibilidades de escrita”, ela mesmo dá margem para que se conteste o seu teor documental. Pois, as condições em que os gêneros jornalísticos são produzidos, sobretudo, pela urgência imposta, favorecem, por exemplo, a ocorrência de erros tanto de informação quanto de texto, o que dificulta o tratamento adequado que se deve dispensar a qualquer documento.

Outras considerações de Beatriz Resende a respeito das crônicas de Lima Barreto servem também para compreender melhor o conjunto de textos de *As mágoas e sonhos do*

povo. Por exemplo, a de que elas registram a versão daqueles que acabaram negligenciados pela sociedade no processo de modernização do país em curso no início do século XX:

Nas crônicas de Lima Barreto temos registros da “história dos vencidos”, para usar a expressão de Walter Benjamin, história construída não por vozes oficiais, nem tampouco pelos tradicionais intermediários que buscaram falar, por tanto tempo, por aqueles que não tinham voz própria. São a voz de alguém à margem, de um membro da *marginália*, fora do eixo do poder, do centro hegemônico das decisões políticas, *bagatelas* que formam esta história, testemunhos do cotidiano do Rio de Janeiro, dos primeiros anos da república e ainda dados e referências de uma vida literária que não constam das “histórias da literatura brasileira”. (RESENDE, 2004, vol. II, p. 11)

O mesmo se pode apreender da relação que Resende estabelece entre a obra em crônica de Lima Barreto e a cidade do Rio de Janeiro, ressaltando a importância que ela tem como inclusão das camadas pobres da sociedade na literatura e no imaginário da sua época:

Nestes últimos e intensos anos de contribuição à imprensa, Lima Barreto afirma decisivamente o gênero como indissociavelmente ligado à cidade do Rio de Janeiro. Mas o mais importante é que, escrevendo a partir de seu próprio espaço, o subúrbio distante, registrando os traços que o ligam ao centro da cidade, descrevendo a vida cotidiana de uma área, naquele momento quase rural, **olhando com simpatia, ainda que com inevitável distanciamento, a vida dos vizinhos**, Lima Barreto inclui, pela primeira vez, o subúrbio na vida da cidade, no seu imaginário e em sua literatura. Completando o que já praticara com seus romances, Lima faz algo ainda mais difícil, coloca a vida do subúrbio como tema dos comentários diários que só a crônica é capaz de suscitar. São os enterros de Inhaúma, os bailes do subúrbio, os passageiros do trem, os festejos rurais, **as tradições populares**. A baixa classe média e o operariado passam a frequentar o espaço sofisticado das revistas ilustradas e dos periódicos de veio político (RESENDE, 2004, vol. I, p. 20 – grifos nossos).

Em *As mágoas e sonhos do povo*, é também às pessoas conhecidas a quem Lima Barreto recorre para obter e relatar os contos populares, as crenças e superstições ou situações passadas entre a gente humilde. Entre outros, é o caso de Dona Minerva Correia da Costa, natural de Valença e residente à Rua Piauí, no mesmo bairro de Todos os Santos onde morava o autor, de quem ouve as histórias do “Macaco que arranhou viola” e a do “Príncipe Tatu” (BARRETO, 1956, p. 262). Do Senhor Antonio Higino, natural do Rio Grande do Norte, ex-praça do Exército e contínuo da Secretaria de Guerra, onde o autor fora empregado, que lhe relata a história de “O Macaco e a Onça” (BARRETO, 1956, p. 254). Ou ainda das crianças “de várias origens e diversa pigmentação” (BARRETO, 1956, p. 257) que ele

observa brincarem numa rua do subúrbio, na vizinhança de um amigo seu, de onde tira as canções infantis que registra em “Um Domingo de Páscoa”.

Em linhas gerais, tem-se, assim, uma mostra de como Lima Barreto representa, também em *As mágoas e sonhos do povo*, a cidade como espaço de inclusão do povo – entendido como conjunto de cidadãos livres, englobando todas as camadas sociais, os negros, suburbanos, as mulheres, os bêbados e os loucos –, e de como os “temas que, por toda a vida, moveram sua **prática jornalística**”, o país e a cidade constituem o foco de interesse do autor na série (RESENDE, 2004, vol. I, p. 23 – grifo nosso)”.

Em *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*, Beatriz Resende analisa a obra em crônicas do autor a partir dos conceitos de história e alegoria de Walter Benjamin. Reconhecendo a flexibilidade da crônica em relação a outros gêneros literários, assim como algumas dificuldades e a falta de propósito em estabelecer limites conceituais rígidos para o gênero, Beatriz Resende se limita a apontar alguns “alguns *aspectos da crônica*”. Para a autora, a condição alegórica se traduz, sobretudo, no aspecto fragmentário que a insere numa tradição de modernidade e dificulta os esforços classificatórios (RESENDE, 2016, p. 54).

Em relação a outros gêneros literários, cuja forma de expressão considera-se simbólica, Beatriz Resende destaca a crônica como uma expressão alegórica (RESENDE, 2016, p. 51). Nesse sentido, ela argumenta que: “À ideia de vida acabada que formas sublimes como o romance clássico ou a epopeia significam, a crônica – em sua representação alegórica – vai opor a visão de fragmentos de vida” (RESENDE, 2016, p. 52). Aludindo à aparição da escrita alfabética, que teria surgido como expressão profana oposta ao valor sagrado dos hieróglifos, Resende afirma que a alegoria objetiva, antes de mais nada, a compreensão, pois se recusa a ser uma forma de expressão totalizante. Assim, o aspecto fragmentário a despe dos “elementos puramente edificantes e enigmáticos para se transformar numa escrita a ser compreendida” (RESENDE, 2016, p. 51). Portadora de significações múltiplas e ambíguas, a expressão alegórica seria rica justamente por permitir a contaminação do texto pelas coisas cujo domínio pertence ao mundo não literal.

Tomando a crônica como “representação literária do fragmentário, do ambíguo, do efêmero”, a autora afirma que é por ser “fragmento (de forma, de ideias)” que a expressão literária pelas crônicas é múltipla, contendo sentidos perceptíveis a um vasto público. (RESENDE, 2016, p. 52). Essa intenção, própria da alegoria, é o que permite uma ruptura de fronteira entre os gêneros literários, operada no surgimento da crônica, quando o universo das

artes plásticas se introduz na esfera da representação das palavras (RESENDE, 2016, p. 51). Por isso, quando Resende afirma que a crônica surge com o papel de divertir, informar e ilustrar o leitor, ela ainda acrescenta: “Ilustrar talvez seja o termo mais apropriado por apontar uma inevitável contaminação entre o exibido e o escrito” (RESENDE, 2016, p. 53). Mas o que seria essa contaminação entre exibido e escrito senão a própria contaminação entre o comentário e a descrição, ou narrativa, e vice-versa?

Levando em conta a concepção de história por Walter Benjamin e a sua relação com o contexto cultural da modernidade, Beatriz Resende observa que a crônica passa a ter importância na imprensa quando a esfera pública burguesa está organizada, inclusive como esfera pública literária. Nesse sentido, ainda que o trabalho enfoque a obra em crônicas de Lima Barreto, que, por si só, já é bastante distinta das crônicas de autores contemporâneos a ele ou mesmo de autores de outras épocas, os aspectos ressaltados por Resende abrangem a crônica que, no século XVIII, surge “indissociavelmente ligada à imprensa, seu veículo de divulgação e, portanto, em uma relação direta com o *público*” (RESENDE, 2016, p. 50).

“É o momento em que os bens culturais, com a evolução socioeconômica, tornaram-se mercadoria e podem ser, ao menos em tese, acessíveis a todos. É o momento em que se inicia a perda da unicidade do objeto artístico, portanto a perda da aura, à qual corresponde a perda da unicidade da própria história. Ou melhor, da tomada de consciência da sua relatividade (RESENDE, 2016, p. 51). Preocupado com a articulação entre a revisão do passado e a preparação do futuro, Benjamin ressalta que a “tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral” e afirma que, diante disso, era preciso construir um conceito de história que correspondesse a essa verdade (BENJAMIN *apud* RESENDE, 2016, p. 53). Compreendendo a história como um tempo saturado de agoras, em que o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida, o que Walter Benjamin propõe é a compreensão do fragmentário, da história como reunião de fragmentos. Por isso, a alegoria e, por consequência, a crônica aparecem como uma forma de expressão adequada para representar a história de modo crítico e inteligível.

Diante disso, Beatriz Resende descreve a crônica como uma espécie de texto que, ao utilizar-se de sua maneira de ser alegórica, apresenta o presente – que ao ser narrado já é passado – como ruína (RESENDE, 2016, p. 52). Ela afirma que, na perspectiva alegórica dominante, a crítica está presente nas próprias obras: “Essas obras, de saída destinadas a uma

destruição crítica, são obras que já perderam a aura; e assim se apresentam ao público” (RESENDE, 2016, p. 51). Nesse sentido, a alegoria se constitui em objeto de saber como um **esquema** (RESENDE, 2016, p. 51 – grifo nosso), ou seja, como uma forma de expressão esquemática da atualidade, simplificada e cheia de lacunas, exigindo do leitor que a preencha com os fragmentos da própria atualidade e da história para conferir maior sentido ao texto.

Apresentada a concepção de crônica de Beatriz Resende, observe-se os aspectos pontuados de modo mais concreto pela autora. Em primeiro lugar, Resende afirma crônica como “espaço livre de experimentação e de investigação livre sobre a realidade brasileira” (RESENDE, 2016, p. 54). Associada à ideia de liberdade para experimentar e investigar, a crônica se contrapõe ao documento, que pressupõe maior rigidez formal, delimitação temática ou rigor metodológico, senão todos esses elementos juntos. Em seguida, diz que a “língua de que se utiliza” é, mais facilmente do que em qualquer outro gênero, a “língua da cidade, a língua brasileira” (RESENDE, 2016, p. 54). Note-se que, em toda a crônica “História de Um Soldado Velho”, Lima Barreto tematiza a “língua da cidade” ao comentar como as formas de sociabilidade típica de um lugar, como a Escola Militar da Praia Vermelha, de uma geração, ou de uma época, como a modernidade, propiciam a formação de gírias, anedotas e a evolução da linguagem na literatura de um modo geral, seja ela “plebeia” ou elaborada, observando inclusive a sua “influência decisiva nos nossos motins políticos”.

Nesse sentido, se, por um lado, é impossível dizer que *As mágoas e sonhos do povo* não constituem um espaço de investigação da realidade brasileira, por outro, tampouco seria razoável afirmar que este espaço não se constitui livre, como as declarações do próprio Lima Barreto levam a crer. Se desde o início o autor deixa claro que o seu interesse é conhecer as mágoas, as dores e os sonhos dos brasileiros através da sua arte anônima e popular, ele demonstra a toda a liberdade a que se permite ao afirmar, em “Superstições Domésticas”, que:

A minha tenção, porém, não é a de fazer um estudo mais amplo sobre o assunto, mesmo porque não me sobra nem a competência nem a vasta leitura que ele exige.

Tento unicamente com o que tenho observado e ouvido, nas minhas conversas com pessoas do povo e gente humilde, registrar impressões, dar o meu depoimento individual, sem nenhuma outra pretensão mais elevada (BARRETO, 1956, p. 280).

No comentário antes da narrativa apresentada em “O Príncipe Tatu”, a falta de rigor metodológico e enquadramento temático fica explícita quando o autor confessa que a tinha

registrado entre “notas que andei tomando há anos, de histórias, contos, ditos, credices do povo, conforme me contavam nos azares dos passeios e dos encontros”. A “língua da cidade” e a liberdade para “investigar” a realidade brasileira aparecem também sob a forma de confissão nas “Recordações da *Gazeta Literária*”: “Muita coisa há sobre o assunto, mas anda esparsa em obras tão difíceis de encontrar que me resignei ao acaso das leituras para ganhar uma noção mais ou menos exata da poesia e outras criações da imaginação anônima da nossa terra” (BARRETO, 1956, p. 243).

Na falta de objetividade e rigor documental, a “experimentação livre” que o cronista se permite revela motivações muito mais afetivas do que explicativas, como se percebe no comentário sobre as canções de roda no subúrbio: “Ninguém me peça a significação disso tudo, porque nada percebo aí; mas ouçam cantada e dançada por crianças, que hão de ficar embevecidos e encantados como eu fiquei com essa canção” (BARRETO, 1956, p. 260). Além disso, ao longo de todos os textos, os exemplos da autonomia e independência do autor, seja no uso da língua, seja no encadeamento do texto ou na abordagem dos assuntos são fartos, diversos e muito ricos em significados.

Em seguida, Beatriz Resende afirma que:

As contingências de pressa e de obrigação profissional que caracterizam a crônica na modernidade levam à opção por uma coloquialidade agradável que faz **do leitor um cúmplice**. Mas trazem também imperfeições, incorreções (como as causadas pelo fato de o cronista **citar sempre de memória**) e a **presença de contradições**. Ser contraditória, aliás, é uma das peculiaridades da crônica (RESENDE, 2016, p. 55 – grifos nossos).

Apresentados alguns casos de coloquialidade, registre-se alguns momentos em que Lima Barreto se dirige direta e explicitamente aos seus leitores. Após apresentar suas considerações a respeito do “nacionalismo espiritual” que orientava a produção literária veiculada na *Gazeta Literária* e que Lima Barreto tanto exalta ao longo da série, ele busca o consentimento do leitor: “o espírito que a animava, como os leitores estão vendo, era de um grande nacionalismo” (BARRETO, 1946, p. 242). Em “Sonhei com Isto: O que é?”, o autor cita algumas interpretações populares para os sonhos: “Sonhar com excremento é fortuna; sonhar com defunto, é saúde; sonhar com carne crua, é crime; e assim por diante.” Confessando não encontrar sentido nelas o autor pergunta: “Onde foi o povo descobrir essas equivalências?” (BARRETO, 1956, p. 250). E em “Rezas e Orações”, após transcrever o anúncio de um tal “Professor Baçu” no jornal, incrédulo, Lima Barreto interroga seus leitores

antes de desmoralizar o sujeito: – “Leram?” – “Há tanto cinismo e tanta desfaçatez que aquilo que um mago anunciante nos fornecer em ‘breve’, em amuleto, oração ou quer que seja, não pode merecer um pingão de atenção” (BARRETO, 1956, p. 285).

Em relação às condições profissionais que caracterizam a crônica na modernidade, Lima Barreto demonstra saber perfeitamente as limitações que o periódico ou os próprios leitores impunham à sua produção. Em “Histórias de Macaco”, ele comenta que além das suas narrativas transcritas, ele tinha ouvido diversas e possuía mais algumas escritas, mas explica que não as reproduzia ali para não se tornar fastidioso (BARRETO, 1956, p. 255-56). Já em “Um Domingo de Páscoa”, ele diz que deixava de parte muitas das cantigas infantis que tinha guardado, pois lhe parecia interessante dar apenas alguns exemplos e se ele transcrevesse todas “talvez não chegasse um motivo razoável” (BARRETO, 1956, p. 260). E antes de concluir a história do Príncipe Tatu, Lima Barreto conforta o leitor com um artifício para, quem sabe, desviar a sua atenção da falta de espaço que o jornal lhe reservara: “Como nas clássicas histórias da Princesa Schéhérazada, parece, leitores amigos, que a aurora vem rompendo; devemos por isso interromper a narração para continuá-la na noite seguinte” (BARRETO, 1956, p. 265).

Quanto às citações de memória, é o próprio autor quem as confessa ao longo de toda a série. Em “Sonhei Com Isto: O Que É?”, após afirmar que quase toda a humanidade atribuía um papel profético ao sonho, ele comenta:

Pode ser que ela tenha razão, pois, **segundo me parece**, a origem, a natureza e o mecanismo do sonho continuam mais ou menos inexplicados à luz dos estudos mais modernos. **Não tenho certeza**, mas **leituras semiesquecidas** me dizem **mais ou menos isso**, não havendo, portanto, pessoa bastante autorizada para condenar a crença que, sobre o sonho, o povo tem. Os livros antigos, tão cheios de alusões a sonhos divinatórios, e Plutarco, que infelizmente já não tenho, não narram a vida de um herói que não se refira a eles. **Não me recordo nitidamente de nenhum, mas creio não me ter enganado redondamente**. As literaturas de todos os quilates, de todas as línguas, têm usado e abusado do sonho. **Agora de pronto lembro-me de muito poucas obras literárias que o aproveitem; e, entre elas, aquela de que me recordo mais é a – *Athalie* –**. (BARRETO, 1956, p. 247 – grifos nossos).

Já nas “Recordações da *Gazeta Literária*”, o autor se refere às histórias que ouvira quando criança, como “confusas recordações que tenho das fábulas e ‘histórias’ populares que me contaram”. E após considerar o macaco como símbolo da malignidade e da esperteza, ele afirma: “Não me fio nas minhas lembranças, mas sempre me pareceu assim. Os

estudiosos dessas coisas que verifiquem se a minha generalização é cabível” (BARRETO, 1956, p. 245). Além desses trechos, as citações de memória são feitas em outras ocasiões e referem-se tanto a acontecimentos da vida particular do autor como a ideias ou casos envolvendo conhecidos.

Quanto à presença de contradições, talvez não haja tantas ocorrências no conjunto de textos que compõe a série, mas certamente se as encontraria de monte se se pudesse comparar o teor das afirmações ali presentes com o teor das afirmações de Lima Barreto em outras crônicas. De todo modo, por mais de uma vez, ele afirma que a arte anônima e popular revela de maneira sintética todas as mágoas, todos os sonhos e todas as dores dos brasileiros. No entanto, ao comentar a cantoria das crianças que vê brincarem alegres no domingo de Páscoa no subúrbio, ele diz: “Não é de hoje que muitas canções populares não querem exprimir nada” (BARRETO, 1956, p. 260).

Adiante, Beatriz Resende afirma que: “O cronista é um artista perseguido por *chronos*, mais terrível que os deuses que prendem Prometeu. Acuado pela necessidade de seguir sempre adiante, evitando olhar para trás, o cronista lança marcas – pedaços de si – pelo caminho para que o possam seguir” (RESENDE, 2016, p. 55). Mas o que seriam esses pedaços de si para além de confissões, revelações da vida particular, das coisas vividas, pensamentos íntimos, sentimentos? Talvez sejam apenas isso mesmo, e, note-se, é justamente essa a riqueza da crônica. Como se verá mais adiante, os textos estão repletos desse tipo de rastro. A maioria dos comentários feitos por Lima Barreto tem como matéria sua própria vida, os seus sentimentos e pensamentos a respeito da cultura popular e dos assuntos que a sua visão de mundo permite relacionar ao tema principal.

Ressaltando a multiplicidade de diálogos que a crônica pode estabelecer com outros tipos de texto, Resende afirma que “na fragmentação dos gêneros que a crônica revela, há ligações com outras possibilidades, como a memória, ‘registro de vida escoada’, o lirismo poético de um *eu* que parece falar sozinho ou com alguém muito íntimo, ou o diário, espécie de crônica sem destinatário” (RESENDE, 2016, p. 55). Nesse sentido, lembre-se que uma parte dos textos transcritos no semanário *Hoje* já tinham sido registradas no *Diário Íntimo* do autor quase dez anos antes. Por outro lado, não faltam trechos para ilustrar o “registro de vida escoada” a que se refere Resende ou de certo “lirismo poético de um *eu* que parece falar sozinho”. A seguir, tem-se uma mostra que serve a ambos:

Meu pensamento vem pejado de questões importantes, algumas para mim unicamente, e outras para os meus descendentes, que não terei. [...]

Parado ainda, considero aquela dúzia de crianças de várias origens e diversa pigmentação, pondo-me a pensar na importância de tanta coisa fútil que me encheu o dia, para as quais deveria ter o transcendente desprezo e a superior despreocupação que aquela menina tem e manifesta com seu brinquedo pueril e inocente.

Se faz lua, então eu me lembro de ver o céu, o que raras vezes faço e fiz. [...] Atualmente, porém, não há muito amor às coisas do céu e todos estão preocupados com as terrenas. A cantoria das crianças, entretanto, faz-me sempre olhá-lo e é então que me aborreço de não saber o nome das estrelas e das constelações. Já houve tempo em que isto fazia parte do manual do namorado elegante. (BARRETO, 1956, p. 257-58).

Outro aspecto geral da crônica, segundo Beatriz Resende, é a “ligação direta com o veículo que a divulga”, o que faz com que a própria imprensa seja com frequência matéria da crônica. “As notícias ou as outras crônicas ou artigos são referências permanentes, tornando-as, às vezes, redundantes, espaço fértil para aparecimento de obsessões e desenvolvimento de polêmicas” (RESENDE, 2016, p. 56). Talvez bastasse citar o título de “Recordações da *Gazeta Literária*”. Mas Lima Barreto faz referência a outros veículos da imprensa com frequência, seja para retomar assuntos já tratados em textos seus anteriormente publicados, seja para comentar as ideias de terceiros. As próprias “Recordações” estão repletas de títulos de outros periódicos aos quais ela dava publicidade, como a uma revista católica *Vozes de Petrópolis*, *Folha Literária*, *Revista Literária*, *Cometa*, *União Médica*, *Revista do Exército Brasileiro*, *Liga do Ensino*, entre outras. Ao longo da série, ocorre também de o autor não ter, em dado momento, uma oração que gostaria de transcrever e, encontrando-a, na semana seguinte, repassá-la ao seu leitor:

No artigo anterior, citei esse ato de distribuir, por intermédio do carteiro, orações escritas que devem ser lidas um certo número de vezes e enviadas a outras pessoas amigas, em número determinado.

Não a tinha encontrado, entre os meus papéis. Encontrei-a, porém, e aqui a dou tal e qual, sem nada mudar ou omitir (BARRETO, 1956, p. 287).

Em relação à crônica se caracterizar como um espaço fértil para aparecimento de obsessões e desenvolvimento de polêmicas, observe-se que a série se inicia e se organiza, de um modo geral, em torno da polêmica envolvendo a ideia de nacionalismo e o acanhamento da intelectualidade brasileira. Nos textos seguintes, essas questões são retomadas de maneira mais explícita, como em “Superstições Domésticas”, onde o autor denuncia a fraqueza mental dos falsos sábios pela pressa em explicar com criações arbitrárias o que não se pode

cabalmente elucidar de outra forma, ou na crítica à falta de conhecimento da literatura brasileira por parte dos letrados, em “História de Um Soldado Velho”. E ainda, disfarçada de comentário, como na defesa que Lima Barreto faz de “Sinhá” Maria”, em “Sonhei Com Isto: O Que é?”. Também polêmica é a maneira como o autor trata as diferenças entre a prática religiosa nos subúrbios e nas freguesias afastadas, representada como mais pura e ingênua, em comparação com a prática dos centros urbanos, especialmente aquela propagandeada nos jornais, apresentada como cínica e gananciosa.

Em linhas gerais, o que se procurou indicar aqui foram os elementos textuais de *As mágoas e sonhos do povo* que atestem a sua proximidade em relação ao entendimento geral que Beatriz Resende apresentou a respeito da crônica como gênero literário. Quanto à atualidade dos textos no momento em que foram publicados no semanário *Hoje*, ainda que eles tratassem de um assunto possivelmente considerado antigo, não se poderia jamais afirmar que a abordagem de Lima Barreto é uma abordagem totalizante, que visa descrever os hábitos do folclore ou narrar as histórias da tradição oral de modo a cristalizá-los no tempo. Embora alguns relatos tenham sido colhidos quase uma década antes de serem publicados, as memórias recordadas e as reflexões desenvolvidas, que constituem prato principal dos textos, são feitas a partir da percepção do autor sobre a realidade circundante. Ou seja, o autor sempre usa seus registros do passado ou recordações para refletir sobre o presente, pois a urgência da circunstância atual é justamente a força que faz o passado vir à tona.

4.1 O POVO ENTRE O PASSADO E AS PROMESSAS DE FUTURO

Certamente, Lima Barreto teve mais de uma motivação para realizar a sua empreitada pelo território do folclore brasileiro em um período histórico tão marcado pela influência cultural europeia e pela valorização do elemento estrangeiro. Todas elas, no entanto, estão intimamente ligadas ao seu projeto literário – a *literatura militante* – e, por consequência, ao seu ideal de sociedade, erguida sobre a solidariedade. Dentre elas, há uma bastante particular que é o sentimento do escritor pela cidade do Rio de Janeiro, considerando tanto o espaço físico e geográfico, como os habitantes e cidadãos em geral. No texto que introduz o primeiro volume da antologia de crônicas de Lima Barreto, curiosamente intitulado *Sonhos e mágoas de um povo*, Beatriz Resende afirma que o Rio foi a maior paixão da vida de Lima Barreto, assim como a matéria central das suas crônicas. Embora a autora tenha deixado os textos de *As mágoas e sonhos do povo* fora da antologia *Lima Barreto. Toda Crônica*, Resende observa que a cidade fora “por toda a sua vida de cronista, o principal tema, admirando suas belezas, defendendo seus habitantes, registrando as modificações que nela ocorriam, lutando por sua preservação como se cuida de um objeto de amor” (RESENDE, 2004, vol. I, p. 9).

Na série, o afeto de Lima Barreto pela sua cidade fica bastante claro ao final de “Recordações da *Gazeta Literária*”, quando o autor afirma:

Sou homem da cidade, nasci, criei-me e eduquei-me no Rio de Janeiro; e, nele, em que se encontra gente de todo o Brasil, vale a pena fazer um trabalho destes, em que se mostre que a nossa cidade não é só capital política do país, mas também a espiritual, onde se vêm resumir todas as mágoas, todos os sonhos, todas as dores dos brasileiros, revelado tudo isso na sua arte anônima e popular (BARRETO, 1956, p. 246).

À semelhança do que ocorre em relação à cidade, Lima Barreto demonstra sentir-se responsável pelo destino do país e solidário ao seu povo, sentimento esse que, partindo do subúrbio onde ele morava em direção ao centro da cidade, se alastra para o resto do país e do mundo, como num sonho que a ideia de uma humanidade universal permite a ele entrever. Assim, a partir da observação e da conversa com a gente de toda parte que vivia na então Capital Federal, Lima Barreto procura retratar o povo e suas mágoas, sonhos e dores em um período histórico marcado, por um lado, por certa expectativa de melhora nas condições de vida e pelo aumento da participação política, e, por outro, pela desesperança e frustração de uma mudança que não deixara de perpetuar os privilégios e injustiças do tempo do Império.

Tendo em vista que, na série, o povo da cidade do Rio de Janeiro representa o povo brasileiro, ressalte-se que o autor se interessa, sobretudo, pelas mágoas que historicamente o povo tinha em relação ao país, assim como à sociedade da época, já que, com a finalidade de inserir o Brasil na “civilização”, o projeto de exploração econômica e “mudança espiritual” implantado pela República promovera a negação da cultura popular (SEVCENKO, 2003, p. 43). Nos textos de Lima Barreto, particularmente, as mágoas do povo são representadas e discutidas, sobretudo, em função da ausência de solidariedade propagada no discurso da religião, da ciência e da literatura, as formas culturais hegemônicas da época.

Embora a produção cultural da *Belle Époque* brasileira tenha sido marcada por um forte cosmopolitismo de ar elitista, *As mágoas e sonhos do povo* vêm a público em um momento de valorização do elemento nacional que teve a duração aproximada da Primeira Guerra Mundial. O sentimento que motiva Lima Barreto a escrever a série, no entanto, é diferente do nacionalismo defendido pela grande maioria de seus pares escritores e jornalistas. Não é à toa que a série se inicia pela problematização dessa ideia. Ainda nas “Recordações da *Gazeta Literária*”, o autor distingue o seu nacionalismo “espiritual” do que ele chama jocosamente de nacionalismo “espingardeiro” e “cantativo”, afirmando o interesse em conhecer a “alma” do povo através da sua arte anônima, das suas crenças e costumes. Assim, Lima Barreto fazia jus ao seu ideal de *literatura militante* ao chamar a atenção para as condições de vida e os anseios do povo, tentando incluí-lo no projeto de desenvolvimento da nação.

Publicados em um veículo que tinha como objetivo explícito participar do debate público sobre a construção do Brasil diante das promessas de futuro da sua época, em linhas gerais representadas pelo capitalismo, de um lado, e pelo maximalismo e anarquismo, do outro, os textos de Lima Barreto tentam sensibilizar o leitor diante do sofrimento da maior parte de população brasileira para ligá-la em uma maior. É oportuno lembrar que, propondo-se a discutir os caminhos que conduziriam à “comunhão organizada”, o ideal de “sociedade do amanhã”, o semanário *Hoje* elegera a falta de regulamentação do mundo do trabalho como o principal entrave ao desenvolvimento do país. Participando desse debate, e já com algum prestígio como formador de opinião, Lima Barreto oxigena a discussão pelas profundas reflexões que oferece ao leitor, numa tentativa de incluir a população na pauta política e econômica.

Comparado ao resto da sua produção jornalística, o Lima Barreto de *As mágoas e sonhos do povo* é o mesmo cronista engajado na defesa do povo que percebe que o seu tempo histórico é de profundas transformações e, por isso, de possibilidades. Sabendo que a classe dirigente conduzia o desenvolvimento do país rumo a um “sonho de grandeza num país arruinado”, ele argumenta em favor do sonho de uma sociedade mais justa, humana e solidária, onde as pessoas “não se enchessem de hostilidade e má vontade quando encontrassem na vida um rapaz pobre, mulato e cheio de desejos” (BARRETO *apud* BARBOSA, 2003, p. 192). Sonho que não se poderia ver concretizado sem que antes se resolvessem os problemas remanescentes do passado: o abandono à miséria e à pobreza, o abismo que separava as classes sociais, a discriminação racial e o acesso negado à cidadania.

Nesse sentido, a *literatura militante* de Lima Barreto encontra na crônica a forma mais adequada de representar a história em sua complexidade, como afirma Beatriz Resende, segundo a concepção que tem sobre Walter Benjamin, permitindo articular de modo crítico e inteligível a revisão do passado e a preparação do futuro conforme a tradição dos oprimidos. Em relação ao restante da sua produção na imprensa, talvez seja em *As mágoas e sonhos do povo* que o autor exprima de maneira mais clara e enfática a dimensão mística da sua visão de mundo, embora a sua crítica social permaneça amparada pelo materialismo que sempre a caracterizou. É possível que a maior proximidade com a cultura popular na maturidade tenha influenciado a sua maneira de entender as coisas. Na série como um todo, a vida não deixa de ser vista como uma luta, mas a sua dimensão fatídica sobressai, como se um mistério aterrorizante pairasse sobre o povo.

A vida terrena é representada como se sua única regra fosse a “insegurança de tudo” (BARRETO, 1961, p. 247), a tal ponto que Lima Barreto compara a “nossa breve existência” a um “debater nas trevas”, um caminhar “sem marcos, sem certeza do que fomos, do que somos e do que seremos” (BARRETO, 1956, p. 283). Aos olhos do autor, a condição do “homem”, vivendo aqui, ali e acolá, é estar “cheio de mistério e cercado de mistério” (BARRETO, 1956, p. 279), por isso, a luta “contra a miséria, contra a política e contra a moléstia” é retratada como uma luta “obscura” (BARRETO, 1956, p. 287), de modo que a “incerteza do dia seguinte” faz com que a tradição represente a forma mais eficiente de lutar contra o “azar” (BARRETO, 1956, p. 282).

Na série, a visão de mundo mística delinea esse sentimento de incerteza atroz que domina a existência do povo e aparece na raiz das suas mágoas e das suas dores, mas também

de seus sonhos. E a distância que a separa do materialismo científicista, tão característico do modo de pensar da classe intelectual e política da época, corresponde ao abismo que divide, no Rio de Janeiro do início do século XX, a metade da população alfabetizada e empregada da metade analfabeta e sem emprego. Porém, como argumenta Lima Barreto, estando repleto de conclusões pseudocientíficas e sendo muitas vezes fundamentado em antigos preconceitos, o pensamento hegemônico serve, sobretudo, para perpetuar diferenças criadas artificialmente, manter privilégios de uma classe e subjugar o povo mantendo-o longe das esferas de poder.

Contraopondo-se a ele, o autor defende a ideia de “unidade espiritual” da humanidade. Em “Superstições Domésticas”, por exemplo, ele se socorre de estudos antropológicos que já tinham observado na cultura de diversos povos ao redor do mundo a “analogia substancial de temas” a se manifestar em contos, fábulas, cantigas, ritos e superstições, para argumentar em favor dessa unidade que tão bem serve ao seu ideal de nação solidária e representava um sonho de futuro (BARRETO, 1956, p. 279).

Para o autor, no entanto, a ideia de solidariedade implícita nos seus anseios sem relação à sociedade não implica uma adesão acrítica à visão de mundo do povo. Apenas exige uma predisposição para examinar as formas tradicionais da população antes a partir de um *olhar compreensivo* do que explicativo. Ou seja, o despir-se das lentes do exotismo e do intuito de condenar o povo previamente pelo fato de a sua conduta ou crença não estar alinhada a valores elitistas ou ditos científicos pela sociedade da época. Lima Barreto procura, assim, valorizar a solidariedade que enxerga nas manifestações da tradição popular e fazer a crítica do individualismo que ganhava fôlego com a modernização da cultura carioca e brasileira. Nem por isso o autor se vê impedido de divergir ou se opor de maneira frontal à compreensão popular em diversos momentos, quando a julga ingênua ou desinteressada pelo futuro do país. É esse distanciamento crítico em relação ao povo que caracteriza a *perspectiva intelectual* da série.

Outro elemento que atesta o caráter crítico de *As mágoas e sonhos do povo*, não mais no que distingue a visão de mundo do povo da do autor, mas no que diz respeito a uma forma de pensar e sentir característica do tempo presente, do passado e do futuro da sua época, é a sua *perspectiva histórica*. A consciência que Lima Barreto demonstra ter das mudanças que a tradição sofrera ao longo da história está expressa no decorrer de toda a série e é ela que permite ao autor compreender a “transformação espiritual” em curso no momento em que escreve. Se a classe intelectual é criticada pelo deslumbramento em relação ao

desenvolvimento técnico científico, pela superficialidade cômoda da sua produção e pelo viés elitista implícito nela, por outro ângulo, a série testemunha os lampejos da modernidade na cultura popular, ou seja, o sinal de que esses valores começavam a ser incorporados na sensibilidade e nas formas de sociabilidade do povo. Como afirma Beatriz Resende, a crítica de Lima Barreto não significa, contudo, a abominação completa das transformações que testemunhava, mas sim um apelo à inclusão dos marginalizados entre os beneficiários da cidadania, como participantes da construção do país (RESENDE, 1993, p. 50).

Essas duas visadas tão presentes na obra em crônica do autor como um todo se articulam à *perspectiva autobiográfica* da série. A partir das recordações do autor, a crítica presente na série ganha o aspecto humano e afetivo. Assim, as dores e os ressentimentos do autor parecem fundir-se às mágoas do povo de modo tão definitivo que, mesmo mantendo o distanciamento crítico em suas conversas e observações com a gente de toda a parte, Lima Barreto se mostra sempre compreensivo e solidário. De tal forma que, se à época da publicação, seus textos visavam a pensar o futuro do país, hoje eles representam um registro raro do cotidiano do Rio de Janeiro dos primeiros anos da República e servem como testemunho da “história dos vencidos” (RESENDE, 2004, vol. II, p. 11).

Na maioria dos textos, as três perspectivas apresentadas acima aparecem entrelaçadas sob a forma comum de comentário ao registro, propriamente dito, da tradição popular. E é a partir delas que Lima Barreto representa as mágoas e sonhos do povo de maneira mais viva e interessante. Compostos por memórias e generalizações nem sempre embasadas por estudos de especialistas, os comentários do autor dominam o texto e caracterizam essa espécie de argumentação cujo objetivo principal é sensibilizar o leitor e refletir sobre o ideal de país levando em conta as condições de vida do povo no passado e no presente. Estabelecendo assim um diálogo ao mesmo tempo engajado e informal, Lima Barreto compõe o seu discurso a partir de fragmentos de vida, quer do povo, quer da sua particular, e os articula a fragmentos de ideia que procuram representar a vida do povo ou reforçar o ideal de solidariedade pela compreensão da unidade espiritual da humanidade.

1. Recordações da *Gazeta Literária* (20/03/1919)

Na crônica que inicia *As mágoas e sonhos do povo*, Lima Barreto trata da produção intelectual brasileira interessada pela cultura do próprio país e procura explicar os motivos

que o levaram a escrever a coluna para o semanário *Hoje*. Preocupado com as consequências da “transformação espiritual” que observa nos escritores e jornalistas da sua geração, o autor chama a atenção para o fato de que a geração da década de 1880 se mostrava muito mais interessada pelas coisas do Brasil e do povo do que a geração de 1910. Ele evoca o nome de colaboradores da *Gazeta Literária* como João Ribeiro, Silvio Romero, Urbano Duarte, Valentim Magalhães e Araripe Júnior, sugerindo que *As mágoas e sonhos do povo*, se não era uma continuidade da produção *Gazeta* em si, era do mesmo “espírito que a animava”, o de um “grande nacionalismo” (BARRETO, 1956, p. 241-42).

Em se tratando de uma série sobre folclore urbano, o destaque que a produção intelectual ou literária recebe por parte do autor revela o seu ressentimento em relação à postura e aos propósitos da sua geração de escritores, o que não chega a ser retratado exatamente como uma mágoa do povo, mas deixa implícito para que o leitor reflita sobre a negligência da elite intelectual brasileira para com o povo. Distinguindo-se de seus pares, os quais ironicamente chama “inovadores”, Lima Barreto se apresenta como um dos poucos da sua geração que se interessa pelas “etapas” do “acanhado desenvolvimento intelectual” brasileiro e procura conhecer a história do país e do povo (BARRETO, 1956, p. 242).

Retratada como uma consequência direta da falta de perspectiva histórica dos pensadores e literatos da época, o acanhamento intelectual fazia com que as suas iniciativas estivessem fadadas a perecer sem deixar herdeiros ou um legado para as próximas gerações. Lima Barreto comenta essa alienação em relação ao passado de maneira crítica e bem humorada:

O que é curioso observar na interessante publicação dos livreiros Faro & Lino [a *Gazeta Literária*] é que, há trinta anos, se tentavam publicações da mesma natureza que ainda hoje se tentam [...]

Seria um nunca acabar, enumerar, através das páginas da revistinha de 1884, coisas velhas e notar **a transformação espiritual dos homens**. Uma coisa, porém, se nota: é que as nossas tentativas de hoje têm pouca novidade e se nós não as encadeamos com as que nos precederam, deixam de ter alguma força e são destinadas a morrer no esquecimento como as anteriores. Todo brasileiro julga-se um inovador... (BARRETO, 1956, p. 242-43 – Grifo nosso).

Apesar dos elogios que tece à revista – o “jornalzinho literário” era bem feito e curioso, muito cuidado na revisão, tinha um aspecto simpático e uma leitura variada, de forte cunho intelectual (BARRETO, 1956, p. 241) –, o autor ressalta que ele era desconhecido pela

maior parte da classe letrada carioca. “De nós que andamos hoje nessas coisas de jornais e revistas, poucos terão notícia dessa livraria e da *Gazeta* talvez nenhum” (BARRETO, 1956, p. 241).

Se o maior erro da intelectualidade brasileira é a perda do vínculo com o passado, como indica Lima Barreto, o exemplo mais representativo do acanhamento intelectual da sua geração se exprime na deformação do “grande nacionalismo” que ele exalta. Segundo o autor, “trinta anos antes”, o sentimento que movia a *Gazeta Literária*:

Não era o do nacionalismo dos nossos dias, guerreiro, espingardeiro, “cantativo”, mas que acaba na comodidade das linhas de tiro de classes e repartições e deixa para as funções árduas do verdadeiro soldado a pobre gente que sempre as exerce, com sorteio ou sem ele.

Era um patriotismo mais espiritual, que não tinha uma finalidade guerreira e pretendia tão somente conhecer as coisas da nossa terra, a alma das suas populações, o seu passado, e transmitir tudo isso aos outros, para nos ligarmos mais fortemente no tempo e no espaço, em virtude desse próprio entendimento mútuo (BARRETO, 1956, p. 242).

A frivolidade dos autores da *Belle Époque*, o deslumbramento com as novidades que o desenvolvimento técnico oferecia a uma parcela restrita da população e, sobretudo, a “comodidade” que fazia fechar os olhos para as condições de vida da outra metade dos moradores do Rio de Janeiro dificultava o esforço dos poucos intelectuais engajados em retirar o povo da situação de miséria e ignorância (BARBOSA *in* SEVCENKO, 2003, p. 16). Distanciava-se assim cada vez mais a realidade do sonho de futuro alimentado por Lima Barreto, e ele aponta a mudança que o tempo operou na postura de alguns indivíduos conhecidos entre aqueles que “andavam em coisas de jornais e revista”. Referindo-se aos senhores Múcio Teixeira, “dono de uma *Revista Literária*”, e Alexandre Gasparoni Filho, “ex-redator do *Cometa*”, Lima Barreto caçoa:

Múcio e Gasparoni – quem não os conhece hoje? Mas, a ambos, como a vida mudou! Pelos títulos de suas publicações de 1884, está se vendo que, em um, ainda não havia despertado o amor pela fotogravura ultramundana; e, no outro, não se poderia nunca adivinhar que, grande poeta que ele era, viesse a ser o Barão de Ergonte dos dias atuais (BARRETO, 1956, p. 242).

O nacionalismo que Lima Barreto jocosamente chama de “espingardeiro” e afirma ser cômodo, ele vê representado na figura e nas ideias defendidas por Olavo Bilac, por exemplo, em sua campanha pela obrigatoriedade do serviço militar. Alvo da crítica e do repúdio por parte do autor, esse nacionalismo pode ser melhor compreendido pela leitura da crônica “Defesa da pátria”, publicada na revista *Careta* em 21 de agosto de 1915. Nela, além da

crítica à superficialidade do sentimento “espingardeiro”, pode-se perceber também uma crítica ao perigo que ele representa ao ser explorado por uma classe política que atua com fins de benefício próprio. Em outras palavras, Lima Barreto alertava para o problema de certa alienação do povo em relação à política institucional, apontando os mecanismos da sua instrumentalização por um sistema patrimonialista e corrupto. Vale a pena citar o texto na íntegra:

O governo, o sábio governo, tendo em vista que a Pátria, o solo sagrado da Pátria, o chão onde estão os ossos dos nossos avós, precisa de defesa eficiente contra os inimigos prováveis, resolveu muito acertadamente criar linhas de tiro, onde os jovens, nas horas de lazer, se exercitassem de modo cabal no manejo das armas de guerra, formando assim economicamente uma reserva do Exército, aguerrida e hábil.

Alguns cidadãos abnegados foram logo ao encontro dos desejos do governo e fundaram a Sociedade de Tiro do Timbó, nos arredores desta capital, que tomou o número 1.457.

A República Argentina, ao ter notícia do fato, encheu-se de inveja, pois esse país vizinho não possuía instituição tão eficaz para a sua defesa.

Os seus jornais falaram e disseram mesmo: “Olhemos o Brasil!”

Os periódicos daqui, ao saber do sucesso do fato, gabaram longamente o benemérito Dudu, ministro da Guerra, pela sua capacidade de organização, pelo seu tato social, capaz de transformar um povo indisciplinado em soldados hábeis.

A Sociedade 1.457 recebeu, como sócio, certo dia, um jovem barbeiro das cercanias, cujo ardor patriótico foi encaminhado para o tiro ao alvo, sem nenhuma preocupação política.

O jovem barbeiro não queria ser nem mesmo deputado e só foi para a sociedade de tiro com o doido intuito de defender a pátria. Foi sempre assíduo aos exercícios e aproveitou imensamente com ele. Ao fim de seis meses, era um exímio atirador.

Aproveitando certa data, a Sociedade número 1.457 resolveu dar um festival, com auxílio discreto dos poderes públicos.

Arranjaram folhas de mangueiras que espalharam pela estrada que levava ao *stand*, umas bandeirinhas, uma charanga, muitos figurões e a festa foi feita.

Entre estes veio o deputado Orse, que muito se admirou da justeza de pontaria do jovem brasileiro, primeiro prêmio no concurso do dia.

Acabado que ele foi, Orse dirigiu-se a ele e disse carinhoso:

– Meus parabéns. O senhor merece muito da Pátria. Sou o deputado Orse e desejo que o senhor me procure.

Deu-lhe o cartão e, dias depois, o jovem barbeiro procurava o deputado Orse.

– Você, disse este, deve ter outra ocupação. Eu lhe dou duzentos mil-réis e você vai ficar em casa do chefe político que me elege. Desde que venha um certo tipo assim assim, você atira, certo que não acontece nada a você.

O jovem brasileiro, tentado pelo ordenado, aceitou a oferta e ficou de guarda-costas ao tal chefe.

Um belo dia o tal tipo assim assim apareceu na porta da casa e o jovem barbeiro atirou, matando-o.

Tinha defendido a Pátria (BARRETO, 2004, vol. I, p. 228-29).

Na medida em que a Primeira Guerra Mundial contribuiu para que o sentimento nacionalista fosse canalizado por um ímpeto competitivo e belicoso, de disputa por poder político e por mercado entre as nações, perdendo assim um pouco da amplitude e profundidade que tinha em relação à sua própria concepção romântica, o nacionalismo “espingardeiro” anunciava, como promessa de futuro, a imagem de um Brasil forte e civilizado. No entanto, como a leitura da crônica acima demonstra, fica claro porque Lima Barreto afirma que ele “acabava na comodidade das linhas de tiro” e como, para o autor, ele assegurava os privilégios de uma elite e o seu controle sobre as camadas populares.

A distorção de um sentimento que, na visão de Lima Barreto serviria para acabar com a exploração entre os homens e ligá-los mais fortemente no tempo e no espaço em virtude de um “entendimento mútuo”, revela a maior mágoa representada nas “Recordações da *Gazeta Literária*”, que é para com os intelectuais e literatos da época, complacentes e beneficiados pela bárbara condição de vida das classes inferiores e pela desigualdade entre as classes sociais. É a partir de uma perspectiva histórica que Lima Barreto consegue representar a distorção do nacionalismo no tempo, na medida em que uma expressão desse sentimento é associada ao passado e a outra, ao presente.

Observe-se também que as recordações da *Gazeta* fazem-no lembrar dos seus “sete anos de menino pobre” e das histórias que não tinha guardado na memória por um motivo que representa, em certo sentido, a desvalorização e o apagamento da cultura popular no contexto da *Belle Époque*. Citando o texto de Vale Cabral, “Canções populares da Bahia”, o autor comenta que muitas delas ele ouvira e recitara em criança, e, em seguida, afirma que:

Se, como as retive, tivesse retido as “histórias” que me contavam naquela idade, tirando as que Perrault registra e dando-lhes forma, como a “Gata Borralheira”, poderia fazer um volumezito bem aproveitável. Mas não as guardei e pouco retive de cor dessa arte oral e anônima, afora essas quadrinhas e outros versos como o do famoso “chula” [...]
Todas essas coisas ingênuas de contos, anedotas, anexins, quadrinhas, lendas, foram soterradas na minha memória por uma avalanche de regras de gramática, de temas, de teorias de química, de princípios de física, disto e daquilo, que, aos poucos, me vão morrendo na lembrança, para deixar emergir nela as histórias humildes do Compadre Macaco, do Mestre Simão e da Comadre Onça, dos meus pobres sete anos de idade (BARRETO, 1956, p. 245).

Tendo em vista a influência que o pai tivera na educação de Lima Barreto, pretendendo para o filho a ascensão social e o prestígio que lhe haviam sido negados na juventude, não por falta de capacidade, mas pelas barreiras que a sociedade da sua época lhe

impusera, da mesma forma como ao próprio filho anos mais tarde, a declaração do autor reforça a ideia de que às suas próprias mágoas correspondem as mágoas de toda uma nação a quem se negara o direito de ser livre e ter uma vida digna. De modo semelhante, o movimento da memória em busca das histórias dos seus pobres sete anos de idade, em certo, sentido, equivale ao sonho do povo de preservar a sua cultura e de vê-la, se não valorizada pela sociedade de sua época, no mínimo respeitada.

2. Superstições Domésticas (27/03/1919)

Em “Superstições Domésticas”, o texto se inicia com uma denúncia que revela o preconceito de “falsos sábios e sociólogos”. Típica do pensamento racista e higienista da época, Lima Barreto tenta demonstrar como era pseudocientífica a consideração que atribuía as crenças do povo à herança cultural dos africanos desterrados e trazidos para trabalhar como escravos no Brasil ou de indígenas nativos, e como ela apagava do discurso científico e, conseqüentemente da história, a contribuição dos povos europeus para a cultura popular brasileira. Por outro ponto de vista, Lima Barreto representa a mesma mágoa que retrata nas “Recordações da *Gazeta Literária*”: a falta de perspectiva histórica por parte dos intelectuais e literatos da época, a falta de compromisso com o povo e a sua comodidade elitista. Ele afirma que era “própria da nossa fraqueza mental” a pressa em “explicar com criações arbitrárias” o que não se podia cabalmente elucidar de outra forma. Daí, complementa, “essas simplistas generalizações de nossos falsos sábios, quanto às origens das nossas crendices e abusões” (BARRETO, 1956, p. 279).

No seguinte trecho, o autor critica de modo mais claro o racismo implícito no discurso da ciência e a tentativa de hierarquização dos povos segundo o seu critério:

Na Europa, em qualquer parte dela, as superstições abundam. Todos nós sabemos disso, mas é ideia feita que só os italianos o sejam e um pouco os espanhóis. Dá-se lá o que se dá entre nós, onde os sociólogos profundos atribuem as nossas, que, às vezes são bem europeias, a depósitos na nossa consciência de crendices africanas, quando não tupaicas (BARRETO, 1956, p. 279).

Ao revelar suas mágoas, Lima Barreto não deixa de examinar as barreiras que a sociedade impunha ao seu ideal de solidariedade, assim como aos sonhos do povo. Na crônica “O convento”, a perspectiva histórica de Lima Barreto vem ao encontro do trecho

acima para revelar como o preconceito endossado em parte pela ciência de sua época deitava raízes no passado, além de deixar clara a sua postura como cidadão e a importância de se conhecer a história para ter uma visão crítica do presente.

Repito: não gosto do passado. Não é pelo passado em si; é pelo veneno que ele deposita em forma de preconceitos, de regras, de prejudgamentos nos nossos sentimentos.

Ainda são a crueldade e o autoritarismo romanos que ditam inconscientemente as nossas leis; ainda é a imbecil honra dos bandidos feudais, barões, duques, marqueses, que determina a nossa taxonomia social, as nossas relações de família e de sexo para sexo; ainda são as coisas de fazenda, com senzalas, sinhás-moças e mucamas que regulam as ideias da nossa diplomacia; ainda é, portanto, o passado, daqui, dali, acolá, que governa, não direi as ideias, mas os nossos sentimentos. É por isso que eu não gosto do passado, mas isso é pessoal, individual. Quando, entretanto, eu me faço cidadão da minha cidade, não posso deixar de querer de pé os atestados de sua vida anterior, as suas igrejas feias e os seus conventos hediondos (BARRETO, 2004, vol. I, p. 100).

Nesse sentido, lembre-se que a Igreja Católica, se não foi a responsável pela sua criação, reforçou a ideia de que índios e negros eram seres desalmados e, por isso, inferiores aos europeus. Seja em relação ao passado, quando a religião exercia maior domínio sobre as sociedades, seja em relação à sua época, quando a ciência despontava como forma cultural hegemônica, a postura crítica de Lima Barreto domina a maior parte da série e se vale sempre de uma perspectiva histórica. É inegável que ele se coloca irredutivelmente em defesa do povo, embora a sua visão de mundo nem sempre corrobore o entendimento popular. O que o autor tende a valorizar, nesse sentido, é toda e qualquer manifestação de solidariedade. Assim, quando não consegue ver a cultura popular a partir dessa lente, Lima Barreto se limita ao registro ou a um tímido comentário.

Ao retratar as superstições que encontra entre a gente do povo com quem conversava, ele comenta a influência do processo histórico na transformação da tradição, porém não tira qualquer conclusão a seu respeito e hesita entre negar ou aceitar a visão popular.

Sobre o costume de criar pombos em casa e o seu significado para o povo, por exemplo, o autor afirma que era uma crendice geral que qualquer observador poderia colher entre as famílias pobres e remediadas, mas para a qual seria muito difícil achar uma razoável explicação. A crença familiar da qual trata o autor é a de que os pombos eram, quando se reproduziam muito, sinal de prosperidade no lar; mas, desde que comessem a fugir, indicavam que as coisas iam desandar (BARRETO, 1956, p. 280). Em seguida, Lima Barreto

apresenta como essa “abusão de nossa gente” teria evoluído ao longo do tempo, tendo sido consagrados a Vênus, na antiguidade, e cuja posse constituía um privilégio de senhor, no regime feudal (BARRETO, 1956, p. 280).

Como essa crença popular, Lima Barreto registra outras, mas todas de modo muito ligeiro:

Ninguém derrame tinta ou azeite no chão, porque traz azar; ninguém ponha uma vassoura “de pernas pro ar”, porque traz azar; ninguém deixa um calçado com a sola voltada para cima, porque traz azar; ninguém vista uma meia ou outra peça de roupa pelo avesso, porque traz azar; e assim são inúmeras as superstições que procuram evitar o azar e todas elas são obedecidas cegamente, mesmo por aqueles que se julgam livres de tais credices (BARRETO, 1956, p. 282).

Ao final da crônica, ele comenta o aspecto comum a toda superstição. Aqui o autor expressa de modo mais claro a ideia de que a vida é incerta e avessa à felicidade do homem. Segundo Lima Barreto, com exceção de alguns costumes que tinham por fim invocar a felicidade e pedir a prosperidade para o lar, a maioria das credices domésticas visava a afastar o “‘mau olhar’, a ‘coisa feita’, o ‘azar’, espontâneo e inexplicável ou provocado pela inveja de inimigos e desafetos” (BARRETO, 1956, p. 282). As considerações que faz a respeito dos motivos que levam o povo a recorrer às superstições é farta e contrasta bastante com o pouco espaço que destina ao seu registro e a brevidade da sua descrição. Diferentemente de quando trata da crença sobre os pombos, no trecho seguinte, o autor parece aderir progressivamente a uma visão de mundo mística até concluir o texto confessando que também é supersticioso:

Todas as superstições caseiras ou familiares têm quase sempre por base o temor dos gênios, das forças misteriosas contrárias à nossa felicidade [...]

A luta contra o azar, contra a incerteza do dia seguinte, nascida da convicção de que a nossa sorte é insegura e que somos cercados de entidade superiores e pouco amigas da nossa felicidade e repouso, leva-nos às mais curiosas e inesperadas superstições domésticas [...]

Nesse debater nas trevas da nossa vida terrena, que é como caminharmos na nossa breve existência, sem marcos, sem certeza do que fomos, do que somos e do que seremos, a nossa mais urgente necessidade é estar bem com o mistério; e, quando as religiões não nos satisfazem, quando elas, à custa de regrarem a nossa sede e fome de Infinito e de Deus, nos abarrotam de tolices e patranhas manhosas a encarar, é para essas pequenas e ingênuas credices [...] que nos voltamos para que a obscuridade do viver não nos cegue de todo, e elas nos guiem na nossa vida e nos desculpem, depois da nossa morte, perante o que vier...

Eu não deixo nunca o meu chinelo virado com a sola para o ar... (BARRETO, 1956, p. 282-83).

A “unidade espiritual” que Lima Barreto enxerga no pendor do homem para lutar contra a “insegurança de tudo” fortalece a argumentação em favor o seu ideal de uma sociedade mais solidária. Se a ciência, ou a pseudociência, fechava os olhos para os indícios da sua existência até mesmo entre os povos que ela considerava superior e explicava a permanência de credices e superstições na cultura do povo com “criações arbitrárias” e racistas, só a literatura, concebida de maneira ampla como Lima Barreto a concebe na série, poderia se constituir numa forma discursiva própria para exaltar a solidariedade.

Lima Barreto cita os estudos do antropólogo francês, o “Senhor Van Gennep”, que defendia uma abordagem comparativa de diferentes culturas, para afirmar que a história da *Gata Borralheira* tinha mais de quatrocentas variantes, de todos os tempos e todos os países, desde a Europa até o Extremo Oriente e à América. De modo semelhante, o autor complementa que o que se dava com ela acontecia com “quase toda a produção literária coletiva e anônima, cujas manifestações são encontradas em todas e as mais diversas partes da Terra e na boca de raças diferentes, não se podendo, entretanto, determinar o foco de sua irradiação” (BARRETO, 1956, p. 279-80). A um só tempo, Lima Barreto elimina qualquer chance de se estabelecer uma hierarquia entre os povos e representa a própria literatura como expressão dessa unidade espiritual, colocando em pé de igualdade a produção escrita e a tradição oral em toda a sua diversidade.

3. Rezas e Orações (03/04/1919)

“Rezas e Orações” é o único texto em que Lima Barreto não serve o leitor fartamente com referências à cultura letrada e ainda assim consegue um equilíbrio entre comentário e registro. Nele sobressai a perspectiva autobiográfica, na medida em que as generalizações e os comentários do autor são feitos a partir das recordações que tinha tanto da sua vida particular quanto das conversas que mantinha com a gente de toda a parte. A tensão argumentativa se desenvolve da oposição que ele estabelece não mais entre o racismo pseudocientífico e a unidade espiritual da humanidade embasada pela antropologia, mas entre as práticas religiosas realizadas no centro da cidade e as realizadas nas freguesias afastadas, que revela uma perda de solidariedade característica da “transformação espiritual” do povo. Palco da política higienista que expulsou as classes pobres para a periferia da cidade e símbolo da vida moderna, o centro é representado como espaço da religião institucional da

Igreja Católica e de práticas informais contaminadas por traços de um “novo espírito”, como a ganância e o oportunismo, exacerbados de certa forma pelo individualismo capitalista. Já o subúrbio, Lima Barreto o representa como lugar de uma vida pobre onde sobressaem as manifestações de ajuda mútua entre as pessoas e a sinceridade na sua relação com o Mistério.

A respeito do impacto que a Proclamação da República causou nas ideias, sentimentos e atitudes, José Murilo de Carvalho afirma que a mudança que parece ter sido mais importante se deu nos padrões de moral e honestidade, pois o surgimento do novo regime estimulou a “confiança na sorte e no enriquecimento sem esforço em contraposição ao ganho da vida pelo trabalho honesto” (CARVALHO, 1987, p. 28). Em outro trecho, o historiador sintetiza: “Poderíamos dizer que se deu uma vitória do espírito do capitalismo desacompanhado de uma ética protestante” (CARVALHO, 1987, p. 26). É interessante notar como alguns elementos da ideologia capitalista se transformaram ao serem incorporados pelo povo em um país onde o próprio Estado impediu que a antiga mão de obra escrava permanecesse no campo trabalhando livremente em vez de promover a precária concentração demográfica na sua capital. Diluída a disciplina e a valorização do trabalho, na sociedade brasileira, a permanência da “insegurança de tudo” contribuía para que o “espírito capitalista” tenha se traduzido na degeneração do comportamento e na comercialização da fé.

Assim, a cidade é retratada por Lima Barreto como lugar das pessoas que andavam azaradas, atraindo desgraças para si e para os outros, de jogadores, prostitutas e outros tipos que viviam acorrentados aos seus caprichos. Esses, a quem o autor chama os “devotos do Acaso”, frequentavam as missas para se purificar de tempos em tempos. A dos “capuchinhos italianos”, cujo convento ficava no morro do Castelo, era tida entre os supersticiosos como possuindo a virtude de afastar o azar e o caiporismo. Já a “missa das arrependidas”, que se rezava na Igreja da Cruz dos Militares, era frequentada por mulheres da cidade que “queriam lavar-se das culpas e pecados peculiares a seu sexo” (BARRETO, 1956, p. 283).

As freguesias rurais, por outro lado, representavam o lugar onde o povo pobre normalmente prescindia do sacerdote católico ungido regularmente, socorrendo-se de “rezadores” e “benzedoras” que ele mesmo sagrava e consagrava conforme as evidências do seu poder. Essa diferença fundamental abre espaço para o cronista refletir sobre diversos aspectos a respeito das práticas religiosas na zona suburbana.

A partir de uma perspectiva histórica, Lima Barreto denuncia o preconceito da religião católica que não aceitava sacerdotisas, ao passo que as religiões antigas “não

passavam sem elas”. Associada à ideia de tolerância, “a crença geral e popular” era de que “as feiticeiras, médiuns femininos, ‘rezadeiras’” eram mais poderosas que os homens no seu comércio com a Divindade e o Mistério, afirma o autor (BARRETO, 1956, p. 284). Nesse sentido, ele observa que os homens que faziam rezas e orações no subúrbio eram “quase todos de idade”, mas as mulheres, não. E emenda que:

Nas tricas galantes mesmo, em que se emaranham raparigas e senhoras, moças e velhas, de todas as condições, muito pouca fé tem as amantes e namorados nos hierofantes, nos feiticeiros machos. Todas as esperanças daqueles e daquelas que o amor abraça, é na cartomante (BARRETO, 1956, p. 284).

A ideia de sinceridade da fé do subúrbio aparece também nas recordações de Lima Barreto sobre a sua infância na Ilha do Governador, que estava toda ela entregue a moradores pobres. Ele conta que “isolada do Rio de Janeiro, quase sem comunicações diárias com o centro urbano”, tendo sido “abandonada por seus grandes proprietários, devido à decadência de suas culturas perseguidas atrozmente pela saúva”, a ilha não tinha vigário e o culto da população aos santos de sua fé era feito por intermédio de certos capelães rústicos, rezadores ingênuos e ignorantes, que “diante de toscos oratórios [...] entoavam nas cabanas ladainhas e outras orações”. Para o autor, a crença que o povo tinha na oração e na reza era tão forte que “tomava este ou aquele aspecto bárbaro e tosco, aqui e ali”, sendo por isso mesmo sempre tocante e penetrante. A fé nunca abandonava a gente humilde em sua “obscura luta contra a miséria, a política e a moléstia” (BARRETO, 1956, p. 287).

Na roça, carioca, onde os “benzedores” e “rezadeiras” tinham “fé no seu mister”, a sua sinceridade comunicava essa fé aos outros. As “especialidades” eram para curar certas moléstias particulares às senhoras, “cobreiros, erisipelas e dores vagabundas e sem explicação”, além de ser costume se benzer ou rezar as casas e até plantações. Lima Barreto comenta um “surpreendente espetáculo” a que já tinha aludido no seu *Policarpo Quaresma* e que lhe havia sido contada por uma pessoa “muito digna de fé, sendo doutor em medicina”, em que uma “rezadeira” famosa fizera ir embora as lagartas da sua plantação de feijão (BARRETO, 1956, p. 287).

No perímetro urbano, por outro lado, além do uso que faziam das missas os “devotos do Acaso”, Lima Barreto ressalta a exploração comercial da religião e critica o oportunismo da sua propaganda na imprensa, lembrando que a prática era uma contravenção. Para o autor, os magos que anunciavam nos periódicos não mereciam o seu interesse por serem “cínicos

demais” com “seus anúncios de extremada publicidade” que, “desafiando a polícia”, eram a mais segura demonstração do seu “charlatanismo explorador” (BARRETO, 1956, p. 284). O anunciante de jornal, “Professor Baçu”, prometia um trabalho rápido e perfeito para quem queria se casar ou não estava feliz no casamento. Para atrair “fortuna, fartura e ensejos de feliz ventura”, ele se sujeitava a fazer “todo e qualquer trabalho, mesmo à distância, de pesquisas e investigações para a descoberta de fatos de caráter mais ou menos íntimo; obtendo reconciliações, aproximações de pessoas afastadas e realização de qualquer negócio considerado irrealizável”. Além disso, se dispunha a combater todos os males físicos e morais e a fazer “horóscopos, diagnósticos e prognósticos” (BARRETO, 1956, p. 285).

Entre a crença dos habitantes do centro da cidade e do subúrbio, Lima Barreto nota diferenças fundamentais que remetem ao processo de transformação da sensibilidade do povo carioca, e a sua impressão a respeito de cada uma delas contrasta radicalmente. Demonstrando-se compreensivo com as práticas da roça e mesmo parcialmente com as da cidade, o autor é enfático ao criticar o cinismo e a desfaçatez do “Professor Baçu” e de outros “magos anunciadores”, sem contudo deixar de criticar certa ingenuidade dos habitantes da cidade, que pareciam não ter a mesma sensibilidade para identificar as manifestações sinceras da fé como o povo das freguesias rurais. Ao fim do anúncio que transcreve na crônica, ele afirma: a “credulidade humana, porém, não tem fundo”. Em seguida, ressentindo-se da vulnerabilidade do povo à exploração comercial da fé, lamenta o fato de que “a insistência com que este e outros apregoam, com a mais luxuosa publicidade, os seus poderes e as suas virtudes excepcionais”, mostrava bem que a clientela não lhes faltava, apesar das perseguições legais da polícia (BARRETO, 1956, p. 285).

4. História de um Soldado Velho (10/04/1919)

Em “História de Um Soldado Velho”, tem-se a narrativa que representa de maneira mais explícita o ponto de vista de Lima Barreto ao afirmar que a arte anônima e popular revela todas as mágoas, as dores e sonhos do povo, assim como o aspecto urbano da cultura popular. Na crônica, a narrativa registrada representa a condição do subalterno pobre e explorado em consequência da falta de oportunidades e da incipiência do mercado de trabalho. É uma história tipicamente criada pelo pensamento diretor que acaricia o soldado, em geral originário das mais humildes camadas da sociedade e o consola da sua pobreza e do

seu estado de obediência e inferioridade, afirma o autor. Nos exemplares dessa “literatura plebeia”, segundo Lima Barreto, havia sempre como moralidade “a vingança ou a vitória da praça com seu espírito, seus ardis ou esperteza de meios destros, sobre os seus superiores civis ou militares” (BARRETO, 1956, p. 275). Sem ser muito original ou cômica, o autor registra a narrativa por ela ser “demonstração das recriminações dos soldados, quanto à exiguidade dos vencimentos de suas reformas” (BARRETO, 1956, p. 275-76).

Tendo dado baixa do serviço do Exército por “não servir mais para o trabalho”, o soldado velho recebe como recompensa apenas um mísero cruzado, com o qual consegue comprar um pato para vendê-lo de porta em porta. À frente de uma casa, antes que uma criada lhe pague os dois cruzados pelo pato, chega um padre e o compra do soldado. Conhecido da dona da casa, o padre entra pela sala e puxa uma cadeira, no que é acompanhado pelo soldado. Apesar do constrangimento da dona da casa com a sua presença, ambos passam a tarde ali até que o pato é servido e os três jantam juntos. Ao chegar o marido em casa, com medo dele, a mulher esconde os dois visitantes numa alcova. Ali, ameaçando fazer barulho e com isso serem os dois descobertos pelo marido, o soldado consegue tirar do padre não só todo seu dinheiro, como também sua batina. Mas nada faz o soldado interromper a conversa com o padre e, ao serem descobertos, o padre seminu leva um tiro do marido na fuga. O soldado chega a prender o homem, mas em seguida aceita um gordo suborno para soltá-lo. A história termina com a pergunta: “Quem pagou o pato?” (BARRETO, 1961, p. 277-78).

Seus comentários, no entanto, ampliam o debate fazendo refletir também sobre um aspecto mais universal, o desdobramento das formas de sociabilidade sobre a linguagem e o aspecto mais ou menos solidário dessas formas. Tal como faz em “Superstições Domésticas”, Lima Barreto aproxima as obras da grande literatura ao que chama aqui de “literatura plebeia”. Assim, a Escola Militar da Praia Vermelha se torna um exemplo de como a “capacidade de criar gíria, modificações e derivações na linguagem comum” é, na visão do autor, “uma criação do pendor dos homens para o seu agregamento” (BARRETO, 1956, p. 275). Assim como na história do soldado velho, seu “modo de espírito peculiar”, de “fortes camaradagens, de grande sociabilidade, de dedicações de uns alunos pelos outros, levados ao extremo” se exprimia com fartura e de diversas maneiras desde a formação de termos de gíria, de anedotas picarescas e fesceninas, de anexins e sentenças de sainete peculiar, assim como em narrativas contadas nas pequenas revistas da escola e na literatura de Euclides da

Cunha. Lima Barreto ressalta a “influência decisiva” que, por isso, a Escola Militar da Praia Vermelha tivera nos “nossos motins políticos” (BARRETO, 1956, p. 274).

A segregação parcial do total da sociedade, o quase isolamento dos seus alunos do resto dos homens de outras profissões e ofícios, o encontro forçado ali de gente oriunda de vários lugares, de proveniências familiares as mais diferentes, a monotonia da vida que exige conversas, pândegas adequadas entre eles, devia levar os cadetes a criar, sem o sentir, com estes ou aqueles elementos, uns modos de linguagem própria e literatura oral sua (BARRETO, 1956, p. 274).

Num gesto que aproxima a “literatura plebeia” da literatura de linguagem mais elaborada, Lima Barreto inicia a crônica comentando a influência daquela instituição militar no livro *A Redenção de Tiradentes*, de Fernando Pinto de Almeida Júnior, cuja obra classifica como filosófica, histórica, crítica, republicana e cívica, “mais cívica do que as recentes canções militares que o carnaval fez esquecer”, ressalta o autor (BARRETO, 1956, p. 272). Assim como em “Recordações da *Gazeta Literária*”, ele exalta a obra e crítica o seu desconhecimento por parte dos letrados e, observando que entre seus alunos havia a crença de a Escola Militar da Praia Vermelha ter sido o primeiro estabelecimento científico do mundo, Lima Barreto afirma que a expressão máxima das suas características se encontrava em Euclides da Cunha, em cuja escrita, “pejada de metáfora e comparações científicas”, encontrava-se sempre a “preocupação de demonstrar saber universal”, o “desdém pelas impressões do primeiro instante” e um “desejo de esconder a colaboração do inconsciente sob a crosta espessa das leituras” (BARRETO, 1956, p. 275).

Ele lamenta o fato de, entre os jovens oficiais daquela época, em que a rigidez de certo positivismo estreito e pedante não dominava mais sua forma de pensar, não aparecesse algum que “colhesse da boca dos soldados exemplares dessa literatura plebeia” (BARRETO, 1956, p. 275), sugerindo que essa mudança de postura entre as gerações anteriores e a do presente era um reflexo da “transformação espiritual” que também corroía o sentimento nacionalista. Assim, Lima Barreto nota que, em seu tempo, a linguagem já começara a se reinventar a partir de outros modos de sociabilidade e outras práticas cotidianas. “Hoje, esses dizeres pitorescos saem das casas de jogo: ‘deu o suíte’; ‘bancou o trouxa’, etc”. Mas se limita a registrar o flagrante sem, contudo, se aventurar em maiores generalizações: “Sinais dos tempos? Não compete examinar tal coisa” (BARRETO, 1956, p. 275).

Se a história popular que Lima Barreto narra não chega a ser tão original ou interessante, como afirma, as informações da época e as suas impressões são valiosas, entre

outros motivos, por sugerirem a percepção do cronista a respeito da mudança nas formas de sociabilidade e suas implicações tanto na linguagem popular, oral, como na literatura escrita. A história do soldado velho revela uma mágoa da classe militar subalterna para com a sociedade em geral, na medida em que, prestando-se à defesa do território e dos interesses da nação, a sua remuneração é muito baixa e a sua vida precária. Assim, Lima Barreto deixa implícita a contradição entre o discurso e a atitude daqueles intelectuais e escritores que exaltavam os feitos militares e defendiam a obrigatoriedade do serviço militar, por um lado, mas, por outro, fechavam os olhos para as condições de vida do povo pobre e para a sua linguagem, tomando como modelo a produção literária europeia.

Além disso, Lima Barreto parece enxergar justamente na relação entre a convivência, não exatamente a militar, visto que a sua descrição também aponta críticas nela, mas entre as formas de sociabilidade mais solidárias e a recriação da linguagem, um caminho para a construção de um país mais justo e humano, procurando valorizar toda a sua diversidade de expressões.

5. Histórias de Macaco (17/04/1919)

Assim como a história do soldado velho que representa a superação das condições precárias de vida do povo e da baixa posição na hierarquia social, é possível compreender as narrativas sobre o macaco como uma certa vingança do povo para com seus inimigos e com a sociedade de modo geral. Por isso, para Lima Barreto, o macaco é quem melhor representa o povo nas narrativas populares. Na crônica que, como poucas na série, não conta com a fartura dos comentários do autor, o aspecto mais interessante é que Lima Barreto apresenta duas narrativas: uma de final feliz e outra de fim trágico, ainda que as histórias de final pessimista quase não fossem comuns, sendo as mais espalhadas as que davam sempre a vitória final ao símio sobre todos os obstáculos e inimigos que ele encontrasse na vida e nas florestas (BARRETO, 1956, p. 252).

Retomando uma consideração que já havia feito em “Recordações da *Gazeta Literária*”, Lima Barreto comenta a importância do macaco na cultura popular brasileira e procura caracterizá-lo: “O nosso macaco, com as suas parecenças humanas, tal e qual o vemos nas gaiolas e preso a correntes, é bem miúdo; mas tem tal ar de inteligência, é tão solerte e inquieto que o povo não podia deixar de impressionar-se com ele e dar-lhe a máxima

importância nas suas histórias de animais” (BARRETO, 1956, p. 252). Para o autor, se as suas semelhanças com os homens não eram tão flagrantes como as dos grandes macacos da África e da Ásia, o macaquinho brasileiro não tinha aquele seu aspecto de “força estúpida”, de “ferocidade e bestialidade”, mas de “astúcia e malignidade curiosa, quando não de esperteza e malandragem” (BARRETO, 1956, p. 252).

Assim, diz Lima Barreto, o povo o representa nas suas histórias, onde ele é fecundo em ardis e variadas manhas, para vencer dificuldades e evitar lutas desvantajosas. “O macaco é o símbolo da malignidade, da esperteza, da pessoa ‘boa na língua’, em luta com a onça, cheia de força, mas traiçoeira e ingrata” (BARRETO, 1956, p. 245). Mas, para além das suas manhas, planos e esperteza, afirma o autor, os contos populares também lhe emprestam alguma generosidade e alguma graça, uma filosofia de matuto “tinguijador”, e mesmo uma grande simpatia (BARRETO, 1956, p. 252).

Tendo sido narrado pelo senhor Antônio Higino, contínuo da Secretaria de Guerra, ex-praça do Exército, natural do Rio Grande do Norte, a segunda narrativa que Lima Barreto registra trata simplesmente de uma peça que o macaco prega à onça sem um motivo algum. Além de exaltar a esperteza do macaco e o seu caráter enganador, a narrativa não dá margem a grandes interpretações a respeito do povo, além das que Lima Barreto já havia comentado.

Relatada por sua vizinha Dona Minerva Correia da Costa, a primeira história que ele registra conta que, tendo saído à rua muito bem vestido um dia, o macaco vira alvo de chacota por parte de crianças que não cessam de troçá-lo, até que ele decide ir ao barbeiro para cortar sua cauda. Sem conseguir que as crianças parassem de troçá-lo mesmo assim, o macaco decide tomar a navalha do barbeiro em troca da sua cauda amputada e, daí em diante, vai trocando cada objeto conseguido por outro, sempre levando vantagem em cada troca, de modo que, no final, ele está na posse de uma viola e segue por um caminho que era cortado por um rio “de largura intransponível”. “Pela primeira vez, depois de tantas aventuras, vencidas com facilidade, o macaco encontrava um obstáculo que a sua manha e a sua astúcia não podiam vencer”. Para se consolar, ele canta suas proezas com acompanhamento de viola, mas, vendo bem que era impossível vadear o rio, o macaco se desespera e nele se atira para morrer (BARRETO, 1961, p. 253-54).

Se a vitória contra a onça é feliz na segunda história, na primeira, chama a atenção o fim trágico e incomum do macaco que se afoga por não poder seguir adiante o seu caminho. Assim como em relação ao povo, Lima Barreto apresenta duas interpretações para as

peripécias do macaco. Em “Superstições Domésticas”, para o autor vale o dito “voz do povo, a voz de Deus” (BARRETO, 1956, p. 250). Mas na crônica “Coisas do ‘Jogo do Bicho’”, ele semeia uma dúvida ao dizer: “A Esperança... O povo afirma que quem espera sempre alcança. Será verdade? Parece que aí a voz do povo não é a voz de Deus...” (BARRETO, 1956, p. 297).

Observando-se as duas narrativas apresentadas por Lima Barreto pode-se compreendê-las, por um lado, como sendo regra e exceção, ou como se uma ponderasse a outra no sentido de frear o ímpeto da esperteza no próprio povo. Por outro lado, seria possível pensar que se o povo, representado pelo macaco, consegue levar vantagem sobre o seu adversário personificado, pois a malícia supera a força, o mesmo não acontece quando ele se depara com um inimigo intangível, ao mesmo tempo concreto e abstrato, cuja natureza não concebe e, portanto, não supera ou transpõe. Nesse sentido, Lima Barreto parece que deixa uma reflexão para o leitor a respeito dos desafios que o povo ainda teria pela frente e sobre quais situações ele levava alguma vantagem.

Nas “Recordações da *Gazeta Literária*”, Lima Barreto não chega a apresentar uma narrativa, mas faz considerações a respeito das qualidades e defeitos de caráter do macaco que, na sua interpretação, se não havia sido feito “totem” pelo povo brasileiro, de alguma forma fora feito o seu “herói epônimo”. O autor tenta fazer perceber que a imagem do macaco poderia ser ainda mais positiva para representar o povo se lhe fossem exaltadas as características mais generosas em detrimento das mais individualistas. Assim, o autor contrapõe as manhas do macaco à sua generosidade; os planos, à sua graça; e a esperteza, à sua filosofia, no intuito de ressignificar a imagem do macaco. Essa postura surpreendente, por estar tão à frente do seu tempo, fica ainda mais clara quando ele afirma: “Os estrangeiros, talvez, tenham alguma razão quando nos chamam de *macaquitos* ou *little monkeys*”, tentando reduzir a carga depreciativa e racista da expressão, e orgulhando-se das qualidades que faziam do macaco um possível exemplo de solidariedade. (BARRETO, 1956, p. 246).

6. Contos e Histórias de Animais (24/04/1919)

Para mostrar como os animais estão presentes na “espontânea atividade literária de todos os povos”, Lima Barreto mergulha na história e traz ao leitor uma série de curiosidades iniciadas pelo comentário sobre o que considera o generoso pai do positivismo, Augusto

Comte, e Buda, o iluminado Sáquia-Múni, passando pela literatura oral dos tropeiros e pelo Dom Quixote, de Cervantes, até chegar ao Robinson Crusoe, de Daniel Defoe. Lembrando ao leitor que o seu propósito não era exibir leituras nem erudição, ele o deixa curioso para saber o que diria a respeito do *Roman de Renard*, das fábulas, dos poemas hindus. E, voltando-se para o modo como os animais figuram nas diversas religiões, o autor comenta aspectos da sua manifestação na cultura ocidental, nas crenças africanas e na fé islâmica (BARRETO, 1956, p. 266-69). Note-se que, nessa crônica, ao mesmo tempo em que reforça as evidências da sua ideia de unidade espiritual, Lima Barreto permite também compreender a especificidade das suas manifestações. Por exemplo, o fato de que os animais aparecem em “toda e qualquer” literatura, “quer na popular, quer na anônima, quer na pessoal e cultivada” aparece como universal, no entanto, a forma como cada cultura a exprime é específica (BARRETO, 1956, p. 266).

Enquanto a antiga mitologia greco romana, recorda o autor, associava os animais aos deuses, atribuindo-lhes sua força e seu poder, a religião católica, afirma, “que não é das mais naturalistas e zoomórficas”, apresenta certos santos apenas acompanhados por eles:

São João Batista, como toda gente sabe, é figurado com um carneiro ao lado; e nos presepes, com os quais se comemora o nascimento de Jesus Cristo, há o burro, a vaca, galos, galinhas, etc. A transcendente imaterialidade do Divino Espírito Santo é representada na iconografia católica por um pombo (BARRETO, 1956, p. 267).

No breve exame que faz dos discursos religiosos, Lima Barreto revela o indício de uma mágoa que é sua, mas poderia também ser atribuída ao povo em geral. Ao comentar as narrativas que explicam a origem de “certas deformidades”, ou melhor, diz o autor, “singularidades morfológicas de determinados animais”, ele destaca o rigor que o castigo assume na religião católica comparada à tolerância da punição nas crenças zoomórficas africanas de um modo geral. Na narrativa retirada do livro do “Senhor Van Gennepe”, quando o Elefante-Rei convoca “todos os seus súditos para uma assembleia, sob a pena de morte em caso de desobediência”, todos os animais comparecem, exceto o caramujo, que se atrasa por ter apenas “um pé para andar”, ter se atrapalhado com os ramos que o cegavam e, temendo o frio e a chuva, ter voltado para carregar sua casa nas costas. Depois de muito e prolongadamente rir com a explicação, o Elefante-Rei concede ao caramujo os olhos na ponta dos chifres, podendo escondê-los logo que os ramos das árvores os ameaçassem, mas como punição por ter faltado à conferência, impõe que o caramujo carregue a casa nas costas

durante toda a vida. Lima Barreto ressalta que, a essa história, existia uma tribo africana que ainda acrescentava a consideração de que o castigo não fora grande, porquanto o caramujo não precisaria mais trabalhar para ter a casa (BARRETO, 1956, p. 268).

Quanto ao motivo de o linguado ter a boca torta, o autor registra uma narrativa que era corrente entre o povo da cidade e explicava tal singularidade pelo fato de o peixe ter tomado a liberdade de caçoar com Nossa Senhora. Contavam as “nossas velhas” que, passeando por uma praia, não havia meio de a mãe de Jesus atinar se o mar estava enchendo ou vazando. Ao se aproximar das águas, vendo um linguado, ela pergunta “com toda a doçura e delicadeza” se a maré enchia ou vazava. O peixe, “que devia ser, por esse tempo, quando os animais ouviam e falavam, de um natural mofador e grosseiro”, sem saber com quem estava falando, não responde e se limita a imitar Nossa Senhora em tom de galhofa. Pela zombaria, o linguado é amaldiçoado a ficar com a boca torta, ele e toda a sua geração “até a consumação dos séculos!”. Talvez de modo irônico, mas bem humorado, Lima Barreto emenda que, ainda então, na mesa do almoço ou do jantar, via-se o “estigma” que o linguado levava no corpo pelo “justo ressentimento” de “nossa Mãe santíssima” (BARRETO, 1956, p. 268-69).

E continua, lembrando que outras narrativas populares associadas à religião católica revelavam o mesmo modo como “os nossos severos e terríveis deuses mais ou menos judaicos” procederam com os animais que os desrespeitaram, como a da maldição de Jesus Cristo lançada sobre o gato, “muito conhecida e familiar entre nós”. Curiosamente, mas não por acaso, Lima Barreto afirma que a ouvira de “Manuel de Oliveira, um negro velho, cabinda de nação, muito fiel e dedicado”, que vivera com a sua família e o vira menino de sete ou oito anos, “tendo morrido há pouco tempo”. Ele não gostava de gatos e não cessava de explicar essa sua ojeriza, afirma o autor (BARRETO, 1956, p. 268-69). Por um momento, durante a leitura, as identidades do rigor e da tolerância, como formas de punição, tal como representadas por Lima Barreto, parecem se perder por completo em Manuel de Oliveira. De origem africana, o “saudoso preto velho” surge totalmente identificado com a religião católica. Porém, a proximidade, no texto, entre o caráter relativamente compreensivo da religião africana e o exemplo que Manuel de Oliveira causa um estranhamento no leitor e o provoca a refletir sobre algo que parecia já estar naturalizado na sociedade brasileira e, por consequência, pensar sobre a história do país.

Através do modo como os animais são representados em cada manifestação cultural popular, Lima Barreto chama a atenção para a realidade brasileira, mas também para o poder

da religião, um aspecto fundamental de qualquer tradição, sobre as formas de sociabilidade em determinadas épocas ou lugares. Ao afirmar que os animais que cercam os povos nas suas narrativas figuram humanizados, “falando, disqueteando, sentenciando, narrando, ora com esta intenção, ora com aquela moralidade ou aquela outra filosofia”, o autor sugere uma certa correspondência entre o modo como homens estabelecem também as relações entre si, sugerindo que essas relações poderiam ser voltadas à construção de um sonho coletivo ou exploração do homem pelo homem:

Os animais domésticos, domesticados e selvagens, sempre entraram em toda e qualquer literatura, quer na popular, quer na anônima, quer na pessoal e cultivada. Desde muito cedo que os homens se associaram aos animais para fazer a sua jornada na vida. Seja como simples companheiros, seja para sacrificá-los, a fim de obter alimento, eles sempre viveram entrelaçados aos sonhos e devaneios da humanidade.

[...]

Num caso ou noutro, seja qual for a razão, podemos afirmar que os animais irracionais, desta ou daquela forma, entram mais na nossa vida do que supomos. É sobre o seu sofrimento, sobre as suas próprias vidas que nós erguemos a nossa (BARRETO, 1956, p. 266).

7. Um Domingo de Páscoa (01/05/1919)

O Lima Barreto mais lúdico e contemplativo da série, representa em certo sentido uma imersão nas suas memórias da vida particular, permitindo entrever suas mágoas, mas também a dimensão dos sonhos que permitem ao povo conviver ou superar por assim dizer as duras circunstâncias da vida. Nele, o autor exalta uma sensação que transita entre três pontos: o poder transcendente da imaginação, representado pela criatividade de Herbert George Wells; a loucura que leva à alienação da realidade à sua volta, representada pela ação dos personagens, em *Guerra dos Mundos*, descrita a seguir; e ainda, a poesia que a cantoria das crianças despertam no autor, mas que ele mesmo quase nunca exercia:

NA GUERRA DOS MUNDOS, de Wells, quando marcianos já estão de posse de quase toda Londres, em uma das praças da cidade, eles topam com um estranho espetáculo que os faz parar de admiração, em cima de suas máquinas que a nossa mecânica não saberia nem conceber. É que encontram no largo, creio que fazendo roda, um troço de vagabundos, de falidos sociais de toda espécie, que cantam, folgam e riem, despreocupadamente, enquanto todos fogem diante dos habitantes de Marte, com o seu terrível raio de calor, as suas máquinas de guerra e o seu asfixiante fumo negro...

De noite, pelas primeiras horas da treva, quando me recolho à casa e subo a ladeira que é a rua em que ela está, se encontro crianças, brincando de roda,

eu me lembro dessa passagem do extraordinário Wells (BARRETO, 1956, p. 257-58).

Assim como a literatura e a meninada que encanta o autor com suas canções infantis e brincadeiras de roda, as coisas celestes servem também para despertar os sonhos e repousar a lembrança das mágoas por um tempo. Ao deixar de responder o que preocupava tanto os “pobretões” no centro da cidade, Lima Barreto cria um clima de suspensão que faz o leitor questionar-se sobre o que seria então responsável pelas fisionomias estranhas senão as mágoas de cada um:

Durante as cinco ou seis horas que passei no centro da cidade, tudo o que conversei, tudo o que ouvi, tudo o que percebi nas fisionomias estranhas, foram graves preocupações. Não são já de dinheiro, não é tanto o maximalismo que amedronta os pobretões, não é também a fórmula Rui-Epitácio que abala o povo e faz cansar os lindos lábios das mulheres. Meu pensamento vem pejado de questões importantes, algumas para mim unicamente, e outras para os meus descendentes, que não terei (BARRETO, 1956, p 257).

Nesse sentido, vale a pena citar um trecho do que o autor registra no seu *Diário Íntimo* no dia 30 de janeiro de 1905, ou seja, aproximadamente 15 anos antes daquele domingo de Páscoa, para se ter uma ideia de como as mágoas e os sonhos do autor se sobrepunham intensamente e dominavam cada um à sua maneira a sua vida cotidiana de autor:

Estou na secretaria a aborrecer-me com os decretos; levemos a cruz ao Calvário, por amor ao meu pai. Hoje vou pagar ao J... P... o último dinheiro que meu pai lhe deve. Procedeu conosco como um carrasco. Aborreceu-me e acirrou-me como um agiota. Graças a Deus vou pagar-lhe e que Deus me dê felicidade suficiente para pagar tudo que meu pai deve. E se eu isso fizer e se conseguir cercar-lhe o resto da vida da abundância que ele tem direito, eu só peço três coisas: Um amor. Um belo livro. E uma viagem pela Europa e pela Ásia (BARRETO, 1956, p. 96).

Talvez como o próprio Lima Barreto, que caminhava com o pensamento pejado de questões importantes para ele unicamente ou também para os descendentes que ele não teria, os homens da cidade carregassem sempre consigo as suas próprias mágoas. E se normalmente Lima Barreto tinha os olhos mais voltados ao cronômetro que repousava no chão do que nos astros que se movem no firmamento, a cantoria das crianças, entretanto, tinha o poder de retirá-lo das suas preocupações e fazê-lo contemplar o céu (BARRETO, 1956, p. 258). O céu, as estrelas e a lua representam para o autor uma possibilidade de transcender as misérias e as

dores terrenas, abrem caminho para os sonhos, inclusive os do amor, permitindo que os homens experimentem outra vez mais aquele “transcendente desprezo” e a “superior despreocupação” que as crianças demonstravam ter com seus brinquedos pueris e inocentes.

Ao longo do texto, o autor cita algumas canções que ouvira e recorda-se de canções semelhantes que cantara na sua infância, embora note que todas elas lhe pareciam muito modernas, pois nenhuma era dos seus tempos de menino. O que elas tinham em comum, no entanto, era o fato de serem “mais ou menos amorosas” e tratarem de casamentos e namorados. “Acontecia isso nas antigas, e podia observá-lo nas modernas que agora ouvia naquele domingo” (BARRETO, 1956, p. 259). Lima Barreto percebe que assim como o jeito de namorar, as canções infantis também haviam mudado, sugerindo que as pessoas tinham perdido a capacidade de se encantar pelas coisas do céu. Ele afirma que em seu tempo não havia muito amor pelas coisas do céu e que todos estavam preocupados com as terrenas (BARRETO, 1956, p. 258). Queixando-se por tampouco saber o nome das estrelas e das constelações, o autor emenda:

Atualmente, porém, não há muito amor às coisas do céu e todos estão preocupados com as terrenas. A cantoria das crianças, entretanto, faz-me sempre olhá-lo e é então que me aborreço de não saber o nome das estrelas e das constelações. Já houve tempo em que isto fazia parte do manual do namorado elegante. Era poético mostrar à amada o Cão, Arturo, Lira, a Vega, esta sobretudo, nas varandas ou sentado o casal nos bancos do jardim. Flammarion andava em moda e todo “almofadinha” daquele tempo sabia essa carta de nomes celestes; hoje, porém, as boas maneiras de um perfeito namorado não pedem tanto e as ingenuidades são mais apreciadas. (BARRETO, 1956, p. 258).

Para o autor, no entanto, se, por um lado, a falta de luar era suprida pelas crianças que poetizam a cena vista pelo autor, por outro, a lua não perdera o seu poder de transformar as coisas pobres e simples em força e beleza. Referindo-se à residência de um amigo cujos fundos dão para uma montanha que cai quase abruptamente, deixando adivinhar o granito de que é formada, salpicado por uma vegetação escassa e rala, ele escreve: “Quando há luar e ele dá de chapa nesse costão, aquela paisagem pobre de horizonte fica magnífica, imponente e grande” (BARRETO, 1956, p. 259).

Uma imagem tocante esclarece a respeito da tensão entre a sensibilidade, de um lado, e o senso de responsabilidade que, de outro, dominam o pensamento e a postura de Lima Barreto. Ele diz, “Quando andei fingindo que estudava astronomia, nunca quis observar as estrelas pela luneta do teodolito. Preferi sempre encarregar-me do cronômetro que repousava

no chão” (BARRETO, 1956, p. 258). Nesse trecho, pode-se perceber que a força da sua preocupação e o comprometimento com as coisas terrenas, com as suas mágoas e as do povo em geral é praticamente inescapável, como a própria gravidade.

Observe-se que “Um Domingo de Páscoa” representa, assim, uma tensão entre o centro da cidade e o subúrbio semelhante à verificada em “Rezas e Orações”. O centro aparece como polo da cultura moderna, lugar de uma vida cheia de preocupações inexplicáveis e mágoas que nem mesmo são compartilhadas (ligadas ao mundo do trabalho, talvez? Ao individualismo? À devoção ao Acaso?), enquanto o subúrbio é representado pelo autor como o lugar da transcendência típica das crianças, da injusta pobreza material que pode se revelar grandiosa e rica, além de ser o lugar da fé mais sincera e poderosa.

De modo semelhante, o cronista do subúrbio se contrapõe ao intelectual acadêmico ao dizer que nenhum significado percebia nas canções infantis, mas que o mais importante não era entendê-las, e sim ficar embevecido e encantado ao vê-las cantadas e dançadas por crianças. Ele recorda um caso cômico que não deixa de ser uma crítica à intelectualidade brasileira, encontrada ao longo de toda a série. Em plena sessão pública da Academia Brasileira de Letras, lembra o autor, Silvio Romero citara uma interpretação tão esdrúxula de uma canção popular que fizera com que todos os presentes rissem muito à custa do sábio cônego e doutor. Ele escreve que a “famosa ‘reliquia’ – ‘Tinherabos, non tinherabos’” era “um monumento da língua de priscas eras”, e tinha desafiado a sagacidade dos eruditos para traduzi-las, até que houve um senhor Cônego doutor Fernandes Pinheiro, que a interpretou como: “tinha rabos, não tinha rabos” (BARRETO, 1956, p. 260).

Após citar mais uma canção “própria para desafiar a paciência de um sábio investigador”, Lima Barreto encaminha o texto para o seu fim dizendo que era “inútil lembrar que muitas outras canções de roda ouvi nesse domingo da Ressurreição”, mas que ao ver “aquelas crianças cantar tais coisas, com sua voz fanhosa e indecisa”, recordara-se que tinha cantado canções semelhantes na sua infância. E termina divagando: “Pesei a minha vida passada, olhei o céu que não me pareceu vazio”, enquanto a voz fraca de um menino entoava versos de uma cantoria que continuava sem eco algum na “quebrada” próxima... (BARRETO, 1956, p. 261).

8. O Príncipe Tatu (08/05/1919)

Ouvida unicamente através da sua vizinha, Dona Minerva Correia da Costa, a narrativa que Lima Barreto relata em “O Príncipe Tatu” é típica dos romances de cavalaria que remetem à Europa da Idade Média. O mais curioso dos textos da série, quase não traz comentários do autor, assim como não registra a história até o fim, sendo interrompida, provavelmente por falta de espaço, sob a promessa não cumprida de que seria concluída dentro de uma semana. Importante ressaltar que, publicado “O Príncipe Tatu” em 8 de maio de 1919, o último texto da série só veio a público no semanário *Hoje* mais de dois meses depois, no dia 17 de julho. Não se sabem os motivos que levaram a esse fato, no *Diário Íntimo* do autor, o último registro no ano data do dia 13 de março. Lima Barreto enfrentava, nesse período da vida, dificuldades com o vício alcoólico e crises de delírio decorrentes das bebedeiras. Às vezes desaparecia por dias até ser encontrado largado na rua ou voltar pra casa em mal estado. É possível que essa lacuna tenha se dado por esses problemas particulares do autor. No diário, Lima Barreto anota as duas internações a que foi submetido, no Hospital Central do Exército, de 4 de novembro de 1918 a 5 de janeiro de 1919 e no hospício de 25 de dezembro de 1919 até 2 de fevereiro de 1920.

É possível que essa lacuna tenha se dado por problemas particulares e Lima Barreto não estivesse em boas condições para escrever. De toda forma, na ausência das memórias do autor, de uma reflexão sobre a realidade brasileira ou das típicas generalizações que ressaltam a semelhança entre costumes, crenças e temas nas mais diversas manifestações culturais ao redor do mundo, a análise do texto se restringe praticamente à expressão simbólica, para usar a expressão de Beatriz Resende, de uma narrativa que nem por inteiro está contada. Assim, com a história talvez Lima Barreto quisesse ressaltar a herança europeia na cultura nacional, ou representar o amor como um sonho universal, que o povo incute nas crianças a partir de histórias ou canções, como sugere em “Um Domingo de Páscoa”.

O único comentário que ele faz sobre a história, ainda assim sem se justificar nem se prolongar, é que, “complicada e longa, cheia de peripécias fantásticas e intervenções misteriosas”, ela “não deixa de ter aquele fundo de todos os contos para crianças de abnegação, de sacrifício primeiro, para afinal obter-se a felicidade completa”. Outra declaração, não sobre a narrativa, mas sobre o povo, causa estranhamento no leitor pela contradição que sugere em relação ao discurso da série como um todo. Aparentemente mal

humorado, depois de demonstrar pouco caso na defesa da sua generalização, ele afirma inclusive de maneira enigmática que, “infelizmente”, o povo parecia não dar aos folcloristas matéria para os educadores organizarem “livros da carochinha” dignos e “de acordo com os ideais da nossa atual sociedade” (BARRETO, 1956, p. 262).

A narrativa se inicia com uma rainha infértil que, pela janela do palácio, vê um caçador passar com um tatu às costas e diz ao rei que gostaria de ter um filho mesmo que ele tivesse aparência de tatu, e seu desejo se realiza. Nasce o Príncipe, que era um tatu perfeito, mas é criado “com todos os cuidados de um príncipe e educado e instruído, conforme a sua hierarquia”. Chegada a idade do casamento, ele insiste em desposar uma das três filhas de um conde. Sentindo-se repugnado, no entanto, o príncipe assassina uma e a outra filha do conde, com quem se casa anos depois. Ao se casar com a terceira, no entanto, ele se surpreende pois ela o aceita de bom grado. Para a surpresa também esposa, o príncipe então retira seu casaco e assume a forma humana, passando a ser o homem bonito que era, mas que o encantamento fizera animal. Não satisfeita de saber-lhe o segredo, a esposa conta o segredo à rainha e ambas tratam de queimar a casca óssea enquanto o príncipe dormia. Como ainda faltavam cinco dias para se quebrar o encanto, o príncipe acorda e lamentando a ingratidão da mulher, desaparece totalmente logo após dizer “– Agora, se tu me quiseres ver, tens que ir às terras dos Campos Verdes”. Passados anos, e sempre cheia de saudades, a mulher sai em busca do príncipe.

Note-se que, no *Diário Íntimo*, Lima Barreto registra a história completa e o final feliz para o casal após as aventuras que a princesa enfrenta para rever o seu amor. No semanário, no entanto, o conto se interrompe com a promessa que o autor não cumpre: “Deixamos de por aqui o habitual ‘continua’ dos romances-folhetins que os jornais trazem para o gáudio dos seus leitores artísticos, mas sem deixar de contar dentro de uma semana como se chega ao país dos Campos Verdes...” (BARRETO, 1956, p. 265).

9. Sonhei com Isto: O que é? (17/07/1919)

“Sonhei com Isto: O que é?” desponta como o texto mais sarcástico e irônico da série. Lima Barreto conduz a uma quebra de expectativa que, embora frustre o leitor, parece representar o mesmo sentimento do autor em relação à realidade e ao futuro do seu país. Isso se dá na medida em que o sonho de futuro que o autor materializa na continuidade dos textos

vai de encontro uma certa ausência de sonhos por parte do povo ou a sua homogeneização, voltando-se os sonhos quase que exclusivamente para a fortuna e o amor. Por outra perspectiva, os sonhos presentes na literatura, aos quais Lima Barreto também se refere, sonhos heróicos e grandiosos que estavam associados ao futuro de determinado povo também contrastam com os sonhos individualistas dos namorados ou do soldado velho, ou ainda com os sonhos ingênuos e banais de parte da população, como o sonho da pobre “Sinhá Maria”, que pede um adiantamento à patroa para jogar no bicho e perde o salário. Nem por isso, o autor deixa de se mostrar compreensivo e crítico em relação ao povo, porém, o contraste é nítido.

A partir disso, o leitor talvez se sinta mais confortável para questionar, com Lima Barreto, se o povo se ilude ou sonha pequeno. Ou ainda, se a vida é um Mistério, um sonho ou uma ilusão, como diz acreditar o autor demonstrando o seu desengano com a realidade dos fatos. O texto reforça a concepção universal da humanidade a partir da generalização que o autor faz logo no primeiro parágrafo. “Em todas as pequenas crenças religiosas de toda parte, ele [o sonho] tomou uma atitude oracular indiscutida; e quase todos os agrupamentos humanos organizaram uma tábua para a sua interpretação” (BARRETO, 1956, p. 247). Daí em diante, Lima Barreto faz uma série de referências a obras literárias que exploram os sonhos, partindo da tragédia bíblica de Racine, *Athalie*, cujas leituras eram feitas na escola, o autor comenta a sua presença e forma em *A Relíquia*, de Eça de Queiroz, no *Brás Cubas*, de Machado de Assis, e na *Summa*, de Santo Tomás de Aquino, até concluir: “Proféticos ou não, seria um nunca acabar estar relembando os sonhos registrados nas grandes obras literárias” (BARRETO, 1956, p. 249).

Ironicamente, o autor observa que, se a sua época não possuía sacerdotes destinados à interpretação dos sonhos tal como antigamente, no entanto, ela tinha criado “essa maravilha que é o *Dicionário dos Sonhos*, livro portátil e barato”, onde a maioria das predições se encaminhava para o amor e para a fortuna. É interessante notar que a postura de Lima Barreto, quer diante das novidades da modernidade ou das permanências do passado, é sempre crítica e atenta ao fato de elas reforçarem ou enfraquecerem os laços de solidariedade entre os indivíduos. Sem deixar de ser crítico nesse sentido, às vezes o seu comentário assume um tom mais compreensivo, como na defesa que faz da analfabeta e simples “Sinhá” Maria. Em outras, explora o humor, partindo do gracejo, passando pelo deboche e chegando a ser corrosivo ao afirmar que: “Os poetas dizem que o Amor é irmão da Morte. Está aí uma

afirmação que o *Dicionário* desmente: o Amor é irmão do Dinheiro. Só não ama quem não tem dinheiro; entretanto, tenho conhecidos que me afirmam que só se ama para ter dinheiro”.

Sem manter o distanciamento característico, Lima Barreto se contenta em opor à forma de interpretação moderna, o dicionário, a do povo: “Eu não sei... o povo, porém, aquele verdadeiro, aquele que não sabe ler e escrever, tem uma regra muito diferente para interpretar os seus sonhos” (BARRETO, 1956, p. 250). Nesse sentido, pode-se dizer que a perspectiva de Lima Barreto é sempre crítica, mas nem sempre compreensiva, e que a sua compreensão tende a se dar em relação ao povo, porque é ele quem sofre com a transformação da sociedade moderna ou com a hierarquia e os preconceitos nas sociedades antigas.

Ao dizer que quase toda a humanidade estava convencida de que o sonho era um aviso do “Mistério” a respeito das coisas que iriam acontecer, Lima Barreto afirma mais uma vez a sua predisposição em compreender o povo: “Pode ser que ela [a humanidade] tenha razão, pois, segundo me parece, a origem, a natureza e o mecanismo do sonho continuam mais ou menos inexplicados à luz dos estudos mais modernos”. Mesmo se baseando em lembranças incertas, o autor afirma o seu ponto de vista: “Não tenho certeza, mas leituras semi-esquecidas me dizem mais ou menos isso, não havendo, portanto, pessoa bastante autorizada para condenar a crença que, sobre o sonho, o povo tem” (BARRETO, 1956, p. 250).

De modo semelhante, Lima Barreto se posiciona em relação ao uso dos sonhos na literatura quando comenta a própria impressão de que quase todos os heróis e heroínas de romances e poemas sonham. Ele afirma:

É um efeito de que grandes e pequenos autores, bons e maus, se têm socorrido, e não seria eu quem havia de censurá-los por isso, mesmo porque, se não digo como as namoradas desprezadas, que a vida é um sonho, tenho, entretanto muito para mim, que ela é uma ilusão – o que talvez não fique muito aquém do que as garotas desta ou daquela classe, deste ou daquele país, dizem” (BARRETO, 1956, p. 249).

Nesse trecho, no entanto, a consideração de Lima Barreto vem marcada por uma visão mais ácida e realista da situação que o povo enfrenta, fosse em relação à possibilidade de realizar os seus sonhos de amor, fosse em relação a outros sonhos quaisquer, como se o simples fato de sonhar representasse o auto engano, ou a alienação de si próprio, uma vontade de se iludir para não encarar a realidade dos fatos. Em outras palavras, Lima Barreto atribui

uma conotação ambígua à palavra sonho e abre espaço para que o leitor reflita. Por isso, seu olhar para o povo é ao mesmo tempo crítico e compreensivo, ou seja, é solidário. É assim também, por exemplo, ao contar um caso envolvendo a cozinheira “Sinhá” Maria. No texto, a palavra sonho tem um sentido diferente em cada momento, referindo-se tanto a um desejo consciente, na vigília, quanto às imagens que aparecem durante o sono.

Tendo sonhado um dia com um burro em cima do telhado de uma casa, “Sinhá” Maria pediu cinco mil-réis adiantados à sua patroa para apostar no jogo do bicho. “Durante o tempo em que preparava os seus quitutes, foi sonhando com o vestido, as rendas, os sapatos, cheios de ‘manicolas’, enfim com tudo aquilo com que havia de se revestir para ir à festa da Glória no Outeiro” (BARRETO, 1956, p. 250). Quando o resultado saiu, “Sinhá” Maria ficou triste, pois tendo apostado no burro, veio a sair o gato. Tomando suas dores, Lima Barreto escreve: “Pobre ‘Sinhá’ Maria”! Ela não tem motivos para se amaldiçoar! [...] Há muitos modos de nos enganarmos com nossos sonhos; um deles é ao jeito da analfabeta e simples ‘Sinhá’ Maria; um outro é ao nosso; sabemos ler e, para isto ou para aquilo, precisamos de auto-ilusões...” (BARRETO, 1956, p. 251).

Se, nesse trecho, a palavra sonho pode ser entendida nos dois sentidos, tanto em relação aos desejos conscientes de “Sinhá” Maria quanto ao seu sonho com o burro no telhado, de modo semelhante, as “auto-ilusões” também podem se referir tanto a um desejo consciente do povo quanto a certa alienação da própria realidade, ou bovarismo, para usar um termo explorado por Lima Barreto. Nesse aspecto, além da postura do autor em relação ao povo e da sua abordagem, é interessante notar como alguns valores e ideais da modernidade se refletem nas práticas populares, mesmo que o povo tenha desfrutado quase nada das melhorias que ela proporcionou às classes abastadas.

Se o sonho nasce ligado às crenças religiosas, na modernidade ele se encontra espalhado em lugares que não necessariamente estão associados a elas, como na literatura. No único momento em toda a série em que Lima Barreto demonstra dar asas à imaginação, ele lamenta, cheio de ironia e sarcasmo, que o Panteon brasileiro estivesse reduzido a um único Deus, porque isso o atrapalhava com pedidos contraditórios e impedia que seres divinos – “Fochs, Hidenburgos, Lloyds Georges, Wilsons e Clemenceaus (não! estes últimos viriam do inferno)” – combatessem pró e contra São José, o patrono dos “nossos bancos católicos”, para em seguida provocar o leitor: “Seria um belo espetáculo – não acham?” (BARRETO, 1956, p. 249).

4.2 O POVO AOS OLHOS DE LIMA BARRETO

A representação que Lima Barreto elabora em *As mágoas e sonhos do povo* é resultante do seu olhar compreensivo, sobretudo, para com os costumes do povo carioca, brasileiro, do qual ele se sente parte, embora isso não se traduza em uma postura acrítica. Por isso, o povo é representado de maneira não estereotipada, fragmentada. Assim, Lima Barreto consegue manter o distanciamento que lhe permite ser crítico e solidário a um só tempo, conforme a sua *literatura militante* pretende ser. Nesse sentido, o olhar compreensivo em relação ao povo se alinha perfeitamente à abrangência que a ideia nação adquire para o autor, assim como para o fato de que a literatura deveria sempre sensibilizar e fazer refletir, tendo em vista o futuro.

O discurso não é sobre um povo que está previamente com a razão, nem sempre errado, mas que tem seus motivos para acreditar e agir tal como o faz. Lima Barreto tende a se mostrar solidário com as formas praticadas pelos mais pobres, mas não deixa nunca de lado o seu senso crítico. Essa abordagem o distingue bastante dos escritores e intelectuais da sua época, tendo em vista que o elemento popular, quando não se enquadrava nas expectativas que determinados modelos político econômicos, ou ideológicos criaram a seu respeito, ele passou a ser considerado inapto e inútil ao país, ou perigoso e ameaçador (CARVALHO, 1987, p. 66-74). Ainda, o povo também fora concebido de maneira idealizada, como um objeto de um conhecimento estanque e exterior à dinâmica social. Assim, ao registrar fragmentos do cotidiano do povo carioca em suas práticas tradicionais ou novas, Lima Barreto permite que se o compreenda em sua complexidade e potência, como sujeito do processo histórico, conforme ressalta Walter Benjamin.

Ao representá-lo desse modo complexo, crítico, compreensivo e fragmentário, Lima Barreto exalta as diferenças em vez das semelhanças que fazem de um conjunto de pessoas um povo. Ele reforça a solidariedade social ao exaltar a comunhão dos homens de todas as raças e classes, permitindo que todos se compreendam, na infinita dor de serem homens, e se entendam sob o açoitado da vida, para maior glória e perfeição da humanidade (BARRETO, 2008, p. 10).

Assim, o que se pode afirmar é que, em *As mágoas e sonhos do povo*, Lima Barreto representa sempre por um viés crítico mas também solidário e compreensivo cada fragmento que compõe o grande mosaico que é o povo brasileiro na sua concepção, fazendo sobressair a

principal característica de cada parte na sua relação com o todo, sempre de olho no futuro. Por isso, ele começa exaltando o legado dos intelectuais brasileiros interessados pelo destino país e, transparecendo um ressentimento particular para com seus pares de ofício, aponta os erros e as omissões dos integrantes de uma classe privilegiada que não poderia se dar ao luxo da “comodidade”. Sobressai, assim, a contradição por parte daqueles que, convocando a massa a lutar pelo país, em pouco ou nada se interessam pela “pobre gente que sempre exerceu as funções árduas do verdadeiro soldado, com sorteio ou sem ele”, a não ser em se servir da sua condição desfavorável (BARRETO, 1956, p. 242).

Entre a “gente de toda parte”, se encontram homens e raparigas do povo (BARRETO, 1956, p. 246), namoradas desprezadas e as garotas desta ou daquela classe (BARRETO, 1956, p. 249) e também “o povo”, “aquele verdadeiro, aquele que não sabe ler e escrever”, como a lavadeira Inácia e sua companheira, a cozinheira simples e analfabeta “Sinhá” Maria (BARRETO, 1956, p. 250).

Os vizinhos de Lima Barreto, como Dona Minerva Correia da Costa, natural de Valença, no estado do Rio (BARRETO, 1956, p. 253), e o pobre português “Manel Capineiro”, carreiro de capinzais da minha vizinhança, que chorou, quando certa vez, ao atravessar a linha da estrada de ferro com o seu carro, a locomotiva matou-lhe os burros, a “Jupepa” e o “Garôto” (BARRETO, 1956, p. 271). Colegas do trabalho, como contínuo da Secretaria de Guerra, Senhor Antonio Higino, ex-praça do Exército e natural do Rio Grande do Norte (BARRETO, 1956, p. 254), ou a também ex-praça Francisco José dos Santos, natural de Aracati, no Ceará, que também fora contínuo ou servente da Secretaria de Guerra (BARRETO, 1956, p. 276).

O povo que parece não dar aos folcloristas matéria para que se organizem livros da carochinha (BARRETO, 1956, p. 262). Desconhecidos de fisionomias estranhas, com graves preocupações e os pobretões no centro da cidade, além das mulheres de lindos lábios (BARRETO, 1956, p. 257). Jogadores de todas as classes, as raparigas de vida airada e outros devotos do Acaso que vivem acorrentados aos seus caprichos; as mulheres da cidade que frequentam missas para lavar-se de culpas e pecados peculiares a seu sexo (BARRETO, 1956, p. 283). Os “cínicos” e “oportunistas” magos anunciantes de jornal (BARRETO, 1956, p. 285) e a cartomante quase licenciada que anuncia nas gazetas (BARRETO, 1956, p. 284). A gente humilde que pedia auxílio ao Correio, para mais eficazmente agir no perímetro urbano da cidade (BARRETO, 1956, p. 287).

“Benzedores” e “rezadeiras” que têm fé no seu mister e rezam tudo, especialistas em curar certas moléstias particulares às senhoras, “cobreiros”, erisipelas, dores vagabundas e sem explicação que se utilizam de facas, anéis e outros objetos de metal, fazendo sucessivas cruces ou outros sinais cabalísticos sobre os pontos afetados do corpo do paciente, e acompanhando os gestos do balbuciar da oração adequada. Os que benzem ou rezam as casas, aspergindo os cantos com uma certa água “rezada” com o auxílio de um ramo de alecrim ou arruda (BARRETO, 1956, p. 285-86).

Crianças de várias origens e diversa pigmentação” que brincam de roda no subúrbio (BARRETO, 1956, p. 257), como aquele, Válter Borba Pinto, de nove anos de idade, carioca, mas com irmãos e irmãs que tinham nascido em vários pontos do Brasil, por onde seu pai andara cumprindo deveres da profissão militar. (BARRETO, 1956, p. 260), e “as nossas velhas” (BARRETO, 1956, p. 268). Os amigos, como o saudoso “preto velho”, Manuel de Oliveira, cabinda de nação, muito fiel e dedicado, que viveu com a família de Lima Barreto e o viu menino de sete ou oito anos (BARRETO, 1956, p. 269), aquele que mora em umas das estações dos subúrbios mais consideradas pela posição social dos seus habitantes (BARRETO, 1956, p. 259), ou ainda o doutor em medicina, pessoa muito digna de fé (BARRETO, 1956, p. 286).

O povo supersticioso que temia os “gênios” e “forças misteriosas contrárias à felicidade” (BARRETO, 1956, p. 281). A gente humilde em sua obscura luta contra a miséria, contra a política e contra a moléstia (BARRETO, 1956, p. 287), homens e mulheres principalmente, desta ou daquela seita ou fé religiosa, (BARRETO, 1956, p. 279), o “rezador” ou “rezadora” das freguesias rurais, feiticeiras, médiuns femininos, raparigas e senhoras, moças e velhas, de todas as condições, hierofantes e feiticeiros machos de baixa credibilidade para amantes e namorados, as cartomantes particulares, em ruas sombrias e pouco transitadas, que são procuradas pelas informações de boca em boca, por aqueles que querem vaticínios certos de sua vida amorosa (BARRETO, 1956, p. 284).

Pessoas do povo e gente humilde (BARRETO, 1956, p. 280), famílias pobres e remediadas (BARRETO, 1956, p. 280), a gente das freguesias afastadas, os roceiros e matutos (BARRETO, 1956, p. 281). A gente da Ilha do Governador, que vivia quase sem comunicações diárias com o centro urbano, abandonada pelos seus grandes proprietários, devido à decadência de suas culturas perseguidas atrozmente pela saúva, moradores pobres, apanhadores de suas frutas semi-silvestres, como caju, lenhadores e carvoeiros, pescadores e

alguns roceiros portugueses que tenazmente se batiam contra a implacável formiga, fazendo roças de aipins, de batatas doces, de quiabos, de abóboras, de melancias, e até de melões (BARRETO, 1956, p. 287). Gente da roça, de hábitos e costumes roceiros como as pobres cavalhadas, o Joaquim vendeiro, pintor, agente do Correio, e os adestrados disputadores das sortes, próprias do divertimento, o “Minhoto”, o Jorge Martins e outros (BARRETO, 1956, p. 287). Certos capelães rústicos, isto é, “rezadores” ingênuos e ignorantes, que diante de toscos oratórios, entoavam nas cabanas ladainhas e outras orações, como o Apolinário – “Que fim terá levado?”

Os militares da Escola da Praia Vermelha, que era gente oriunda de vários lugares, de proveniências familiares as mais diferentes (BARRETO, 1956, p. 274), os soldados propriamente, que entre nós são em geral originários das mais humildes camadas da sociedade com desfavorável situação social, vivendo obedientemente na pobreza (BARRETO, 1956, p. 275), o “literato até a medula”, Euclides da Cunha, que tinha a pretensão de filósofo e homem de ciência que desprezava o simples escritor (BARRETO, 1956, p. 275)

Além, é claro, do próprio Lima Barreto.

4.3 A CRÔNICA COMO *LUGAR DE MEMÓRIA*

Analisando a obra em crônica de Lima Barreto, Rodrigo de Moura e Cunha procura demonstrar como a crônica é um gênero intelectualmente sofisticado para expressar a tensão entre as várias temporalidades, sociabilidades e sensibilidades existentes em determinado momento histórico. Ele se refere à coexistência de diferentes formas de perceber o tempo, de sentir, de se relacionar socialmente no Rio de Janeiro do início do século XX. Nessa época, a então Capital Federal do Brasil servia como vetor do progresso material e da introdução de novos valores e maneiras de pensar, agir e sentir para toda a nação. Ao mesmo tempo em que conservava costumes e crenças ligados ao recém-deposto Império, ou seja, a um modo de vida orientado por valores e preceitos tradicionais, a cidade testemunhava o desabrochar da vida orientada pela expectativa do futuro. Eram os primeiros passos do país na modernidade. Moura compreende a crônica como uma narrativa cuja matéria é o próprio tempo, ou como um *lugar de memória*, conceito desenvolvido pelo historiador Pierre Nora, sustentando a hipótese de que a obra em crônica de Lima Barreto contempla “uma certa convivência entre passado e promessa de futuro” (MOURA E CUNHA, 2018, p. 251).

Curiosamente, o título de *As mágoas e sonhos do povo* alude de modo expreso a essas duas noções temporais – o termo “mágoas” remetendo ao passado, e o termo “sonhos”, à promessa de futuro –, o que dá mostra da consciência histórica de Lima Barreto em relação às transformações ocorridas em seu tempo. É importante notar uma diferença significativa entre a crônica analisada por Moura e Cunha, “De Cascadura ao Garnier” (MOURA E CUNHA, 2018, p. 228), e as crônicas sobre folclore urbano aqui analisadas. Enquanto a primeira trata principalmente de um aspecto material, a transformação histórica da paisagem urbana, representada em um percurso que parte do subúrbio em direção ao centro da cidade, os textos da série se atém a aspectos imateriais que se revelam em práticas costumeiras, crenças e outras manifestações populares. Isso implica uma dificuldade maior para perceber qual forma é moderna e qual é tradicional na medida em que as transformações na sociabilidade do povo, por exemplo, não acontecem de maneira tão concreta e visível quanto a construção de um prédio moderno no lugar de um antigo. Assim, é mais difícil perceber como uma cultura nova se constitui a partir de uma tradicional, visto que, para se manter viva, as tradições também incorporam novidades de cada época. De todo modo, a tensão entre

os dois pólos identificados, passado e promessa de futuro, está presente nas crônicas da série e é bastante oportuna como chave de leitura.

Chamado por muitos críticos de “pré-moderno”, não se poderá afirmar jamais que Lima Barreto deixou de experimentar na sua produção literária uma das implicações mais características da modernidade na esfera cultural: a reflexividade em relação ao próprio tempo. Amparado no pensamento do historiador Reinhart Koselleck e do filósofo Hans-Georg Gadamer, Moura e Cunha afirma que a modernidade trouxe consigo uma aceleração radical do tempo, responsável por certa “desorientação”. Nesse sentido, o processo irrefreável de inovação técnica científica que se pôs em marcha na modernidade, ou melhor, a aceleração do seu ritmo fez com que a experiência do tempo na modernidade estivesse se atualizando constantemente. Como se os homens tivessem perdido a confiança em seu passado, no poder que ele sempre teve para explicar e reorganizar o presente a partir dos elementos tradicionais, a celeridade da inovação técnica representou um “encurtamento significativo da tradição” (MOURA E CUNHA, 2018, p. 244). A modernidade teria sido responsável, portanto, pelo advento de uma “consciência histórica”, de tal modo incontornável que todos os homens estariam marcados por um comportamento de ou por uma tendência a “não poder mais confinar-se na ingenuidade e nos limites tranquilizadores de uma tradição fechada sobre si mesma” (GADAMER *apud* MOURA E CUNHA, 2018, p. 245). Em outras palavras, ninguém mais poderia se eximir da reflexividade sobre o seu próprio tempo, sendo justamente esse um dos principais aspectos que caracterizaria o espírito moderno.

É essa postura de reflexão a respeito do tempo o que constitui a obra em crônica de Lima Barreto como um todo, segundo Moura e Cunha. Tratando especificamente de *As mágoas e sonhos do povo*, essa postura aparece com clareza ao longo de toda a série. De tal modo que se pode afirmar que suas crônicas testemunham justamente a tensão histórica de um processo que culminou no “encurtamento da tradição” entre as camadas populares do Rio de Janeiro. Assim, se ao próprio povo carioca já era impossível explicar e reorganizar totalmente o seu tempo presente e a sua vida na cidade a partir dos conhecimentos, costumes e valores tradicionais, ele acabava por assimilar alguns dos elementos da vida moderna ao seu modo de vida. O passado fechado em si perdera a capacidade de dar conta das mudanças que passavam a acontecer em um ritmo cada vez mais rápido. Nesse sentido, é flagrante nos textos a tensão existente entre o centro da cidade, polo geográfico que simboliza o vetor da

modernidade, e o subúrbio, lugar onde as manifestações tradicionais resistem à mudança dos tempos por estar isolado. Ao escrever sobre os costumes e crenças do povo carioca, Lima Barreto acaba registrando a maneira de o povo sentir e viver uma parte dessas mudanças. A sua percepção histórica aguda e bastante singular capta esse movimento que ele chama “transformação espiritual” dos homens, movimento que se faz perceber em cada um dos textos pela emergência da memória no presente. Ela funciona como gatilho da reflexão sobre o seu tempo.

Relembre-se aqui que o tempo contemporâneo a Lima Barreto é um tempo em que, do ponto de vista institucional, a vida em sociedade passa a ser cada vez mais orientada para o futuro, movida por um ideal de progresso material e cultural a ser alcançado sobretudo pelo trabalho, e grande é a vontade de se apagar da história os traços culturais populares. Nas palavras de Moura e Cunha, o tempo de Lima Barreto é “um tempo de extrema riqueza, porque de extrema tensão. De recusa do passado. De dor pelo passado. De desejo pelo passado. Ao mesmo tempo, da feliz promessa do futuro. De um presente que se estende enormemente no cotidiano tenso” (MOURA E CUNHA, 2018, p. 241). Essa é a situação que intriga Lima Barreto. A tensão resultante da coexistência de um modo de vida ligado ao passado e um modo de vida ligado à promessa de futuro e, sobretudo, o rumo para o qual esse jogo de forças conduziria o país. Não se havia integrado o povo devidamente à vida moderna que a elite e parte das camadas intermediárias exaltava nas ruas, nos palcos, livros e nas páginas de revistas ilustradas. Relegado à margem do progresso e do projeto modernizante que a política institucional botava em prática no Rio de Janeiro, o povo carioca se agarrava ao que tinha e não lhe poderia ser retirado facilmente nem com o uso da violência: os seus valores, crenças e costumes, enfim, sua tradição. Ainda assim, mesmo que grande parte dos sonhos aventados pelo ideal da República tivesse sido frustrada, como o direito à cidadania e a possibilidade de ascensão social, não se poderia mais ignorar a ideia de que havia um futuro pela frente, nem seria possível viver sem levar em conta certa esperança que ele inspirava, pois a modernidade era irrefreável.

Essa convivência inevitável entre modos de vida diferentes é matéria das crônicas de Lima Barreto e é isso que, no entender de Moura e Cunha, faz delas uma síntese, entre tantas outras possíveis, de um processo histórico. A partir de uma perspectiva diferente da de Beatriz Resende, porém, complementar, tem-se aqui a mesma ideia de que a crônica, enquanto forma de expressão, cumpre bem o papel de representar a história em sua

complexidade, de modo crítico, por permitir que se articule uma revisão do passado e a preparação para o futuro. Se já no título da série se tem expresso o sinal da consciência histórica de Lima Barreto, ao longo da série se tem aparentemente uma pequena mostra, por ser fragmentária, da tensão entre algumas das diversas maneiras de vivenciar o tempo e as novidades da época, de se relacionar socialmente entre a reinvenção ou a manutenção de formas tradicionais e a percepção a respeito de uma vida modelada por inovações técnicas e mercadológicas. O registro é feito a partir do olhar crítico do cronista, que, em vez de afirmar um ou outro modo de viver o presente, como o melhor, procura no seu substrato a matéria da solidariedade que poderia de fato dar liga ao povo.

Nesse sentido, Moura e Cunha entende que a crônica barretina serve como um *lugar de memória*. Segundo ele, o narrador da crônica de Lima Barreto é aquele que “**trabalha a memória**, transformando seus resíduos e incorporando-os à vida presente, sem que esses resíduos e dejetos daquilo que se insinua como única narrativa caiam no esquecimento, ou mesmo sejam recalçados” (MOURA E CUNHA, 2018, p. 251 – Grifos do autor). A “única narrativa”, assinalada por Moura, estaria representada principalmente pelo projeto urbanístico de modernização do Rio de Janeiro, que operou a perda de densidade histórica da cidade, derrubando e soterrando o passado para erguer sobre ele os símbolos da mais vistosa e exaltada promessa de futuro, o progresso. Diante desse contexto, que envolve não só as reformas urbanas, mas todo um conjunto mais amplo de iniciativas políticas que na sua época foram motivadas pelo ideal do progresso e cujo objetivo era, entre outros, apagar o passado inculto e popular da história, a postura crítica de Lima Barreto tenciona de certa maneira “parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento [...] materializar o imaterial” (NORA *apud* MOURA E CUNHA, 2018, p. 239).

Nas crônicas de Lima Barreto, a reflexividade sobre o tempo, passado e futuro, ou tradição e modernidade, toma forma a partir da manipulação da memória que o autor traz dos lugares da cidade, das histórias de pessoas, da convivência com elas, das suas leituras e das reflexões a respeito da vida que o povo levava no Rio de Janeiro. Também sobre a experiência própria como indivíduo que vive e observa de modo atento e crítico as mudanças de seu tempo. Citando Pierre Nora, Moura afirma que o *lugar de memória* é sempre um jogo da memória e da história, na medida em que os lugares de memória são testemunhos que garantem a cristalização da lembrança e a sua transmissão. Assim, para que um espaço se constitua como *lugar de memória* é preciso ter *vontade de memória*, trazendo “a marca da

dúvida e da desconfiança com relação a sua futura utilização por parte dos historiadores”. Na falta dessa desconfiança, o lugar de memória pode ser compreendido como lugar de história (NORA *apud* MOURA E CUNHA, 2018, p. 238-39). Nesse sentido, observe-se que a relatividade confessa das declarações de Lima Barreto, em todas as ocorrências, demonstram de modo claro a *vontade de memória* do autor que, diga-se de passagem, parece ser maior devido à percepção que ele tem da ampla mudança de valores ocorrida em seu tempo.

Para Moura, é por assumir o risco de se colocar em um lugar transitório e fugaz, ou seja, de memória, que Lima Barreto estabelece uma relação reflexiva diante da tradição. Essa postura faz com que ele adote um olhar menos explicativo sobre as mudanças sofridas na cidade, e mais *compreensivo*” (MOURA E CUNHA, 2018, p. 251). Essa predisposição que o cronista demonstra ter para a compreensão de diferentes formas de vida parece constituir o ideal de solidariedade que alimenta a sua prática literária e o que garante às suas crônicas uma perspectiva bastante singular em relação à produção de sua época.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se buscou demonstrar aqui foi como os textos de *As mágoas e sonhos do povo* flagram a seu modo a passagem de um Brasil ligado à tradição para um Brasil moderno. A representação dessa passagem é expressa de forma impressionista a partir do contraste entre formas de sentir, pensar e socializar associadas, de modo geral, ao passado, e formas que, não tendo ainda se formado por completo, já esboça sinais de como seria no futuro. A expressão que o autor usa para designar essa passagem – a “transformação espiritual dos homens” – é feliz justamente porque ao mesmo tempo em que possui um enorme potencial sugestivo, não ganha contornos nítidos ao longo da série, não explicita os significados que fizeram Lima Barreto chegar a ela. Em outras palavras, o termo “espiritual”, pelas noções que encerra de enigmático e essencial, dá asas à imaginação do leitor e o incita a refletir sobre que transformações tão importantes seriam essas, mas não deixa claro exatamente o que quer dizer, podendo ser tomado como um termo generalizante demais. Independentemente dos seus motivos, a escolha reflete o fato de a referida transformação estar em curso, o que dificulta a percepção por parte do autor de um “antes” e um “depois” com a mesma clareza que o distanciamento no tempo permite.

Nesse sentido, a proximidade histórica com as mudanças que testemunha e comenta faz com que Lima Barreto tenha apenas impressão delas, representando-as de maneira fragmentada, subjetiva e difusa, à semelhança de um quadro impressionista, que, quando olhado de perto faz perder o contorno das formas percebidas de longe. Sobre cada texto, Lima Barreto faz com que a “transformação espiritual dos homens” pare como a sensação de que algo se move no subterrâneo da consciência coletiva, abalando os fundamentos do modo de pensar e de sentir do povo brasileiro, sem distinguir exatamente o quê. O que guia sua atenção como cronista é a intuição de que há indícios dessa mudança no relato que colhe junto à gente humilde da sua vizinhança e do seu círculo social, assim como no que observa a respeito do povo em suas andanças pela cidade. Assim, pela instantaneidade própria da crônica, também o leitor fica impregnado por um sentimento que lhe aguça a curiosidade, como se estivesse ouvindo os relatos do autor logo após terem sido colhidos. É a impressão de que nas pequenas práticas do cotidiano já se pudesse perceber os reflexos da mudança de paradigmas que Lima Barreto enxerga de maneira mais clara na classe intelectual, entre a sua geração e a geração anterior.

Quando se fala aqui em passagem de um Brasil ligado à tradição para um Brasil moderno, permite-se falar em nome do país inteiro, pois a expressão literária dessa transformação se refere propriamente não só aos integrantes do povo brasileiro, o qual Lima Barreto considera bem representado pelos habitantes do Rio de Janeiro, naquele início de século XX, mas principalmente ao que ele tinha de mais essencial, os seus costumes típicos, o seu folclore. Seria como dizer: se é o povo quem sofre essa transformação espiritual, então se pode dizer que o país como um todo está mudando.

José Murilo de Carvalho nota que “A República não produziu correntes ideológicas próprias ou novas visões estéticas” (CARVALHO, 1987, p. 24). Ou seja, as ideias em voga no início do século XX eram as mesmas que haviam incitado os movimentos abolicionista e republicano: as mesmas da geração que Lima Barreto exalta ao comentar suas recordações da *Gazeta Literária*. É importante ressaltar que inicialmente essas ideias foram importadas, sobretudo, da Europa, por integrantes das classes privilegiadas, em geral, os intelectuais, e que, com o tempo, elas foram se irradiando para outros setores da sociedade.

Para o historiador, se o que havia naquele início de século era uma espécie de “porre ideológico”, onde se misturavam sem muita preocupação lógica ou substantiva várias vertentes do pensamento europeu, como o liberalismo, positivismo, socialismo e anarquismo, é possível dizer que se deu uma vitória do espírito do capitalismo desacompanhado de uma ética protestante (CARVALHO, 1987, p. 24-26). Ora, tudo leva a crer que são justamente os pequenos e esparsos indícios dessa vitória que Lima Barreto percebe no ar e é a ela que se refere quando fala em transformação “espiritual” dos homens: a vitória do “espírito do capitalismo”. Quanto à afirmação de Carvalho, no entanto, é preciso ressaltar que, lida assim, ela atribui genérica e erroneamente a ideia de que o povo brasileiro incorporou o espírito do capitalismo mas não a ética protestante. Lembre-se, então, que a oferta de emprego na época referida não conseguia suprir nem de longe a demanda da população carioca por trabalho e que o próprio Estado dificultou, por meio de leis, o acesso de ex-escravizados à terra, o que resultou em grande fluxo migratório do campo para a cidade, registrando-se oficialmente o índice de 50% de pessoas sem profissão conhecida ou de profissões mal definidas, com pouca variação entre 1890 e 1906, como nota o próprio Carvalho.

De toda maneira, para os objetivos desse trabalho, o mais importante é indicar que as transformações registradas nos costumes e crenças populares por Lima Barreto ao longo da série representam uma etapa dentro de um processo mais amplo de transformação espiritual,

ou de modernização das formas de pensar e de sentir do povo brasileiro em geral, assim como a sua representação. Mas precisamente quem era o povo para Lima Barreto?

Ainda que tenha se referido ao “povo verdadeiro” como “aquele que não sabe ler e escrever”, não é a essa parcela da população que o autor parece dedicar a maior parte do seu empenho quando escreve. O tema central da série são os costumes populares encontrados no Rio de Janeiro do início do século XX, como indica o título da sessão do semanário *Hoje* – “‘Folk-Lore’ Urbano” – ou *As mágoas e sonhos do povo*, como preferiu chamar Lima Barreto. Mas, seja para descrever costumes e crenças, seja para comentá-los ou refletir sobre eles, os textos se referem às pessoas que pertenciam a classes sociais e nacionalidades distintas, ocupando posições e exercendo atividades bastante diferentes entre si na sociedade carioca da época. É o que se pode afirmar lembrando-se da cozinheira “Sinhá” Maria; de “Manel Capineiro”, o português da vizinhança do autor; do antigo capelão da Ilha do Governador, o Apolinário; do Professor Baçu; do seu amigo, cuja casa fica em umas das estações dos subúrbios mais consideradas pela posição social dos seus habitantes; e do singular “totalista”, seu amigo Bastos Tigre, por exemplo.

Nesse sentido, os textos abrangem uma diversidade de tipos bem maior do que o que sugere o seu tema, sobretudo, tal como indicado pelo semanário. Decorre daí também o motivo por que os textos não deveriam ser considerados documentos de folclore, mas, sim, crônicas. Ou seja, porque o comentário assume um lugar de destaque muito maior do que o próprio tema. Tomando-se emprestada a comparação que Beatriz Resende estabelece entre o verbo ilustrar e o papel da crônica, por apontar uma inevitável contaminação entre o “exibido e o escrito”, é interessante notar o quão significativa é a diferença entre a quantidade de referências que Lima Barreto faz para exibir os costumes e crenças do povo e as que o autor usa para escrever sobre elas, comentando-as ou transcendendo-as.

Considere-se apenas as referências feitas às pessoas. A fim de mostrar as mágoas e sonhos do povo, Lima Barreto relata as crenças, costumes, canções, narrativas e ainda situações vividas a partir de três maneiras: a observação, a recordação e a conversa ou entrevista. Nesse sentido, as pessoas do povo que aparecem com maior destaque nos textos são: (1) Antônio Higino, contínuo da Secretaria de Guerra, ex-praça do Exército, natural do Rio Grande do Norte; (2) “Sinhá” Maria; (3) Dona Minerva Correia da Costa, natural de Valença, Estado do Rio; (4) O menino Válder Borba Pinto (filho de militar); (5) Manuel de Oliveira, um negro cabinda de nação, muito fiel e dedicado, que vivera com a família do

autor quando ele era menino; (6) “Manel Capineiro”, português carreiro de capinzais da sua vizinhança; (7) Francisco José dos Santos, natural de Aracati, no Ceará.

Há também pessoas que o autor cita brevemente para ilustrar certo costume ou crença popular, como (8) Inácia, a lavadeira, e sua filha; (9) os conhecidos que lhe afirmaram que só se ama para ter dinheiro; (10) o povo, porém, aquele verdadeiro, aquele que não sabe ler e escrever; (11) uma dúzia de crianças de várias origens e diversa pigmentação; (12) os roceiros; (13) o “rezador” ou “rezadora”, que se encontram, sobretudo, nas freguesias rurais; (14) as duas garotas de quem ouve um diálogo, Hadjina e sua amiga; (15) o Professor Baçu; (16) e o capelão Apolinário.

Por outro lado, como se pode perceber, ao longo da série, Lima Barreto recorre a personalidades da história brasileira, nomes célebres da cultura ocidental e a intelectuais conhecidos da sua época a fim de refletir ou simplesmente comentar o assunto principal de suas crônicas, como a: (1) Capistrano de Abreu; (2) Raul Pompéia; (3) João Ribeiro; (4) Urbano Duarte; (5) Valentim Magalhães; (6) Araripe Júnior; (7) Teixeira de Melo; (8) Casimiro de Abreu; (9) Barão do Rio Branco; (10) Beaurepaire-Rohan; (11) Alexandre Gasparoni Filho; (12) Múcio Teixeira; (13) Doutor Moncorvo; (14) Doutor Pacífico Pereira; (15) Professor Rebourgeon; (16) Doutor Domingos Freire; (17) Oswaldo Cruz; (18) Rui Barbosa; (19) Doutor Luís Conty; (20) Couto Magalhães; (21) Sílvio Romero; (22) Wallace (viajante estrangeiro); (23) Vale Cabral; (24) Padre Nóbrega; (25) José Bonifácio; (26) Perrault; (27) Pereira de Moraes; (28) Bastos Tigre; (29) Plutarco; (30) Racine; (31) Eça de Queiroz; (32) Machado de Assis; (33) São Tomás de Aquino; (34) Foch; (35) Hidenburgo; (36) Lloyd George; (37) Wilson; (38) Clemenceau; (39) Senhor Dubois; (40) Wells; (41) Epitácio Pessoa; (42) Fontenelle; (43) Marquesa Du Châtelet; (44) Newton; (45) Voltaire.; (46) Flammarion; (47) Senhor Cônego doutor Fernandes Pinheiro; (48) Augusto Comte; (49) Buda; (50) Cervantes; (51) Van Gennepe; (52) Poe; (53) Charles Baudelaire; (54) Fernando Pinto de Almeida (Almeida Júnior); (55) Figueiredo Coimbra; (56) Saldanha Marinho; (57) Lopes Trovão; (58) Botelho de Magalhães; (59) Lauro Muller; (60) Lauro Sodré; (61) Euclides da Cunha; (62) Doutor Audiffret; (63) Alberto Rangel; (66) Estácio de Sá; (67) Horácio; (68) Pio Dutra.

Assim, para além de testemunhar contra a compreensão de que os textos da série são documentos, essa exposição permite inferir que Lima Barreto concebe o povo de modo bastante abrangente, afinal as pessoas incluídas se relacionam direta ou indiretamente às

mágoas e sonhos do povo. Essa visão de mundo, que percebe uma relação implícita de interdependência entre o povo verdadeiro, aquele que não sabe ler e escrever, e, por oposição, os letrados, é que torna os textos de Lima Barreto bastante singulares e interessantes, porque está completamente associada ao seu propósito como escritor.

O que interessa a ele é a construção de um país onde a solidariedade seja o fundamento da justiça social. Por isso, o povo não é somente composto pelas classes desfavorecidas, apesar de ser principalmente composto por elas. Lima Barreto compreende a sociedade como um todo integrado e interdependente, de tal modo que não se pode compreender uma parte sem observar a maneira como ela se integra às outras partes. De um modo geral, essa compreensão está implícita em toda a obra em crônica de Lima Barreto e é o que faz com que ele direcione a sua crítica a todos os tipos que compõem o *Rio de Janeiro em fragmentos*, como aos políticos, aos mandarins das letras, à polícia, entre outros, para usar a expressão de Beatriz Resende.

Isso diferencia a visão do autor da visão romântica que os folcloristas da sua época em geral tinham a respeito do povo. Nesse sentido, a intenção de Lima Barreto, longe de querer encontrar ou estabelecer uma identidade nacional, é, antes e de maneira urgente, atuar sobre a realidade que observa e vê relatada. É nesse sentido que a sua literatura *militante* se distingue da de outras produções a respeito do folclore nacional.

Como nota Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, em *Cultura e Saber do Povo: Uma Perspectiva Antropológica*, as próprias noções de folclore e cultura popular têm uma dimensão histórica, ou seja, são categorias de nosso pensamento e não estão dadas na realidade das coisas, definidas de modo indiscutível e de uma vez para sempre. Lembrando que as noções de folclore e de cultura popular surgem do movimento romântico a partir de meados do século XVIII, ela afirma que se inaugura a fala sobre essas noções quando se reconhece intelectualmente uma distância entre os modos de vida e saberes das elites e do povo. (CAVALCANTI, 2001, p. 1-2).

Já em *Entendendo o folclore e a cultura popular*, a autora ressalta que a trajetória dos estudos de folclore no Brasil acompanha esse movimento mais amplo e que entre seus pioneiros estão autores como Sílvio Romero (1851-1914), que se celebrou pelas coletas empreendidas na área da literatura oral e pelo desejo, de origem positivista, de uma visão mais científica e racional da vida popular, e Amadeu Amaral (1875-1929), que enfatizava a necessidade de uma coleta cuidadosa das tradições populares, vistas como depositário da

essência do “ser nacional” (CAVALCANTI, 2002, p. 3). De maneira sintética, Cavalcanti afirma que:

Na visão romântica, o povo seria o elemento primitivo, comunitário e autêntico, encontrado, sobretudo, no mundo rural. O folclore e a cultura popular abrigariam nostalgicamente a totalidade integrada da vida com o mundo, rompida no mundo moderno. Nessa perspectiva, folclore/cultura popular e cultura de elite opõem-se, ainda que de modo complementar. (CAVALCANTI, 2002, p. 2)

Analisando a construção da identidade nacional na *Belle Époque*, Flavia Guia Carnevali, afirma que não houve “um rompimento total com a chamada geração romântica, já que muitos folcloristas da segunda metade do XIX ainda acreditavam na existência de uma ‘essência’ nacional”. Assim como os românticos, os intelectuais da geração de 1870 ainda tinham no centro de suas preocupações a questão da identidade nacional, a preocupação em fundar uma cultura nacional e de pensar a respeito da brasilidade. No entanto, Carnevali afirma que, apesar da urgência em salvar e registrar os costumes, as danças, cantigas, brincadeiras, versos e festas populares, como documento linguístico, mitológico ou etnográfico, não havia uma preocupação valorizar esse material como manifestação artística justamente porque se considerava, em certo sentido, a cultura popular como inferior à erudita (GUIA CARNEVALI, 2009).

Diante disso, ainda que Lima Barreto tenha se identificado com o sentido de missão que valoriza na geração intelectual anterior à sua, e mesmo que tenha reivindicado para si uma espécie de continuação do seu legado, é importante observar que tanto a motivação para a escrita quanto o tratamento dispensado aos costumes e crenças do povo por parte de autor diferem em aspectos essenciais da prática dos folcloristas que ele exalta. Nesse sentido, é possível dizer que, sem se autoproclamar um “inovador”, Lima Barreto consegue levar adiante, de modo sempre crítico, o legado da geração que ele celebra nas “Recordações da *Gazeta Literária*”.

A sua integração com o povo, seja pela origem humilde, seja pela identificação racial, pela determinação da sua vontade e da grandeza do seu sonho de solidariedade, ou ainda por todos esses elementos reforçando-se mutuamente, é que faz da escrita de Lima Barreto algo único. A própria maneira de se chegar à matéria dos seus textos representa bem esse aspecto da sua obra, que se nota no entrelaçamento da dimensão histórica com a autobiográfica. O povo que Lima Barreto observa e com quem ele conversa é na maioria das vezes conhecido

ou familiar ao autor. Primeiro, porque são habitantes da mesma cidade. Segundo, porque não há indícios de que o autor tenha se lançado em lugares que nunca frequentara a fim de obter os relatos a que se refere. Ao contrário, ele se informa com pessoas da sua vizinhança, do seu trabalho, assim como se abandona à observação do povo onde já possui familiaridade.

Pois, ao mesmo tempo em que Lima Barreto mantém um olho na tradição – do povo carioca, da classe intelectual, da literatura mundial, e da própria civilização ocidental de modo amplo, visto que suas reflexões referem-se desde a cultura greco-latina e a religião cristã até as novidades científicas, ideológicas e filosóficas de sua época – ele não deixa de vislumbrar o futuro, ou seja, no horizonte das transformações sociais proporcionadas pelo desenvolvimento técnico científico de sua época, a possibilidade de se construir uma sociedade mais justa e solidária para o povo como um todo. É justamente no solo fértil desse vislumbre, ou melhor, desse sonho cultivado com tanto apreço pelo autor, que vigora crítica engajada e lúcida a respeito das mudanças que a sociedade do seu tempo testemunhou. Nesse sentido, Lima Barreto vê o povo, em toda a sua abrangência e diversidade, como sujeito histórico vivo e potencialmente transformador da sua própria condição. Por isso, mesmo que ressentida das mágoas, sua escrita está repleta de esperança. Fortalecida pelo distanciamento que o autor mantém em relação à sociedade, a crítica que as crônicas de Lima Barreto encerram incitam sempre o leitor a refletir e desejar também as mudanças com que ele sonhava.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- BARRETO, A. H. de Lima. *Amplius!* in *Histórias e Sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- _____. *Diário Íntimo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- _____. *Lima Barreto. Toda crônica*. RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel (Orgs). RJ: Agir, 2004.
- _____. *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. São Paulo: Brasiliense: 1983.
- BOSI, Alfredo. *O Pré-Modernismo*. 4 ed. São Paulo: Cultrix.
- BOTELHO, Denílson. *Letras Militantes: história, política e literatura em Lima Barreto*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2001. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do IFCH/UNICAMP.
- CARVALHO, J. Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, , 1987.
- CAVALCANTI, Maria Laura. *Cultura e Saber do Povo: Uma Perspectiva Antropológica*. Revista Tempo Brasileiro (Patrimônio Imaterial), Rio de Janeiro, n. 147, p. 69-78, out./dez. 2001.
- _____. *Entendendo o folclore e a cultura popular*. Rio de Janeiro: Museu do Folclore Edison Carneiro, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque*. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- COHEN, Ilka Stern. *Diversificação e Segmentação dos Impressos*. In MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 105.
- CORRÊA, Henrique Sergio Silva. *O A.B.C. de Lima Barreto (1916-1922)*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis (SP): 2012.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Imprensa a serviço do Brasil*. In MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- FERNANDES, Ana Helena Cobra. *Bagatelas em Perspectiva*. Campinas: 2010. Dissertação de Mestrado apresentada ao IEL/UNICAMP.
- GUIA CARNEVALI, Flavia. *Folcloristas e cultura popular: desigualdades e subjetividades na construção da identidade nacional brasileira na Belle Époque*. RITA, N°2: agosto de 2009, disponível em: <<<http://www.revue-rita.com/traits-dunion-thema-34/folcloristas-e-cultura-thema-11149.html>>>. Acessado em 21/05/2019.
- MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa em Tempos de Império* in MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tânia Regina de (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAUL, Carlos. *O Rio da Bela Época*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria S. José Editora, 1968.
- MOURA E CUNHA, Rodrigo de. *De Cascadura ao Garnier: Tradição e Modernidade no Rio de Janeiro através das crônicas de Lima Barreto 1890-1922* in NEGREIROS, Carmem (Orgs.). Associação Brasileira de Literatura Comparada, Rio de Janeiro: 2018.
- PRADO, Antonio Arnoni. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília, INL, 1976.
- RESENDE, Beatriz & VALENÇA, Rachel. *Lima Barreto. Toda Crônica*. RJ: Agir, 2004.

RESENDE, Beatriz Vieira. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. RJ/SP: UFRJ/UNICAMP, 1993.

_____. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ANEXO A – AS MÁGOAS E SONHOS DO POVO²⁷**1. Recordações da *Gazeta Literária* (20/03/1919)**

Em 1884, publicou-se aqui, neste Rio de Janeiro, uma pequena revista quinzenal, intitulada *Gazeta Literária*. Não tinha o nome do diretor ou redator-chefe, mas havia no cabeçalho a indicação que se assinava e se vendia na livraria de Faro & Lino, à Rua do Ouvidor n.º 74.

De nós que andamos hoje nessas coisas de jornais e revistas, poucos terão notícia dessa livraria e da *Gazeta* talvez nenhum.

O jornalzinho literário era, entretanto, bem feito e curioso. Impresso em bom papel e nas oficinas Leuzinger, muito cuidado na revisão, tinha um aspecto muito simpático e uma leitura variada, de forte cunho intelectual. Colaboravam nele nomes conhecidos, alguns cheios hoje de glória inesquecível, como Capistrano de Abreu, Raul Pompéia, João Ribeiro, Urbano Duarte, Valentim Magalhães, Araripe Júnior, e outros que, embora pouco conhecidos do grande público, ainda são, não obstante, muito estimados pelos que se interessam com as etapas do nosso acanhado desenvolvimento intelectual.

Teixeira de Melo, o amigo e êmulo de Casimiro de Abreu, que eu conheci velho e diretor da Biblioteca Nacional, quando a frequentei ali, na Lapa, entre os meus dezesseis e os vinte anos, publicou na revistinha literária a sua famosa memória sobre a questão das Missões, que tanto devia ajudar o renome de Rio Branco, no dizer dos entendidos; e Beaurepaire-Rohan dava nas suas colunas as primeiras páginas do seu *Glossário de Vocábulos Brasileiros*, tanto dos derivados de línguas conhecidas como daqueles cuja origem é ignorada. Esse trabalho, que, ao que parece, foi publicado em volume, tem sido seguido de outros semelhantes e, ainda bem pouco tempo, vi em uma revista católica – *Vozes de Petrópolis* – um semelhante da autoria de um sacerdote dessa religião, cujo nome, embora não saiba agora escrevê-lo (o que lastimo), me pareceu ser de alemão. Como estes dois glossários de brasileirismos, há muitos outros, menos gerais talvez, mas que constituem um

²⁷ Transcrito de BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Mágoas e Sonhos do Povo* in *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

bom manancial para o famoso *Dicionário de Brasileirismos* que a Academia Brasileira de Letras se propôs a organizar, mas de que até hoje nada ou quase nada fez.

Voltando, porém, à *Gazeta Literária*, podemos dizer que, sem nome de diretor, sem talvez um programa definido (não tenho o número inicial), o espírito que a animava, como os leitores estão vendo, era de um grande nacionalismo.

Não era o do nacionalismo dos nossos dias guerreiro, espingardeiro, “cantativo”, mas que acaba na comodidade das linhas de tiro de classes e repartições e deixa para as funções árduas do verdadeiro soldado a pobre gente que sempre as exerceu, com sorteio ou sem ele.

Era um patriotismo mais espiritual, que não tinha uma finalidade guerreira e pretendia tão-somente conhecer as coisas da nossa terra, a alma das suas populações, o seu passado, e transmitir tudo isto aos outros, para nos ligarmos mais fortemente no tempo e no espaço, em virtude desse próprio entendimento mútuo.

Nas suas notícias sobre o “Movimento Artístico e Literário”, há muita coisa curiosa e muita informação surpreendente. No número de 20 de maio de 1884, há a notícia de uma *Folha Literária* dos Senhores Alexandre Gasparoni Filho e Américo Guimarães – “ex-redatores do *Cometa*”; há também a de uma *Revista Literária*, do Senhor Múcio Teixeira.

Múcio e Gasparoni – quem não os conhece hoje? Mas, a ambos, como a vida mudou! Pelos títulos de suas publicações de 1884, está se vendo que, em um, ainda não havia despertado o amor pela fotogravura ultramundana; e, no outro, não se poderia nunca adivinhar que, grande poeta que ele era, viesse a ser o Barão de Ergonte dos dias atuais.

O que é curioso observar na interessante publicação dos livreiros Faro & Lino é que, há trinta anos, se tentavam publicações da mesma natureza que ainda hoje se tentam. Nas suas “Publicações recebidas” há notícia de uma *União Médica*, com artigos do doutor Moncorvo, em francês, e do doutor Pacífico Pereira, em português, e um parecer do professor Rebourgeon a respeito dos trabalhos sobre a febre amarela do doutor Domingos Freire, que o sucesso do Senhor Osvaldo Cruz fez esquecer totalmente. Há também de uma *Revista do Exército Brasileiro* que já trata do que hoje parece novidade – o jogo de guerra – num artigo do Senhor F. A. de Moura; há, além de outra revista, a da *Liga do Ensino*, “redigida pelo Senhor Rui Barbosa”, com um artigo desse espírito inquieto e de tudo curioso que foi o doutor Luís Conty, professor contratado de uma espécie de missão, que, em 1874, por aí assim, veio para ensinar disciplinas, entre nós novas, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Seria um nunca acabar, enumerar, através das páginas da revistinha de 1884, coisas velhas e notar a transformação espiritual dos homens. Uma coisa, porém, se nota: é que as nossas tentativas de hoje têm pouca novidade e se nós não as encadarmos com as que nos precederam, deixam de ter alguma força e são destinadas a morrer no esquecimento como as anteriores. Todo brasileiro julga-se um inovador...

Tenho esses números da *Gazeta Literária* desde a minha meninice e desde a minha meninice que os leio, com o espírito dos anos que o tempo vai-me pondo às costas. Muita sugestão lhes devo e muito desejo eles me despertaram. Uma delas foi o conhecimento das coisas do folclore nacional e esse desejo até hoje não pude cumprir honestamente. Muita coisa há sobre o assunto, mas anda esparsa em obras tão difíceis de encontrar que me resignei ao acaso das leituras para ganhar uma noção mais ou menos exata da poesia e outras criações da imaginação anônima da nossa terra.

Sei bem que há em Couto Magalhães, Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, João Ribeiro muita coisa a ler; mas há também nos viajantes estrangeiros outras coisas mais e, também, em modestos outros provincianos, tantas outras que o meu precário viver não me permite consultar e estudar, tudo e todos.

Dos viajantes estrangeiros, ainda há bem pouco tempo, o Senhor João Ribeiro, no *O Imparcial*, deu a tradução de um conto popular amazonense que vem no livro de viagem de Wallace. Era tão interessante que eu imaginei que messe de fábulas e narrativas, algo originais e denunciadoras do nosso gênio, dos nossos defeitos e qualidades morais, nós poderíamos encontrar nas obras desses sábios pesquisadores que, sem deixarem de ser profundos nas suas especialidades de ciências naturais, sondavam a alma e a inteligência do povo, que os via catar pedras e ervas, com o mesmo método que os seus hábitos científicos lhes tinham imposto à inteligência.

No número 11 da *Gazeta Literária*, que é datado de 20 de março de 1884, há um artigo de Vale Cabral, intitulado “Algumas canções populares da Bahia”. Este Vale Cabral, pouco conhecido e muito menos lembrado atualmente, foi funcionário da Biblioteca Nacional e um dos mais ativos reveladores de coisas da nossa história, só até então conhecidas pelos pacientes eruditos. Ele publicou as cartas do Padre Nóbrega, os *Anais da Imprensa Nacional*, com precisas informações sobre os primeiros livros nela impressos, e nos números da *Gazeta* que possui há trechos das famosas *Memórias* de Drummond sobre o primeiro reinado, José Bonifácio, etc., que suponho terem sido publicados por ele, pela primeira vez.

O seu artigo sobre as canções populares da Bahia muito me impressionou e há mais de vinte anos que não folheio a coleção mutilada da *Gazeta* que não o leia com este ou outro espírito.

Hoje, por exemplo, é para matar saudades e lembrar os meus bons tempos de menino que leio:

Menina, quando tu fores
Escreve-me pelo caminho.
Se não tiveres papel,
Nas asas dum passarinho.

Da boca, fizeti tinteiro,
Da língua, pena aparada;
Dos dentes letras miúdas,
Dos olhos carta fechada.

Embora o passarinho da canção fosse um pouco extravagante com os seus dentes, estas quadrinhas, que sempre ouvi e recitei em criança, muito me comoveram e comovem e ainda as guardo na memória. Se, como as retive, tivesse retido as “histórias” que me contavam naquela idade, tirando as que Perrault registra e dando-lhes forma, como a “Gata Borralheira”, poderia fazer um volumezito bem aproveitável. Mas não as guardei e pouco retive de cor dessa arte oral e anônima, afora essas quadrinhas e outros versos como o do famoso “chula”:

Onde vai, senhor Pereira de Morais?
Você vai, não vem cá mais;
As mulatinhas ficam dando ais,
Falando baixo, etc. etc.

Todas essas coisas ingênuas de contos, anedotas, anexins, quadrinhas, lendas, foram soterradas na minha memória por uma avalanche de regras de gramática, de temas, de teorias de química, de princípios de física, disto e daquilo, que, aos poucos, me vão morrendo na lembrança, para deixar emergir nelas as histórias humildes do Compadre Macaco, do Mestre Simão e da Comadre Onça, dos meus pobres sete anos de idade.

Nessas confusas recordações que tenho das fábulas e “histórias” populares que me contaram entram animais. O macaco é o símbolo da malignidade, da esperteza, da pessoa

“boa na língua”, em luta com a onça, cheia de força, mas traiçoeira e ingrata. Não me fio nas minhas lembranças, mas sempre me pareceu assim. Os estudiosos dessas coisas que verifiquem se a minha generalização é cabível.

Em um dos meus modestos livros, eu transcrevo uma das “histórias do macaco”, em que ele aparece mais ou menos com essa feição. Não sei se ele figura em alguns dos nossos florilégios e estudos desses assuntos de folclore. Quem me contou, foi um contínuo da Secretaria de Guerra, onde fui empregado, ex-praça do Exército e natural do Rio Grande do Norte, não sei de que localidade: o Senhor Antonio Higino.

A onça aí figura perfeitamente com o feitio moral a que aludi, mas a manha do macaco, para vencê-lo, socorre-se da cumplicidade do cágado ou jabuti.

Apesar das manhas, planos e esperteza do macaco, os contos populares lhe emprestam também alguma generosidade e alguma graça e uma filosofia de matuto “tingujador”. Há mesmo em todas elas, ao que me parece, uma grande simpatia por ele. Se o nosso povo não o fez o seu “totem”, de alguma forma o faz seu herói epônimo.

Os estrangeiros, talvez, tenham alguma razão quando nos chamam de *macaquitos* ou *little monkeys*, como me ensinou esse singular “totalista” que é o meu amigo Tigre.

Contudo, devido à ignorância, já confessada, que tenho dessas coisas de folclore, eu não me animo a asseverar que a minha generalização possa ser de qualquer forma certa; e o intuito dessas linhas não é esse. O que elas visam, é explicar as razões por que fui levado a procurar, na conversa com homens e raparigas do povo, obter narrações, contos, etc. de origem popular, sem mesmo indagar se eles foram publicados, e dar nesta revista o resultado das minhas conversações com gente de toda parte.

Sou homem da cidade, nasci, criei-me e eduquei-me no Rio de Janeiro; e, nele, em que se encontra gente de todo o Brasil, vale a pena fazer um trabalho destes, em que se mostre que a nossa cidade não é só capital política do país, mas também a espiritual, onde se vêm resumir todas as mágoas, todos os sonhos, todas as dores dos brasileiros, revelado tudo isso na sua arte anônima e popular.

Queira Deus que leve avante o meu inquérito! Amém.

"FOLK-LORE,, URBANO

As maguas e sonhos do povo

Em 1884, publicou-se aqui, neste Rio de Janeiro, uma pequena revista quinzenal, intitulada — GAZETA LITTERARIA. Não tinha o nome do director ou redactor-chefe, mas havia no cabeçalho a indicação que se assignava e se vendia na livraria de Faro & Lino, á rua do Ouvidor, n. 74.

De nós que andamos hoje nessas cousas de jornaes e revistas, poucos terão noticia dessa livraria e da «Gazeta» talvez nenhum.

O jornalsinho litterario era, entretanto, bem feito e curioso. Impresso em bom papel e nas officinas Leuzinger, muito cuidado na revisão, tinha um aspecto muito sympathico e uma leitura variada de forte unho intellectual. Colaboravam nella nomes conhecidos, alguns cheios hoje de gloria inesquecivel, como Capistrano de Abreu, Raul Pompéa, João Ribeiro, Urbano arte, Valentim Magalhães, Araripe Junior, e outros que, embora pouco conhecidos do grande publico, ainda são, não ante, muito estimados pelos que se interessam com as etapas do nosso acanhado desenvolvimento intellectual.

Teixeira de Mello, o antigo e emulo de Basimiro de Abreu, que eu conheci velho director da Bibliotheca Nacional, quando frequentei ali, na Lapa, entre os meus 6 e os 20 annos, publicou na revistinha litteraria, a sua famosa memoria sobre a questão das Missões, que tanto devia ajudar o renome de Rio Branco, no dizer dos attendidos; e Beaupreire Rohan dava nas suas columnas as primeiras paginas do seu Glossario de vocabulos brasileiros, tanto dos derivados de linguas conhecidas como daquelles cuja origem é ignorada. Esse trabalho que, ao que parece, foi publicado em volume, tem sido seguido de outros semelhantes e, ainda ha bem pouco tempo, vi em uma revista catholica — «Vozes de Petropolis» — um semelhante da autoria de um sacerdote dessa religião; cujo nome, embora não saiba agora escrevel-o (o que lastimo), me pareceu ser de allemão. Como estes dous glossarios de brasileirismos, ha muitos outros, menos geraes, talvez, mas e constituem um bom manancial para o amoso Dicionario de Brasileirismos que a Academia Brasileira de Letras se propôz organizar, mas de que até hoje nada ou quasi nada fez.

Voltando, porém, á «Gazeta Litteraria», podemos dizer que, sem nome de director, talvez, um programma definido (não ho o numero inicial), o espirito que a mava, como os leitores estão vendo, era um grande nacionalismo.

Não era o do nacionalismo dos nossos s, guerreiro, espingardeiro, «cantativo», que acaba na commodidade das linhas tiro de classes e repartições e deixa as as funcções arduas do verdadeiro

soldado a pobre gente que sempre as exerceu, com sorteio ou sem elle.

Era um patriotismo mais espirital que não tinha uma finalidade guerreira e pretendia tão somente conhecer as coisas da nossa terra, a alma das suas populações, o seu passado, e transmittir tudo isto aos outros, para nos ligarmos mais fortemente no tempo e no espaço, em virtude desse proprio entendimento mutuo.

Nas suas noticias sobre o «Movimento Artistico, e Litterario», ha muita cousa curiosa e muita informação surprehendente. No numero de 20 de Maio de 1884, ha a noticia de uma «Folha Litteraria» dos Srs. Alexandre Gasparoni Filho e Americo Guimarães — «ex-redactores do «Cometa»; ha tambem a de uma «Revista Litteraria» do Sr. Mucio Teixeira. Mucio e Gasparoni — quem os não conhece hoje? Mas, a ambos como a vida mudou! Pelos titulos de suas publicações de 1884, está se vendo que, em um, ainda não havia despertado o amor pela photogravura ultra-mundana; e, no outro, não se poderia nunca advinhar que grande poeta que elle era, viesse a ser o Barão Ergonte dos dias actuaes.

O que é curioso observar na interessante publicação dos livreiros Faro & Lino, é que, ha trinta annos, se tentavam publicações da mesma natureza que ainda hoje se tentam. Nas suas «Publicações recebidas» ha noticia de uma «União Medica», com artigos do Dr. Moncorvo, em francez, e do Dr. Pacifico Pereira, em portuguez, e um parecer do professor Rebourgeon a respeito dos trabalhos sobre a febre amarella do Dr. Domingos Freire que o successo do Sr. Oswaldo Cruz fez esquecer totalmente; ha tambem de uma «Revista do Exercito Brasileiro» que já trata do que hoje parece novidade — o jogo de guerra — num artigo do Sr. F. A. de Moura; ha, além de outra revista, a «da Liga do Ensino», «redigida pelo Sr. Ruy Barbosa», com um artigo desse espirito inquieto e de tudo curioso que foi o Dr. Luiz Conty, professor contractado de uma especie de Missão, que, em 1874, por ahi, assim, assim, veiu para ensinar disciplinas, entre nós, novas na Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

Seria um nunca acabar, renumerar, atravez das paginas da revistinha de 1884, coisas velhas e notar a transformação espirital dos homens. Uma cousa, porém, se nota: é que as nossas tentativas de hoje têm pouca novidade e, por nós não as encadarmos com as que nos precederam, deixam de ter alguma força e são destinadas a morrer no esquecimento como as anteriores. Todo o brasileiro julga-se um innovador...

Tenho esses nmeros da «Gazeta Litteraria» desde a minha meninice e desde a minha meninice que os leio, com o espirito

dos annos que o tempo vai-me pondo ás costas. Muita suggestão lhes devo e muito desejo elles me despertarem. Uma dellas foi o conhecimento das cousas do «folk-lore» nacional e esse desejo até hoje não pude cumprir honestamente. Muita cousa ha sobre o assumpto, mas anda esparsa em obras tão difíceis de encontrar que me resignei ao acaso das leituras para ganhar uma noção mais ou menos exacta da poesia e outras creações da imaginação anonyma da nossa terra. Sei bem que ha em Couto Magalhães, Capistrano de Abreu, Sylvio Romero, João Ribeiro muita cousa a ler; mas ha tambem nos viajantes estrangeiros outras cousas mais, e tambem em modestos outros provincianos, tantas outras que o meu precario viver não me permite consultar e estudar, tudo e todos. Dos viajantes estrangeiros, ainda ha bem pouco tempo, o Sr. João Ribeiro, no «O Imparcial», deu a traducção de um conto popular amazonense que vem no livro de viagem de Wallace. Era tão interessante que eu admirei que mêsse de fabulas e narrativas, algo originaes e denunciadoras do nosso genio, dos nossos defeitos e qualidades moraes, nós poderiamos encontrar nas obras desses sabios pesquisadores que, sem o deixar de ser profundos nas suas especialidades de sciencias naturaes, sondavam a alma e a intelligencia do povo que os via catar pedras e hervas, com o mesmo methodo que os seus habitos scientificos lhes tinham imposto á intelligencia.

No numero 11 da «Gazeta Litteraria» que é datado de 20 de Março de 1884, ha um artigo de Valle Cabral, intitulado «Algumas canções populares da Bahia». Este Valle Cabral, pouco conhecido e muito menos lembrado actualmente, foi funcionario da Bibliotheca Nacional e um dos mais activos reveladores de coisas da nossa historia, só até então conhecidas pelos pacientes eruditos. Elle publicou as cartas do padre Nobrega, os Annaes da Imprensa Nacional, com precisas informações sobre os primeiros livros nella impressos, e nos numeros da «Gazeta» que possuo ha trechos das famosas Memorias de Drummond sobre o primeiro reinado, José Bonifacio, etc., que supponho terem sido publicados por elle, pela primeira vez.

O seu artigo sobre as canções populares da Bahia muito me impressionou e ha mais de vinte annos que não folheio a collecção mutilada da «Gazeta» que não o leia com este ou outro espirito.

Hoje, por exemplo, é para matar saudades e lembrar os meus bons tempos de menino que leio:

Menina, quando tu fôres,
Escreve-me pelo caminho.
Si não tiveres papel,
Nas azas d'um passarinho

2. Superstições Domésticas (27/03/1919)

HOUVE QUEM dissesse que a superstição é a religião do homem que a não tem. Isto não quer dizer que todos os homens, as mulheres principalmente, desta ou daquela seita ou fé religiosa, não as tenham também.

Na Europa, em qualquer parte dela, as superstições abundam. Todos nós sabemos disso, mas é ideia feita que só os italianos o sejam e um pouco os espanhóis. Dá-se lá o que se dá entre nós, onde os sociólogos profundos atribuem as nossas, que, às vezes são bem europeias, a depósitos na nossa consciência de credices africanas, quando não tupaicas.

É própria da nossa fraqueza mental essa pressa em explicar com criações arbitrárias o que não podemos cabalmente elucidar de outra forma; daí essas simplistas generalizações de nossos falsos sábios, quanto às origens das nossas credices e abusões.

O homem, cheio de mistério e cercado de mistério, vivendo aqui, ali e acolá, sempre procura nas coisas externas sinais seguros do seu destino e marcos certos para o seu roteiro da vida.

É uma atividade fundamental do nosso espírito que se traduz de vários modos desde os samoiedas e esquimós até os araucânios e patagões. Os estudiosos de folclore já têm observado essa unidade espiritual da raça humana, vendo nos seus contos, fábulas, cantigas, ritos particulares e superstições uma relativa analogia substancial de temas a se manifestar com aparências narrativas de formas variadas.

O Senhor Van Gennep diz que da *Cendrillon* de Perrault, conhecida por nós como *A Gata Borralheira*, há mais de quatrocentas variantes, de todos os tempos e todos os países, desde a Europa até o Extremo Oriente e à nossa América.

O que se dá com a conhecidíssima *Gata Borralheira* dá-se com quase toda a produção literária coletiva e anônima cujas manifestações são encontradas em todas as mais diversas partes da Terra e na boca de raças diferentes, não se podendo, entretanto, determinar o foco de sua irradiação.

O autor que citei diz que a conquista da Argélia, com os estudos dos árabes e bérberes, demonstrou a existência na África do Norte de múltiplos temas, gozando de uma extensa voga na Europa Central.

A minha tenção, porém, não é a de fazer um estudo mais amplo sobre o assunto, mesmo porque não me sobra nem a competência nem a vasta leitura que ele exige.

Tento unicamente com o que tenho observado e ouvido, nas minhas conversas com pessoas do povo e gente humilde, registrar impressões, dar o meu depoimento individual, sem nenhuma outra pretensão mais elevada.

Nas manifestações da psicologia popular, uma das mais curiosas é a superstição caseira que se transmite de pais a filhos, atravessando gerações e as situações mais diversas de fortuna das respectivas famílias.

Desde menino, gosto muito de pombos; e, como sempre com meus gostos, não distingo no objeto deles o que é de luxo ou o que é comum. Muitas vezes, quis, com os níqueis que ajuntava em um cofre, possuir um casal; e cheguei mesmo a projetar, em um caixão de sabão, o pombal. Nunca em casa me permitiram que eu os tivesse. É crença familiar entre nós que os pombos são, quando se reproduzem muito, sinal de prosperidade no lar; mas, desde que comecem a fugir, indicam que as coisas vão desandar.

É uma crendice geral que qualquer observador pode colher entre as famílias pobres e remediadas; mas para a qual será muito difícil achar uma razoável explicação. Os pombos, arrulhantes pombos das beiras das casas, que eram na antiguidade consagrados a Vênus e cuja posse no regime feudal constituía um privilégio de senhor, são perseguidos, ou eram no meu tempo de menino, por essa abusão de nossa gente pobre.

Em toda a parte, pelo menos nos países europeus e os que surgiram deles, a coruja é tida como uma ave de mau agouro e o seu pio, ouvido à noite, vaticina grandes desgraças domésticas; entretanto, essa ave é na mitologia consagrada a um Deus ou Deusa que, segundo a minha fraca lembrança, nada tem de maléfico.

A serpente também, a nossa cobra, tão cheia de lendas aterradoras e de habilidades cruéis, é consagrada a Minerva, a Atena grega, e o bramanismo simboliza nela o infinito, quando a representa mordendo a própria cauda.

É artigo de fé entre a nossa gente roceira que ela não morde mulher grávida, e perde o poder de locomoção desde que a mulher dê três voltas no cordão que lhe amarra as saias.

Os roceiros dizem que a cobra salta para morder o indivíduo que a afronta; mas os sábios negam isso. Há até entre os matutos a recomendação de que se deve visá-la bem quando se a quer matar a tiro, pois, errando este, a cobra vem certa pela fumaça do deflagrar da carga da espingarda e morde o atirador.

Negam observadores autorizados essas proezas da cobra, como negam também que ela atraia o passarinho que quer engolir.

O certo é que quem tem vivido na roça ouve, às vezes, um modo particular de gemer dos passarinhos, pousados nas árvores, que não é o vulgar. Já o notei, mas disso a afirmar que seja devido ao “magnetismo” da cobra a atraí-lo vai uma grande distância.

Todas as superstições caseiras ou familiares têm quase sempre por base o temor dos gênios, das forças misteriosas contrárias à nossa felicidade. Todas elas se dirigem contra o Azar, que acarreta moléstias, mortes, perdas de emprego e outros acontecimentos nefastos à vida satisfeita do lar; algumas, porém, têm por fim invocar a felicidade e pedir a prosperidade para ele.

A ferradura, apanhada ainda quente dos pés do cavalo quando a perde, pregada atrás da porta de entrada, tem a virtude, dizem, de trazer a satisfação para a casa que a possui.

Na sua generalidade, porém, as crendices populares visam evitar, afastar o “mau olhar”, a “coisa feita”, o “azar”, espontâneo e inexplicável ou provocado pela inveja de inimigos e desafetos.

Para evitar tais coisas, há a figa-de-guiné, que os indivíduos usam, mas os lares também têm. Além desse amuleto e dos santinhos, devem-se trazer, pendurados no pescoço, para afastar desgraças e feitiços, os “breves”.

Chamam a isto pequenos saquinhos, coisas misteriosas, às vezes mesmo orações com a invocação de certos santos ou palavras cabalísticas.

No que toca a orações, há também o costume de escrevê-las e enviar pelo correio aos inimigos, com a recomendação de repeti-las tantas vezes e passá-las adiante. Tenho nos meus papéis um espécime dessas; e, se não as transcrevo aqui, é porque não as encontro à mão.

A luta contra o azar, contra a incerteza do dia seguinte, nascida da convicção de que a nossa sorte é insegura e que somos cercados de entidades superiores e pouco amigas da nossa felicidade e repouso, leva-nos às mais curiosas e inesperadas superstições domésticas.

Ninguém derrame tinta ou azeite no chão, porque traz azar; ninguém ponha uma vassoura “de pernas pro ar”, porque traz azar; ninguém deixa um calçado com a sola voltada para cima, porque traz azar; ninguém vista uma meia ou outra peça de roupa pelo avesso, porque traz azar; e assim são inúmeras as superstições que procuram evitar o azar e todas elas são obedecidas cegamente, mesmos por aqueles que se julgam livres de tais crendices.

Nesse debater nas trevas da nossa vida terrena, que é como caminharmos na nossa breve existência, sem marcos, sem certeza do que fomos, do que somos e do que seremos, a nossa mais urgente necessidade é estar bem com o mistério; e, quando as religiões não nos

satisfazem, quando elas, à custa de regrarem a nossa sede e fome de Infinito e de Deus, nos abarrotam de tolices e patranhas manhosas a encarar, é para essas pequenas e ingênuas crendices que ficaram guardadas na nossa memória, desde a meninice mais terna, que nos voltamos para que a obscuridade do viver não nos cegue de todo, e elas nos guiem na nossa vida e nos desculpem, depois da nossa morte, perante o que vier...

Eu não deixo nunca o meu chinelo virado com a sola para o ar...

"FOLK-LORE,, URBANO

As maguas e sonhos do povo

Houve quem dissesse que a superstição é a religião do homem que a não tem. Isto não quer dizer que todos os homens, as mulheres principalmente, desta ou daquela seita ou fé religiosa, não as tenham também.

Na Europa, em qualquer parte della, as superstições abundam. Todos nós sabemos disso, mas é idéa feita que só os italianos o sejam e um pouco os hespanhóes. Dá-se lá o que se dá entre nós, onde os sociólogos profundos attribuem as nossas, que, ás vezes, são bem européas, a depositos na nossa consciencia de crendices africanas, quando não tupaicas.

É propria da nossa fraqueza mental essa pressa em explicar com creações arbitrárias o que não podemos cabalmente elucidar de outra forma; dahi essas simplistas generalisações de nossos falsos sábios quanto ás origens das nossas crendices e abusões.

O homem, cheio de mysterio e cercado de mysterio, vivendo aqui, alli e acolá, sempre procura nas cousas externas signaes seguros do seu destino e marcos certos para o seu roteiro na vida.

É uma actividade fundamental do nosso espirito que se traduz de varios modos desde os samoyedas e esquimáos até os araucanios e patagóes. Os estudiosos de «folk-lore» já têm observado essa unidade espiritual da raça humana, vendo nos seus contos, fabulas, cantigas, rythos particulares e superstições uma relativa analogia substancial de themas a se manifestar com apparencias narrativas de formas variadas.

O sr. van Gennez diz que da «Cendrillon» de Perrault, conhecida por nós como «A Gata Borralheira», ha mais de quatrocentos variantes, de todos os tempos e todos os paizes, desde a Europa até ao Extremo Oriente e á nossa America.

O que se dá com a conhecidissima «Gata Borralheira» dá-se com quasi toda a producção litteraria collectiva e anonyma, cujas manifestações são encontradas em todas e as mais diversas partes da terra e na bocca de raças diferentes, não se podendo, entretanto, determinar o fóco de sua irradiação.

O autor que citei diz que a conquista da Argelia, com o estudo dos Arabes e Berberes, demonstrou a existencia na Africa do Norte de multiplos themas gozando de uma extensa voga na Europa Central.

A minha tenção, porém, não é a de fazer um estudo mais amplo sobre o assumpto, mesmo porque não me sobra nem a competencia nem a vasta leitura que elle exige.

Tento unicamente com o que tenho observado e ouvido, nas minhas conversas com pessoas do povo e gente humilde,

registrar impressões, dar o meu depoimento individual, sem nenhuma outra pretensão mais elevada.

Nas manifestações da psychologia popular, uma das mais curiosas é a superstição caseira que se transmite de paes a filhos, atravessando gerações e as situações mais diversas de fortuna das respectivas familias.

Desde menino, gosto muito de pombos; e, como sempre com os meus gostos, não distingo no objecto delles o que é de luxo ou o que é commum. Muitas vezes, quiz, com os nikeis que ajuntava em um cofre, possuir um casal; e cheguei mesmo a projectar, em um caixão de sabão, o pombal. Nunca em casa me permitiram que eu os tivesse. É crença familiar entre nós que os pombos são, quando se reproduzem muito, signal de prosperidade no lar; mas, desde que comecem a fugir, indicam que as cousas vão desandar.

É uma crendice geral que qualquer observador pode colher entre as familias pobres e remediadas; mas para a qual será muito difficil achar uma razoavel explicação. Os pombos, arrulhantes pombos das beiras das casas, que eram na antiguidade consagrados a Venus e cuja posse no regimen feudal constituia um privilegio de senhor, são perseguidos, ou eram no meu tempo de menino, por essa abusão familiar de nossa gente pobre.

Eih toda a parte, pelo menos nos paizes européus e os que surgiram delles, a coruja é tida como uma ave de máo agouro e o seu pio, ouvido á noite, vaticina grandes desgraças domesticas; entretanto, essa ave é na mythologia consagrada a um Deus ou Deusa que, segundo a minha fraca lembrança, nada tem de malefico.

A serpente tambem, a nossa cobra, tão cheia de legendas aterradoras e de habilidades cruéis, é consagrada a Minerva, a Athena grega, e o brahmanismo symboliza nella o infinito quando a representa mordendo a propria cauda.

É artigo de fé entre a nossa gente roceira que ella não morde mulher grávida, e perde o poder de locomoção desde que a mulher dê tres voltas no cordão que lhe amarra as saias.

Os roceiros dizem que a cobra salta para morder o individuo que a affronta; mas os sábios negam isso. Ha até, entre os matutos, a recommendação de que se deve visal-a bem quando se a quer matar a tiro, pois, errando este, a cobra vem certa pela fumaça do defralgar da carga da espingarda e morde o atirador.

Negam observadores autorizados essas proezas da cobra, como negam tambem que ella attraia o passarinho que quer engulir.

O certo é que quem tem vivido na roça, ouve, ás vezes, um modo particular de gemer dos passarinhos, pousados nas arvores, que não é o vulgar. Já o notei, mas disso a afirmar que seja devido ao «magnetismo» da cobra a attrahil-o, vae uma grande distancia.

Todas superstições caseiras ou familiares têm quasi sempre por base o temor dos genios, das forças mysteriosas contrarias á nossa felicidade. Todas ellas se dirigem contra o Azar, que acarreta molestias, mortes, perdas de emprego e outros acontecimentos nefastos á vida satisfeita do lar; algumas, porém, têm por fim invocar a felicidade e pedir a prosperidade para elle.

A ferradura, apanhada ainda quente dos pés do cavallo quando a perde, pregada atraz da porta da entrada, tem a virtude, dizem, de trazer a satisfação para a casa que a possúe.

Na sua generalidade, porém, as crendices populares visam evitar, afastar o «máolhado», a «cousa feita», o «azar», expontaneo e inexplicavel ou provocado pela inveja de inimigos e desaffectos.

Para evitar taes cousas, ha a figa de guiné, que os individuos usam, mas os lares tambem têm. Além desse amuleto e dos santinhos, devem-se trazer, peadurados no pescoco, para afastar desgraças e feitiços, os «breves».

Chamam a isto pequenos saquinhos, cousas mysteriosas, ás vezes mesmo orações com a invocação de certos santos ou palavras cabalísticas.

No que toca a orações, ha tambem o costume de escrevel-as e enviar pelo correio aos amigos, com a recommendação de repetil-as tantas vezes e passal-as adiante. Tenho nos meus papeis um specimen dessas; e, se não as transcrevo aqui, é porque não as encontro á mão.

A luta contra o azar, contra a incerteza do dia seguinte, nascida da convicção de que a nossa sorte é insegura e que somos cercados de entidades superiores e pouco amigas da nossa felicidade e repouso, levamos ás mais curiosas e inesperadas superstições domesticas.

Niuguem derrame tinta ou azeite no chão, porque traz azar; niuguem quebre um espelho, porque traz azar; niuguem ponha uma vassoura «de pernas para o ar», porque traz azar; niuguem deixe um calçado com a sóla voltada para cima, porque traz azar; niuguem vista uma meia ou outra peça de roupa pelo avesso, porque traz azar; e assim são innumeradas as superstições que procuram evitar o azar e todas ellas são obedecidas cegamente, mesmo por aquelles que se julguem livres de taes crendices.

3. Rezas e Orações (03/04/1919)

A ORAÇÃO, a reza, não só nas freguesias afastadas, mas mesmo nas centrais, o povo atribui poderes superiores e miraculosos de várias aplicações. Há as que são destinadas a fins de cura, há as que se empregam em conjuração de moléstias, há outras para a proteção contra feitiços e “coisas feitas” de qualquer origem, tendo como fito perturbar a felicidade da nossa existência.

É corrente, e não sei como explicá-la, a frase: “Você anda caipora; precisa ir aos ‘barbadinhos’ ou rezar nos ‘barbadinhos’”.

Os “barbadinhos”, como toda a gente sabe, são os capuchinhos italianos, cujo convento é no morro do Castelo; detentores, atualmente, da igreja mais antiga da cidade, onde está o túmulo de Estácio de Sá e no cunhal da qual existe o marco quinhentista da fundação da cidade com as quinas do velho reino lusitano.

Os “barbadinhos do Castelo” entram sempre em tudo que se alude a benzeduras, e uma das suas missas, nas primeiras horas da manhã, creio que a da primeira sexta-feira do mês, é tida entre os supersticiosos como possuindo a virtude de afastar o azar, o caiporismo, etc. Nunca a ela fui, mas muitos que lá foram me contam que tem uma frequência segura de jogadores de todas as classes, de raparigas de vida airada e outros devotos do Acaso que vivem acorrentados aos seus caprichos.

Outra missa muito curiosa é a chamada das “arrepentidas”. Não sei em que dias é a assim chamada que se diz na Igreja da Cruz dos Militares; mas as mulheres da cidade a frequentam, para lavar-se de culpas e pecados peculiares a seu sexo.

Não é unicamente, porém, com o auxílio da missa – portanto do sacerdote católico – que a oração, na crença da nossa gente, exerce poderes maravilhosos e extraordinários sobre a marcha da nossa vida e da nossa consciência.

Muitas vezes, o povo prescinde do sacerdote ungido regularmente e escolhe um outro que ele mesmo sagra e consagra. É o “rezador” ou “rezadora”, que se encontram, sobretudo, nas freguesias rurais.

Os homens são quase todos de idade; mas as mulheres, não. A religião católica não quis sacerdotisas nas suas cerimônias, mas as antigas não passavam sem elas e a crença geral e popular é que as feiticeiras, médiuns femininos, “rezadeiras” são mais poderosas que os homens no seu comércio com a Divindade e com o Mistério. Nas tricas galantes mesmo, em

que se maranham raparigas e senhoras, moças e velhas, de todas as condições, muito pouca fé tem as amantes e namorados nos hierofantes, nos feiticeiros machos. Todas as esperanças daqueles e daquelas que o amor abrasa, é na cartomante.

Há a cartomante quase licenciada que anuncia nas gazetas, tem entrevistas com os repórteres, pitonisa os sucessos políticos; mas há também as particulares, em ruas sombrias e pouco transitadas, que são procuradas pelas informações de boca em boca, por aqueles que querem vaticínios certos de sua vida amorosa.

Passeando nos subúrbios, já ouvi o seguinte diálogo, entre duas pequenas ou garotas, como chamam hoje os namoradores profissionais:

- “Ele volta, Hadjina. Volta – “ela” disse!
- Qual! fez a outra lacrimajante.
- Volta, sim! “O” que é preciso é você rezar a oração.

Nunca me foi dado ler uma oração destas, distribuídas pelas cartomantes-feiticeiras, professores-cartomantes-feiticeiros, que há por aí e vivem com o favor dos seus poderes sobre-humanos de unir corações e fazer toda a sorte de felicidades. Os que anunciam nos periódicos não me merecem interesse. São cínicos demais e os seus anúncios de extremada publicidade, desafiando a polícia, são a mais segura demonstração do seu charlatanismo explorador.

Vejam só este, aparecido, em um dos nossos jornais, há algum tempo:

“Mistérios da vida – o Professor Baçu – desvio das correntes adversas que surgem na vida – Ide vos casar? Quereis vos casar? Tendes dificuldade de obter noivo ou de realizar vosso enlace? Não sois feliz com o casamento? – Procurai o Professor Baçu. Ele vos fará um trabalho rápido e perfeito para que nesta reunião ‘reinem’ a paz – a concórdia – a felicidade!

Ele é o único que possui os mimos nupciais, verdadeiras relíquias, preparadas com as pedras ‘Natal’, o que atrairá para vós – ‘a fortuna, a fartura e os ensejos de feliz ventura’. Também possui as fórmulas em ‘líquidos e sólidos’, usadas pelas mais formosas mulheres da celeste Jerusalém. Faz todo e qualquer trabalho, mesmo à distância, de pesquisas e investigações para a descoberta de fatos de caráter mais ou menos íntimo; obtendo reconciliações, aproximações de pessoas afastadas e realização de qualquer negócio considerado irrealizável. Combate todos os males físicos e morais e todos os malefícios. Horóscopos, diagnósticos e prognósticos.

Nota – Aos que sofrem, peço nome, idade, dia de nascimento e sintomas, acompanhado de envelope selado ao Capitão José Leão. Peçam prospectos. Reside com sua família à Rua São Clemente nº 183, Botafogo, Rio de Janeiro.”

Leram? Há tanto cinismo e tanta desfaçatez que aquilo que um mago anunciante nos fornecer em “breve”, em amuleto, oração ou quer que seja, não pode merecer um pingão de atenção. A credulidade humana, porém, não tem fundo; e a insistência com que este e outros apregoam, com a mais luxuosa publicidade, os seus poderes e as suas virtudes excepcionais, mostra bem que a clientela não lhes falta, apesar das perseguições legais da polícia.

Na roça, carioca, como eu ia dizendo, os “benzedores” e “rezadeiras” não são desse quilate. Tem fé no seu mister e a sua sinceridade comunica essa fé aos outros.

Rezam tudo. Mas as suas especialidades são para curar certas moléstias particulares às senhoras, “cobreiros”, erisipelas, e dores vagabundas e sem explicação.

As “rezadeiras” são ajudadas por facas, anéis e outros objetos de metal, com os quais, fazendo sucessivas cruces ou outros sinais cabalísticos sobre os pontos afetados do corpo do paciente, acompanham o balbuciar da oração adequada. Chama a isto “cortar” a dor ou a moléstia. Benzem ou rezam também as casas, aspergindo os cantos com uma certa água “rezada”, a aspersão que se faz com o auxílio de um ramo de alecrim ou arruda.

Benzem outrossim as plantações; e pessoa digna de fé, que teve uma fazendola, há alguns anos, pelas bandas de Guaratiba, contou-me um caso a que já aludi no meu *Policarpo Quaresma*.

Tendo dado as lagartas em uma sua plantação de feijão, ameaçando mesmo matá-la de todo, desesperado consentiu ele que chamassem uma “rezadeira” famosa, pela eficácia dos seus exorcismos, em toda a localidade. Ela veio e colocou cruces de graveto nas bordas da plantação deixando na “cabeceira”, uma abertura maior, pôs-se nos “pés” e começou a rezar.

Disse-me a pessoa que as lagartas se foram enfileirando militarmente e saindo processionalmente pela abertura, entre as cruces que havia na “cabeceira”.

É morta a pessoa que me contou, e era muito digna de fé, sendo doutor em medicina; e muitas vezes narrou-me esse surpreendente espetáculo, como tendo visto com os seus próprios olhos.

“Horácio, há entre o céu e a terra”...

Essa usurpação de atributos sacerdotais por particulares é feita, ou era, em larga escala.

Quando meu pai foi para a ilha do Governador, exercer um pequeno emprego nas Colônias dos Alienados, recentemente fundadas pelo governo republicano, isto em 1890, a ilha não era o Petrópolis de quinta classe que o meu amigo Pio Dutra está fazendo ou dela já fez.

Vivendo, por assim dizer, isolada do Rio de Janeiro, quase sem comunicações diárias com o centro urbano, abandonada pelos seus grandes proprietários, devido à decadência de suas culturas perseguidas atrozmente pela saúva, estava toda ela entregue a moradores pobres, apanhadores de suas frutas semi-silvestres, como caju, lenhadores e carvoeiros, pescadores e alguns roceiros portugueses que tenazmente se batiam contra a implacável formiga, fazendo roças de aipins, de batatas doces, de quiabos, de abóboras, de melancias, e até de melões. Essa espécie de *enclave* que era a ilha do Governador naquele tempo, profundamente rural e pobre, aqui pertinho da capital do Brasil, foi que me deu uma reduzida visão de roça e de hábitos e costumes roceiros. Cheguei a ver lá cavalhadas – que pobres cavalhadas! – na esplanada defronte à igreja da Freguesia, próximo da venda do Joaquim, pintor, agente do Correio, tendo como adestrados disputadores das sortes, próprias do divertimento, o “Minhoto”, o Jorge Martins e outros.

A ilha não tinha vigário e o culto da população aos santos de sua fé era feito por intermédio de certos capelães rústicos, isto é, “rezadores” ingênuos e ignorantes, que diante de toscos oratórios, acompanhados pela assistência, entoavam nas cabanas ladainhas e outras orações. Do lugar em que morávamos, eu e a minha família, no Galeão, ainda me lembro do nome do respectivo capelão: – o Apolinário. Que fim terá levado?

Essa forte crença na oração, na reza, que buscamos como alívio para as nossas dores morais e como uma súplica à Divindade para que intervenha na nossa vida, favorecendo-nos nos nossos propósitos, toma este ou aquele aspecto bárbaro e tosco, aqui e ali, mas é sempre tocante e penetrante por isso mesmo. Ela não abandona a nossa gente humilde na sua obscura luta contra a miséria, contra a política e contra a moléstia; e, ultimamente, pediu auxílio ao Correio, para mais eficazmente agir no perímetro urbano da nossa cidade.

No artigo anterior, citei esse ato de distribuir, por intermédio do carteiro, orações escritas que devem ser lidas um certo número de vezes e enviadas a outras pessoas amigas, em número determinado.

Não a tinha encontrado, entre os meus papéis. Encontrei-a, porém, e aqui a dou tal e qual, sem nada mudar ou omitir.

Conforme a recebi, no ano da graça de 1913, transcrevo-a abaixo:

“Oração S. Jesus Cristo Senhor Nosso Jesus Cristo rogamos a vós por nossos pecados e vosso sangue derramado na Cruz por nós. Senhor Jesus Cristo rogamos a Deus que se contemple de compaixão e misericórdia e perdoai nos por vossa Mão santíssima, hoje e sempre eternamente por todos os séculos dos séculos. Amen. Quem tiver esta oração deve distribuir durante nove dias a nove pessoas cada dia uma e no fim dos nove dias terá uma alegria em sua casa. Em Jesus a bem dizer que quem não fizer caso desta oração sofrerá um castigo grave perda em família. Esta oração foi enviada pelo Bispo Rio 1º de janeiro de 1913.”

Aos leitores que têm fé, eu peço que sigam as prescrições que essa oração recomenda. Não as segui porque, infelizmente, muito infelizmente mesmo, confesso que não creio, apesar da minha vaga e imponderável religiosidade.

"FOLK-LORE,, URBANO

AS MAGUAS E SONHOS DO POVO

REZAS E ORAÇÕES

A' oração, á reza, não só nas freguezias afastadas, mas mesmo nas centraes, o povo attribue poderes superiores e miraculosos de varias applicações. Ha as que são destinadas a fins de cura, ha as que se empregam em conjuração de molestias, ha outras para a protecção contra feitiços e «coisas feitas» de qualquer origem, tendo como fito perturbar a felicidade da nossa existencia.

E' corrente, e não sei como explical-a, a phrase: «Você anda caipora; precisa ir aos «barbadinhos» ou rezar nos «barbadinhos».

Os «barbadinhos», como toda a gente sabe, são os capuchinhos italianos, cujo convento é no morro do Castello; detentores, actualmente, da igreja mais antiga da cidade, onde está o tumulo de Estacio de Sá e no cunhal da qual existe o marco quincentista da fundação da cidade com as quinas do velho reino lusitano.

Os «barbadinhos do Castello» entram sempre em tudo que se allude a benzeduras, e uma das suas missas, nas primeiras horas da manhã, creio que a primeira sexta-feira do mez, é tida entre os supersticiosos como possuindo a virtude de afastar o azar, o caiporismo, etc. Nunca a ella fui, mas muitos que lá foram me contam que tem uma frequencia segura de jogadores de todas as classes, de raparigas de vida airada e outros devotos do Acaço que vivem acorrentados aos seus caprichos.

Outra missa muito curiosa é a chamada das «arrepentidas». Não sei em que dias é a assim chamada que se diz na Igreja da Cruz dos Militares; mas as mulheres da cidade a frequentam, para lavar-se de culpas e peccados peculiares a seu sexo.

Não é unicamente, porém, com o auxilio da missa—portanto do sacerdote catholico—que a oração, na crença da nossa gente, exerce poderes maravilhosos e extraordinarios sobre a causa da nossa vida e da nossa consciencia.

Muitas vezes, o povo prescinde do sacerdote unguido regularmente e escolhe um outro que elle mesmo sagra e consagra. E' o «rezador» ou «rezadoura», que se encontram, sobretudo, nas freguezias ruraes.

Os homens são quasi todos de idade; mas as mulheres, não. A religião catholica não quiz sacerdotisas nas suas ceremonias, mas as antigas não passavam sem ellas e a crença geral e popular é que as feiteiras, mediuns femininós, «resadeiras» são mais poderosas que os homens no seu commercio com a Divindade e com o Mystério. Nas tricas galantes mesmo, em que se maranham raparigas e senhoras, moças e velhas, de todas as condições, muito pouca fé têm as amantes e namorados nos hierophantes, nos feiteiros machos. Todas as esperanças daquelles e daquellas que o amor abraza, é na cartomante.

Ha a cartomante quasi licenciada que annuncia nas gazetas, tem entrevista com os reporters, pythonisa os successos politicos; mas ha tambem as particulares, em ruas sombrias e pouco transitadas, que são procuradas pelas informacões de bocca em bocca, por aquelles que querem vaticinios certos de vida amorosa.

Passeiando nos suburbios, já ouvi o seguinte dialogo, entre duas pequenas ou garotas, como chamam hoje os namoradores profissionaes:

— «Elle» volta, Hadjina. Volta — «ella» disse!

— Qual! fez a outra lacrimemente.

— Volta, sim! «O» que é preciso é você resar a oração.

Nunca me foi dado lêr uma oração destas, djstribuidas pelas cartomantes-feiteiras, professores-cartomantes-feiteiros, que ha por ahi e vixem com favor dos seus poderes sobrehumanos de unir corações e fazer toda a sorte de felicidades. Os que annunciam nos periodicos não me merecem interesse. São cynicos de mais e os seus annuncios de extremada publicidade, desafiando a policia são a mais segura demonstração do seu charlatanismo explorador. Vejam só este, apparecido, em um dos nossos jornaes, ha algum tempo:

«MYSTERIOS DA VIDA — O PROFESSOR BAÇU — Desvio das correntes adversas que surgem na vida — Ide vos casar? Quereis vos casar? Tendes difficuldade de obter noivo ou de realizar vosso enlace? Não sois feliz com o casamento? — Procuree o Professor Baçu. Elle vos fará um trabalho rapido e perfeito para que nesta reunião «reinem» A PAZ — A CONCORDIA — A FELICIDADE! Elle é o unico que possui os MIMOS NUPCIAES, verdadeiras reliquias, preparadas com as pedras «Natal», o que atrahirá para vós — «a fortuna— a fatura e os ensejos de feliz ventura». Tambem possui as formulas em «liquidos e solidos» usadas pelas mais formosas mulheres do celeste Jerusalém. Faz todo e qualquer trabalho, mesmo a distancia, de pesquisas e investigações para a descoberta de factos de caracter mais ou menos intimo; obtendo reconciliações, aproximações de pessoas afastadas e realizção de qualquer negocio considerado irrealizavel. Combate todos os males phisicos e moraes e todos os maleficios. Horoscopus, diagnostics e prognosticos.

NOTA — Aos que soffrem, peço nome, idade, dia de nascimento e symptomas, acompanhado de envelope sellado ao Capitão José Leão. Peçam prospectos. Reside com sua familia á RUA S. CLEMENTE N. 183, Botafogo, Rio de Janeiro.»

Leram? Ha tanto cynismo e tanta des-

façatez que aquillo que um mago annunciante nos fornecer em «breve», em amuleto, oração ou quer que seja, não pode merecer um pingo de attenção. A credulidade humana, porém, não tem fundo; e a insistencia com que este e outros apregoam, com a mais luxuosa publicidade, os seus poderes e as suas virtudes excepcionaes, mostra bem que a clientella não lhes falta, apezar das perseguições legaes da policia. Na roça carioca, como ia eu dizendo, os «benzadores» e «rezadeiras» não são desse quilate. Têm fé no seu mistér e a sua sinceridade comunica essa fé aos outros.

Rezam tudo. Mas as suas especialidades são para curar certas molestias particulares ás senhoras, «cobreiros», erysipelas, e dôres vagabundas e sem explicação.

As «rezadeiras» são ajudadas por facas, anneis e outros objectos de metal, com os quaes, fazendo successivas cruzes ou outros signaes kabalisticos sobre os pontos affectados do corpo do paciente, acompanham o balbuciar da oração adequada. Chamam a isto «cortar» a dôr ou a molestia. Benzem ou rezam tambem as casas, aspergindo os cantos com uma certa agua «rezada», aspersão que se faz com o auxilio de um um ramo de alecrim ou arruda.

Benzem outrosim as plantações; e pessôa digna de fé, que teve uma fazendola, ha alguns annos, pelas bandas de Guaratiba, contou-me um caso a que já alludi no meu «Polycarpo Quaresma».

Tendo dado as lagartas em uma sua plantação de feijão, ameaçando mesmo mata-la de todo, desesperado consentiu elle que chamassem uma «rezadeira» famosa, pela efficacia dos seus exorcismos, em toda a localidade. Ella veio e collocou cruzes de gravêto nas bordas da plantação deixando na «cabeceira», uma abertura maior, poz-se nos «pés» e começou a rezar. Disse-me a pessoa que as lagartas se foram enfileirando militarmente e sahindo processionalmente pela abertura, entre as cruzes que havia na «cabeceira».

E' morta a pessôa que me contou, e era muito digna de fé, sendo doutor em medicina; e muitas vezes narrou-me esse surprehendente spectaculo, como tendo visto com os seus proprios olhos.

Horacio, ha entre o ceu e a terra...

Essa usurpação de attributos sacerdotaes por particulares é feita, ou era, em larga escala.

Quando meu pae foi para a Ilha do Governador, exercendo um pequeno emprego nas Colonias de Alienados, recentemente fundadas pelo governo republicano, isto em 1890, a Ilha não era o Petropolis de quinta classe que o meu amigo Pio Dutra está fazendo ou della já fez.

Vivendo, por assim dizer, isolada do Rio de Janeiro, quasi sem communicações dia-

4. História de Um Soldado Velho (10/04/1919)

A LITERATURA NACIONAL possui obras maravilhosas que pouca gente conhece. Os livros conhecidos, citados e estimados, nada valem à vista dos que ficaram esquecidos e à mercê das traças das bibliotecas. Há muitos dessa literatura subjacente que talvez nem tenham chegado aos depósitos oficiais de livros e permaneçam nos desvãos poeirentos dos “sebos”, sem encontrarem mão amiga que os traga para aquela forte luz da grande publicidade a que eles foram destinados ao nascer.

Se me sobrasse fortuna e lazer tivesse eu, havia de andar pelas lojas de livros usados, a fazer descobertas dessas relíquias. Em falta de crônicas e códices manuscritos de antanho, havia de encontrar muita brochura curiosa e reveladora de novos predicados intelectuais de seus autores.

Imagino que tal se desse, porque entre os meus poucos livros, tenho uma brochura desconhecida, cujo valor é para mim inestimável.

Todos os bibliófilos ricos do Rio de Janeiro podem comprar, nos leilões das livrarias das velhas famílias portuguesas, manuscritos e *in folios*, que interessem a qualquer período da nossa história; mas a minha – *A Redenção de Tiradentes*, pelo Senhor Fernando Pinto de Almeida Júnior, nunca!

É um drama histórico, em um prólogo, quatro atos e quadro quadros, original brasileiro, como diz na capa, e aprovado pelo Conservatório Dramático, tendo o “visto” da polícia. Foi impresso nesta cidade do Rio de Janeiro, na antiga Casa Mont’Alverne, à Rua Uruguaiana, 47, em 1893.

Trata-se de uma obra filosófica, histórica, crítica, republicana e cívica, mais cívica do que as recentes canções militares que o carnaval fez esquecer. Prefaciado pelo falecido Figueiredo Coimbra, esse encouraçado literário é precedido por uma porção de “vedetas” explicativas e contratorpedeiras de ofertórios significativos. O autor, por longas páginas, com divisas adequadas e outras coisas, oferece o seu ramo a Saldanha Marinho, Rui Barbosa, Lopes Trovão e mais sete próceres republicanos; e, além destes, a diversas pessoas de sua família, cuja conta não se pode bem fazer, pois há uma indeterminada dedicatória – “Às minhas filhas...” – o que não impede de chamar o seu único filho varão de “unigênito”...

O seu autor era, ou parece ter sido, capitão do Exército. O Senhor Figueiredo Coimbra, no prefácio, trata-o sempre de Senhor Capitão Almeida Júnior. Não tenho

documento para afirmar que fosse do Exército; pode bem ser que fosse da polícia ou da guarda nacional, mas tenho muitas razões para acreditar que tivesse passado pela legendaria Escola Militar da Praia Vermelha.

A sua obra que, além de abracadabrante e cívica, é sincera, denuncia uma admiração filial pelo Senhor Botelho de Magalhães; um sentimento desses ou de qualquer admiração por esse senhor só pode existir nos que passaram por aquele estabelecimento de ensino militar. Ninguém mais a teve, tinha, tem ou terá.

Não é meu propósito, porém, analisar a peça singular do Capitão Almeida Júnior. A sua leitura eu a fiz em anos passados, e agora não estou disposto a repeti-la. Além de suas singularidades dramáticas e cênicas, ela pode fornecer ao exegeta arguto e ágil de espírito vasta documentação do sentir dos heróicos cadetes de 1889, isto é, do 15 de Novembro, de que nós temos a cortante e eloquente imagem viva nos Senhores Lauro Muller e Lauro Sodré.

Para mim, a peça do Senhor Almeida Júnior é preciosa porque foi onde pela primeira vez vi grafado, com todas as letras, o verbo “engrossar”. Toda a gente sabe que esse verbo de jargão nasceu na velha Escola Militar, dela se propagou pela cidade inteira e chegou até aos jornais e à literatura escrita.

Como este, muitos termos da nossa geringonça, ditos e outras formas de dizer que se tornaram populares, nasceram lá. Há um muito conhecido, mas que não me atrevo a escrever aqui, apesar de muito expressivo e curioso, como processo de formação de palavras novas. Os estudiosos dessas coisas que procurem determinar a sua origem, tanto mais que na Academia Francesa já se tratou há tempos do *argot* parisiense.

A antiga escola da Praia Vermelha, como toda a caserna, terrestre ou flutuante, era muito favorável à formação de termos de gíria, de anedotas picarescas, senão fesceninas, de anexins e sentenças de sainete peculiar.

A sua segregação parcial do total da sociedade, o quase isolamento dos seus alunos do resto dos homens de outras profissões e ofícios, o encontro forçado ali de gente oriunda de vários lugares, de proveniências familiares as mais diferentes, a monotonia da vida que exige conversas, pândegas adequadas entre eles, devia levar os cadetes a criar, sem o sentir, com estes ou aqueles elementos, uns modos de linguagem própria e literatura oral sua.

Aquele estabelecimento tinha, além dessa feição peculiar à sua natureza, algumas qualidades e atributos que vieram encontrar a sua expressão máxima em Euclides da Cunha. No seu escrever, pejado de metáfora e comparações científicas, há sempre a preocupação de

demonstrar saber universal, desdém pelas impressões do primeiro instante, desejo de esconder a colaboração do inconsciente sob a crosta espessa das leituras. Não se nota, no seu estilo, cambiantes, abandonos, suaves esbatimentos nas transições. A sua alma era seca e árida, e todo ele cheio de um orgulho intelectual desmedido, que a tornava ainda mais seca e mais árida. Tendo estudado difíceis disciplinas e, certamente, as conhecendo, mas literato até a medula, até a tortura de procurar um estilo original e inconfundível, até ao rebuscamento dos vocábulos raros, tinha a pretensão de filósofo, de homem de ciência que despreza o simples escritor, para ele sempre um ignorante.

Nas pequenas revistas da velha escola da Praia Vermelha, pode-se notar esse modo de espírito peculiar a ela, e também nas anedotas e “casos” contados pelos seus ex-discípulos.

Era corrente até bem pouco tempo, entre seus alunos, que aquele instituto de ensino era o primeiro estabelecimento científico do mundo. Uma carta do doutor Audiffret, discípulo de Augusto Comte, justificava essa crença...

Euclides da Cunha manifestou, nos seus escritos, a influência do seu primeiro meio intelectual e o seu orgulho mental devia tê-lo tomado muito cedo, pois a sua vida, que anda contada de boca em boca, não registra a existência de fortes amizades de moço, de menino, de criança.

O Senhor Alberto Rangel é o único que assim é apontado. Talvez sem fundamento, eu creio mais literária do que simples espontânea amizade de colegas de mocidade a que existia entre eles. Entretanto, a Escola Militar era de fortes camaradagens, de grande sociabilidade, de dedicações de uns alunos pelos outros, levados ao extremo.

Daí, talvez, essa capacidade de criar gíria, modificações e derivações na linguagem comum, que sempre foi uma criação do pendor dos homens para o seu agregamento; e ter tido ela influência decisiva nos nossos motins políticos.

Participando da sociedade em geral e sendo habitantes de uma caserna estavam, portanto, os seus alunos muito adequados a trazer para a massa os modismos que o quartel criava. Hoje, esses dizeres pitorescos saem das casas de jogo: “deu o suíte”; “bancou o trouxa”, etc. Sinais dos tempos? Não compete examinar tal coisa. Voltemos ao assunto.

Entre os soldados propriamente, que entre nós são em geral originários das mais humildes camadas da sociedade, além do calão quarteleiro, há histórias, contos, criados com os elementos que lhe estão à mão, e com um pensamento diretor que lhes acaricia a sua desfavorável situação social, e os consola da sua pobreza e do seu estado de obediência e

inferioridade. Nessas historietas e anedotas, há sempre como moralidade a vingança ou a vitória da praça com seu espírito, seus ardis ou esperteza de meios destros, sobre os seus superiores civis ou militares. Entre os nossos jovens oficiais, em que a rigidez de certo positivismo estreito e pedante não domina mais, devia aparecer alguma que colhesse da boca dos soldados exemplares dessa literatura plebeia, tanto mais interessante quanto desconhecida do grande público, embora por fragmentos e alusões figure no falar familiar.

Não possuo muitos, mas tenho alguns, dos quais publico hoje um, que me foi fornecido pela ex-praça Francisco José dos Santos, natural de Aracati, no Ceará. Atualmente é contínuo ou servente da Secretaria de Guerra. A sua história, que talvez não tenha muito de original para o comum, com o seu cômico reduzido, é entretanto, a demonstração das recriminações dos soldados, quanto à exiguidade dos vencimentos de suas reformas.

Não parece muito recente, pois, além do mais, tem aquele velho espírito de antagonismo entre o padre e o soldado, representantes das classes que antigamente disputavam o domínio da sociedade.

Santos, quando me contou a história do “soldado velho” era ainda cabo efetivo do Exército, servindo na secretaria como “correio”, isto é, um dos estafetas para entrega da correspondência, que lá não são civis como nas outras secretarias, mas praças de certa graduação, vencendo uma minguada diária.

Eu a dou mais abaixo quase como o ex-cabo ma forneceu por escrito, quando eu era efetivamente oficial da Secretaria da Guerra.

Vamos, portanto, lê-la:

HISTÓRIA DE UM SOLDADO VELHO

“Soldado Velho” deu baixa do serviço do Exército, por não servir mais para o trabalho. O soldado que recebia em recompensa de muitos anos de serviço era um cruzado. Ora, o que fez ele? Comprou um pato e saiu a revendê-lo. Chegando perto de uma casa saiu-lhe uma criada a comprar o pato.

Ele disse que o custo era de dois cruzados; ela, a criada, vai falar à patroa, que manda vir o pato e, por sua vez, manda pagá-lo. O soldado, porém, não saiu mais do portão. Após certo espaço de tempo chega um frade para penetrar na casa e pergunta-lhe o que estava ali fazendo. “Soldado Velho” que bispou alguma coisa no caso disse que estava à espera do

pagamento de um pato que vendera à família. O frade logo perguntou quanto era; ele disse o custo de dois cruzados. O religioso puxa do bolso da batina o dinheiro e paga. Dispõe-se depois a entrar na casa; o soldado o acompanha; e ambos entram. Chegando na sala, o frade, que parecia peculiarmente muito íntimo da casa, puxou uma cadeira e sentou-se; o militar fez o mesmo.

A dona da casa vendo o frade entrar, acompanhado por aquele homem desconhecido, ficou inteiramente furiosa, mas sem saber o que devia fazer, nem com coragem para perguntar ao frade que homem era aquele. O eclesiástico não lhe explicava o fato, dizendo uma coisa e outra sem relação com ele; e assim vão os três até a hora de jantar, ao qual não faltou o pato de cabidela. O frade tomou lugar na mesa; o “Soldado Velho” também.

A dona da casa continuava furiosa, mas aceitava silenciosamente a situação, fazendo das tripas coração. Já estava a terminar o jantar quando bateram à porta. Era o dono da casa. Estava tudo perdido. À vista disto, a mulher tranca o frade e o soldado em uma alcova. O marido não saiu mais e a mulher cada vez mais ficava amedrontada. Chega a noite.

O frade não tinha dado até ali uma palavra; e o “Soldado Velho” também; mas, quando foi aí pelas dez horas, a praça reformada, vendo que todos já estavam dormindo, provocou uma conversação com o frade. Pediu-lhe este que não falasse ali, mas o outro continuou a falar.

O frade gratificou-o com um conto de réis para que ele nada mais dissesse. Recebeu o dinheiro o “Soldado Velho”, mas imediatamente continuou a dizer que no dia que comia pato não podia ficar calado.

Deu-lhe o frade mais outro conto de réis ficando sem vintém. “Soldado Velho”, porém, não cessou de falar.

O seu companheiro, para ver se ele calava, deu-lhe a batina de seda. “Soldado Velho” teimou em afirmar que no dia em que comia pato não podia estar calado.

O frade já lhe pedia pelo amor de Deus que não falasse mais, pois, se tal fizesse, eles ficariam desgraçados. O dono da casa certamente despertaria e era capaz de matá-los. “Soldado Velho” não queria saber de nada; seu desejo era só falar. O frade, percebendo que não tinha mais o que dar, despiu-se de toda a roupa e entregou ao tagarela para que ele não falasse mais.

Já sendo meia-noite, na cadeia, a sentinela soltou o brado de alerta; o “Soldado Velho” ouviu e respondeu com outro formidável brado. O frade, com medo, meteu as mãos na porta e

saiu nu. “Soldado Velho”, que ainda não estava vestido com a batina, acompanhou o frade. Este pulou uma janela mas o dono da casa pula atrás dele e dá-lhe um tiro. “Soldado Velho” pula em seguida ao dono e o prende. O homem, que era pessoa de grande reputação, não quis logo sujeitar-se à prisão, mas “Soldado Velho” não queria saber de nada.

Estava o “grosso” preso e bem preso, pois ele, soldado, era o rondante e tinha que cumprir o serviço, tanto mais que o preso tinha dado um tiro num homem. Não podia de maneira alguma soltá-lo. O dono da casa, vendo a resolução do “Soldado Velho” e que tinha mesmo de ir à presença das autoridades, vexado, ele que era muito conhecido e respeitado por todos, propôs ao militar, se ele o soltasse, dar-lhe doze contos. “Soldado Velho” aceitou o trato, mas com a condição do dono da casa mandar a sua mulher contar e trazer ali onde estavam, a maquia. O homem chamou a mulher e mandou que ela contasse os contos de réis com toda a pressa e os trouxesse. Assim foi feito. “Soldado Velho”, que só vencia um pobre cruzado por mês, saiu da aventura com 14:000\$000, quatro cruzados, a batina de seda do frade e todos os seus panos menores.

Quem pagou o pato?

"FOLK-LORE,, URBANO

AS MAGUAS E SONHOS DO POVO

HISTORIA DE UM SOLDADO VELHO

A literatura nacional possui obras maravilhosas que pouca gente conhece. Os livros conhecidos, citados e estimados, nada valem á vista dos que ficaram esquecidos e á mercê das traças das bibliothecas. Ha muitos dessa literatura subjacente que talvez nem tenham chegado aos depositos officias de livros e permaneçam nos desvãos poeirentos dos «sebos», sem encontrarem mão amiga que os traga para aquella forte luz da grande publicidade a que elles foram destinados ao nascer.

Se me sobrasse fortuna e lazer tivesse eu, havia de andar pelas lojas de livros usados, a fazer descobertas dessas reliquias. Em falta de chronicons e codices manuscritos de antanho havia de encontrar muita brochura curiosa e reveladora de novos predicados intellectuaes de seus autores.

Imagino que tal se desse, porque, entre os meus poucos livros, tenho uma brochura desconhecida, cujo valor é para mim inestimavel.

Todos os bibliophilos ricos do Rio de Janeiro podem comprar, nos leilões das livrarias das velhas familias portuguezas, manuscritos e «in-folios» que interessem qualquer periodo da nossa historia; mas a minha — A REDEMPÇÃO DE TIRADENTES — pelo Sr. Fernando Pinto de Almeida Junior, nunca!

É um drama historico, em um prologo, quatro actos e quatro quadros, original brasileiro, como diz na capa, e approved pelo Conservatorio Dramatico, tendo o visto da policia. Foi impresso nesta cidade do Rio de Janeiro, na antiga casa Mont'Alverne, á rus Uruguayana, 47, em 1893.

Trata-se de uma obra philosophica, historica, critica, republicana e civica, mais civica do que as recentes canções militares que o carnaval fez esquecer. Prefaciado pelo fallecido Figueiredo Coimbra, esse encouraçado literario é precedido por uma porção de «vedettas» explicativas e contratorpedeiras de offertorios, significativos. O autor, por longas paginas, com divisas adequadas e outras cousas, offerece o seu drama a Saldanha Marinho, Ruy Barbosa, Lopes Trovão e mais sete próceres republicanos; e, além destes, a diversas pessoas de sua familia, cuja conta não se pode bem fazer, pois ha uma indeterminada dedicatória — «A's minhas filhas...» — o que não impede de chamar o seu unico filho varão de «unigenito»...

O seu autor era, ou parece ter sido, capitão do exercito. O Sr. Figueiredo Coimbra, no prefacio, trata-o sempre de Sr. capitão Almeida Junior. Não tenho documento para afirmar que fosse do exercito; pode bem ser que fosse da Policia ou da Guarda Nacional, mas tenho muitas razões para acreditar que tivesse passado pela legendaria escola militar da Praia Vermelha.

A sua obra que, além de abracadabrante e civica, é sincera, denuncia uma admiração filial pelo Sr. Botelho de Magalhães; um sentimento desses ou de qualquer admiração por esse senhor só pode existir nos que passaram por aquelle estabelecimento de ensino militar. Ninguem mais a teve, tinha, tem ou terá.

Não é meu proposito, porém, analysar a peça singular do capitão Almeida Junior. A sua leitura, eu a fiz em annos passados, e agora não estou disposto a repetil-a. Além de suas singularidades dramaticas e scenicas ella pode fornecer ao exegeta arguto e agil de espirito vasta documentação do sentir dos heroicos cadetes de 1889, isto é, do 15 de novembro, de que nós temos a cortante e eloquente imagem viva nos Srs. Lauro Müller e Lauro Sodré. Para mim, a peça do Sr. Almeida Junior é preciosa porque foi onde pela primeira vez vi graphado, com todas as letras, o verbo «engrossar». Toda a gente sabe que esse verbo de jargão nasceu na velha escola militar, della se propagou pela cidade inteira e chegou até aos jornaes e á literatura escripta.

Como este, muitos termos da nossa geringonça, ditos e outras formas de dizer que se tornaram populares, nasceram lá. Ha um muito conhecido, mas que não me atrevo a escrever aqui, apesar de muito expressivo e curioso como processo de formação de palavras novas. Os estudiosos dessas cousas que procurem determinar a sua origem, tanto mais que na Academia Franceza já se tratou ha tempos do «argot» parisiense.

Á antiga escola da Praia Vermelha, como toda a caserna, terrestre ou fluctuante, era muito favoravel á formação de termos de gíria, de anedoctas picarescas, senão fesceninas, de annexins e sentenças de sainete peculiar.

A sua segregação parcial do total da sociedade, o quasi isolamento dos seus alumnos do resto dos homens de outras prafissões e officios, o encontro forçado alli de gente oriunda de varios lugares, de proveniências familiares as mais diferentes, a monotonia da vida que exige conversas, pandegas adequadas entre elles, devia levar os cadetes a crear, sem o sentir, com estes ou aquelles elementos, uns modos de lingua-gem propria e uma literatura oral sua.

Aquelle estabelecimento tinha, além dessa feição peculiar á sua natureza, algumas qualidades e attributos que vieram encontrar a sua expressão maxima em Euclides da Cunha. No seu escrever, pejado de metaphoras e comparações scientificas, ha sempre a preocupação de demonstrar saber universal, desdenho pelas impressões do primeiro instante, desejo de esconder a collaboração do inçonsciente sob a crosta

espesa das leituras. Não se nota, no seu estylo, cambiantes, abandonos, suaves esbaltamentos nas transições. A sua alma era secca e arida, e todo elle cheio de um orgulho intellectual desmedido, que a tornava ainda mas secca e mais arida. Tendo estudado difficeis disciplinas e, certamente, as conhecendo, mas literato até á medulla, até á tortura de procurar um estylo original e inconfundivel, até ao rebuscamento dos vocabulos raros, tinha a pretensão de philosopho, de homem de sciencia que despreza o simples escriptor, para elle sempre um ignorante.

Nas pequenas revistas da velha escola da Praia Vermelha, pode-se notar esse modo de espirito peculiar a ella, e tambem nas anedoctas e «casos» contados pelos seus ex-discipulos.

Era corrente até bem pouco, entre seus alumnos, que aquelle instituto de ensino era o primeiro estabelecimento scientifico do mundo. Uma carta do doutor Audiffrent, discipulo de Augusto Conte, justificava essa crença...

Euclides da Cunha manifestou, nos seus escriptos, a influencia do seu primeiro meio intellectual e o seu orgulho mental devia tel-o tomado muito cedo, pois a sua vida, que anda contada de bocca em bocca, não registra a existencia de fortes amizades de moço, de menino, de criança.

O Sr. Alberto Rangel é o unico que assim é apontado. Talvez sem fundamento, eu creio mais literaria do que simples e espontanea amizade de collegas de mocidade a que existia entre elles. Entretanto, a escola militar era de fortes camaradagens, de grande sociabilidade, de dedicações de uns alumnos pelos outros, levadas ao extremo. D'ahi, talvez, essa capacidade de crear gíria, modificações e derivações na lingua-gem commum, que sempre foi uma criação do pendor dos homens para o seu agregamento; e ter tido ella influencia decisiva nos nossos motins politicos.

Participando da sociedade em geral e sendo habitantes de uma caserna estavam, portanto, os seus alumnos muito adequados a trazer para a massa os modismos que o quartel creava. Hoje, esses dizeres pittorescos saem das casas de jogo: «deu o suite; bancou o trouxa,» etc. Signaes dos tempos? Não me compete examinar tal cousa. Voltemos ao assumpto.

Entre os soldados propriamente, que entre nós são em geral originarios das mais humildes camadas da nossa sociedade, além do calão quarteleiro, ha historias, contos, creados com os elementos que lhes estão á mão, e com um pensamento director que lhes acaricia a sua desfavoravel situação social, e os consola da sua pobreza e do seu estado de obediencia e inferioridade. Nessas historietas e anedoctas, ha sempre

5. Histórias de Macaco (17/04/1919)

O NOSSO MACACO, com as suas parecenças humanas, tal e qual o vemos nas gaiolas e preso a correntes, é bem miúdo; mas tem tal ar de inteligência, é tão solerte e inquieto que o povo não podia deixar de impressionar-se com ele e dar-lhe a máxima importância nas suas histórias de animais.

Certamente, as suas semelhanças com os homens não são bastante flagrantes como as dos grandes macacos da África e da Ásia. O chimpanzé, o gorila, o orangotango e o gibo, sobretudo este, possuem mais fortes traços comuns a eles e ao homem. O último desses macacos antropóides é até tido como bem próximo parente do *Pithecanthropus* do Senhor Dubois, que passa por ser o avô desaparecido do gênero humano. Todos esses macacões africanos, asiáticos e javaneses, porém, são fortíssimos e de uma robustez muito acima da do homem, por mais forte que seja. Não sei qual será a impressão que se tem deles, ao natural; mas a que possuo, pelas gravuras dos compêndios, é de ferocidade e bestialidade.

O nosso macaquinho não tem esse aspecto de força estúpida, mas de astúcia e malignidade curiosa, quando não de esperteza e malandragem.

Assim, o povo o representa nas suas histórias, onde ele é fecundo em ardis e variadas manhas, para vencer dificuldades e evitar lutas desvantajosas; às vezes, porém, são mais simples e as narrativas populares procuram fazer ressaltar unicamente o pendor “planista” do símio, da simpatia de nossa gente humilde.

Essa história que aí vai e me foi contada pela minha vizinha Dona Minerva Correia da Costa, natural de Valença, Estado do Rio, é exemplo disto que acabo de dizer e é intitulada:

HISTÓRIA DO MACACO QUE ARRANJOU VIOLA

Um macaco saiu à rua muito bem vestido. As crianças, porém, não estiveram pelos autos e, apesar de vê-lo bem vestido, começaram a troçá-lo:

– Olha o rabo do macaco! Olha o rabo dele!

– Meninos, – dizia o mestre Simão, – deixem-me ir sossegado pelo meu caminho.

As crianças, porém, não o atendiam e continuavam de surriada:

– Olha o rabo! Olha o rabo dele! Olha o rabo do macaco!

Aborrecido e incomodado com a vaia da petizada, o macaco resolveu dirigir-se a um barbeiro e pedir-lhe que amputasse a sua cauda. O “figaro” recalcitou e não quis atendê-lo. O macaco insistiu e ameaçou-o de furtar-lhe a navalha, caso não fizesse a operação que solicitava. O barbeiro, muito instado e ameaçado, consentiu e Simão voltou à rua extremamente contente. A assuada das crianças, porém, continuou:

– Olha o macaco cotó! Olhem só como ele está rabicó!

E tudo isso seguido de assobios e outras chufas! O macaco tomou o alvitre de procurar novamente o barbeiro para que lhe recolocasse a cauda. O barbeiro, muito naturalmente, mostrou-lhe que era impossível. O macaco furtou-lhe então a navalha. Feito o que, continuou o seu caminho e veio a encontrar uma mulher que escamava peixe com as unhas, por não ter faca ou outro instrumento cortante adequado. Ao ver tal coisa, o macaco indagou:

– Por que você “conserta” o peixe com a mão?

– Homessa! Que pergunta! Porque não tenho faca...

– Não seja por isso... Tem você aqui uma navalha.

Agradecida, a mulher depois de preparar o peixe, deu-lho a comer com farinha.

Foi-se o macaco após o almoço; mas, arrependido, deu-lhe na telha de retomar a navalha. A mulher recusou, com toda a razão, pelo curial motivo de lhe ter dado a comer peixe e farinha, em troca. O macaco não teve dúvidas: carregou-lhe um bom bocado de farinha.

Seguiu adiante, vindo a topar com uma professora que dava bolos de pau às alunas. Ofereceu-lhe a farinha para fazer bolos que substituíssem os de pau. A professora aceitou e, prontos que eles foram, o macaco não se fez de rogado e entrou também nos bolos. Despediu-se logo após e, tendo andado um pouco, arrependeu-se e voltou sobre os seus passos para reclamar a farinha. A professora – o que era naturalmente de esperar – não a tinha mais; e, portanto, não a podia restituir. O macaco, então, arrebatou uma das crianças, apesar da gritaria da mestra e das outras discípulas. Com ela às costas, foi indo, quando encontrou um tipo que, caminhando, tangia uma viola.

Propôs a troca da menina pelo instrumento, o que foi aceito pelo sujeito. Continuou o caminho que, bem cedo, era cortado por um largo rio, que ele não podia atravessar. Pela primeira vez, depois de tantas aventuras, vencidas com facilidade, encontrava um obstáculo

que a sua manha e a sua astúcia não podiam vencer. Para consolar-se, resolveu cantar as suas proezas com acompanhamento de viola. Assim cantou:

– Macaco com seu rabo arranhou navalha; com a navalha, arranhou peixe; com peixe, arranhou farinha; com farinha, arranhou menina, com menina, arranjou viola...

O rio, porém, continuava a correr mansamente em toda a sua largura intransponível. Viu bem que era impossível vadeá-lo. Não havia lábia ou astúcia que lhe valesse... Desesperado atirou-se nele para morrer.

Esta história de um final pessimista para as manobras e espertezas do macaco, não é das mais comuns; as mais espalhadas dão sempre a vitória final ao símio sobre todos os obstáculos inimigos que encontre na vida e nas florestas.

A onça é sempre o seu inimigo natural e é com ela, no romancear do povo, que tem travado um duelo de morte interminável.

O Senhor Antônio Higino, natural do Rio Grande do Norte, que é hoje contínuo do gabinete do ministro da Guerra e foi praça do exército, há anos, narrou-me um conto passado entre os dois mais expressivos.

Ei-lo:

O MACACO E A ONÇA

Andava o macaco, como sempre, de implicância com a onça, e a onça com o macaco. Um belo dia, o felino veio a encontrar o símio trepado em um galho de pau, a tirar cipós.

– Que fazes aí, compadre macaco? – perguntou a onça.

– Ah! Então tu não sabes, comadre onça, o que estou fazendo? Trato da minha salvação...

– Como?

– Pois não tens notícias de que Nosso Senhor vai mandar um pé de vento muito forte e só se salvará quem estiver amarrado?

Amedrontada e por não ter mão com que ela própria se atasse, a onça pediu imediatamente:

– Então, compadre macaco, amarra-me também para eu não morrer... Tem pena de mim que não tenho mãos! Amarra-me também pelo amor de Deus!

O macaco obteve todas as juras e promessas que a comadre não lhe faria nenhum mal e desceu para atá-la num toco de pau. À proporção que a ia amarrando, perguntava:

– Comadre, você pode se mexer?

A onça fazia esforços para desvencilhar-se, e o macaco atava mais fortemente o lugar que lhe parecia mais frouxo. Assim pode conseguir amarrar a comadre, sem que esta, por mais que quisesse, pudesse fazer o mínimo movimento.

Vendo-a bem amarrada, o macaco apanhou um cipó bem grosso, deu na onça uma valente surra e fugiu em seguida.

As outras onças conseguiram soltar a irmã, e esta jurou a seus deuses vingar-se do macaco.

Veio uma seca muito grande e a onça, para pilhar o símio e cevar nele o seu ódio recolhido, pôs-se de alcateia num único lugar que havia água. Todos os animais iam até ali desalterar-se, sem serem incomodados pelo felino; mas o macaco, muito atilado e esperto, não foi, adivinhando o que o esperava.

Apertando-lhe a sede, entretanto, ideou um ardil para ir até à cacimba saciá-la. Tendo encontrado um pote de melaço, besuntou todo o seu corpo com ele e, depois, espojou-se num monte de folhas secas, que lhe grudaram aos pelos.

Disfarçado desse modo, encaminhou-se para o bebedouro; a onça desconfiou daquele animal, mas não saiu da tocaia, limitando-se a perguntar:

– Quem vem lá?

O macaco com voz simulada, mas segura respondeu:

– É o ará.

Ará é o que nós chamamos ouriço-caixeiro, com o qual a onça não tem implicância alguma.

O suposto ouriço muito calmamente abeirou-se do poço e pôs-se a beber água a fartar, no que se demorou muito.

Comadre onça começou a desconfiar de tal bicho, que bebia tanta água, e exclamou admirada:

– Que sede!

O macaco precavidamente afastou-se e, logo que se pôs fora do alcance da terrível comadre, acudiu escarninho:

– Admiraste-te! Pois desde que surra te meti, água jamais bebi!

A vingança da onça foi mais uma vez adiada.

Como esta, muitas outras passagens desta curiosa luta são contadas pelas pessoas do povo e eu tenho ouvido diversas. Além da que aí vai, possuo escritas mais algumas, que não reproduzo agora para não me tornar fastidioso.

"FOLK-LORE,, URBANO

AS MAGUAS E SONHOS DO POVO

HISTORIAS DE MACACO

O nosso macaco, com as suas parecências humanas, tal e qual o vemos nas gaiolas e preso a correntes, é bem miúdo; mas tem tal ar de intelligencia, é tão solerte e inquieto, que o povo não podia deixar de impressionar-se com elle e dar-lhe a maxima importancia nas suas historias de animaes.

Certamente as suas semelhanças com o homem não são bastante flagrantes como as dos grandes macacos da Africa e da Asia. O chipanzé, o gorilla, o orango-tango e o gibbon, sobretudo este, possuem mais fortes traços communs a elles e ao homem. O ultimo desses macacos anthropoides é até tido como bem proximo parente do «*Pithecanthropus*» do sr. Dubois, que passa por ser avô desaparecido do genero humano. Todos esses macacões africanos, asiaticos e javanezes, porém, são fortissimos e de uma robustez muito acima da do homem por mais forte que seja. Não sei qual será a impressão que se tem delles, ao natural; mas a que aqui possuo pelas gravuras dos compendios, é de ferocidade e bestialidade.

O nosso macaquinho não tem esse aspecto de força estúpida, mas de astucia e malignidade curiosa, quando não de espereteza e malandragem.

Assim, o povo o representa nas suas historias, onde elle é fecundo em ardis e variadas manhas para vencer difficuldades e evitar luctas desvantajosas; as vezes, porém, são mais simples e as narrativas populares procuram fazer resaltar unicamente o pendor «*planista*» do simio da *sympathia* de nossa gente humilde.

Essa historia que ahi vae e me foi contada pela minha visinha, D. Minerva Corrêa da Costa, natural de Valença, E. do Rio, é exemplo disto que acabo de dizer e é intitulada: HISTORIA DO MACACO QUE ARRANJOU VIOLA.

Contemol-a: «Um macaco sahio á rua muito bem vestido. As crianças, porém, não estiveram pelos autos e apesar de vel-o bem vestido começaram a troçal-o:

— Olha o rabo do macaco! Olha o rabo delle!

— Meninos, dizia o mestre Simão, deixem-me ir socegado pelo meu caminho.

As crianças, porém, não o attendiam e continuavam de surriada: Olha o rabo! Olha o rabo delle! Olha o rabo do macaco! Aborrecido e incommodado com a vaia da petizada, o macaco resolveu dirigir-se a um barbeiro e pedir-lhe que amputasse a sua cauda. O «*figaro*» recalcitrou e não quiz atteudel-o. O macaco insistiu e ameaçou-o de furtar-lhe a navalha, caso não fizesse a operação que solicitava. O barbeiro muito instado e ameaçado, consentiu e Simão voltou á rua extremamente contente. A assuada das crianças, porém, continuou:

— Olha o macaco cotó! Olhem só como elle está rabiçó!

E tudo isso seguido de assovios e outras chufas! O macaco tomou o alvitre de procurar novamente o barbeiro para que lhe recollocasse a cauda. O barbeiro, muito naturalmente, mostrou-lhe que era impossivel. O macaco furtou-lhe então a navalha. Feito o que, continuou o seu caminho e veio a encontrar uma mulher que escamava peixe com as unhas, por não ter faca ou outro instrumento cortante adequado. Ao vêr tal coisa, o macaco indagou:

— Porque você «*concerta*» o peixe com a mão?

— Hom'essa! Que pergunta! Porque não tenho faca...

— Não seja por isso... Tem você aqui uma navalha.

Agradecida, a mulher, depois de preparar o peixe, deu-lho a comer com farinha.

Foi-se o macaco após o almoço; mas, arrependido, deu-lhe na telha de retomar a navalha. A mulher recusou com toda a razão, pelo curial motivo de lhe ter dado a comer peixe e farinha em troca. O macaco não teve duvidas: carregou-lhe um bom bocado de farinha. Seguiu adiante, vindo a topor com uma professora que dava bolos de pau ás alumnas. Offereceu-lhe a farinha para fazer bolos que substituissem os de pau. A professora accitou e, promptos que elles foram, o macaco não se fez de ralado e entrou tambem nos bolos. Despediu-se logo após e, tendo andado um pouco, arrependeu-se e voltou sobre os seus passos para reclamar a farinha. A professora — o que era naturalmente de esperar — não a tinha mais; e, portanto, não a podia restituir. O macaco, então, arrebatou uma das crianças, apezar da gritaria da mestra das outras discipulas. Com ella as costas, foi indo, quando encontrou um typo que, caminhando, tangia uma viola.

Propoz a troca da menina pelo instrumento, o que foi acceito pelo sujeito. Continuou o caminho que, bem cedo, era cortado por um largo rio que elle não podia atravessar. Pela primeira vez, depois de tantas aventuras, vencidas com facilidade, encontrava um obstaculo que a sua manha e a sua astucia não podiam vencer. Para consolar-se desse acontecimento, resolveu cantar as suas proezas com acompanhamento de violão. Assim cantou:

— Macaco com seu rabo arranjou navalha; com a navalha, arranjou peixe; com peixe, arranjou farinha; com farinha, arranjou menina; com menina, arranjou viola...

O rio, porém, continuava a correr mansamente em toda a sua largura intransponivel. Vio bem que era impossivel vadial-o. Não havia labia ou astucia que lhe valesse... Desesperado atirou-se nelle para morrer.

Esta historia de um final pessimista para

as manobras e espertezas do macaco, não é das communs; as mais espalhadas dão sempre a victoria final ao simio sobre todos os obstaculos inimigos que encontre na vida e nas florestas.

A onça é sempre o seu inimigo natural e é com ella, no romancear do povo, que tem travado um duello de morte interminavel.

O sr. Antonio Hygino, natural do Rio Grande do Norte, que é hoje continuo do gabinete do Ministro da Guerra e foi praça do exercito, ha annos narrou-me um conto passado entre os dois dos mais expressivos.

Eil-o: O MACACO E A ONÇA. Andava o macaco, como sempre, de implicancia com a onça, e a onça com o macaco. Um bello dia o felino veio a encontrar o simio trepado em um galho de pau, atirar cipós.

— Que fazes ahi, compadre macaco?

perguntou a onça.

— Ah! então tu não sabes, comadre onça, o que estou fazendo? Trato da minha salvação...

— Como?

Pois não tens noticias de que Nosso Senhor vae mandar um pé de vento muito forte e só se salvará quem estiver bem amarrado?

Amedrontada e por não ter mão com que ella propria se atasse, a onça pediu immediatamente:

— Então, compadre macaco, amarra-me tambem para eu morrer... Tem pena de mim que não tenho mãos! Amarra-me tambem pelo amor de Deus!

O macaco obteve todas as juras e promessas que a comadre não lhe fazia nenhum mal e desceu para atala n'um toco de pau. A' proporção que a ia amarrando, perguntava:

— Comadre, você pode se mexer?

A onça fazia esforços para desvencilhar-se, e o macaco atava mais fortemente o lugar que lhe parecia mais frouxo. Assim, poudo conseguir amarrar a comadre, sem que esta, por mais que quizesse, pudesse fazer o minimo movimento.

Vendo-a bem amarrada, o macaco apanhou um cipó bem grosso, deu na onça uma valente surra e fugiu em seguida.

As outras onças conseguiram soltar a irmã, e esta jurou a seus deuses vingarse do macaco.

Veio uma secca muito grande e a onça, para pilhar o simio e cevar nelle o seu odio recolhido, poz-se de alcatéa num unico lugar em que havia agua. Todos os animaes iam até alli desalterar-se, sem serem incommodados pelo felino; mas o macaco, muito atilado e esperto, não foi, advinhando o que o esperava.

Apertando-lhe a sede, entretanto, ideou um ardil para ir até á cacimba social-a-

6. Contos e Histórias de Animais (24/04/1919)

OS ANIMAIS domésticos, domesticados e selvagens, sempre entraram em toda e qualquer literatura, quer na popular, quer na anônima, quer na pessoal e cultivada. Desde muito cedo que os homens se associaram aos animais para fazer a sua jornada na vida. Seja como simples companheiros, seja para sacrificá-los, a fim de obter alimento, eles sempre viveram entrelaçados aos sonhos e devaneios da humanidade. Comte incorporou, com aquela sua generosidade de filósofo pobre, orgulhoso e bom, certos animais à própria Humanidade; e Buda, o iluminado Sáquia-Múni, não admitia o sacrifício de nenhum para o sustento do homem.

Os paladinos, os altissonantes de alma e couraça, os *preux* esforçados das batalhas, dos combates singulares, das justas e torneios medievais, batizavam os seus ginetes de guerra com nomes flamejantes e significativos que ainda vivem na literatura e na memória dos homens. Renaud de Montauban, um dos quatro filhos d’Aymon, tem Bayard, o melhor corcel da cristandade; Rolando, o paladino dos paladinos, tem Neillantif, o “bon cheval courant” da sua imortal gesta; e todos os outros guerreiros de antanho possuem os seus *destriers* bem crismados e extremados da turbamulta dos cavalos anônimos. Os troveiros, os trovadores, os *clercs*, que lhes contaram as façanhas nas festas, crônicas e romances, e as conservaram para a nossa atual edificação, só lhes viram as aparências, os aspectos de bravura, de ímpeto, de ardor, mas não nos deram as suas qualidades irredutíveis de caráter, de coração e inteligência – a sua alma, enfim.

Foi preciso que Cervantes nos pintasse o doce e resignado Rocinante, esse hipogrifo cheio de candura que suportava candidamente os arrebatamentos do sonho generoso de justiça do seu amo e amigo, para que o cavalo entrasse na literatura com a posse de sua alma individual. Rocinante não se parece com outro qualquer cavalo; ele é unicamente o corcel de Dom Quixote.

Além deste animal, quem não se lembra do irrequieto e falador papagaio de Robinson Crusoe? Dessa ave doméstica, em geral maçante, mas que no livro de Crusoe nos parece tão simpática, a minorar, a quebrar o isolamento que oprime o seu companheiro da ilha deserta, dando-lhe a larga visão da sociedade e dos homens – quem não se lembra dela?

Poderia ainda falar no *Roman de Renard*, das fábulas, dos poemas hindus, mas meu propósito é outro e não convém perdê-lo de vista, para exibir leituras ou erudição.

A mistura dos animais com os deuses, seja como atributos de sua força e do seu poder, seja com qualquer outro sentido, é coisa fácil de verificar em todas as religiões. Na Greco-romana, o cavalo é animal de Neptuno; a serpente, de Minerva. A águia, de Júpiter; os pombos, de Vênus e assim por diante.

Na nossa religião católica, que não é das mais naturalistas e zoomórficas, certos santos têm o acompanhamento de animais.

São João Batista, como toda gente sabe, é figurado com um carneiro ao lado; e nos presepes, com os quais se comemora o nascimento de Jesus Cristo, há o burro, a vaca, galos, galinhas, etc. A transcendente imaterialidade do Divino Espírito Santo é representada na iconografia católica por um pombo.

Pode-se dizer que, na espontânea atividade literária de todos os povos, os animais que os cercam figuram humanizados, falando, discreteando, sentenciando, narrando, ora com esta intenção, ora com aquela moralidade ou aquela outra filosofia.

O senhor Van Gennep, no seu conhecidíssimo livro, traz uma narrativa de animais que me parece típica para o gênero e que me atrai entre todas. É aquela em que se explica a origem de certas deformidades ou melhor singularidades morfológicas de determinados animais.

A que reproduzo aqui, mais abaixo, para esclarecer o meu pensamento, é originária da África. Ei-la:

“O elefante, rei dos animais, convocou um dia todos os seus súditos para uma assembleia, sob a pena de morte em caso de desobediência. Todos compareceram, exceto o caramujo.”

“A conferência teve lugar, como era de esperar, sob a presidência do elefante, e ia já pelo fim, quando os animais se puseram a gritar:”

“– Vem aí o caramujo! Está aí o caramujo!”

“O caracol aproximou-se todo trêmulo.”

“– Onde vens? perguntou-lhe o elefante.”

“– Da minha aldeia, respondeu-lhe o caramujo.”

“– E porque tardaste? Não recebeste a ordem?”

“– Recebi-a, pai elefante, e me pus logo em caminho. Mas tu só me deste um pé para andar, os ramos me cegavam e eu temo muito o frio e a chuva. Foram esses os motivos que me fizeram voltar e me decidiram a carregar a minha casa nas costas.”

“O elefante-rei riu-se muito e durante longo tempo com essa explicação. Depois, assim disse:”

“– Tu falaste claro, pai caramujo. Doravante, terás teus olhos na ponta dos chifres, e poderás escondê-los, logo que os ramos das árvores os ameacem. Em todo o caso, para punir-te de ter faltado à conferência, carregarás sempre, durante toda a vida, a tua casa nas costas.”

Diz o Senhor Van Gennep que certa tribo africana acrescenta a esta história a consideração de que o castigo não foi grande, porquanto o caramujo não precisou mais trabalhar para ter a casa.

Assim, porém, não procederam os nossos severos e terríveis deuses mais ou menos judaicos com o linguado. Todos conhecem esse peixe que tem a boca numa disposição especial e anormal, torta, como diz o povo. É corrente, entre nós, que ele assim ficou por ter tomado a liberdade de caçoar com Nossa Senhora. Andava a mãe de Jesus por uma praia, contam as nossas velhas, passeando, levando naturalmente o filho ao colo, a fazer não sei o que.

Não havia meio de atinar se o mar estava enchendo ou vazando. Nossa Senhora não encontrava ninguém que a tirasse da perplexidade, quando se aproximou mais das águas e viu um linguado que andava próximo. Perguntou com toda a doçura e delicadeza:

– Linguado, a maré enche ou vaza?

O peixe que devia ser, por esse tempo, quando os animais ouviam e falavam, de um natural mofador e grosseiro, sem lhe responder à pergunta, arremedou-a nas palavras e exagerou para melhor debicar o modo por que Nossa Senhora tinha articulado os lábios, a fim de pronunciá-los. O linguado não sabia com quem estava falando, mas veio a sabê-lo, quando Nossa Senhora lhe disse:

– Ficarás com a boca torta, tu e toda a tua geração, até a consumação dos séculos!

Assim foi e ainda hoje, mesmo no prato, à mesa do almoço ou do jantar, nós lhe vemos o estigma, que como castigo lhe deixou no seu corpo o justo ressentimento de nossa Mãe santíssima.

Não é só esse animal que mereceu dos nossos deuses católicos punição ou maldição pelo seu mau proceder em relação a eles.

Manuel de Oliveira, um negro velho, cabinda de nação, muito fiel e dedicado, que viveu com a minha família e me viu menino de sete ou oito anos, tendo morrido há pouco tempo, não gostava de gatos e não me cessava de explicar essa sua ojeriza:

– “Seu Lifonso”, gato é um bicho do diabo... É bicho que Nosso “Sinhô” não gosta; é bicho “mardiçudo” por Deus. Cachorro, sim...

Contava-me, então, meu saudoso preto velho o motivo por que ficaram malditos os gatos, que, nos nossos dias, depois de Poe e Baudelaire, estão em moda entre os literatos poetas, damas da sociedade e outras pessoas dignas de verem o seu “interior” estampado nos jornais catitas e revistas de elegância.

Nosso Senhor Jesus Cristo estava na cruz e teve sede. Passaram homens, mulheres, bichos e ele pedia água. Ninguém se importou e não lhe trouxe. Passou, então, um gato que Nosso Senhor julgou ser capaz de fazer a obra de caridade que o Homem-Deus suplicava lhe fizessem. Rogou ao gato que lhe trouxesse um pouco d’água para lhe abrandar a ardência dos seus lábios ressecados.

– Gato, “Seu Lifonso” – fala o Manuel de Oliveira, – que é bicho mau e do “demônio”, sabe o que fez? Pois fez isto: “mixo” numa caneca e deu a “bebê” a “Nosso Sinhô”. “Nosso Sinhô” “mardiçudo” ele pra sempre e até hoje ele “mardiçudo” por Deus, é bicho que tem parte com o “capeta”.

– E o cachorro, Manuel? – perguntava eu.

– Cachorro não fez isso. Buscou água fresca e deu a “Nosso Sinhô”, por isso ele é bicho de Deus.

A história de Manuel de Oliveira é muito conhecida e familiar entre nós, havendo outras muitas que explicam a maldição de certos animais, as suas deformidades, mas que, infelizmente, agora não me acodem.

Algumas não personificam o Deus ou o Santo que os castigou, mas outras personalizam-nas francamente.

É coisa muito sabida o horror que os judeus e muçulmanos têm ao porco e a tudo que a ele se refere.

Por suporem ser de porco a graxa com que deviam umedecer os cartuchos de umas certas espingardas antigas, tendo de mordiscá-los antes de enfiá-los na culatra das carabinas,

os sipaios muçulmanos da Índia, a serviço da Inglaterra, levantaram-se em uma formidável revolta que pôs em perigo a dominação britânica nas terras do Ganges.

Muitos autores querem ver nessa ojeriza, tão poderosa sobre as almas duma grande parte da humanidade, uma prescrição com fim higiênico feita religiosamente pela Bíblia; outros, porém, julgam encontrar em tal coisa uma singular deformação de um totemismo primitivo e esquecido.

Num caso ou noutro, seja qual for a razão, podemos afirmar que os animais irracionais, desta ou daquela forma, entram mais na nossa vida do que supomos. É sobre o seu sofrimento, sobre as suas próprias vidas que nós erguemos a nossa.

Quando, há meses, estive no Hospital Central do Exército, e vi em uma sua dependência, em gaiolas, coelhos de olhar meigo e cobaias de grandes esperteza, para pesquisas bacteriológicas, lembrei-me daquele “Manel Capineiro”, português carreiro de capinzais da minha vizinhança, que chorou, quando certa vez, ao atravessar a linha da estrada de ferro com o seu carro, a locomotiva matou-lhe os burros, a “Jupepa” e o “Garôto”.

“– Antes fosse eu! ai mô gado!” disseram-me que ele pronunciara ao chorar.

Na sua manifestação ingênua, o pobre português mostrava como aquelas humildes alimárias interessavam o seu destino e o seu viver...

“FOLK-LORE,, URBANO

AS MAGUAS E SONHOS DO POVO

CONTOS E HISTORIAS DE ANIMAES

Os animaes domesticos, domesticados e selvagens, sempre entraram em toda e qualquer litteratura, quer na popular, quer na anonyma, quer na pessoal e cultivada. Desde muito cedo que os homens se associaram aos animaes para fazer a sua jornada na vida. Seja como simples companheiros, seja para sacrificial-os afim de obter alimento, elles sempre viveram entrelaçados aos sonhos e devaneios da humanidade. Comte incorporou, com aquella sua generosidade de philosopho pobre, orgulhoso e bom, certos animaes á propria Humanidade; e Buddha, o illuminado Cahia-Muni, não admittia o sacrificio de nenhum para sustento do homem.

Os paladinos, os altisonantes de alma e couraça, os « preux » esforçados das batalhas, dos combates singulares, das justas e torneios medievas, baptisavam os seus ginetes de guerra com nomes flammejantes e significativos que ainda vivem na litteratura e na memoria dos homens. Reinoud de Montauban, um dos quatro filhos d'Aymon, tem Bayard, o melhor corcel da christandade; Rolando, o paladino dos paladinos, tem Neillantif, o « bon cheval courant » da sua immortal gesta; e todos os outros guerreiros de antanho possuem os seus « destriers » bem chrismadados e extremados da turba multa dos cavallos anonymos. Os tropeiros, os trovadores, os « clerics », que lhes contaram as façanhas nas festas, chronicas e romances, e as conservaram para a nossa actual edificação, só lhes viram as apparencias, os aspectos de bravura, de impeto, de ardor, mas não nos deram as suas qualidades irreductiveis de character, de coração e intelligencia — a sua alma, enfim.

Foi preciso que Cervantes nos pintasse o doce e resignado Rossinante, esse hippogrypho cheio de candura que supportava candidamente os arrebatamentos do sonho generoso de justiça do seu amo e amigo, para que o Cavallo entrasse na litteratura com a posse de sua alma individual. Rossinante não se parece com outro qualquer cavallo; elle é unicamente o corcel de D. Quixote.

Além deste animal quem não se lembra do irrequieto e fallador papagaio de Robinson Crusoe? Dessa ave domestica, em geral, massante mas que no livro de Crusoe nos parece tão sympathica a minorar, a quebrar o isolamento que opprime o seu companheiro da ilha deserta, dando-lhe a larga visao da sociedade e dos homens — quem não se lembra della?

Podia ainda falar no « Roman de Renard », das fabulas, dos poemas hindús, mas meu proposito é outro e não convem perdello de vista, para exhibir leituras ou erudição.

A mistura dos animaes com os deuses, seja como attributos de sua força e do seu poder, seja com qualquer outro sentido, é

coisa facil de verificar em todas as religiões. Na greco-romana o cavallo é animal de Neptuno; a serpente de Minerva; a aguia, de Jupiter; os pombos, de Venus e assim por diante.

Na nossa religião catholica que não é das mais naturalistas e zoomorphicas, certos santos têm o acompanhamento de animaes.

São João Baptista, como toda a gente sabe, é figurado com um carneiro ao lado; e nos presepes, com os quaes se commemora o nascimento de Jesus Christo, ha o burro, a vacca, gallos, gallinhas etc. A transcendente immaterialidade do Divino Espirito Santo é representada na iconographia catholica por um pombo.

Pode-se dizer que, na espontanea actividade litteraria de todos os povos, os animaes que os cercam figuram humanisados, falando, discreteando, sentenciando, narando, cedo com esta intenção, cedo com aquella moralidade ou aquella outra philosophia.

O Sr. Van Gennep, no seu conhecido livro, traz uma narrativa de animaes que me parece typica para o genero e que me attrae entre todas. É aquella em que se explica a origem de certas deformidades ou melhor singularidades morphologicas de determinados animaes. A que reproduzo aqui, mais abaixo, para esclarecer o meu pensamento é originaria da Africa. Eil-a:

« O elephanie, rei dos animaes, convocou um dia todos os seus subditos para uma assembléa, sob pena de morte em caso de desobediencia. Todos compareceram excepto o caramujo.

A conferencia teve lugar, como era de esperar, sob a presidencia do elephante, e ia já pelo fim, quando os animaes se puseram a gritar: « Vem ahi o caramujo! Está ahi o caramujo! O caracol aproximou-se todo tremulo. « Donde vens? perguntou-lhe o elephante. — Da minha aldeia, respondeu-lhe o caramujo. — E porque tardaste? Não recebeste a ordem? — Recebi-a, pae elephante, e me puz logo em caminho. Mas, tu só me deste um pé para andar, os ramos me cegavam, e eu temo muito o frio e a chuva. Foram esses os motivos que me fizeram voltar e me decidiram a carregar a minha casa nas costas. »

O elephante-rei riu-se muito e durante longo tempo com essa explicação. Depois, assim disse: « Tu falaste claro, pae caramujo. D'ora avante, terás teus olhos na ponta dos chifres, e poderás escondel-os, logo que os ramos das arvores os ameacem. Em todo o caso, para punir-te de ter faltado á conferencia, carregará sempre durante toda a vida a tua casa nas costas. »

Diz o Sr. Van Gennep que certa tribu africana acrescenta a esta historia a consi-

deração de que o castigo não foi grande, porquanto o caramujo não precisou trabalhar mais para ter casa.

Assim, porém, não procederam os nossos severos e terriveis deuses mais ou menos judaicos com o linguado. Todos conhecem esse peixe que tem a bocca numa disposição especial e anormal, torta como diz o povo. É corrente, entre nós, que elle assim ficou por ter tomado a liberdade de caçoar com Nossa Senhora. Andava a mãe de Jesus por uma praia, contam as nossas velhas, passeando, levando naturalmente o filho ao collo, a fazer não sei o que.

Não havia meio de atinar se o mar estava enchendo ou vasando. Nossa Senhora não encontrava ninguem que a tirasse da perplexidade, quando se aproximou mais das aguas e viu um linguado que nadava proximo. Perguntou com toda doçura e delicadeza:

— Linguado, á maré enche ou vasa?

O peixe que devia ser, por esse tempo quando os animaes ouviam e fallavam, de um natural mofador e grosseiro, sem lhe responder á pergunta, arremedou-a nas palavras e exaggerou para melhor debicar o modo porque Nossa Senhora tinha articulado os labios afim de pronuncial-os. O linguado não sabia com quem estava fallando, mas veio a sabel-o, quando Nossa Senhora lhe disse:

— Fjcarás com a bocca torta, tu e toda a tua geração até a consummação dos seculos!

Assim foi e ainda hoje, mesmo no prato, á mesa do almoço ou do jantar, nos lhe vemos o stygma, que como castigo lhe deixou no seu corpo o justo resentimento de nossa Mãe Santissima. Não é só esse animal que mereceu dos nossos deuses catholicos punição ou maldição pelo seu má proceder em relação a elles.

Manoel de Oliveira, um negro velho, cabinda de nação, muito fiel e dedicado, que viveo com a minha familia e me vio menino de sete ou oito annos, tendo morrido a pouco tempo, não gostava de gatos e não me cessava de explicar essa sua ogeriza:

— « Seu Ligonço », gato é bicho do diabo... E' bicho que Nosso « Sinhô » não gosta; é bicho « madiquado » por Deus. Cachorro, sim... »

Contava-me então meu saudoso preto velho o motivo porque ficaram malditos os gatos, que, nos nossos dias, depois de Poë e Beaudelaire estão em moda entre os literatos poetas, damas de sociedade e outras pessoas dignas, de verem o seu « interior » estampado nos jornaes catitas e revistas de elegancia.

Nosso Senhor Jesus Christo estava na cruz e teve sede. Passaram homens, mulheres, bichos e elle pedia agua. Ninguem se importou e não lh'a trouxe. Passou

7. Um Domingo de Páscoa (01/05/1919)

NA GUERRA DOS MUNDOS, de Wells, quando marcianos já estão de posse de quase toda Londres, em uma das praças da cidade, eles topam com um estranho espetáculo que os faz parar de admiração, em cima de suas máquinas que a nossa mecânica não saberia nem conceber. É que encontram no largo, creio que fazendo roda, um troço de vagabundos, de falidos sociais de toda espécie, que cantam, folgam e riem, despreocupadamente, enquanto todos fogem diante dos habitantes de Marte, com o seu terrível raio de calor, as suas máquinas de guerra e o seu asfixiante fumo negro...

De noite, pelas primeiras horas da treva, quando me recolho à casa e subo a ladeira que é a rua em que ela está, se encontro crianças, brincando de roda, eu me lembro dessa passagem do extraordinário Wells.

Durante as cinco ou seis horas que passei no centro da cidade, tudo o que conversei, tudo o que ouvi, tudo o que percebi nas fisionomias estranhas, foram graves preocupações. Não são já de dinheiro, não é tanto o maximalismo que amedronta os pobretões, não é também a fórmula Rui-Epitácio que abala o povo e faz cansar os lindos lábios das mulheres.

Meu pensamento vem pejado de questões importantes, algumas para mim unicamente, e outras para os meus descendentes, que não terei.

Subo a ladeira e logo dou com uma roda de crianças a cantar:

Ciranda, cirandinha!
 Vamos todos cirandar!
 Vamos dar a meia-volta,
 Volta e meia vamos dar!

Para ouvi-las, paro um pouco, e, continuando a vultear, as meninas e infantes emendam:

O anel que tu me deste
 Era vidro e se quebrou;
 O amor que tu me tinhas
 Era pouco e se acabou!

Parado ainda, considero aquela dúzia de crianças de várias origens e diversa pigmentação, pondo-me a pensar na importância de tanta coisa fútil que me encheu o dia, para as quais deveria ter o transcendente desprezo e a superior despreocupação que aquela meninada tem e manifesta com seu brinquedo pueril e inocente.

Se faz lua, então eu me lembro de ver o céu, o que raras vezes faço e fiz. Quando andei fingindo que estudava astronomia, nunca quis observar as estrelas pela luneta do teodolito. Preferi sempre encarregar-me do cronômetro que repousava no chão.

Hoje mesmo, não está em moda olhar o céu. No século XVIII, segundo Fontenelle, parece que era *chic*, até as marquesas faziam-no; e houve uma mesmo, a Du Châtelet, que traduziu Newton e ensinou Física e Astronomia a Voltaire.

Não é à toa, portanto, que uns versos postos em baixo da gravura de um seu retrato, dizem que ela “s’élève dans les airs et le but de ses travaux est d’éclairer les hommes”.

Atualmente, porém, não há muito amor às coisas do céu e todos estão preocupados com as terrenas. A cantoria das crianças, entretanto, faz-me sempre olhá-lo e é então que me aborreço de não saber o nome das estrelas e das constelações. Já houve tempo em que isto fazia parte do manual do namorado elegante. Era poético mostrar à amada o Cão, Arturo, Lira, a Veja, esta sobretudo, nas varandas ou sentado o casal nos bancos do jardim. Flammarion andava em moda e todo “almofadinha” daquele tempo sabia essa carta de nomes celestes; hoje, porém, as boas maneiras de um perfeito namorado não pedem tanto e as ingenuidades são mais apreciadas.

No último domingo de Páscoa, passei eu o dia todo com um amigo, cuja casa fica em umas das estações dos subúrbios mais consideradas pela posição social dos seus habitantes e muito conhecida pelos moradores. A residência do meu amigo fica longe da estação, dá fundos para uma montanha que cai quase abruptamente e deixa adivinhar o granito de que é formada, pelas grandes massas dessa rocha que salpicam a sua vegetação escassa e rala.

Quando há luar e ele dá de chapa nesse costão, aquela paisagem pobre de horizonte fica magnífica, imponente e grande. Domingo de Páscoa, porém, não houve luar; entretanto, no céu, as estrelas palpitavam de amor pela terra distante. A falta de luar, para poetizar o quadro, foi suprida pela presença de um bando de crianças, que, ao lado da habitação, entoavam as suas canções que devemos chamar infantis, acompanhadas de gestos e meneios

adequados. Estive a ouvi-las; e todas elas me pareceram muito modernas, pois nenhuma era dos meus tempos de menino.

Não é de hoje que essas canções infantis são mais ou menos amorosas e tratam de casamentos e namorados. Acontecia isso nas antigas, e podia observá-lo nas modernas que agora ouvia naquele domingo.

A roda era de seis ou oito crianças e o chefe era um menino, Válter Borba Pinto, com nove anos de idade. Era carioca, mas os seus outros irmãos e irmãs, que estavam na roda, tinham nascido em vários pontos do Brasil, por onde seu pai andara cumprindo deveres de sua profissão militar. Guardei diversas cantigas e me pareceu interessante dar alguns exemplos aqui: Se todas fosse eu transcrever, talvez não chegasse um volume razoável; deixo portanto, de parte muitas.

Eis uma delas, que me parece chamar-se “O Marinheiro”:

Não me namore meus olhos
Nem meus brincos das orelhas;
Só me namore meus olhos
Debaixo das sobrancelhas.

A seguir, há um estribilho que as crianças cantam, dançando aos pares alguns passos da valsa chamada – à americana – com balouço característico que o título da canção lembra:

Sou marinheiro!
Sou rei! Sou rei!
Adorador! Adorador!
Hei de amar! Amar!
Ês meu amor! Amor! Amor!

Ninguém me peça a significação disso tudo, porque nada percebo aí; mas ouçam cantada e dançada por crianças, que hão de ficar embevecidos e encantados como eu fiquei com essa canção. Tive curiosidade de perguntar onde o Válter a tinha aprendido a cantar, e disse-me ele, em resposta, que fora em Lorena. Como toda a gente sabe é uma cidadezinha

que fica a meio caminho daqui para São Paulo, pela estrada de ferro, nas proximidades do Paraíba.

Com toda certeza esse “marinheiro” da canção, que é rei, deve sê-lo desse rio inspirador de poetas cujo nome tupi quer dizer “rio mau”.

Não é de hoje que muitas canções populares não querem exprimir nada. A famosa “reliquia” – “Tinherabos, non tinherabos” – um monumento da língua de priscas eras, tem desafiado a sagacidade dos eruditos para traduzi-las: e houve um, Senhor Cônego doutor Fernandes Pinheiro, que a interpretou assim: “tinha rabos, não tinha rabos” etc ...

Silvio Romero citou essa interpretação, em plena sessão pública da Academia de Letras, e ela toda riu-se muito à custa do sábio cônego e doutor.

Na própria “Ciranda”, que é tão comum, para conhecer-lhe o sentido e a significação, precisamos ir ao dicionário e saber que “ciranda” é uma peneira de junco, usada na Europa para joeirar cereais.

No domingo de Páscoa, na sessão que as crianças me deram de seus brincos peculiares, há um cantiga que é própria para desafiar a paciência de um sábio investigador, a fim de explicar-nos o seu sentido e objeto. Trata-se do “Sambalelê”, cujo texto é assim:

Sambalelê está doente,
Está com a cabeça quebrada;
Sambalelê precisava
Uma dúzia de palmada.

O estribilho, que é acompanhado de palmas e sapateados, diz assim:

BIS. | Pisa! Pisa! Pisa! Ó mulato!
Pisa! Pisa! Pisa! Ó mulato!

Depois continua a cantiga:

Ó mulata bonita!
Onde é que você mora?

Moro na Praia Formosa,
Logo mais vou-me embora.

Segue-se o estribilho e por fim esta última quadra:

Minha mulata bonita!
Como é que se namora?
Bota o lencinho no bolso,
E a pontinha pra fora.

É inútil lembrar que muitas outras canções de roda ouvi nesse domingo da Ressurreição; e vendo aquelas crianças cantar tais coisas, com sua voz fanhosa e indecisa, recordei-me que tinha cantado na minha infância canções semelhantes, com outros meninos e meninas...

Onde estão eles? Onde estão elas?

Não sei... Pesei a minha vida passada, olhei o céu que não me pareceu vazio, ao tempo que a voz fraca de um menino entoava:

Todos me chamam de feio,
De nariz de pimentão,
Quanto mais se vocês vissem
O nariz de meu irmão.

E a cantoria continuava sem eco algum na “quebrada” próxima...

"FOLK-LORE,, URBANO

AS MAGUAS E SONHOS DO POVO

UM DOMINGO DE PASCHOA

Na « Guerra dos mundos », de Wells, quando os Marcianos já estão de posse de quasi toda Londres, em uma das praças da cidade elles topam com um extranho espectáculo que os fazem parar de admiração, em cima de suas machinas que a nossa mechanica não saberia nem conceber. E' que encontram no largo, creio que fazendo roda, um troço de vagabundos, de fallidos sociaes de toda especie, que cantam, folgam e riem, despreoccupadamente, emquanto todos fogem diante dos habitantes de Marte, com o seu terrivel raio de calor, as suas machinas de guerra e o seu asphixiante fumo negro...

De noite, pelas primeiras horas de treva, quando me recolho á casa e subo a ladeira que é a rua em que ella está, se encontrar creanças brincando de rôda, eu me lembro dessa passagem do extraordinario Wells.

Durante as cinco ou seis horas que passei no centro da cidade, tudo o que conversei, tudo o que ouvi, tudo o que percebi nas physionomias extranhas, foram graves preoccupações. Não são já as de dinheiro, não é tanto o maximalismo que amedronta os pobretões, não é tambem a formula Ruy-Epitacio que abala o povo e faz cansar os lindos labios das mulheres. Meu pensamento vem pejado de questões importantes, algumas para mim unicamente, e outras para os meus descendentes que não terci. Subo a ladeira e logo dou com uma roda de creanças a cantar :

Ciranda, cirandinha!
Vamos todos cirandar!
Vamos dar a meia-vólta,
Vólta e meia vamos dar!

Para ouvir-as, paro um pouco, e, continuando a voltear, as meninas e infantes emendam :

O anel que tu me déste
Era vidro e se quebrou,
O amor que tu me tinhas
Era pouco e se acabou!

Parado ainda, considero aquella duzia de creanças de varias origens e diversa pigmentação, pondo-me a pensar na importancia de tanta cousa futil que me encheu o dia, para as quaes devia ter o transcendente desprezo e a superior despreoccupação que aquella meninada tem e manifesta com seu brinquedo pueril e innocente.

Se faz lua, então eu me lembro de ver o ceu, o que raras vezes faço e fiz. Quando andei fingindo que estudava astronomia, nunca quiz observar estrelas pela luneta do theodolito. Preferi sempre encarregar-me do chronometro que repousava no chão.

Hoje mesmo não está em moda olhar o ceu. No seculo XVIII, segundo Fonte-

nelle, parece que era « chic », até as marquezas faziam-no; e houve uma mesmo, a du Chatelet, que traduziu Newton e ensinou Physica e Astronomia a Voltaire.

Não é á tôa, portanto, que uns versos postos em baixo da gravura de um seu retrato, dizem que ella « s'éève dans les airs e le but de ses travaux est d'éclairer les hommes ».

Actualmente, porém, não ha muito amor as cousas do ceu e todos estão preoccupados com as terrenas. A cantoria das creanças, entretanto, faz-me sempre olhal-o, e é então que me aborrego de não saber o nome das estrellas e das constellações. Já houve tempo que isto fazia parte do manual do namorado elegante. Era poetico mostrar á amada o Cão, Arcturus, Lyra, a Wega, esta sobretudo, nas varandas ou sentado o casal nos bancos do jardim. Flammarion andava em moda e todo o « almotadinha » daquelle tempo sabia essa carta de nomes celestiaes; hoje, porém, as boas maneiras de um perfeito namorado não pedem tanto e as ingenuidades são mais apreciadas.

No ultimo domingo de Paschoa, passei eu o dia com um amigo, cuja casa fica em uma das estações dos suburbios mais consideradas pela posição social dos seus habitantes e muito conhecida pelos namoradores. A residencia do meu amigo fica longe da estação, dá fundos para uma montanha que cae quasi abruptamente e deixa adivinhar o granito de que é formada, pelas grandes massas dessa rocha que salpicam a sua vegetação escassa e rala. Quando ha luar e elle dá de chapa nesse costão, aquella paisagem pobre de horizonte fica magnifica, imponente e grande. Domingo de Paschoa, porém, não houve luar; entretanto, no céo, as estrellas palpitavam de amor pela terra distante. A falta de luar, para poetisar o quadro, foi supprida pela presença de um bando de creanças, que, ao lado da habitação, entoavam as suas canções que devemos chamar infantis, acompanhadas de gestos e meneios adequados. Estive a ouvir-as; e todas ellas me pareceram muito modernas, pois nenhuma era dos meus tempos de menino.

Não é de hoje que essas canções infantis são mais ou menos amorosas e tratam de casamentos e namorados. Acontecia isso nas antigas, e podia observar nas modernas que agora ouvia naquelle domingo.

A roda era de seis ou oito creanças e o chefe era um menino, Walter Borba Pinto, com nove annos de idade. Era carioca, mas os seus outros irmãos e irmãs que estavam na roda tinham nascido em varios pontos do Brasil, por onde seu pae andara cumprindo deveres de sua profissão militar.

Guardei diversas cantigas e me pareceu interessante dar alguns exemplares aqui. Se todas fosse eu transcrever, talvez não chegasse um volume razoavel; deixo, portanto, de parte muitas.

Eis uma dellas que me parece chamar-se O MARINHEIRO:

Não me namore meus olhos
Nem meus brincos das orelhas;
Só me namore meus olhos
Debaixo das sobranceilhas.

A seguir esta quadra, ha um estribilho que as creanças cantam. dançando aos pares alguns passos da walsa chamada — á americana — com balouço caracteristico que o titulo da canção lembra:

Sou marinheiro!
Sou rei! Sou rei!
Adorador! Adorador!
Hei de amar! Amar!
E's meu amor! Amor! Amor!

Ninguém me peça a significação disso tudo porque nada percebo ali; mas ouçam cantada e dansada por criança que não de ficar embevecidos e encantados como eu fiquei com essa canção. Tive curiosidade de perguntar onde o Walter a tinha aprendido a cantar, e disse-me elle, em resposta, que fóra em Lorena. Como toda a gente sabe é uma cidadezinha que fica a meio caminho daqui para S. Paulo, pela estrada de ferro, nas proximidades do Parahyba.

Com toda a certeza esse « marinheiro » da canção que é rei deve sel-o desse rio inspirador de poetas, cujo nome tupy quer dizer « rio máu. »

Não é de hoje que muitas canções populares não querem exprimir nada. A famosa « reliquia » — Tinherabos, non tinherabos — um monumento da lingua de priscas eras, tem desafiado a sagacidade dos eruditos para traduzil-a: e houve um, o sr. Conego Dr. Fernandes Pinheiros, que a interpretou assim: « tinhas rabos, não tinhas rabos » etc...

Sylvio Romero citou essa interpretação, em plena sessão publica da Academia de Lettras, e ella toda riu-se muito á custa do sabio conego e doutor.

Na propria « Ciranda », que é tão commum, para conhecer-lhe o sentido e significação, precisamos ir ao dictionario e saber que « Ciranda » é uma peneira de junco, usada na Europa para joeirar cereaes. No domingo de Paschoa, na sessão que as creanças me deram de seus brincos peculiares, ha uma cantiga que é propria para desafiar a paciencia de um sabio investigador, afim de explicar-nos o seu sentido e objecto. Trata-se do « Sambalelé », cujo texo é assim:

Sambalelé está doente,

8. O Príncipe Tatu (08/05/1919)

DAS NOTAS que andei tomando há anos, de histórias, contos, ditos, credices do povo, conforme me contavam nos azares dos passeios e dos encontros, guardei uma “História do Príncipe Tatu”, que nunca vi escrita nem nunca ouvi narrada senão pela pessoa que ma pronunciara pela primeira vez. Foi ela uma senhora da minha vizinhança a quem já aludi nestas rápidas notas e cujo nome talvez tenha demais vezes citado. Trata-se de Dona Minerva Correia da Costa, natural de Valença e residente à Rua Piauí, em Todos os Santos, nesta cidade.

É uma história complicada e longa, cheia de peripécias fantásticas e intervenções misteriosas que não deixa de ter aquele fundo de todos os contos para crianças de abnegação, de sacrificio primeiro, para afinal obter-se a felicidade completa. Abstenho-me de discutir se essa generalização é segura e se é útil. Não é o caso para isso, pois não sou nem folclorista nem educador; mas, infelizmente, o povo parece não dar aos primeiros matéria para que os segundos organizem livros da carochinha dignos e de acordo com os ideais da nossa atual sociedade. Antes de tudo, porém, convém notar que já dei uma redação minha a essa história do Príncipe Tatu. Publiquei-a, com muitos erros de revisão, numa revista de inferiores do Exército, cujo nome me escapa agora. A publicação foi feita em dois números e ambos perdi-os eu; guardei as notas e agora as colijo da maneira que se segue:

Estando uma vez o rei e a rainha à janela do seu palácio, viram passar um caçador com um tatu às costas. A rainha, até então, não tivera a felicidade de dar a luz um filho, e por isso disse para o rei:

– Ah! meu Deus! Vês tu!... Quem me dera ter um filho, mesmo que fosse como aquele tatu!

Os seus desejos foram satisfeitos; e dentro de menos de um ano a rainha veio a ter um filho que era um tatu perfeito.

Apesar de ser assim, foi ele criado com todos os cuidados de um príncipe e educado e instruído, conforme a sua hierarquia em nascimento.

Tendo crescido e chegado a época própria ao casamento, demonstrou desejo de desposar a filha de um conde que tinha três.

A moça aceitou o pedido com repugnância e impôs que o seu palácio e residência fosse decorado e guarnecido como se se tratasse de um luto e o casamento se fizesse de preto. A condição foi aceita e assim os esponsais foram realizados.

À hora de recolherem-se ao quarto nupcial, o Príncipe Tatu, que já encontrara a mulher no leito disse:

– Ah! Quiseste que o nosso casamento fosse de luto, pois vais ver! Morre já e já!

Em seguida, estrangulou a mulher, cuja morte foi atribuída a outra qualquer causa que não a verdadeira.

Ao fim de alguns anos, o Príncipe Tatu, que parecia ter esquecido todos os propósitos matrimoniais, mostrou desejos de casar-se com a segunda filha do conde. Houve espanto e mesmo sua mãe quis dissuadi-lo desta sua tenção.

Da mesma forma que a primeira, entendeu a segunda que o casamento fosse feito de luto e as salas do palácio em que ele se realizasse tivessem aspecto funéreo. Aconteceu-lhe a mesma cousa que à primeira noiva.

O príncipe parecia teimar em escolher esposa sempre entre as filhas do conde. Chegou, portanto, a vez da terceira e esta, que tinha por madrinha uma boa fada, foi avisada de que devia desejar que as cerimônias do casamento fossem as mais festivas possíveis. Realizaram-se elas portanto com muita pompa e brilho como se fosse o enlace comum de um príncipe normal e uma princesa qualquer.

Quando o Príncipe Tatu entrou nos aposentos conjugais encontrou a mulher com a fisionomia mais natural que se pode imaginar, e que o recebia como um verdadeiro noivo da espécie humana. Muito contente com isto, o Príncipe Tatu retirou o casaco e veio a ser o homem bonito que era, mas que o encantamento fizera animal. A moça ficou exuberante de alegria, e não satisfeita de saber-lhe o segredo, contou-o à mãe, a rainha.

Sabedora que foi do caso, não pode a mãe conter a curiosidade e veio ver, certa noite, o príncipe seu filho com a forma humana. Julgando que lhe fizessem bem e viesse ele a ter sempre a forma da nossa espécie, a mãe e mais a sua nora lembraram-se de queimar a casca óssea do tatu na persuasão que, despertando ele e não a encontrando, não pudesse mais retomar as formas do animal que aparentava a todos ser a sua. Tal, porém, não se deu.

Sentindo o cheiro de osso queimado, o príncipe despertou e falou assim dolorosamente:

– Ah! ingrata! Foste revelar o meu segredo! Faltavam-me só cinco dias para desencantar...

A princesa nada dizia, – só chorava; e o príncipe não a recriminava, mas continuava a falar com muito queixume na voz:

– Agora, se tu me quiseres ver, tens que ir às terras dos Campos Verdes.

Dito isso, sem que ela pudesse perceber como, o Príncipe Tatu sumiu-se dos seus olhos totalmente, completamente.

Passaram-se meses e anos e ela, sempre cheia de saudades, esperava que o seu marido voltasse da mesma forma misteriosa como a que envolvera o seu desaparecimento.

Tal, porém, não se deu. E ela, cheia de saudade, não pode por mais tempo suportar a ausência do Príncipe Tatu, seu marido de poucos dias. Arrumou a trouxa e sem norte e sem guia partiu em procura das tais terras que ninguém sabia em que canto do mundo ficavam. Andou muito, muito e muito, por esse mundo de Cristo, e topou afinal com uma casinha, à beira da estrada, junto da qual estava uma velhinha, de grande velhice e largo olhar de bondade.

– Minha velha, perguntou a princesa, onde ficam as terras dos Campos Verdes?

A velhinha abandonou um instante a renda que estava fazendo sobre a almofada, e respondeu ternamente com voz macia e pausada:

– Minha netinha, quem deve saber disso é a minha filha, a Lua; é ela quem percorre todos os descampados; é ela que nos beija, é ela que nos ama; deve ser, portanto, ela, quem o saberá. Espera, minha netinha, que ela venha, pois não tardará.

Como nas clássicas histórias da Princesa Schéhérazada, parece, leitores amigos, que a aurora vem rompendo; devemos por isso interromper a narração para continuá-la na noite seguinte. Deixamos de por aqui o habitual “continua” dos romances-folhetins que os jornais trazem para o gáudio dos seus leitores artísticos, mas sem deixar de contar dentro de uma semana como se chega ao país dos Campos Verdes...

AS MAGUAS E SONHOS DO POVO

O PRINCIPE TATÚ

Nas notas que andei tomando ha annos, de historias, contos, ditos, crendices do povo, conforme me contavam nos azares dos passeios e dos encontros, guardei uma « historia do principe Tatú », que nunca vi escripta nem nunca ouvi narrada senão pela pessoa que m'a pronunciara pela primeira vez. Foi ella uma senhora da minha visinhança a quem já alludi nestas rapidas notas e cujo nome talvez tenha demaís vezes citado. Trata-se de D. Minerva Corréa da Costa, natural de Valença e residente á rua do Piauhy, em Todos os Santos, nesta cidade.

E' uma historia complicada e longa, cheia de peripecias phantasticas e intervenções mysteriosas, que não deixa de ter aquelle fundo de todos os contos para crianças, de abnegação, de sacrificio primeiro, para afinal obter-se a felicidade completa. Absteinho-me de discutir se essa generalisação é segura e se é util. Não é caso para isso, pois não sou nem folklorista nem educador; mas, infelizmente, o povo parece não dar aos primeiros materia para que os segundos organisem livros da carochinha dignos e de accordo com os idéas da nossa actual sociedade. Antes de tudo, porém, convem notar que já dei uma redacção minha a essa historia do principe Tatú. Publiquei-a, com muitos erros de revisão, n'uma revista de inferiores do Exercito, cujo nome me escapa agora. A publicação foi feita em dois numeros e ambos perdidos eu; guardei as notas e agora as colijo da maneira que se segue:

« Estando uma vez o rei e a rainha á janella do seu palacio, viram passar um caçador com um tatú ás costas. A rainha, até então, não tivera a felicidade de dar a luz um filho, e por isso disse para o rei:

— Ah! meu Deus! Vês tu!... Quem me dera ter um filho, mesmo que fosse come aquelle tatú!

Os seus desejos foram satisfeitos; e dentro de menos de um anno a rainha veiu a ter um filho que era um tatú perfeito.

Apesar de ser assim, foi elle creado com todos os cuidados de um principe e educado e instruido, conforme a sua hierarchia em nascimento.

Tendo crescido e chegado a epocha propria ao casamento, demonstrou desejo de desposar a filha de um conde que tinha tres.

A moça accitou o pedido com repugnancia e impoz que o seu palacio e residencia fosse decorado e guarnecido como se se tratasse de um luto e o casamento se fizesse de preto. A condição foi accite e assim os esponsaes foram realisados.

A' hora de recolherem-se ao quarto nupcial, o principe Tatú, que já encontrara a mulher no leito, disse:

— Ah! Quizeste que o nosso casamento fosse de lucto, pois vaes vêr! Morre já e já!

Em seguida estrangulou a mulher, cuja morte foi attribuida a outra qualquer causa que não a verdadeira.

Ao fim de alguns annos o principe Tatú,

que parecia ter esquecido todos os propósitos matrimoniaes, mostrou desejos de casar-se com a segunda filha do conde. Houve espanto e mesmo sua mãe quiz dissuadi-lo desta sua tenção.

Da mesma forma que a primeira, entendeu a segunda o casamento fosse feito de lucto e as salas do palacio em que elle se realisasse tivessem aspecto funereo. Aconteceu-lhe a mesma cousa que á primeira noiva.

O principe parecia teimar em escolher esposa sempre entre as filhas do conde. Chegou, portanto, a vez da terceira e esta, que tinha por madrinha uma boa fada, foi avisada de que devia desejar que as ceremonias do casamento fossem as mais festivas possiveis. Realisaram-se portanto ellas com muita pompa e brilho como se fosse o enlace commum de um principe normal a uma princeza qualquer.

Quando o principe Tatú entrou nos aposentos conjugaes encontrou a mulher com a physionomia mais natural que se pode imaginar, e que o recebia como um verdadeiro noivo da especie humana. Muito contente com isto, o Principe Tatú retirou o casaco e veiu a ser o homem bonito que era, mas que o encantamento fizera animal. A moça ficou exuberante de alegria, e não satisfeita de saber-lhe o segredo contou-o á mãe, a rainha.

Sabedora que foi do caso, não poudo a mãe conter a curiosidade e veio ver, certa noite, o principe seu filho com a fórma humana. Julgando que lhe fizessem bem e viesse elle a ter sempre a forma da nossa especie, a mãe e mais a sua nóra lembraram-se de queimar a casca óssea do tatú na persuasão que, despertando elle e não a encontrando, não pudesse mais retomar as formas do animal que apparentava a todos ser a sua. Tal, porém, não se deu.

Sentindo o cheiro de osso queimado, o principe despertou e falou assim dolorosamente:

— Ah! ingrata! Foste revelar o meu segredo! Faltavam-me só cinco dias para desencantar...

A princeza nada dizia, — só chorava; e o principe não a recriminava, mas continuava a falar com muito queixume na voz:

— Agora, se tu me quizeres vêr, tens que ir ás terras dos Campos Verdes. Dito isso, sem que ella pudesse perceber como, o principe Tatú sumiu-se dos seus olhos totalmente, completamente.

Passaram-se meses e annos e ella, sempre cheia de saudades, esperava que o seu marido voltasse da mesma forma mysteriosa como a que envolvera o seu desaparecimento.

Tal, porém, não se deu. E ella, cheia de saudades, não poudo por mais tempo supportar a ausencia do principe Tatú, seu marido de poucos dias. Arrumou a trouxa e sem norte e sem guia partiu em procura das taes terras que ninguem sabia em que canto do mundo ficavam. Andou muito, muito e muito, por esse mundo de Christo, e topou afinal com uma casinha, á beira

da estrada, junto da qual estava uma velhinha, de grande velhice e largo olhar de bondade.

— Minha velha, perguntou a princeza, onde ficam as terras dos Campos Verdes?

A velhinha abandonou um instante a renda que estava fazendo sobre a almofada, e respondeu ternamente, com voz macia e pausada:

— Minha netinha, quem deve saber disso é minha filha, a Lua; é ella quem percorre todos os descampados, é ella que nos beija, é ella que nos ama; deve ser, portanto, ella, quem o saberá. Espera, minha netinha, que ella venha, pois não tardará.

Como nas classicas historias da princeza Schéhérazada, parece, leitores amigos, que a aurora vem rompendo; devemos por isso interromper a narração para continua-la na noite seguinte. Deixamos de pôr aqui o habitual « continua » dos romances-folhetins que os jornaes trazem para o gaudio dos seus leitores artisticos, mas sem deixar de contar dentro de uma semana como se chega ao paiz dos Campos Verdes...

Rio, 2-5-19

LIMA BARRETO

CASA BRAGA

INSTALAÇÕES ELECTRICAS

DE LUZ E FORÇA

Grande variedade em lampadas de

meza e "abat-jours" de seda e missangas

J. BRAGA

Attende com rapidez a chamados para

reparos em installações ou outro

qualquer trabalho de electricidade

Rua Gonçalves Dias, 89

Entre Ouvidor e Rozario - Tel. N. 4837

RIO DE JANEIRO

Sonhei Com Isto: O Que É? (17/07/1919)

O sonho sempre representou na nossa atribulada vida terrena, cuja regra é a insegurança de tudo, um grande papel profético. Em todas as pequenas crenças religiosas de toda parte, ele tomou uma atitude oracular indiscutida. E quase todos os agrupamentos humanos organizaram e organizam uma tábua para a sua interpretação. A humanidade, ou, para não errar, quase toda ela, está convencida de que o sonho é um aviso por parte do Mistério, de coisas boas e más que vão acontecer. Pode ser que ela tenha razão, pois, segundo me parece, a origem, a natureza e o mecanismo do sonho continuam mais ou menos inexplicados à luz dos estudos mais modernos. Não tenho certeza, mas leituras semiesquecidas me dizem mais ou menos isso, não havendo, portanto, pessoa bastante autorizada para condenar a crença que, sobre o sonho, o povo tem. Os livros antigos, tão cheios de alusões a sonhos divinatórios, e Plutarco, que infelizmente já não tenho, não narram a vida de um herói que não se refira a eles. Não me recordo nitidamente de nenhum, mas creio não me ter enganado redondamente. As literaturas de todos os quilates, de todas as línguas, têm usado e abusado do sonho. Agora de pronto lembro-me de muito poucas obras literárias que o aproveitem; e, entre elas, aquela de que me recordo mais é a – *Athalie* –.

Quando estudei francês, já lá vão vinte e seis anos, era o prato de resistência da nossa tradução em aula, o famoso sonho da heroína dessa tragédia. Ele me ficou quase inteiramente de cor. O nosso professor, o bom doutor Frutuoso da Costa, antigo seminarista, que, ao que parece, não tomou ordens definitivas de sacerdote devido à exigência canônica de um bom resultado no processo de *puritate sanguinis*; esse nosso professor, como dizia, certamente aborrecido com a nossa leitura atrasada e indiferente, tirava os óculos de aros de ouro, agarrava o *Théâtre Classique*, chegava bem perto dos olhos esse trecho da tragédia bíblica de Racine, e declamava-o com entusiasmo eclesiástico de um patético sermão de Páscoa:

“Je jouissois em paix du fruit de ma sagesse;
 Mais um trouble importun vient, depouis quelques jours,
 De mês prosperités interrompe le cours.
 Un songe (me devrois-je inquiéter d’un songe?)”

Quando o Doutor Frutuoso atingia à imprecação de Jezabel:

“Tremble, m’a-t-elle dit, fille digne de moi.
Le cruel Dieu des Juifs l’emporte aussi sur toi.”

Por aí assim, punha toda força de voz que lhe restava para acentuar bem a fala; e, certamente por causa de um tal esforço, não observava a sua teologia monoteísta a heresia de haver um deus especial para os judeus, como se depreende dela. Por fim dessa fala de Athalie, quando ela tenta abraçar a sombra da mãe, que, no sonho, se aproxima do seu leito. Nessa passagem a sua voz era menos retumbante, havia menos ênfase nela, aproximava-se mais do natural e dizia:

“Mais jê n’ai plus trouvé qu’un horrible mélange
D’os et de chair meurtris, et trainés dans la frange,
Des lambreaux pleins de sang, et des membres affreux
Que des chiens dévorants se disputoient entre eux.”

Parava nesse ponto infalivelmente, e nem mesmo exclamava – “Grand Dieu!” – frase com que Abner remata essa parte da narração do sonho profético da filha de Jezabel. O trecho é poderoso, vivo e desenhado em breves e poucas linhas fortes, mas nem sempre os sonhos literários têm essa grandeza, essa sobriedade e esse vigor.

Eça de Queiroz, que talvez se picasse de realista, tem na *A Reliquia* uma visão ou um sonho muito pouco verossímil, longo e cheio de pitoresco e pinturesco; e Machado de Assis, no *Brás Cubas*, com a *Summa*, Santo Tomás de Aquino, o hipopótamos, etc., descreveu um com muita coerência para o destino literário que ele tinha; mas ambos são sonhos muito pouco comuns.

Todos nós já sonhamos e sabemos bem que uma das regras gerais do sonho é a falta de nitidez de plano, é a confusão de coisas disparatadas, senão nas partes, no todo.

Profético ou não, seria um nunca acabar estar relembrando os sonhos registrados nas grandes obras literárias. Quase todos os heróis e heroínas de romances e poemas sonham; quando não é com seus autores, é por conta própria. É um efeito de que grandes e pequenos autores, bons e maus, se têm socorrido, e não seria eu quem havia de censurá-los por isso, mesmo porque, se não digo, como as namoradas desprezadas, que a vida é um sonho, tenho,

entretanto, muito para mim, que ela é uma ilusão – o que talvez não fique muito aquém do que as garotas desta ou daquela classe, deste ou daquele país, dizem e resumi mais acima

A interpretação dos sonhos tem merecido desde muito tempo sacerdotes especiais, mas particulares quase clandestinos não eram como aqueles áugures e arúspices de Roma, respeitados e oficializados, que prediziam os acontecimentos pelo modo de voar dos pássaros, pela maneira com que as galinhas e outras aves sagradas comiam os grãos. Contam os cronistas que não havia general que prescindisse de tal horóscopo antes de entrar em batalha.

Hoje, não há mais disto; as missas solenes, porém, ressoam, pedindo-se que Deus favoreça com a vitória cada um dos inimigos, e são mandadas rezar por cada um dos partidos em briga. É pena, à vista disso, que o nosso Panteon seja reduzido a um único Deus, porque, além de tal fato atrapalhá-lo com pedidos contraditórios, impediu essa nossa pobreza de deuses que a guerra última permitisse à Discórdia levar a sua obra até ao céu e, de lá, o Empírio fazer descer Fochs, Hidenburgos, Lloyds Georges, Wilsons e Clemenceaus (não! estes últimos viriam do inferno), todos eles divinos para combater pró e contra Mercúrio ou São José, se este fosse Deus... Digo São José porque é patrono dos nossos bancos católicos... Seria um belo espetáculo – não acham?

Reatando, porém, a narração, tenho a lembrar que, se a nossa época não possui sacerdotes destinados à interpretação de sonhos, criou, entretanto, essa maravilha que é o *Dicionário dos Sonhos*, livro barato e portátil. Já folheei um e observei que a maioria das predições se encaminha para o amor e para a fortuna. Os poetas dizem que o Amor é irmão da Morte. Está aí uma afirmação que o *Dicionário* desmente: o Amor é irmão do Dinheiro. Só não ama quem não tem dinheiro; entretanto, tenho conhecidos que me afirmam que só se ama para ter dinheiro. Eu não sei... o povo, porém, aquele verdadeiro, aquele que não sabe ler e escrever, tem uma regra muito diferente para interpretar os seus sonhos.

– “Inácia! Sonhei hoje que estava arrancando um dente. O que quer dizer?” pergunta a lavadeira à outra.

– “Filha! Credo! Reza um Padre Nosso e uma Ave Maria para as almas”, responde a companheira e continua: “Sonhar com dente é defunto na família”.

Nunca pude atinar a relação que há entre uma coisa e outra; mas deve haver. Voz do povo, voz de Deus. Sonhar com excremento é fortuna; sonhar com defunto, é saúde; sonhar com carne crua, é crime; e assim por diante.

Onde foi o povo descobrir essas equivalências?

Não há ainda para os sonhos aplicados ao jogo do bicho uma teoria interpretativa e segura, mas já se esboça uma, apesar das dificuldades. Conto um caso. “Sinhá” Maria sonhou um dia com um burro em cima do telhado de uma casa. Pediu cinco mil-réis adiantados à patroa e jogou-os no burro. Durante o tempo em que preparava os seus quitutes, foi sonhando com o vestido, as rendas, os sapatos, cheios de “manicolas”, enfim com tudo aquilo com que havia de se revestir para ir à festa da Glória do Outeiro. Veio a tarde, correu a loteria e saiu o gato. Ficou triste, a “Sinhá” Maria; e pôs-se a analisar o seu sonho, chegando a esta conclusão:

– “Burra sou eu; nunca burro andou em telhado. Quem anda em telhado, é gato.”

Desde tal descoberta da “Sinhá” Maria ficou assentado entre os jogadores de bicho que burro, cobra, avestruz, coelho e qualquer outro animal, no telhado, é gato.

Pobre “Sinhá” Maria! Ela não tem motivos para se amaldiçoar! Todos nós vemos muitos burros nos telhados e afirmamos logo que é bicho muito inteligente; mas, nem por isso, acertamos. Passam-se anos e nos convencemos de que nem burros eram. Eram bonecos de papelão. Eis aí!

Há muito modos de nos enganarmos com nossos sonhos; um deles é ao jeito da analfabeta e simples “Sinhá” Maria; um outro é ao nosso; sabemos ler e, para isto ou para aquilo, precisamos de auto-ilusões...

FOLK-LORE URBANO

AS MAGUAS E SONHOS DO POVO

SONHEI COM ISTO: O QUE É?

O sonho sempre representou na nossa atribulada vida terrena, cuja regra é a insegurança de tudo, um grande papel prophético. Em todas as pequenas crenças religiosas de toda parte, elle tomou uma attitudé oracular indiscutida; e quasi todos os agrupamentos humanos organisaram e organisam uma táboa para a sua interpretação. Toda a nossa humanidade, ou, para não errar, quasi toda ella, está convencida de que o sonho é um aviso, por parte do Mystério, de cousas boas e más que vão acontecer. Póde ser que ella tenha razão, pois, segundo me parece, o origem, a natureza e o mecanismo do sonho continuam mais ou menos inexplicados á luz dos estudos mais modernos. Não tenho certeza, mas leituras semi-esquecidas me dizem mais ou menos isso, não havendo, portanto, pessoa bastante autorisada para condemnar a crença que, sobre o sonho, o povo tem. Os livros antigos, tão cheios de allusões a sonhos divinatorios, e Plutarcho, que infelizmente já não tenho, não narram a vida de um heróe que não se refira a elles. Não me recordo nitidamente de nenhum, mas creio não me ter enganado redondamente. As literaturas de todos os quilates, de todas as linguas, têm usado e abusado do sonho. Agora de prompto lembro-me de muito poucas obras literarias que o aproveitem; e, entre ellas, aquella de que me recordo mais é a—«Athalia»—.

Quando estudei francez, já lá vão vinte e seis annos, era o prato de resistencia da nossa traducção em aula, o famoso sonho da heroína dessa tragedia; elle me ficou quasi inteiramente de cór. O nosso professor, o bom Dr. Fructuoso da Costa, antigo seminarista, que, ao que parece, não tomou ordens definitivas de sacerdote, devido a exigencia canonica de um bom resultado no processo de «puritate sanguinis»; esse nosso professor, como dizia, certamente aborrecido com a nossa leitura arrastada e indifferente, tirava os olhos de aros de ouro, agarrava o «Théâtre Classique», chegava bem perto dos olhos esse trecho da tragedia bíblica de Racine, e declamava-o com enthusiasmo ecclesiastico de um pathetico sermão de Paschoa:

Je jouissois en peix du fruit de ma sagesse;
Mais un trouble importun vient, depuis
[quelques jours,
De mes prospérités interrompre le cours.
Un songe (me devois — je inquiéter d'un
[songe?]

Quando o Dr. Fructuoso attingia á interpretação de Jezabel:

«Tremble, m'a-t-elle dit, fille digne de
[moi.
Le cruel dieu des Juifs l'emporte aus-
[si sur toi.»

Por ali assim, punha toda força de voz que lhe restava, para accentuar bem a fala; e, certamente por causa de um tal esforço, não observava a sua theologia monotheica a heresia de haver um deus especial para os judeus, como se deprehende della. Por fim o seu furor dramatico já era muito menor, ao recitar elle o final dessa fala de Athalie, quando ella tenta abraçar a sombra da mãe, que, no sonho, se approxima do seu leito. Nessa passagem a sua voz era menos retumbante, havia menos emphase nella, approximava-se mais do natural e dizia:

Mais je n'ai plus trouvé qu'un horrible
[mélange
D'os et de chair meurtris, et trainés dans
[la fange
Des lambeaux pleins de sang et des mem-
[bres affreux
Que des chiens dévorants se disputoient
[entre eux.

Parava nesse ponto infallivelmente, e nem mesmo exclamava —Grand Dieu!— phrase com que Abner remata essa parte da narração do sonho prophético da filha de Jezabel. O trecho é poderoso, vivo e desenhado em breves e poucas linhas fortes; mas nem sempre os sonhos literarios têm essa grandeza, essa sobriedade e esse vigor.

Eça de Queiroz, que talvez se piasse de realista, tem na «Reliquia» uma visão ou um sonho muito pouco verosímil, longo e cheio de pittoresco e pincturesco; e Machado de Assis, no «Braz Cubas», com a «Summa», S. Thomaz de Aquino, o hippopotamo, etc, descreveu um com muita coherencia para o destino literario que elle tinha; mas ambos são sonhos muito pouco communs. Todos nós já sonhámos e sabemos bem que uma das regras geraes do sonho é a falta de nitidez de plano, é a confusão de coisas dispartadas, senão nas partes, no todo.

Propheticos ou não, seria um nunca acabar estár relembando os sonhos registrados nas grandes obras literarias. Quasi todos os heroes e heroínas de romances e poemas sonham; quando não é com seus autores, é por conta propria. E' um effeito de que grandes e pequenos autores, bons e más, se têm soccorrido, e não seria eu quem havia de censural-os por isso, mesmo porque, se não digo, como as namoradas despresadas, que a vida é um sonho, tenho, entretanto, muito para mim, que ella é uma illusão — o que, talvez não fique muito aquem do que as garotas desta ou d'aquella classe, deste ou d'aquella paiz, dizem e resumi mais acima. A interpretação dos sonhos tem merecido desde muito tempo sacerdoties especiaes, mas particulares quasi clandestinos não eram como aquelles augures e aruspices de Roma, respeitadas e officialisadas, que prediziam os acontecimentos pelo modo de voar dos passaros,

pela maneira com que as gallinhas e outras aves sagradas comiam os grãos. Contam os chronistas que não havia general que prescindisse de tal horoscopo antes de entrar em batalha. Hoje, não ha mais disto; as missas solemnes, porém, resoam, pedindo-se que Deus favoreça com a victoria cada um dos inimigos, e são mandadas rezar por cada um dos partidos em briga. E' pena, á vista disso, que o nosso Pantheon seja reduzido a um unico Deus, porque, além de tal facto atrapalha-o com pedidos contradictorios, impediu essa nossa pobreza de deuses que a guerra ultima permittisse á Discórdia levar a sua obra até ao céu e, de lá, o Empyrio fazer descer Fox, Hidembourgos, Lloyds Georges, Wilsons e Clemenceaux (não! estes ultimos viriam do inferno), todos elles divinos para combater pró e contra Mercurio ou S. José, se este fosse Deus... Digo S. José, porque é patrono dos nossos bancos catholicos... Seria um bello espectáculo — não acham? Reatando, porém, a narração, tenho a lembrar que, se a nossa epoca não possui sacerdotes destinados á interpretação de sonhos, creou, entretanto, essa maravilha que é o «Diccionario dos Sonhos», livro barato e portatil. Já folheei um e observei que a maioria das predicções se encaminha para o amor e para a fortuna. Os poetas dizem que o Amor é irmão da Morte. Está ahí uma affirmação que o Diccionario desmente: o Amor é irmão do Dinheiro. Só não ama quem não tem dinheiro; entretanto tenho conhecidos que me affirmam que só se ama para ter dinheiro. Eu não sei... o povo, porém, aquelle verdadeiro, aquelle que não sabe ler e escrever, tem uma regra muito differente para interpretar os seus sonhos. «Ignacia! Sonhei hoje que estava arrancando um dente. O que quer dizer?» pergunta uma lavadeira á outra. «Filha! Credo! reza um Padre Nosso e uma Ave Maria para as almas,» responde a companheira e continúa: «Sonhar com dente é defunto na familia.»

Nunca pude atinar com a relação que ha entre uma coisa e outra; mas deve haver: voz do povo, voz de Deus. Sonhar com excremento, é fortuna; sonhar com defunto, é saúde; sonhar com carne crúa, é crime; e assim por diante. Onde foi o povo descobrir essas equivalencias?

Não ha ainda para os sonhos applicados ao jogo do bicho uma theoria interpretativa e segura, mas já se esboça uma, apesar das difficuldades. Conto um caso. A sinhá Maria sonhou um dia com um burro em cima do telhado de uma casa. Pediu cinco mil réis adiantados á patrão e jogou-os no burro. Durante o tempo em que preparava os seus quitutes, foi sonhando com o vestido, as rendas, os sapatos, cheios de «manicolas», enfim com tudo aquillo com